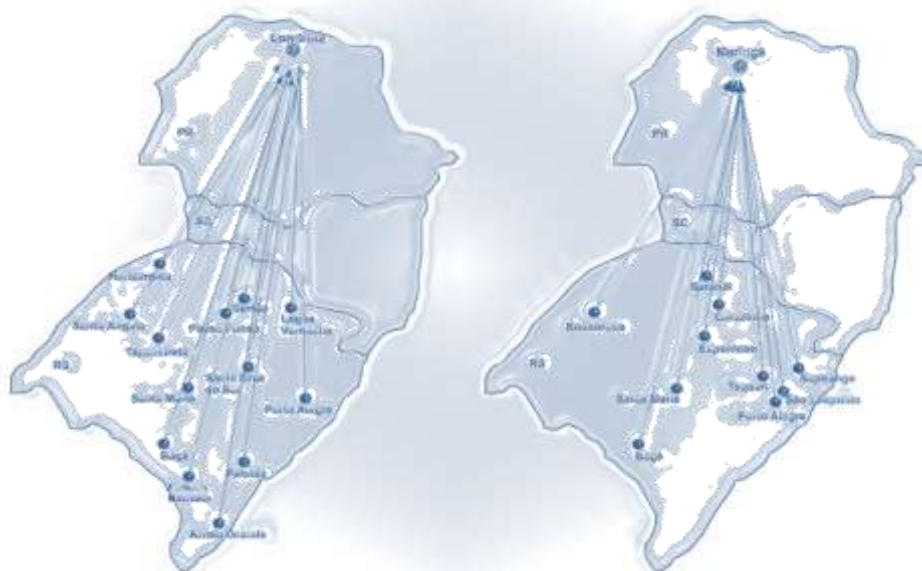




UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TATIANA COLASANTE

O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO DOS GAÚCHOS NO NORTE DO PARANÁ: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL



Presidente Prudente

2016

TATIANA COLASANTE

**O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO DOS GAÚCHOS NO
NORTE DO PARANÁ:**

A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL



Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Presidente Prudente como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia – Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet.

Presidente Prudente

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

C65p Colasante, Tatiana.
O processo de reterritorialização dos gaúchos no Norte do Paraná: a construção de uma identidade territorial / Tatiana Colasante. - Presidente Prudente : [s.n.], 2016
317f. : il.

Orientador: Marcos Aurelio Saquet
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Migração. 2. Identidade territorial. 3. Rede de tradições gaúchas. I. Saquet, Marcos Aurelio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "O processo de reterritorialização dos gaúchos no Norte do Paraná: a construção de uma identidade territorial"

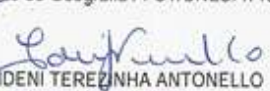
AUTORA: TATIANA COLASANTE

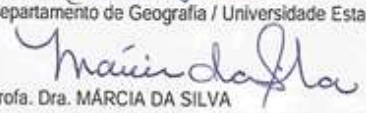
ORIENTADOR: MARCOS AURÉLIO SAQUET

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. MARCOS AURÉLIO SAQUET
Campus de Francisco Beltrão / UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ


Prof. Dr. ELISEU SAVERIO SPOSITO
Departamento de Geografia / FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP)


Profa. Dra. IDENI TEREZINHA ANTONELLO
Departamento de Geografia / Universidade Estadual de Londrina - UEL


Profa. Dra. MARCIA DA SILVA
Departamento de Geografia / Universidade Estadual do Centro-Oeste


Profa. Dra. ROSÂNGELA CUSTÓDIO C. THOMAZ
Curso de Turismo / Câmpus Experimental de Rosana

Presidente Prudente, 22 de dezembro de 2016

Para Gaia...
Um anjo na minha vida

PRÓLOGO

Reservo-me ao direito aqui de explicar (de forma um pouco alongada) a escolha pelo tema, utilizando meu percurso acadêmico porque acredito que esse processo nunca é aleatório e resulta de um longo caminho de reflexão e inquietações na vida do pesquisador. Nesse sentido, nos últimos anos, a partir da participação em eventos científicos, venho acompanhando a multiplicidade de abordagens de temas que a Geografia nos proporciona e isso faz com que nos deparemos com discussões dos mais variados assuntos. A predileção pelo enfoque cultural nos meus estudos se deu logo no ingresso do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no ano de 2004.

No entanto, por ser um campo pouco explorado, tive dificuldades em encontrar projetos de pesquisa que trabalhassem com a temática. Com isso, acabei deixando de lado por um tempo esse desejo e direcionei minha pesquisa para a área “segura” da Geografia Urbana. Somente em 2007 quando da minha entrada no Grupo de Pesquisas TERNOPAR – Estudos de Geografia e Turismo é que encontrei uma abertura para que pudesse, finalmente, trabalhar com a perspectiva cultural na Geografia em um tema que eu, particularmente, tenho grande afinidade: o patrimônio histórico e cultural.

A partir da produção de artigos sobre esse aspecto compreendendo a sua refuncionalização na contemporaneidade e o sentido de *rugosidades* (SANTOS, 1996) que tais elementos conferem ao espaço urbano, consegui desenvolver um diálogo entre a cultura e os estudos geográficos. No entanto, é clara a resistência a este tipo de investigação quando observamos eventos da área nos quais os eixos temáticos dificilmente contemplam essas discussões. Com isso, vez ou outra, tenho que inserir o trabalho no eixo de Geografia Urbana em meio a avalanche de “especulação imobiliária”, “reestruturação urbana”, “condomínios fechados”, “segregação socioespacial”, entre outros que não dialogam com a cultura.

No ano de 2009, concluí a monografia de Especialização de Ensino que enfocava a Educação Patrimonial no Ensino de Geografia. Um tema muito desafiador justamente pelo fato de que no Ensino Fundamental e Médio dificilmente a cultura é vinculada aos estudos da Geografia. Acredito que, com esse primeiro passo, e a efetivação teórica e prática do tema, muitas portas se abriram porque a partir dele fui convidada a trabalhar mais diretamente com o patrimônio histórico e cultural em projetos da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina

e também ministrando aulas no Curso de Especialização *Patrimônio Cultural e Identidades* do Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL).

No ano de 2010, quando ingressei no Mestrado em Geografia da UEL, a opção inicial foi trabalhar com a temática cultural. No entanto, como já havia um extenso trabalho sobre a questão patrimonial, busquei outros desafios para esse campo e cheguei aos estudos das identidades territoriais, que possuem profunda ligação com a cultura. Optei pela apreensão desse processo por intermédio dos fluxos migratórios que trazem um legado cultural (patrimônio) importante para os municípios. Naquele momento, tive o primeiro contato com o desenvolvimento de um trabalho com o conceito de território, já que anteriormente havia trabalhado somente com a paisagem.

Percebi que isso abriu outras possibilidades para os estudos das identidades e também novos questionamentos. Compreender a formação e a manutenção do legado cultural imigrante na paisagem e em que medida isso pode influenciar na identidade territorial foi um dos desafios que busquei com a dissertação ao investigar a influência dos imigrantes na formação das identidades territoriais em Londrina-PR. Em um dia de pesquisa de campo pelo município, percebi a existência de um Centro de Tradições Gaúchas. Isso me instigou a pesquisar sobre o fato, já que na história de fundação de Londrina, não mencionam nada a respeito da vinda desses migrantes para o Norte do estado. Naquele momento, como o foco eram os imigrantes, acabei deixando um pouco de lado essas reflexões.

Ao término do Mestrado, fui aprovada para a o Doutorado em Geografia da Universidade Estadual Paulista *Campus* de Presidente Prudente. Assim, tive a oportunidade de voltar aos questionamentos da migração gaúcha e direcionar o tema para a formação das identidades territoriais novamente, o que de certa forma, me mantém com o foco na questão cultural. O conteúdo proposto pelo nosso trabalho privilegia a discussão da migração gaúcha pela vertente histórico-crítica e relacional do território, nos seus aspectos materiais e imateriais que contribuem para a construção das identidades territoriais. Trazendo isso para a região Norte do Paraná, possibilita a ampliação da temática destacando-se o ineditismo da pesquisa dentro deste recorte espacial, permitindo que sejam vislumbradas novas formas de análise da articulação da rede de tradições gaúchas no estado.

Além disso, existe um aspecto muito particular na opção pelo tema pelo fato de ter nascido em Porto Alegre. Filha de pai piracicabano e mãe londrinense, a capital gaúcha foi uma residência provisória enquanto meu pai concluía o Mestrado em Agronomia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No entanto, como vim para Londrina com dois anos de idade incompletos, não tenho nenhuma referência identitária com aquele estado, ou seja: sou gaúcha ou paranaense? Esse questionamento sempre me perseguiu, já que toda vez que alguém descobre meu local de nascimento, imediatamente já exclama: “mas você não tem sotaque!” ou ainda “está frio, você deve estar gostando né?”. Assim, percebemos como a questão da identidade territorial gaúcha é um elemento muito forte do ponto de vista ideológico que é vinculado às questões de comportamentos específicos. Por não ter tido a vivência, a identidade territorial gaúcha não se consolidou para mim. Ao contrário da minha mãe, que até hoje deixa escapar um “mas bah” quando quer demonstrar espanto para alguma coisa e aprecia um bom chimarrão.

Somado a todos esses fatores, devo dizer que a conclusão da tese foi um desafio muito grande. Não somente pelo trabalho que, de praxe, todos nós temos, mas tive que, muitas vezes, encarar certo preconceito justamente pelo fato de que no Norte do Paraná “não têm gaúchos”, como muitos me falam. Nesse sentido, reforço a questão, enquanto geógrafa, de pensarmos na questão das minorias e, com isso, lanço alguns questionamentos: será que devemos negar a existência desse grupo social nos estudos populacionais? Mesmo que sejam poucos (do ponto de vista quantitativo) e não constituíram um fluxo propriamente dito, esses gaúchos que constroem CTGs no Norte do Paraná e deixam materializada a sua cultura não interferem em nenhum momento na dinâmica populacional ou na identidade territorial de Londrina e Maringá?

Muitos outros grupos de (i) migrantes que passaram por Londrina, como os ingleses, por exemplo, a quem se atribui a formação do município, sequer deixaram marcas significativas ou identitárias tão representativas como vimos com os migrantes gaúchos. É justamente por isso que acreditamos que o estudo desses sujeitos, traz a tona direcionamentos que podem nos auxiliar na compreensão de novas formas de identidades territoriais e apreensões de culturas, a partir das práticas territoriais desses sujeitos que se consideram gaúchos nascidos no Paraná.

AGRADECIMENTOS

Mesmo que ao final de tudo seja apenas você e a máquina, uma tese não se constrói sozinha. Foram longos quatro anos que envolveram uma série de aspectos que contribuíram para a finalização deste trabalho. Vivi experiências que me fizeram crescer e descobrir novos horizontes. Mudei de cidade, conheci dezenas de outras, conheci países, fiz amizades, realizei muitos sonhos. E finalizo, com o sentimento de dever cumprido, não somente pela entrega da tese, mas por superar inúmeros desafios pessoais que, por algumas vezes, me fizeram pensar em desistir.

Em primeiro lugar, deixo meus sinceros agradecimentos (e admiração) para o Prof. Marcos Aurelio Saquet que, certamente, foi um dos principais responsáveis para que eu deixasse minha “zona de conforto” em Londrina e me mudasse para Presidente Prudente, onde eu mesma jamais imaginaria que pudesse estudar, em um curso tão conceituado quanto o de Geografia da Unesp. Obrigada pelos conselhos, pela orientação e paciência.

Aos meus pais Luiz e Cleide que, mesmo não entendendo muito bem o porquê da mudança para Prudente (“mas tem a UEL aqui”, diziam), não mediram esforços para me ajudar nesta empreitada. Agradeço muito por ter pais tão compreensivos e incentivadores. Sem o apoio e o aconchego familiar, esses quatro anos fora de Londrina, seriam muito difíceis.

À Prof^a Dr^a Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente, minha eterna orientadora, a quem devo grande parte das minhas conquistas acadêmicas, tanto o Mestrado quanto o Doutorado por me fazer acreditar mais em mim, por todos os ensinamentos (de vida, principalmente), pelos “puxões de orelha” que me fizeram crescer, enfim, por todo o incentivo!

Ao Prof^o Dr^o Eliseu Sposito e à Prof^a Dr^a Ideni Antonello pela honra de tê-los no Exame de Qualificação, por todos os direcionamentos que me deram e que, com isso, me fizeram refletir sobre outras possibilidades de abordagem da tese.

Aos amigos unespianos da “Sociedade do Anel”, Elvis Christian Madureira Ramos e Patrícia Helena Milani a quem devo agradecimentos especiais por terem tornado essa jornada muito mais leve e divertida, até mesmo em situações delicadas. Obrigada pela ajuda, pelo carinho, pelos risos, pelos ensinamentos, pelas dicas e por tudo que uma boa amizade proporciona: uma troca de experiências positivas.

Ao meu grande amigo-irmão Marcelo Augusto Rocha. Palavras são insignificantes para demonstrar a importância que você tem na minha vida. Só tenho que agradecer o privilégio de ter uma pessoa tão grandiosa na minha rede de relacionamentos e por sempre estar presente, mesmo que de forma virtual, quando necessário.

Para os amigos Flávia Canezin e Willian Marins, amigos de longa data, que se mostraram extremamente compreensivos nos diversos momentos em que eu “sumia” por causa da tese e não podia dar atenção, ficando omissa da vida social. Obrigada pelas palavras fraternas e por serem pessoas tão queridas para mim.

Para Hugo Ribeiro Borges de Paula e Alini Nunes de Oliveira, amigos queridos que a Geografia me trouxe, por compartilharem das aflições e alegrias ao longo de todo o processo. Certamente, fez toda a diferença tê-los por perto e dividir um pouco de toda essa carga sentimental.

Ao Rodrigo, pela paciência que teve na reta final da tese, enfrentando um turbilhão de emoções comigo. Seu apoio foi muito importante e colaborou para que eu concluísse a tese de forma (um pouco mais) tranquila.

À Marily Brandão, pela ajuda imensurável. Obrigada por me fazer superar diversos obstáculos, por não me fazer desistir e ser uma voz de conforto em várias situações. Você contribuiu para que eu me tornasse uma pessoa muito melhor!

A todos os “meus” gaúchos e *paranaúchos* por serem de uma presteza ímpar comigo. Foi um enorme prazer realizar a pesquisa com vocês.

Para aqueles que, embora os desígnios da vida tenham nos distanciado, fizeram parte dessa conquista e certamente sabem disso. Obrigada.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pela bolsa concedida (Processo 2013/04634-4)¹ que possibilitou a conclusão do Doutorado em outra cidade, auxiliando imensamente em todas as etapas da pesquisa.

¹Nota da autora: As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade de Tatiana Colasante e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 TERRITÓRIO, MIGRAÇÕES E IDENTIDADE.....	40
1.1 Prolegômenos conceituais: o caráter multidimensional do território.....	42
1.2 As territorialidades no território.....	53
1.3 Poder e território.....	61
1.4 Cultura, tradição e ideologia: interfaces com o território.....	65
1.5 A constituição das identidades territoriais.....	73
1.6 Migração: o eterno ir e vir dos sujeitos.....	80
1.7 O sistema reticular do território no processo migratório: redes sociais e redes de migração.....	87
2 PARANAENSES, GAÚCHOS E PARANAÚCHOS.....	93
2.1 A construção do gaúcho.....	95
2.2 Tradicionalismo gaúcho.....	106
2.3 As territorialidades do tradicionalismo gaúcho.....	120
2.4 CTGs: poder e centro da cultura gaúcha.....	129
2.5 Entrelaçamentos históricos: o movimento tropeiro e o surgimento do <i>paranaúcho</i>	138
2.6 <i>Paranaúchos</i> : paranaenses de bombachas.....	151
3 ENTRE DOIS TERRITÓRIOS: O “SER GAÚCHO” NO NORTE DO PARANÁ.....	170
3.1 Discursos e influxos de uma identidade territorial norte-paranaense.....	172
3.2 A formação da Cidade-Menina e da Cidade-Canção.....	175
3.3 A territorialização dos CTGs no Paraná.....	180
3.4 O CTG como expressão da territorialidade da cultura gaúcha em Londrina e Maringá.....	183
3.4.1 O CTG Rincão Sulino de Londrina-PR.....	186
3.4.2 O CTG Novas Coxilhas de Londrina – PR.....	196
3.4.3 O CTG Rincão Verde de Maringá-PR.....	202
3.5 A dinâmica da desterritorialização dos gaúchos: a opção pelo Paraná.....	213
4 A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS GAÚCHOS NO NORTE DO PARANÁ.....	232
4.1 Trajetórias migratórias.....	234

4.2 “A <i>network</i> dos gaúchos funciona muito bem”: a formação de uma rede de migração gaúcha no norte do Paraná.....	241
4.3 Desgarrados do pago: as dificuldades enfrentadas em outro território.....	247
4.4 A ausência da querência: lembranças e saudades do Rio Grande do Sul.....	252
4.5 uma chama que nunca se apaga: a tradição.....	256
4.6 Gaúchos no Paraná: os dilemas de uma identidade territorial.....	264
4.7 “[...] E que o mundo acabe no Rio Uruguai”: o significado de ser gaúcho.....	269
4.8 “Me explica isso, esse sentimento de gostar tanto sem conhecer. Sinto saudades de uma coisa que não conheço”: a apropriação da cultura gaúcha pelos paranaenses.....	276
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	281
REFERÊNCIAS.....	292
ANEXO 1 - ELEMENTOS DA PILCHA TRADICIONAL.....	305
ANEXO 2 – PILCHA UTILIZADA PARA COMEMORAÇÕES DE HONRA.....	306
ANEXO 3 - A CHAMA CRIOLA E SEUS ACENDIMENTOS.....	307
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MIGRANTES GAÚCHOS.....	308
APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS RESPONSÁVEIS PELOS CTGS.....	312
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PARANAÚCHOS.....	316

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Relação entre objetivo geral e as hipóteses da pesquisa.....	22
Figura 2. Esquema representativo da estrutura da tese a partir de temas correlatos.....	27
Figura 3. Esquema da abordagem teórica no capítulo 1 da tese.....	32
Figura 4. Esquema da abordagem teórica no capítulo 2 da tese.....	35
Figura 5. Esquema da abordagem teórica no capítulo 3 da tese.....	37
Figura 6. Esquema da abordagem teórica no capítulo 4 da tese.....	39
Figura 7. Componentes e subcomponentes do território a partir de Deleuze e Guattari.....	58
Figura 8. Principais teorias migratórias.....	83
Figura 9. Formação da cultura, segundo Lessa.....	114
Figura 10. Organograma das entidades tradicionalistas.....	119
Figura 11. Divulgação da inauguração do CTG Pampa Gaúcho no Facebook.....	125
Figura 12. Fachada virtual do CTG Pampa Gaúcho.....	126
Figura 13. Organograma de um CTG.....	133
Figura 14. Os dispositivos do poder nos CTGs norte-paranaenses.....	136
Figura 15. À esquerda, notamos uma articulação intercultural: bandeira do Paraná estendida ao lado de uma figura que remete ao gaúcho. À direita, um mapa de caráter separatista, demonstrando a integração dos estados do Sul.....	150
Figura 16. Esboço das relações sociais dos paranaúchos em Maringá-PR.....	162
Figura 17. Croqui ilustrado de representação do CTG Rincão Sulino de Londrina (sem escala).....	190
Figura 18. Convite para o Churrasco Fogo de Chão no CTG Rincão Sulino de Londrina no qual visualizamos a menção sobre a parceria com uma Igreja.....	191
Figura 19. Croqui ilustrado de representação do CTG Rincão Verde de Maringá (sem escala).....	204
Figura 20. Mosaico demonstrando a bandeira do “CTG” Cavalo Horse, com vários símbolos que remetem a origem dos frequentadores (Esquerda); e migrantes gaúchos utilizando a camiseta do “CTG” Cavalo Horse.....	220
Figura 21. Esquema de des-reterritorialização dos gaúchos entrevistados em Londrina-PR.....	237

Figura 22. Esquema de des-reterritorialização dos gaúchos entrevistados em Maringá-PR.....	239
Figura 23. Postagem de uma gaúcha no “CTG” Cavalos Horse inserindo um gaúcho recém-chegado ao grupo.....	243
Figura 24. Postagem do dia 02 de maio de 2015, de um paranaense na página do CTG Rincão Sulino, no Facebook, ilustrando a importância dada a ser inserido no grupo.....	244
Figura 25. A territorialidade gaúcha em Maringá.....	245
Figura 26. A territorialidade gaúcha em Londrina.....	246
Figura 27. Modelo explicativo da migração gaúcha para o Norte do Paraná.....	274
Figura 28. Postagem de um blog que retrata a intolerância contra os paranaenses que se consideram gaúchos.....	278

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Mosaico demonstrando as etapas do acendimento da Chama Crioula na cidade de Colônia do Sacramento, Uruguai, em 2015.....	112
Foto 2. Mosaico demonstrando as territorialidades da cultura gaúcha no exterior. Nas duas imagens superiores, o Piquete de Tradições Gaúchas (PTG) China Veia, da cidade de Dongguan, China em abril/2015. Nas imagens inferiores, o CTG Saudade da Minha Terra, na cidade de Newark, Estados Unidos em março de 2014 e junho de 2015, da esquerda para a direita.....	122
Foto 3. Biriva trajado para a domingueira.....	145
Foto 4. Ensaio de dança gaúcha no CTG Rincão Verde de Maringá-PR.....	152
Foto 5. O patrão do CTG Rincão Sulino de Londrina, com sua esposa.....	186
Foto 6. Mosaico demonstrando a fachada do CTG Rincão Sulino, à esquerda, onde podemos ver a estrutura em madeira. À direita, o Salão de Bailes, com piso em madeira, em referência aos CTGs do RS.....	189
Foto 7. Eleição da Patronagem no CTG Rincão Sulino no dia 23/05/2013.....	192
Foto 8. Apresentação musical durante o baile de aniversário do CTG Rincão Sulino em setembro de 2014.....	193

Foto 9. Casal pilchado dançando em almoço no CTG Rincão Sulino.....	194
Foto 10. Pessoas dançando de forma descaracterizada no salão de baile do CTG Rincão Sulino.....	195
Foto 11. Etapa de terraplenagem para implantação da sede do CTG Novas Coxilhas..	197
Foto 12. Patrão Souza participando do 17º Rodeio Regional de Laço Comprido realizado de 04 a 06 de setembro de 2015, em Paraíso do Norte-PR.....	199
Foto 13. Fachada do CTG Rincão Verde de Maringá.....	203
Foto 14. Mosaico mostrando o salão do CTG Rincão Verde decorado para festas externas.....	207
Foto 15. Jovens com diferentes estilos culturais no CTG Rincão Sulino.....	218
Foto 16. Diferentes formas de socialização dos gaúchos que participam do “CTG” Cavalos Horse. Em sentido horário: pilchados em comemoração à Semana Farroupilha; churrasco e arroz de carreteiro, culinária típica do Rio Grande do Sul e em dia de jogo do Grêmio.....	219
Foto 17. Amigos no CTG Rincão Sulino de Londrina reunidos para tomar chimarrão no dia 15/03/2013.....	256
Foto 18. Mosaico mostrando criança no CTG Rincão Verde, em Maringá participando da prova do laço (Esquerda); e Criança tocando acordeom em festa no CTG Rincão Sulino, em Londrina (Direita).....	262
Foto 19. Casal de <i>paranaúchos</i> no Baile de Aniversário do CTG Rincão Sulino.....	277

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Gênero dos entrevistados em Londrina e Maringá-PR (2014).....	24
Gráfico 2. Distribuição dos CTGs pelos estados sulinos (2014).....	140
Gráfico 3. Relação gênero/quantidade nos entrevistados de Maringá-PR.....	153
Gráfico 4. Relação gênero/quantidade nos entrevistados de Londrina-PR.....	154
Gráfico 5. Tipos de migração gaúcha para Londrina e Maringá, de acordo com a motivação dos migrantes.....	227

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Distribuição da quantidade de CTGs por regiões (2015).....	121
Mapa 2. Localização de Londrina e Maringá.....	131
Mapa 3. Caminhos percorridos pelos tropeiros.....	144
Mapa 4. Área de incidência da erva-mate Localização dos municípios de Londrina e Maringá no Paraná.....	148
Mapa 5. Expansão das frentes de ocupação no território paranaense.....	178
Mapa 6. Distribuição espacial dos CTGs no Paraná.....	182
Mapa 7. Regiões Tradicionalistas do Paraná e suas articulações.....	184
Mapa 8. Localização dos municípios de origem dos entrevistados de Londrina e Maringá.....	214
Mapa 9. Localização dos municípios dos entrevistados de Londrina a partir da regionalização do Rio Grande do Sul em áreas culturais.....	217
Mapa 10. Localização dos municípios dos entrevistados de Maringá a partir da regionalização do Rio Grande do Sul em áreas culturais.....	222

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese das principais contribuições de território abordadas na pesquisa....	51
Quadro 2. <i>Modus operandi</i> da ideologia.....	71
Quadro 3. Tipologia das migrações.....	82
Quadro 4. Esquema comparativo entre tradicionalismo e nativismo.....	118
Quadro 5. Trajetória migratória dos <i>paranaúchos</i>	155

LISTA DE SIGLAS

Bratac - Brazil Tokushoku Kaisha

CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório

CITG - Confederação Internacional da Tradição Gaúcha

CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná

CTG - Centro de Tradições Gaúchas

MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho

MTG-PR - Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná

MTG-MS - Movimento Tradicionalista Gaúcho do Mato Grosso do Sul

MTG-MT - Movimento Tradicionalista Gaúcho do Mato Grosso

MTG-RS - Movimento Tradicionalista Gaúcho do Rio Grande do Sul

MTG-SC - Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina

MTG-SP - Movimento Tradicionalista Gaúcho de São Paulo

MTO - Movimiento Tradicionalista Oriental

PR - Paraná

RS - Rio Grande do Sul

RTs - Regiões Tradicionalistas

SL - Second Life

T-D-R - Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização

RESUMO

COLASANTE, Tatiana. **O processo de reterritorialização dos gaúchos no Norte do Paraná: a construção de uma identidade territorial**. 2016. 317f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP.

Analisamos a migração dos gaúchos para a região Norte do Paraná dentro do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, destacando os aspectos socioculturais que colaboram para a manutenção de uma identidade territorial gaúcha no Paraná. A partir da compreensão do território em uma perspectiva múltipla que contempla as diversas relações de poder em seus aspectos naturais, econômicos, políticos, culturais e (i) materiais, buscamos analisar a relação intrínseca entre território, cultura e identidade para compreender de que forma os gaúchos mantêm sua identidade territorial distante do Rio Grande do Sul. Quando os sujeitos se estabelecem territorialmente, criam vínculos identitários ou então, recriam culturalmente antigos valores ancestrais, permitindo que os grupos sociais se tornem mais coesos. Do ponto de vista migratório, os gaúchos se reterritorializam no Paraná, em sua maioria, no Sudoeste do estado, incentivados pela criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) em 1943. No entanto, é interessante notar que o Norte do Paraná também denota a presença de migrantes gaúchos que se territorializam culturalmente através dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), mas vêm sendo negligenciados nos estudos migratórios dessa região. A partir de pesquisa de campo em Londrina e Maringá, verificamos que os gaúchos preservam suas tradições nesses municípios mesmo que não frequentem os CTGs, o que confere uma rede de tradições que se estende por microterritórios. Além disso, identificamos um grupo de sujeitos nascidos no Paraná que se consideram gaúchos – os *paranaúchos* – e que se constituem em importantes difusores da cultura gaúcha no Norte do Paraná.

Palavras-chave: Identidade territorial. Gaúchos. Norte do Paraná. Migração. Rede de tradições. Centros de Tradições Gaúchas.

RESUMEN

COLASANTE, Tatiana. **El proceso de reterritorialización de los gaúchos en el Norte do Paraná: la construcción de una identidad territorial**. 2016. 317f. Tesis (Doctorado en Geografía). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP.

Analizamos la migración de los gaúchos para la región Norte do Paraná dentro del proceso de territorialización-desterritorialización-reterritorialización, destacando los aspectos socioculturales que colaboran para el mantenimiento de una identidad territorial gaúcha en Paraná. A partir de la comprensión del territorio en una perspectiva múltiple que contempla las diversas relaciones de poder en sus aspectos naturales, económicos, políticos, culturales e (in) materiales, buscamos analizar la relación intrínseca entre territorio, cultura e identidad para comprender de qué forma los gaúchos mantienen su identidad territorial distante de Rio Grande do Sul. Cuando los sujetos se establecen territorialmente crean vínculos identitarios o bien, recrean culturalmente antiguos valores ancestrales, permitiendo que los grupos sociales se vuelvan más cohesionados. Del punto de vista migratorio, los gaúchos se reterritorializan en Paraná, en su mayoría en el Suroeste del estado, incentivados por la creación de la Colonia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) en 1943. No obstante, es interesante notar que el Norte del Paraná también denota la presencia migrantes gaúchos que se territorializan culturalmente por los Centros de Tradiciones Gaúchas (CTGs), pero vienen siendo negligenciados en los estudios migratórios de la región. A partir de la investigación de campo en Londrina y Maringá, verificamos que los gaúchos preservan sus tradiciones en los municipios mismo que no frecuentan los CTGs, y que confieren una red de tradiciones que se estende por microterritorios. Además, se identifica un grupo de sujetos nacidos en el Paraná que se consideran gaúchos - os paranaúchos - y que se constituyen en importantes difusores de la cultura gaúcha no Norte do Paraná.

Palabras clave: Identidad territorial. Gaúchos. Norte do Paraná. Migración. Red de tradiciones. Centros de Tradiciones Gaúchas.

ABSTRACT

COLASANTE, Tatiana. **The process of reterritorialization of gauchos in the North of Paraná: the construction of a territorial identity.** 2016. 317f. Thesis (Doctorate degree in Geography). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP.

We have analyzed the migration of gauchos for the northern Paraná in the process of territorialization-desterritorialization-reterritorialization, highlighting the socio-cultural aspects that contribute to the maintenance of a gaucho territorial identity in Paraná. From the understanding of the territory in a multiple perspective that considers the various power relations in their natural aspects, economic, political, cultural and (i) materials, we analyze the intrinsic relationship between territory, culture and identity to understand how the gauchos maintains its territorial identity distant of Rio Grande do Sul. When the subjects are established territorially, they create identity links or else recreate culturally ancient ancestral values, allowing social groups become more cohesive. From the migratory point of view, the gauchos reterritorialized Parana, mostly in the West of the state, encouraged by the creation of the Nacional Agricultural Colony General Osório (CANGO) in 1943. However, it is interesting to note that Northern Paraná also denotes the presence of gaucho migrants who are culturally territorialized through the Center of Gaucho Traditions (CTGs), but have been neglected in the migratory studies of this region. From the field research in Londrina and Maringá, we verified that the gauchos preserve their traditions in these municipalities even though they do not frequent the CTGs, which confers a network of traditions that extends through microterritories. In addition, we identified a group of subjects born in Paraná who consider themselves gauchos - the *paranauchos* - and who constitute important diffusers of the gaucho culture in the North of Paraná.

Keywords: Territorial identity. Gauchos. Northern Parana. Migration. Traditions network. Gaucho Traditions Centers.

INTRODUÇÃO

Durante uma etapa de pesquisa da nossa Dissertação de Mestrado, em 2012, que envolvia a catalogação dos elementos culturais em Londrina-PR gerados pelos fluxos migratórios, nos deparamos com a existência de um Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Isso nos instigou a pensar qual seria a influência dos gaúchos na identidade territorial de Londrina porque, a princípio, não era nítida essa influência, nem a forma como estes gaúchos difundiam sua cultura naquele território. Dessa forma, trazemos para a tese um aprimoramento desses questionamentos, estendendo o recorte espacial para Maringá, já que este município tem grandes similaridades no processo de colonização com Londrina e também não possui uma identidade territorial consolidada, já que teve múltiplas influências culturais.

Além disso, notamos que na história de colonização do Norte do Paraná, frequentemente, ocorre uma omissão sobre a participação dos gaúchos, embora sejam mencionados no importante estudo de Nice Lecocq Müller na década de 1950 e, esporadicamente, em edições comemorativas de instituições de memórias, como museus, quando fazem alusão à vinda de gaúchos, juntamente com paulistas, nordestinos e mineiros para esta região do estado. É a importância dessas minorias que estamos destacando porque não se pode negligenciar a influência da cultura gaúcha no norte-paranaense, sobretudo, quando nos deparamos com a presença de CTGs que são frequentados por gaúchos e por paranaenses, possibilitando a coexistência de múltiplas territorialidades e contribuindo para a formação de novos sujeitos que nascem no Paraná, mas que incorporam a cultura gaúcha como uma referência de identidade.

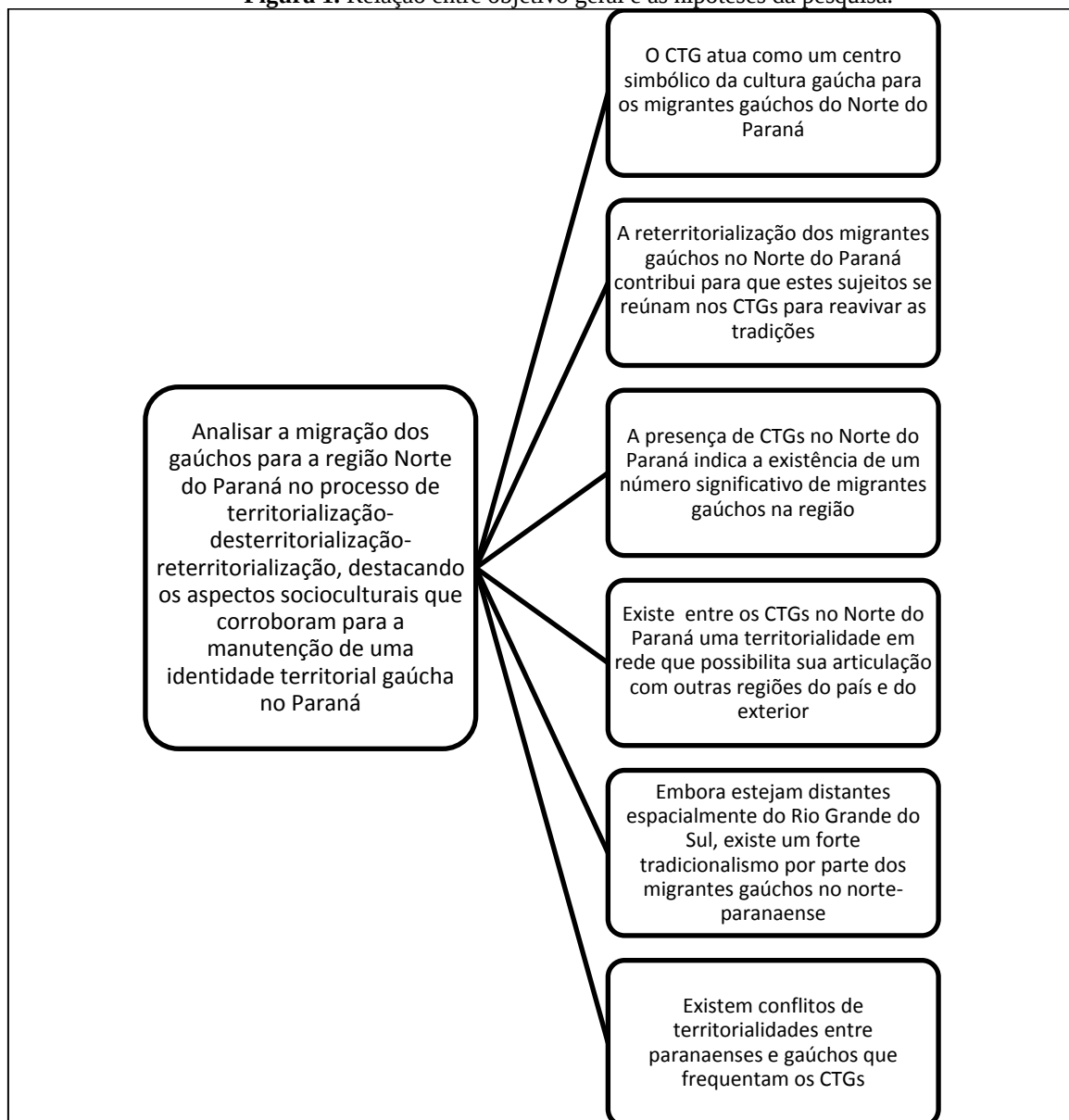
A partir desse pressuposto, nos preocupamos em elaborar um objetivo geral buscando analisar a migração dos gaúchos para a região Norte do Paraná no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, para que pudéssemos investigar a existência de um possível fluxo de migrantes; conhecer as causas desse deslocamento; verificar a sua relação com o tradicionalismo gaúcho a partir da frequência nos CTGs e em que medida esses espaços auxiliam na preservação da cultura gaúcha para esses migrantes e como fica a sua identidade territorial em função desse deslocamento entre territórios tão distintos do ponto de vista cultural, tentando gerar novos elementos para o estudo da migração gaúcha no estado. Como objetivos específicos que nortearam a pesquisa, é conveniente descrevê-los:

- ▮ Conhecer as concepções de território na Geografia;
- ▮ Relacionar o entendimento da construção e manutenção das identidades territoriais com os movimentos migratórios;
- ▮ Identificar e entender os motivos da reterritorialização gaúcha no Norte do Paraná;
- ▮ Espacializar a presença de CTGs no território paranaense;
- ▮ Discutir a função social dos CTGs e do MTG para os gaúchos residentes no Norte do Paraná e sua contribuição para a reprodução da identidade gaúcha;
- ▮ Analisar a relação dos migrantes gaúchos com o tradicionalismo através da participação em CTGs;
- ▮ Compreender a formação de uma rede de tradições gaúcha no norte-paranaense através dos CTGs e MTG;
- ▮ Identificar a contribuição cultural dos gaúchos enquanto legado para o Norte do Paraná.

A maioria dos estudos populacionais que se dirigem à migração gaúcha no Paraná se concentra sobre a região Sudoeste, como demonstraram Ortolan (2007) e Mondardo (2009), já que foi ali que houve um grande fluxo migratório gaúcho, o que justifica, de certa maneira, o fato das publicações enfocarem mais na dinâmica socioespacial daquela região do estado. A investigação acerca do processo de des-reterritorialização dos gaúchos para o Norte do Paraná pode contribuir também para um entendimento de uma rede de tradições no estado a partir dos CTGs, bem como sua articulação com outras regiões do Brasil e até exterior, projetando uma complexidade e importância maior para o estudo. Nesse aspecto, os CTGs são entidades que, por natureza, divulgam a cultura gaúcha dentro e fora do Rio Grande do Sul e engendram múltiplas territorialidades, com gaúchos e paranaenses interagindo em um mesmo espaço por razões e com frequências diferentes, isto é, um espaço que converge temporalidades distintas.

Levando em consideração as nossas reflexões iniciais, para compreender o processo de reterritorialização dos migrantes gaúchos no Norte do Paraná, formulamos relações secundárias baseadas em hipóteses para conseguir estabelecer uma relação com a ideia central da tese, possibilitando a apreensão do objeto empírico (Figura 1). As hipóteses englobaram, especialmente, o papel dos CTGs como centro da territorialidade gaúcha e principal instituição na escala municipal no que se refere ao tradicionalismo gaúcho.

Figura 1. Relação entre objetivo geral e as hipóteses da pesquisa.



Elaborado por: Tatiana Colasante (2016).

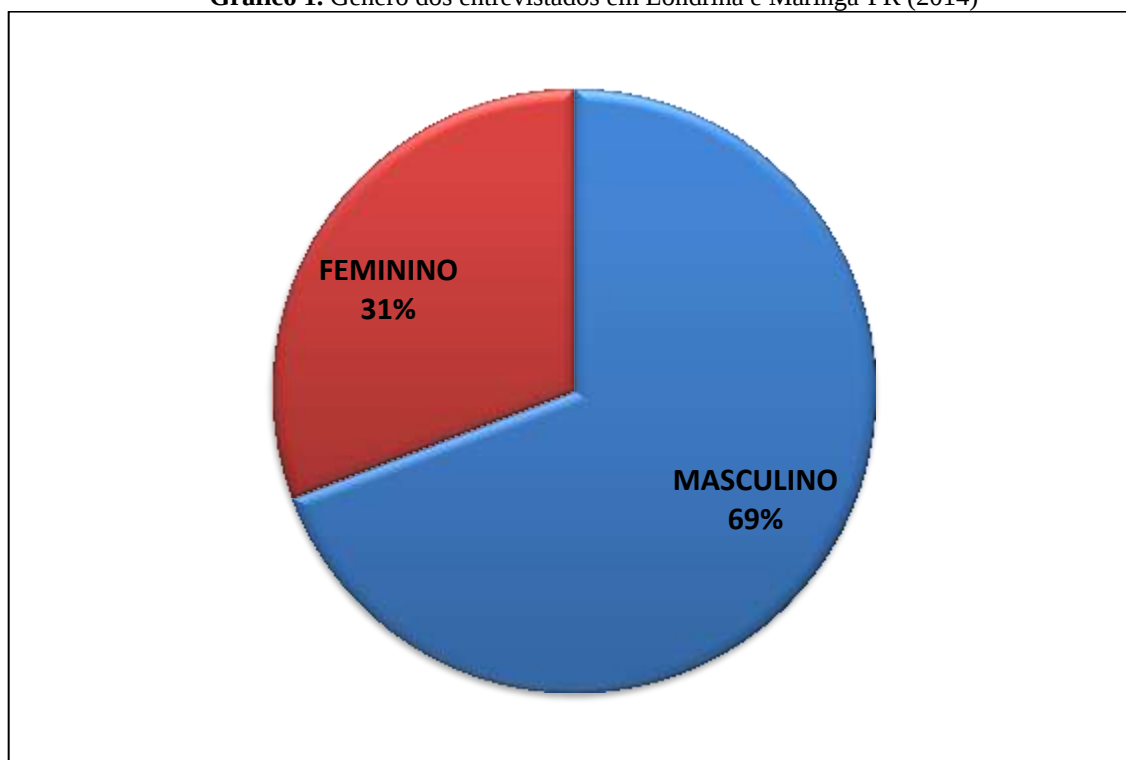
Ressaltamos que, embora nossa via de análise passe pelos três processos territorialização-deterritorialização-reterritorialização, o destaque na reterritorialização é pelo enfoque dado à relação dos gaúchos com o Norte do Paraná, ou seja, quando se reterritorializam. Nesse entendimento, utilizando uma leitura do território em uma perspectiva cultural, mas sem desconsiderar existência de outras dimensões de análise, a desterritorialização é percebida como uma *linha de fuga* (DELEUZE; GUATTARI, 1997), um desenraizamento (inclusive cultural), mesmo que temporariamente, porque é um processo associado à reterritorialização que remete a outra territorialização em outro território.

Inicialmente, para a discussão das identidades territoriais e tendo em vista a importância dos CTGs, propusemos a realização de entrevistas com os migrantes gaúchos, considerando apenas os sujeitos nascidos no Rio Grande do Sul, já que somente eles poderiam fornecer as informações sobre o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização dentro do contexto migratório que estávamos abordando. Além deles, realizamos também entrevistas com os presidentes e/ou representantes dos CTGs já que estes espaços são constituídos para a preservação e divulgação da cultura gaúcha em diversos territórios. Dessa maneira, buscamos analisar o seu funcionamento e a representatividade destes espaços para os migrantes gaúchos do norte-paranaense.

Fazer a interpretação das vozes dos sujeitos da pesquisa não é uma tarefa fácil, pelo contrário, é extremamente complexa na medida em que o pesquisador necessita incorporar significados do seu próprio entendimento nesta análise. Dessa maneira, as ideias contidas na fala dos entrevistados passam pelo olhar do pesquisador através da subjetividade, na qual cada sujeito tem uma interpretação própria sobre determinado assunto. Ademais, realizar entrevistas exige planejamento e também algumas ressalvas a fim de conduzir melhor o procedimento assim como a relação pesquisador-entrevistado. Em se tratando de abordar questões sociais, vários elementos do comportamento humano devem ser levados em consideração, tais como motivações, valores e crenças, como apontam Boni e Quaresma (2005), ou seja, devem ser respeitados os valores de cada sujeito.

A escolha do entrevistado deve ser baseada em sujeitos que conheçam o tema a ser investigado e que tenham disponibilidade para fornecer as informações requeridas. Com relação à amostra, levamos em consideração a *diversificação* e a *saturação*, como explica Marre (1991). Dessa forma, chegamos a um total de 26 entrevistas, sendo 15 delas realizadas em Londrina e 11 em Maringá. Sobre o número de entrevistas, nos atentamos a limitar a sua aplicação na medida em que as respostas dos entrevistados começavam a apresentar *saturação*, com a repetição das respostas. Embora a intenção não seja fazer um estudo geracional nem tampouco de gênero, buscamos fazer uma *diversificação* da amostra, com gaúchos de diferentes faixas etárias, o que contemplou sujeitos entre 24 e 72 anos e de ambos os gêneros (Gráfico 1) a fim de buscar nessas diferenças, algumas similaridades que possam nos auxiliar a compreender o processo de migração dos gaúchos para o norte-paranaense e a sua identidade territorial.

Gráfico 1. Gênero dos entrevistados em Londrina e Maringá-PR (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (2014). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2014).

Destacamos que é muito difícil encontrar gaúchos pioneiros porque, nas palavras de um dos entrevistados de Maringá: “[...] o CTG já está com 30 anos, então [as pessoas que fundaram] já tinham 40, 50 anos [...]. Essas pessoas morreram, envelheceram, foram embora” (José Ernesto Tavares, Diretor Social do CTG Rincão Verde). Realizamos também entrevistas com os responsáveis pelos CTGs destes dois municípios a fim de obter maiores informações sobre a fundação, a organização e infraestrutura destes espaços. Nos dois CTGs existentes em Londrina, as informações foram obtidas com os patrões atuais e com ex-patrões². No CTG de Maringá, conversamos com um dos fundadores e atual Diretor Social da entidade.

Além das entrevistas, participamos de duas festas realizadas no CTG de Londrina: Baile de Aniversário do CTG e Churrasco Fogo de Chão. No período em que foram feitas as entrevistas em Maringá, o CTG não estava realizando nenhuma festa, somente ensaios do grupo de dança. Fizemos registro fotográfico no espaço e também uma pesquisa documental no acervo da instituição, já que a mesma possui uma biblioteca na qual existem livros

² Dentro do Movimento Tradicionalista Gaúcho, o termo “patrão” é designado para se referir ao presidente do CTG.

diversos sobre a cultura gaúcha e fotos de antigas festas realizadas no espaço, bem como registros de momentos importantes para o CTG como sua fundação.

Em um primeiro momento, planejamos entrevistar somente os migrantes gaúchos que frequentavam os CTGs, mas ao longo da pesquisa verificamos que havia outro grupo de sujeitos que participava ativamente dos CTGs, formado por paranaenses que se consideravam gaúchos – *paranaúchos*³. Pela sua importância na formação da rede de tradições gaúchas do norte-paranaense, a partir do Exame de Qualificação, nos foi sugerido que entrevistássemos também alguns paranaenses que frequentavam ativamente o CTG para saber como surgiu o interesse pela cultura gaúcha. Dessa forma, acabamos inserindo na pesquisa esses sujeitos que assimilam a cultura de outro território e difundem o tradicionalismo no norte-paranaense, constituindo-se assim, em *trunfos* do poder (RAFFESTIN, 1993) para os CTGs.

A amostra dos *paranaúchos* contemplou também a diversidade e optamos, inicialmente, por realizar 10 entrevistas, sendo 5 delas em Maringá e 5 delas em Londrina. De fato, a amostra foi suficiente, já que começou a apresentar *saturação* nas respostas e, dessa forma, não sentimos a necessidade de realizar mais procedimentos desse tipo. Metade dos entrevistados foi composta de homens, entre 24 e 55 anos e a outra metade de mulheres, entre 20 e 54 anos. O contato inicial foi via Secretaria do CTG Rincão Verde de Maringá, que passou o contato dos instrutores de dança da entidade e, a partir deles, foram feitas entrevistas com alguns sujeitos que participam dessa modalidade. Em Londrina, a abordagem foi via um contato particular da pesquisadora, um londrinense que participa do CTG e a partir dele, obtivemos mais um contato. Os demais foram conseguidos via internet, na página do *Facebook* da entidade, na qual selecionamos contatar sujeitos que a princípio se demonstraram mais atuantes nos assuntos discutidos naquele ambiente.

A escolha do recorte espacial pode ser explicada por duas razões. A primeira, pelo fato de já termos trabalhado com um tema similar no Mestrado enfocando o município de Londrina a partir dos imigrantes. Assim, ampliar a discussão das identidades territoriais para um grupo social que apresenta múltiplas territorialidades no município – os gaúchos - e que

³ Escolhemos a denominação inspirados em José Vicente Tavares dos Santos em sua obra *Matuchos – exclusão e Luta*, na qual o autor relata a migração dos gaúchos para o Mato Grosso. *Paranaúchos* surge na intenção de se pensar em uma associação entre paranaenses e gaúchos, remetendo aos sujeitos que se consideram gaúchos mesmo não tendo nenhum vínculo territorial com o Rio Grande do Sul.

preserva o seu tradicionalismo é extremamente importante do ponto de vista pessoal porque possibilita uma continuidade de um estudo já iniciado anteriormente, mas com novas reflexões. Além disso, do ponto de vista da produção acadêmica se justifica pelo fato de ser uma pesquisa inédita e que traz à tona a emergência de estudos que privilegiem também as minorias que estão produzindo territorialidades e interferindo na configuração das redes migratórias e repassando o tradicionalismo a paranaenses que acabam incorporando a cultura gaúcha e se autodenominam gaúchos.

De início, a intenção era trabalhar com todo o norte-paranaense, a partir dos municípios que tinham CTGs. No entanto, essa opção se demonstrou inviável porque identificamos a existência de mais de 40 municípios com CTG no Norte do estado. Assim, como Londrina já era a primeira opção da pesquisa, decidimos mantê-la e acrescentar o município de Maringá pelo fato de apresentar similaridades históricas e culturais com Londrina, já que ambos os municípios, como argumenta Silva (2006) são fruto de uma mesma empresa colonizadora. Além disso, não apresentam uma identidade territorial definida e possuem CTGs que são amplamente frequentados por sujeitos de toda a região, mas que não guardam na maioria dos seus relatos históricos menção à vinda de gaúchos, novamente demonstrando uma omissão desse grupo na dinâmica migratória do estado.

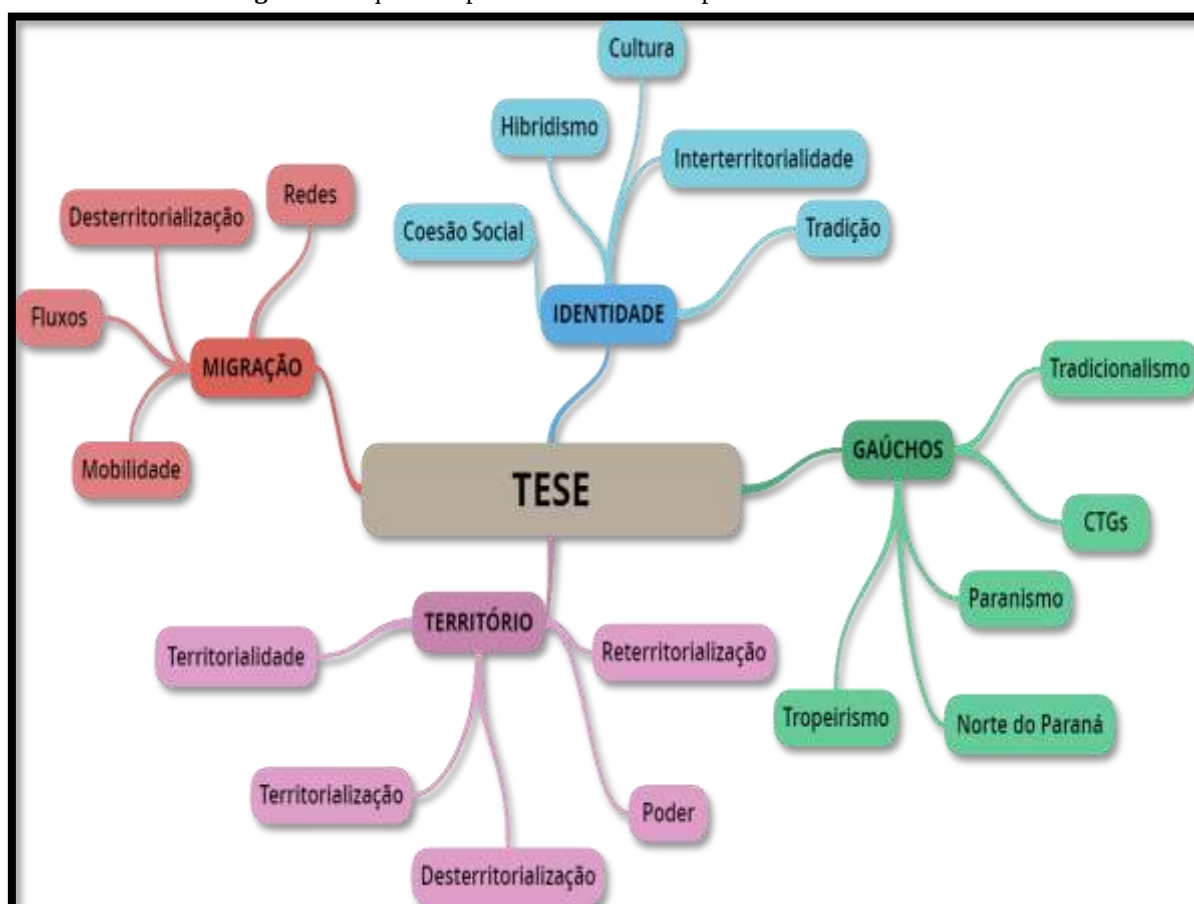
Tanto Londrina como Maringá se inserem no contexto da “colonização nos moldes capitalistas”, como chama Bragueto (2007), da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), de capital inglês. A partir dessa iniciativa, Londrina acabou se tornando a sede da Companhia e, com isso, atraiu dezenas de compradores de terras e trabalhadores vindos de várias regiões do país e do exterior. Em nosso trabalho anterior, apontamos a existência de mais de 30 etnias diferentes que vieram para o município, o que acabou contribuindo para que a sua identidade territorial seja composta de um híbrido cultural (COLASANTE, 2012).

Já, Maringá, tornou-se sede da Companhia após o esgotamento dos lotes em Londrina e também passou por processo similar, com a vinda de migrantes de diferentes origens e que trouxeram um legado importante para o município. Dessa forma, isso acabou também conferindo um caráter de pluralidade cultural em sua identidade. Além disso, ambos os municípios vez e outra são alvo de projetos públicos que visam forjar a construção de elementos culturais buscando a formação de uma identidade legitimadora, com o Estado atuando de forma incisiva na produção de símbolos.

A nosso ver, podemos compreender a construção da tese a partir de um processo. A “raiz” da tese é o tema de pesquisa porque tudo que se desenvolve na e para a tese é em função do tema escolhido. É a partir dele que definimos os objetivos, a metodologia e a fundamentação teórica, ou seja, é o elemento “nutriente” da tese. Neste movimento, há novos elementos que surgem a partir da construção e, com isso, poderemos aprofundar estudos posteriores sobre a pesquisa, contribuindo para a sua qualificação.

Após a definição do tema, foi necessário inserir um quadro teórico para que nossa problemática tivesse um respaldo científico. Escolhemos o referencial levando em consideração alguns conceitos centrais que possibilitassem o desdobramento em subtemas para uma melhor apreensão do objeto de estudos. Optamos por construir a parte teórica em função dos seguintes elementos de análise: território; migração; identidade e gaúchos. Com isto, fundamentamos o processo de pesquisa (Figura 2).

Figura 2. Esquema representativo da tese a partir de temas correlatos.



Elaborado por: Tatiana Colasante (2016).

A elaboração do quadro teórico, com base na pesquisa bibliográfica e documental, nos possibilitou uma visão mais detalhada do objeto de estudos, por intermédio de diferentes perspectivas de análise. Assim, não bastava saber que existiam gaúchos no Norte do Paraná e que alguns deles frequentam os CTGs, mas era também importante compreender que há um processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização envolvido, que possibilita a (re) construção de uma identidade territorial em territórios distantes do Rio Grande do Sul.

Além dessa tipologia de estudo, destacamos ainda a utilização da *netnografia*⁴, pois, foi necessária a incursão pelo *ciberespaço*, principalmente, em redes sociais, para que pudéssemos explicar a amplitude da territorialidade gaúcha. Destacamos que o *Facebook* é amplamente utilizado pelos CTGs para divulgação das suas atividades e, com isso, existe uma interação maior entre os sujeitos que participam deles como também atrai novos adeptos, contribuindo para que a rede de tradições gaúchas se amplie. A partir da participação em comunidades específicas e em grupos fechados, permanecemos na condição de observadores, buscando não interferir nas relações ali estabelecidas e sim, procurando analisar as diferentes formas de socialização, identificando conflitos e formas de solidariedade.

Afirmamos que não há, na bibliografia disponível, subsídios teóricos suficientes que dão conta de explicar a inserção dos migrantes gaúchos no processo de composição étnica no Norte do estado. Assim, há necessidade de realizarmos estudos desta natureza, destacando os processos culturais e as redes formadas a partir do (possível) fluxo migratório gaúcho. A investigação acerca do processo de desterritorialização-reterritorialização destes gaúchos pode contribuir também para um entendimento da difusão gaúcha no Paraná, assim como sua articulação com outras regiões do Brasil, projetando uma amplitude para o estudo. Além disso, focar estes sujeitos que tanto foram negligenciados em estudos populacionais norte-paranaenses é uma possibilidade de expandir as discussões sobre a identidade territorial em Londrina e Maringá, que foram os municípios elegidos para serem pesquisados porque acreditamos que a identidade gaúcha faz parte da multiplicidade cultural que os caracteriza.

Posteriormente, veio a tarefa de conferir operacionalidade ao problema teórico, como explica Marre (1991), ou seja, a necessidade de transformar o objeto científico em atos

⁴ Utilizamos a expressão *netnografia* para nos remeter aos estudos das comunidades e comportamentos culturais em ambientes virtuais. Como explica Polivanov (2013), o termo foi cunhado a partir da década de 1990 juntamente com outros como *etnografia virtual*, *webnografia* e *ciberantropologia* em uma tentativa de explicar a utilização da etnografia nos ambientes virtuais.

operacionais por intermédio de estratégias metodológicas. As dimensões operacionais e os indicadores da nossa pesquisa foram: pesquisa de campo em Londrina e Maringá com aplicação de questionários junto aos responsáveis pelos CTGs (Apêndice A); entrevistas com migrantes gaúchos nesses dois municípios (Apêndice B); entrevistas com *paranaúchos* em Londrina e Maringá (Apêndice C); elaboração de gráficos, tabelas, mapas e *layouts*; registro fotográfico. Com isso, buscamos compreender a formação da identidade territorial destes sujeitos a partir da sua reterritorialização no Paraná e verificar *in loco* como se processam as manifestações culturais gaúchas em território paranaense. A parte gráfica facilitou uma melhor visualização dos resultados e o entendimento de processos singulares das territorialidades gaúchas.

As entrevistas foram *semi-estruturadas*, isto é, combinando-se perguntas abertas e fechadas, possibilitando mais liberdade e espontaneidade aos entrevistados para explanarem sobre o tema em foco. A respeito da escolha dos nossos entrevistados, o contato inicial foi estabelecido, inicialmente, a partir de pessoas do nosso convívio social, ou seja, pessoas que conheciam algum migrante gaúcho. Isso vai ao encontro do que Bourdieu (2008, p. 697) recomenda a respeito da realização de entrevistas a fim de reduzir a *violência simbólica* que algumas vezes é exercida nestes procedimentos, com a intervenção excessiva e arbitrariedade do entrevistador:

A proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma “*comunicação não violenta*”. De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objetivos revelados pela análise. Por outro lado, encontra-se também assegurado neste caso um acordo imediato e continuamente firmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas da comunicação.

A partir daí, conseguimos o contato de outros migrantes gaúchos, já demonstrando que o convívio social destes forma redes, ou seja, eles buscam manter contato entre seus conterrâneos que residem no Norte do Paraná. Dessa forma, não foi difícil, através de um único gaúcho, chegarmos a contatar outros cinco, por exemplo. Não podemos deixar de lado, portanto, a importância das redes sociais para alcançar outros contatos. No caso em específico, o *Facebook* contribuiu para que, através das páginas dos CTGs de Londrina e Maringá, pudessemos entrar em contato para agendar entrevistas com os padrões dos CTGs e

com gaúchos que participam destes espaços. Além disso, convém mencionar que o fato de me apresentar a eles como gaúcha ou nascida no Rio Grande do Sul foi um grande diferencial nesse processo porque logo abriam um sorriso e se mostravam mais à vontade para falar com uma conterrânea.

As entrevistas realizadas foram gravadas e feitas individualmente em diferentes locais, como CTG, espaços públicos (praças), hotel, local de trabalho e na própria residência dos entrevistados através de agendamento prévio. Nesse sentido, buscamos adequar os melhores horários e locais para que os entrevistados ficassem mais tranquilos para fornecer as informações solicitadas. A utilização do gravador foi um fator de inibição para alguns deles, que acabavam respondendo de forma mais simplificada as perguntas feitas. Vale destacar que duas entrevistas em Londrina foram realizadas por e-mail, porque naquele momento não existia a possibilidade de agendar um encontro pessoalmente com estes gaúchos, o que não comprometeu a pesquisa, já que todas as perguntas foram respondidas conforme solicitado.

De acordo com Marre (1991), é necessário ainda que os dados coletados sejam submetidos a um controle experimental. Este processo pode ser conseguido pela análise comparativa, que possibilita ao pesquisador fazer distinções e apontar tendências. Nesse sentido, a pesquisa de campo nos permitiu fazer observações a respeito da organização infraestrutural dos CTGs de Londrina e Maringá, verificando o funcionamento dos mesmos e da presença de *códigos culturais*⁵ que remetessem à cultura gaúcha, além de acompanhar o funcionamento da sua rotina administrativa e das atividades festivas. Essas observações foram extremamente importantes e trouxeram outras percepções sobre a identidade territorial gaúcha, possibilitando mais indagações para a pesquisa e também uma quantidade mais diversificada de informações que explicam o funcionamento destes espaços e o papel que desempenham na formação da identidade territorial dos gaúchos.

Todas as entrevistas gravadas foram transcritas e buscamos transparecer a maior fidelidade possível ao reproduzir a fala dos entrevistados, sobretudo, para manter algumas expressões típicas gaúchas, denotando o forte regionalismo ainda existente em alguns deles. Posteriormente, escolhemos as técnicas de codificação para transformar os dados coletados

⁵ Utilizamos a expressão *códigos culturais* de Claval (1999) para nos referirmos aos elementos culturais (i) materiais presentes na vida de determinados grupos sociais em certo território, tais como edificações, festas, gastronomia etc.

em informações. Optamos por fazer a codificação dos dados utilizando *categorias temáticas* a partir dos aspectos sociais, migratórios e culturais dos entrevistados. Para Gibbs (2009), essas categorias podem ser pensadas em função do referencial teórico da pesquisa ou até mesmo de tópicos utilizados no roteiro da entrevista, entre outros.

O importante é extrair dos dados elementos significativos que possam ser interpretados e codificados através de uma hierarquia, ou seja, agrupar códigos semelhantes ou que se referem aos mesmos assuntos e assim por diante, como aconselha o autor. Preferimos o anonimato de nossos entrevistados, mesmo que os participantes das entrevistas gravadas não tenham feito nenhuma objeção em manter seus nomes originais. Desse modo, os nomes apresentados na nossa análise são fictícios mas não alteram o resultado da pesquisa, pois, mantivemos todas as informações de forma fidedigna. A interpretação final dos dados foi feita com base no nosso quadro teórico, buscando um diálogo entre empiria e teoria a partir dos conceitos centrais da nossa análise.

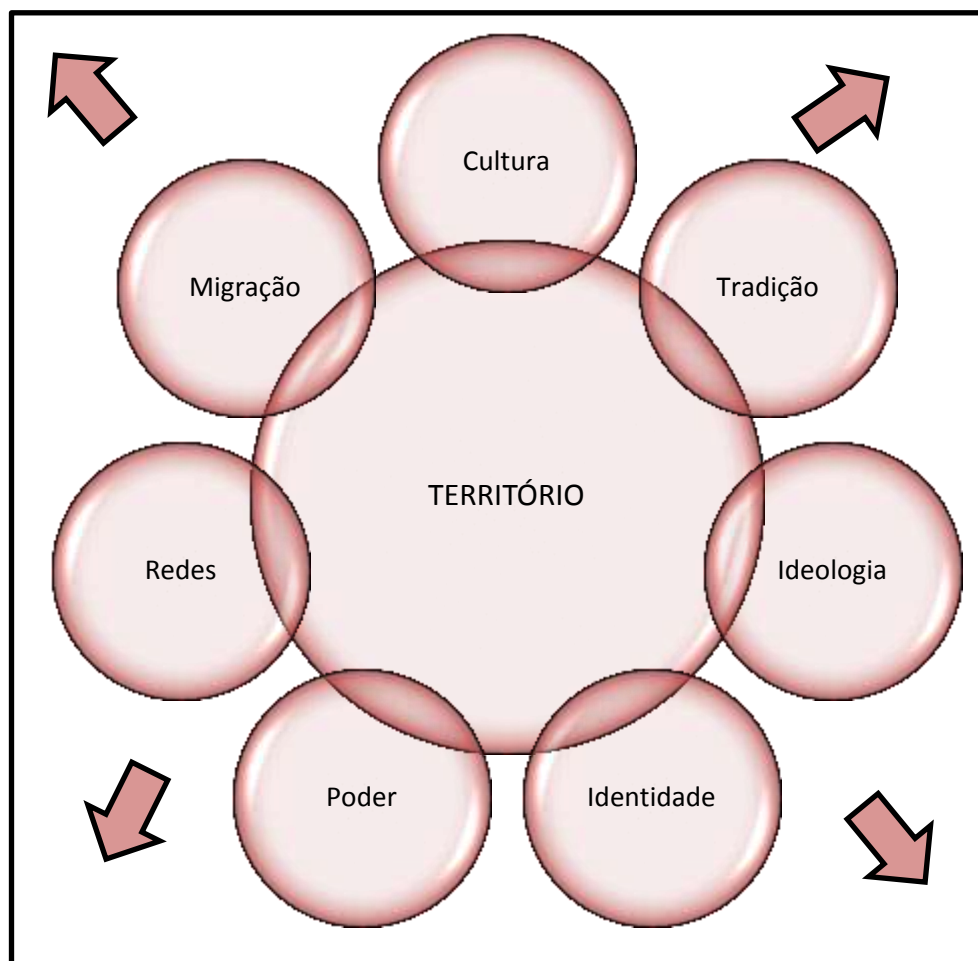
Aliando a teoria à parte empírica, conseguimos realizar a análise das 26 entrevistas com os gaúchos e representantes dos CTGs Rincão Verde de Maringá, CTG Rincão Sulino e CTG Novas Coxilhas, de Londrina, obtidas entre o segundo semestre de 2014 e o segundo semestre de 2015 e também das 10 entrevistas realizadas com *paranaúchos* em Londrina e Maringá no primeiro semestre de 2016. Em um primeiro momento, estas entrevistas foram transcritas e a partir daí optamos por agrupar as respostas em grandes temas para identificar as similaridades e as diferenças entre as respostas dos entrevistados.

Levando em consideração nossos objetivos, pensamos em uma estrutura da tese que possibilitasse uma interação entre os temas centrais: território; identidade territorial; migrações. A partir do objetivo central, de analisar a migração dos gaúchos para a região Norte do Paraná dentro do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, destacando os aspectos socioculturais que corroboram para a manutenção de uma identidade territorial gaúcha no Paraná, pensamos em estruturar o primeiro capítulo privilegiando os principais temas e, por isso, levou o nome de *Território, Migração e Identidade*.

Tendo como categoria analítica, o território, desenvolvemos uma linha de investigação privilegiando as questões das suas múltiplas dimensões; o poder; a cultura, a tradição e ideologia; as identidades territoriais; as migrações e; as redes (Figura 3). Para

iniciar, partimos pela ótica de Santos (1978 e 1996), Raffestin (1993) e Souza (2009) confrontando a ideia de território e espaço. Apresentamos também a origem etimológica e conceitual de território com Haesbaert (2011), Gottmann (1973) e Claval (1999) explicando as diferentes conotações empregadas para o território ao longo do tempo, demonstrando que o território é um conceito essencialmente, político.

Figura 3. Esquema da abordagem teórica no capítulo 1 da tese.



Elaborado por: Tatiana Colasante (2016)

Com Sposito (2005), Haesbaert (2011), Deleuze e Guattari (1995, 1996, 1997) demonstramos que o conceito de território na Geografia possui diferentes abordagens. Mesmo trabalhando com a questão mais enfática na dimensão cultural, nos propusemos a pensar o território a partir de uma abordagem sem negligenciar as demais dimensões. Em seguida, demonstramos a visão de vários autores sobre o território, destacando os estudos de Claval (1999), Deleuze e Guattari (1995, 1996 e 1997), Gottmann (1973 e 2012), Haesbaert (2011,

2012 e 2014), Raffestin (1993), Santos (1978,1996 e 2000), Saquet (2003, 2005, 2007 e 2011a), Souza (1995, 2009 e 2013a) e Sposito (2004 e 2005).

Demonstramos os diferentes posicionamentos dos autores, ao mesmo tempo em que buscamos as similaridades, como a presença do poder na discussão do território. Além disso, são discutidas as várias facetas do território e suas dimensões: (micro e macro) territorialidades, territorialização, desterritorialização, reterritorialização. Entendemos que todos esses desdobramentos territoriais são fundamentais para a compreensão de como os sujeitos se relacionam com o território e como podemos explicar a migração entre múltiplos territórios.

Sobre as territorialidades, utilizamos Soja (1971), Sack (1986), principalmente, já que são referências importantes nesse tema. Também utilizamos Saquet (2011a e 2011b), que acaba contribuindo para uma perspectiva de análise em rede, assim como Haesbaert (2011 e 2012). Com isso, agregamos as reflexões sobre o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, com Deleuze (1988), Deleuze e Guattari (1996), Guattari e Rolnik (1986) e Saquet (2003, 2009, 2011b), admitindo que são elementos indissociáveis e contínuos.

Em uma microescala, na qual estamos inserindo algumas práticas territoriais dos sujeitos da nossa pesquisa, achamos conveniente também associar uma discussão das macro e micro territorialidades, com Heidrich (2009), Fortuna (2002), Denez (2012) e Pinós da Costa (2012 e 2013). Como o território está associado a uma ideia de poder, utilizamos como principal nome Foucault (1979, 1987 e 1999) para explicar como atuam os “dispositivos” do poder e, com isso, fazer uma ligação com os CTGs, sobretudo, quando verificamos que se trata de entidades com normas reguladoras e disciplinadoras. Além disso, ressaltamos que o poder está em toda parte, em esferas, econômicas, políticas, culturais, a partir de *micro-poderes*.

Já a inserção da cultura no território deu respaldo às ideias de Chauí (2008), realizando um resgate histórico do termo e suas reflexões. Com Geertz (2008), invocamos uma perspectiva interpretativa da antropologia que concebe a cultura como uma *teia de significados*. Sobre as tradições, foi pertinente utilizar o estudo de Hobsbawm e Ranger (1997) a respeito das invenções das tradições que, em grande parte, contribuíram para a

análise da formação das identidades territoriais em Londrina e Maringá. Utilizando Thompson (2011) e suas *formas simbólicas* da cultura, identificamos as diferentes formas que a ideologia se apresenta. Certamente isso nos auxiliou a perceber o discurso da ideologia do tradicionalismo gaúcho que é tanto criticada por Golin (1983).

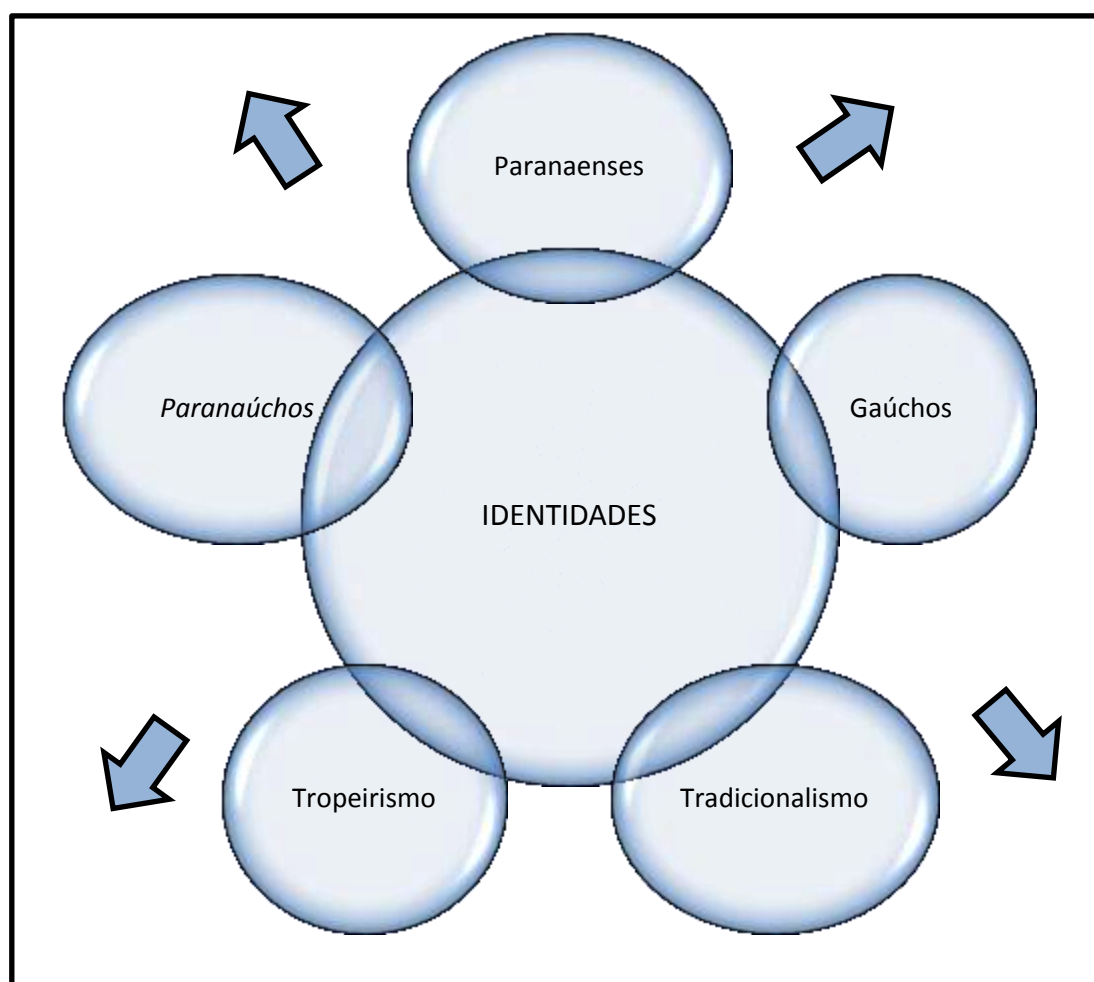
Utilizando Hall (2006), expusemos uma leitura da identidade levando em consideração as mudanças históricas da sociedade, que culmina com uma crise de identidade ou ainda em *identidades contraditórias*. Giddens (2002) também aponta as mudanças da sociedade e insere a discussão da *auto-identidade*. A importância das identidades é apontada por Cuhe (1999) como portadora de um sentido de localização do sujeito em um sistema social. Com isso, chegamos às identidades territoriais, em que recorremos aos estudos de Haesbaert (1999) para entender que as identidades são relacionais e se processam dentro de um território. Logo, é a identidade territorial que buscamos para designar o tradicionalismo gaúcho.

Neste ponto, partimos para a questão das migrações, já que até aqui discorremos sobre o território e as identidades. Assim, pode-se dizer que essa etapa compreendeu o processo da territorialização e, com a inserção das migrações, conseguimos, dimensionar melhor a desterritorialização e a reterritorialização. Sendo assim, utilizando Andrade (1998), percebemos de que forma podemos compreender a migração a partir do tempo e do espaço. Santos et.al (2010) foram abordados para que pudéssemos demonstrar a existência de teorias migratórias que se baseiam nos aspectos *micro* e *macro* da sociedade e, assim, conseguimos vislumbrar a abordagem que pretendemos com a migração gaúcha, a perspectiva multidimensional.

Em um contexto sobre as redes que entendemos como essencial tanto para a explicação do processo de migração dos gaúchos como das relações do tradicionalismo gaúcho, utilizamos os estudos de Raffestin (1993) que denominou a configuração do território como um *sistema territorial*. Destacamos também as contribuições de Saquet (2003 e 2005), Souza (2013a), Corrêa (1997), Santos (1996 e 1978) e Haesbaert (2011) que possibilitaram um esclarecimento melhor sobre as relações reticulares e, com isso um aprimoramento da discussão a respeito dos processos de desterritorialização e reterritorialização.

O capítulo 2 da tese recai sobre o nosso recorte espacial e é intitulado *Paranaenses, Gaúchos e Paranaúchos*. A forma diferenciada de expor os sujeitos envolvidos no processo da pesquisa, ao mesmo tempo, nos instiga a pensar na questão da disseminação cultural e das múltiplas identidades (Figura 4). Trazemos para esse capítulo, a formação do gaúcho, no sentido de conferirmos as influências étnicas do Rio Grande do Sul, além de um contexto de formação do estado a fim de averiguar o surgimento do tradicionalismo gaúcho e suas influências. Para isso, utilizamos, principalmente, Brum (2009), Luvizotto (2009), Weber (2010), Saint-Hilaire (1999)⁶, Laytano (1969), Saquet (2003), Brum Neto (2012) e Bellomo (1996). Assim, identificamos os *códigos culturais* desses sujeitos, como denomina Claval (1999).

Figura 4. Esquema da abordagem teórica no capítulo 2 da tese.



Elaborado por: Tatiana Colasante (2016).

⁶Texto originalmente publicado em 1820.

A respeito do tradicionalismo, tecemos a história desse movimento relacionando as concepções originais propostas por Lessa (1984) e também recorremos a Cirne (2011) para compreender a formação dos CTG e de tantos outros elementos culturais importantes para o tradicionalismo gaúcho e que acabam sendo reproduzidos em outros territórios (inclusive, virtuais). Para alguns autores, como Oliven (2006), o tradicionalismo gaúcho acaba sendo uma espetacularização da cultura, já que acaba exagerando na sua mercantilização e reproduzindo valores que não fazem parte da vida da população.

Como o CTG foi central para que fizéssemos a análise da manutenção das identidades territoriais dos migrantes gaúchos no Paraná, demos a devida atenção à sua abordagem. Sendo assim, relacionamos a questão do poder e da cultura inerente a estas entidades, utilizando novamente Geertz (2008). O entendimento do CTG como uma configuração em centro foi feita a partir de Sposito (2001). As relações que se estabelecem dentro do CTG e resultam em diferentes territorialidades que ali estão presente, foram compreendidas com Foucault (1979).

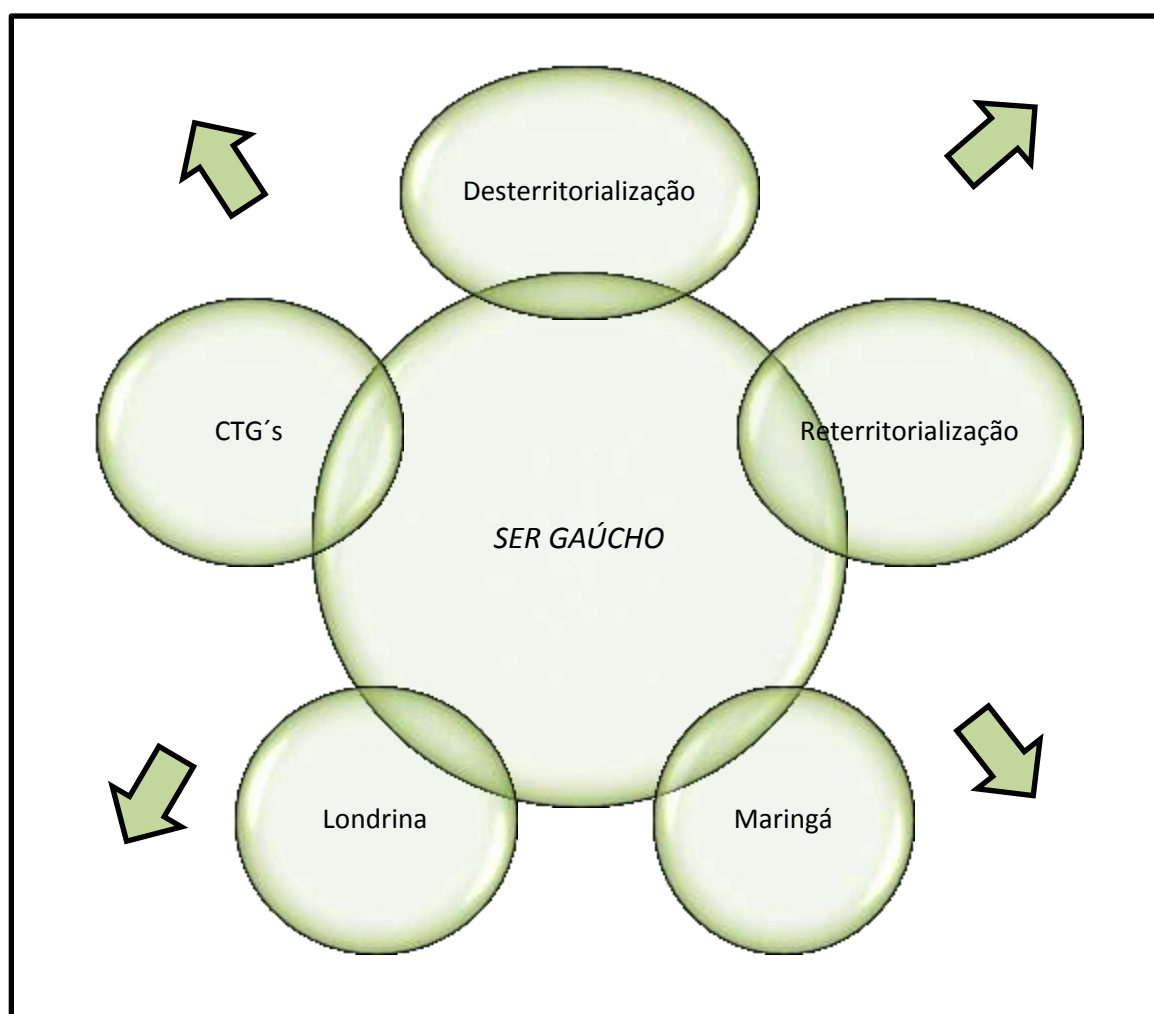
Para verificar a existência de influências culturais gaúchas no Paraná, buscamos o início da migração gaúcha para o estado por intermédio de Ortolan (2007), Mondardo (2009), Santos (1993) e Simon (2009). Padis (1981) nos situa sobre o processo de ocupação territorial do Paraná e, com isso, conseguimos verificar a existência de diferenças regionais e, dessa forma, foi possível inserir um ponto fundamental para a pesquisa que se refere aos entrelaçamentos históricos entre Paraná e Rio Grande do Sul. A partir de Zatti (2013) conjecturamos uma aproximação do *Tropeirismo* com o legado cultural gaúcho e que pode ter contribuído para que o tradicionalismo gaúcho começasse a ser disseminado no Paraná, sobretudo, com a fundação de diversos municípios pelos tropeiros.

Temos, atualmente, uma forte cultura gaúcha no estado e o Norte do Paraná, com menos intensidade, não fica fora do processo. Diante disso, identificamos os “paranaenses de bombachas” que participam ativamente dos CTGs e têm papel fundamental na disseminação desses valores. Para encerrar o capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa de campo que

culminou com a realização de entrevistas com estes sujeitos, subsidiando a compreensão da identidade territorial gaúcha no Norte do Paraná.

O capítulo 3 já vai convergir para uma aproximação dos municípios de Londrina e Maringá com a territorialidade gaúcha. Nominamos essa parte como *Entre dois territórios: o “ser gaúcho” no Norte do Paraná* para buscar dar ênfase a essa dualidade que, muitas vezes, o migrante enfrenta no que se refere à sua identidade territorial (Figura 05). Ali, desenvolvemos, efetivamente, um contexto de formação do Norte do Paraná sob o enfoque de Muller (2007)⁷ e Wachowicz (1987), especialmente. Com Tomazi (2000) atrelamos à questão da ideologia na formação das identidades territoriais, compreendo assim, que as identidades são constituídas a partir de um contexto social que não reflete neutralidade.

Figura 5. Esquema da abordagem teórica no capítulo 3 da tese.



Elaborado por: Tatiana Colasante (2016).

⁷ Artigo publicado originalmente em 1956.

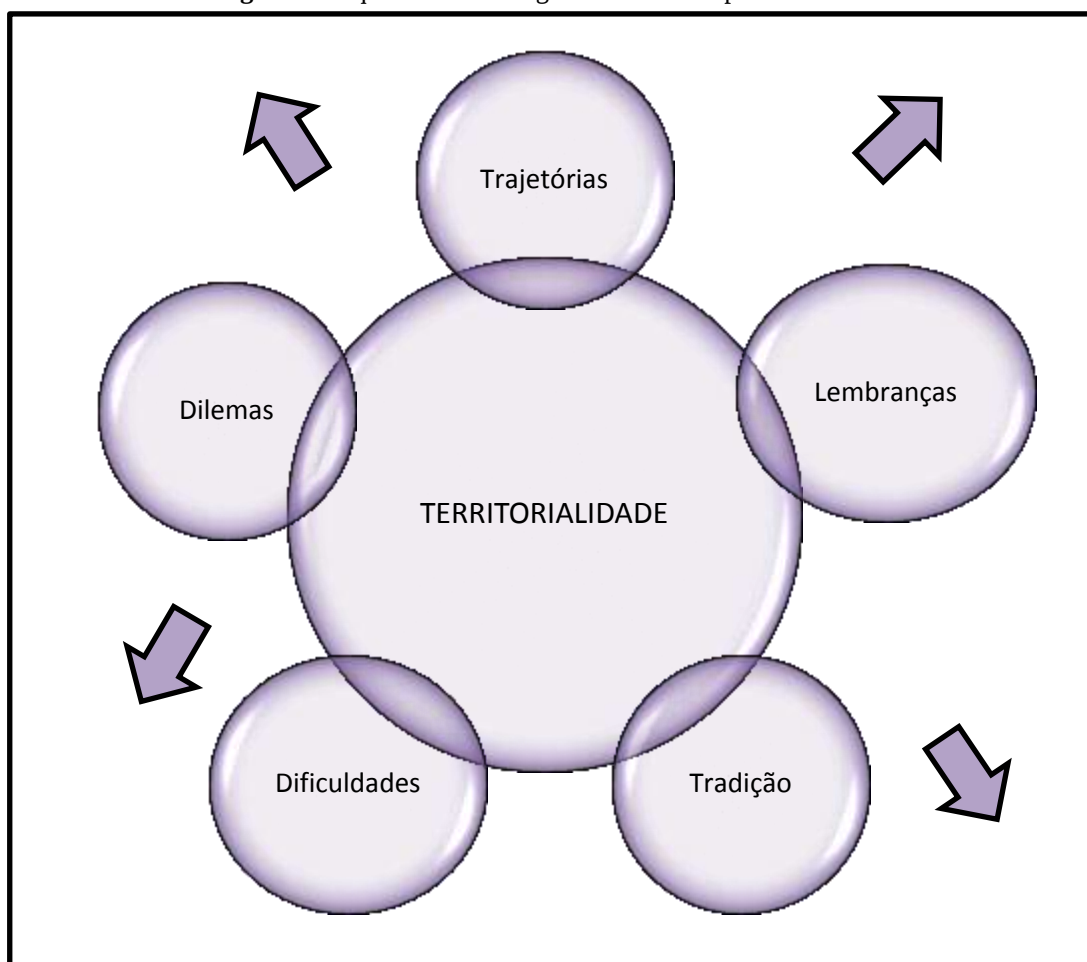
Buscamos similaridades no processo de colonização e discutimos a questão das influências culturais em Londrina e Maringá. A partir disso, inserimos a discussão sobre a territorialidade gaúcha no Norte do Paraná com o surgimento dos CTGs na região e depois em Londrina e Maringá. Trazemos os resultados da pesquisa em campo que fizemos nos CTGs de Londrina, Rincão Sulino e Novas Coxilhas e de Maringá, o Rincão Verde, utilizando as entrevistas realizadas com os representantes dessas entidades. Com isso, pudemos conhecer todo o funcionamento bem como o histórico de fundação destes CTGs.

Por fim, chegamos aos sujeitos da nossa pesquisa, os gaúchos. Para compreender a sua des-reterritorialização para Londrina e em Maringá, primeiramente, verificamos de onde vieram esses migrantes. Utilizando Brum Neto (2007) fizemos uma relação do local de nascimento dos gaúchos com o tradicionalismo para trabalhar a hipótese de que os sujeitos que saem de regiões mais tradicionalistas acabam reproduzindo os valores culturais em outros territórios. Com isso, investigamos a relação destes sujeitos com o CTG e outras formas de cultivar a tradição gaúcha. Por último, identificamos as causas da migração destes gaúchos para os municípios estudados.

O último capítulo da tese, *A reterritorialização dos gaúchos no Paraná* nos traz as relações destes sujeitos com o território de destino (Figura 6). Apresentamos as entrevistas realizadas com os migrantes gaúchos a partir de *categorias temáticas* (GIBBS, 2009), vinculando as diferentes etapas e vivências no processo de reterritorialização. Indicamos as diversas trajetórias que estes migrantes passaram até chegarem ao norte-paranaense.

Com Ferreira (1996, 2001, 2015), construímos um diálogo do migrante com a alteridade, pontuando as dificuldades e consequências emocionais deste processo. Verificamos com isso, de que forma esses migrantes acabam se relacionando entre eles, com o seu território de origem e com o seu território de destino. A partir daí, discutimos a emergência de se pensar o migrante como um sujeito em trânsito, que perpassa múltiplos territórios de transição em sua trajetória de vida e que vai refletir na formação de sua identidade territorial.

Figura 6. Esquema da abordagem teórica no capítulo 4 da tese.



Elaborado por: Tatiana Colasante (2016).

Abordamos também com a questão das redes sociais estabelecidas pelos migrantes que se conectam entre eles e acabam fornecendo uma segurança para estes gaúchos. Levantamos a questão da identidade atual destes sujeitos em meio a este paradoxo de ir e vir, ou seja, na vivência de interterritorialidade. Encerramos as discussões, demonstrando o sentimento dos paranaenses com relação à cultura gaúcha que, aparentemente, é algo inexplicável do ponto de vista do senso comum, gerando até conflitos, mas que faz sentido quando vinculamos esse processo a um contexto de disseminação cultural e novas formas de apropriação da mesma.

1 TERRITÓRIO, MIGRAÇÕES E IDENTIDADE

Neste capítulo inicial, serão realizados alguns apontamentos que nos levam à articulação dos conceitos centrais da nossa pesquisa: território, migração e identidade. A partir daí, discutimos as motivações envolvidas pela escolha do território como conceito-chave nesse trabalho. De início, entendemos que era necessário fazer um resgate histórico, explicando sua origem na Geografia, em razão de se tratar de um conceito utilizado em diversas ciências. Nesse sentido, torna-se uma tarefa complexa porque estamos lidando, primeiramente, com um conceito primordial na Geografia e que vem evoluindo de acordo com o próprio movimento da sociedade, passando por diferentes abordagens em diversas ciências.

Em outro momento, discorreremos sobre o sentido do território para a Geografia, apontando suas múltiplas concepções, de modo a demonstrar a necessidade de pensar o território não somente em uma perspectiva idealista, como muito se fez, nem puramente materialista, mas compreender o território a partir de uma perspectiva relacional que manifesta interconexões e se expande dentro de um sistema reticular. O território não é somente a base material, mas centro de convergência das relações de poder e afetividade, ou seja, relações imateriais que se fundem em diferentes (macro e micro) territorialidades. Com isso, introduzimos uma discussão também dos processos de te-des-reterritorialização, fundamental para as reflexões sobre o processo migratório. A questão do poder, por estar presente em todas as concepções de território abordadas, também foi incorporada, demonstrando as diferentes formas que o poder assume nas esferas da sociedade.

Outro eixo da nossa análise foi direcionado à cultura porque devido à abordagem do tradicionalismo gaúcho, era fundamental discorrer sobre os seus conceitos principais e vincular a cultura também à questão da ideologia e do poder. Com isso, conseguimos subsídios teóricos para a introdução do tema referente às identidades territoriais. Temos a identidade como um vetor de ligação entre território e migração, sobretudo, quando estamos discutindo o processo de desterritorialização-reterritorialização que confere elementos complexos para este entendimento, tendo em vista as desconstruções identitárias a partir da globalização que fragmentam, ao mesmo tempo, que unem os sujeitos por intermédio das suas relações sociais.

Discutimos de que forma as identidades podem ser pensadas, principalmente, na contemporaneidade, quando estamos diante de múltiplas influências culturais, ao mesmo tempo em que passamos por diversos territórios ao longo da nossa existência, resultando, dessa maneira, em uma sociedade de caráter plural, na qual os sujeitos portam diferentes identidades. Posteriormente, abordamos os fluxos migratórios que se processam em uma perspectiva espaço-temporal diferenciada para cada grupo e/ou sujeito e que possuem os mais variados motivos para realizar o deslocamento.

Através de uma demonstração das diferentes tipologias, bem como das teorias mais importantes da migração, buscamos enfatizar o nosso entendimento da migração gaúcha a partir dessas opções. Aliando a migração com a questão das interações sociais, foi necessária uma discussão sobre as redes sociais e as redes de migração, tão importantes para os sujeitos se sentirem acolhidos no processo de reterritorialização e que acabam, de certa forma, condicionando a vinda de vários migrantes para os territórios já que se tornam uma base de apoio e solidariedade para os que estão longe do território de origem, minimizando as dificuldades. Finalmente, pelo fato de apresentarem uma coesão do ponto de vista cultural, não poderíamos, assim, deixar de abordar os migrantes gaúchos no tocante à sua relação com a formação das redes.

1.1 Prolegômenos conceituais: o caráter multidimensional do território

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, des-continuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade), num único movimento; o novo contém, pois o velho, e este, e aquele. (SAQUET, 2007a, p.13).

Nossas reflexões iniciais incidem sobre a escolha de uma categoria de análise geográfica que possibilitasse uma compreensão da migração gaúcha e a tentativa que os gaúchos têm de manter sua identidade territorial vinculada a aspectos particulares do Rio Grande do Sul mesmo quando estão em diferentes municípios brasileiros e do exterior. Nesse processo, encontramos a materialização de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) que se constituem em espaços de preservação da cultura gaúcha, denotando o tradicionalismo de muitos migrantes. Desse modo, entendemos que o território sul-rio-grandense é a força motriz para que essa identidade esteja fortemente alicerçada sob valores históricos, sociais e culturais inerentes à própria história de formação daquele estado.

Assim, enveredamos nossas proposições para uma apreensão da realidade a partir de uma concepção teórica pelo viés do/no território, pois, essa escolha possibilita “[...] compreender elementos e questões, ritmos e processos, da sociedade e da natureza exterior ao homem (SAQUET, 2007a, p. 23)”. A opção por este conceito em detrimento de outros que usualmente são utilizados na Geografia, como: espaço, região, paisagem e/ou lugar não omite a importância dos mesmos, pelo contrário. Em vários momentos do nosso trabalho, será possível estabelecer as conexões entre dois ou mais conceitos, principalmente, território, espaço e região.

Destacamos que, historicamente, todos os conceitos supracitados já sofreram releituras e novas abordagens, sobretudo, na ciência geográfica. Embora haja diferenciações entre eles e que, de certa forma, permitem que os pesquisadores tenham autonomia em optar ora por um ou outro, dependendo do foco de sua análise, todos eles estão vinculados a processos diacrônicos e sincrônicos interdependentes que visam uma apreensão da relação sociedade-natureza. Portanto, ao considerarmos um conceito, é necessário termos a percepção de que se trata de algo constantemente reformulado em função do pensamento científico de dado momento. São nossas escolhas individuais e/ou coletivas a partir dessa construção social que vão possibilitar a explicitação das nossas ideias confrontando empiria e teoria ou vice-

versa. Assim, optamos por apresentar as concepções de alguns autores que mais auxiliaram na construção da nossa pesquisa através de seus estudos territoriais.

Embora espaço e território venham sendo utilizados, em algumas ocasiões, de forma associada nos estudos geográficos, não pretendemos aqui aspirar novas concepções sobre um ou outro conceito, mas apenas defender a utilização do território como elemento de análise que melhor explica nosso objeto de estudos. Enfatizamos uma entrevista de Milton Santos a respeito da confusão entre estes conceitos-chave:

Na verdade eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. Houve um tempo em que a gente discutia muito isso: “o espaço vem antes”, “não, o que vem antes é o território”. Eu acho que são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. Agora, a retificação que ando fazendo é que **não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores**. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. (CARVALHO, LEITE e SEABRA, 2004, p. 25, grifo nosso).

É possível identificar na fala do autor, o entendimento de que o território só faz sentido quando usado. O território em si, constituído apenas pelas formas, não é um objeto de análise social, somente quando usado, compreendido como sinônimo de espaço humano e habitado. Nessa ótica miltoniana, a materialidade do território se desassocia das relações sociais. Em outra proposta, Santos (1978, p. 233), apresenta a ideia de que “[...] a utilização do território pelo povo cria o espaço. [...] O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força [...]” e que não possui a mesma extensão ao longo da história, mas que em certo momento, se apresenta como um dado fixo.

Nessa perspectiva, o território é anterior ao espaço, que seria o resultado de uma ação social segundo as regras do modo de produção na qual está inserido e que o poder soberano torna, posteriormente, em força coercitiva. O entendimento do território pode abarcar um sentido limítrofe à sua existência, entretanto, devemos considerar que o território é constantemente (re) construído e seus limites e suas configurações podem mudar ao longo do tempo.

Já Raffestin (1993) parte do pressuposto de que o espaço é algo dado e somente quando é apropriado, se transforma em território. Da mesma forma, Souza (2009) oferece contribuição a esse debate, quando concordando com Raffestin, afirma o espaço é anterior ao

território. Entretanto, critica a visão desse mesmo autor de incorporar ao conceito de território, o próprio substrato material, resultando assim, em uma “coisificação” do território. Além disso, Souza (2009) rechaça a visão de Raffestein quando este acaba reduzindo o espaço ao espaço natural, enquanto o território seria associado ao espaço social.

Nesse ponto, fazemos coro às contestações de Souza que exemplifica de forma clara que nem todo espaço social pode ser concebido como um território, mas todo território pressupõe a existência de um espaço social. Como ilustração, demonstra uma situação hipotética de uma cidade-fantasma que se encontra em ruínas e não possui mais a dinâmica social de antigamente. Destarte, não volta à condição de objeto natural e continua a ser um espaço social com a materialidade ali contida, mas destituído de território, pois, não mais se percebem as relações de poder.

Na realidade, nossa análise nos conduz para uma visão de que o território não pode ser compreendido ou limitado apenas aos aspectos materiais do espaço socialmente construído. O território precisa ser lido a partir de uma perspectiva relacional e processual, envolvendo domínio e apropriação de um espaço social dividido. Em Raffestin (1993) o território é resultado de um ator sintagmático que se apropria e territorializa o espaço. Assim, o território tal como o espaço possui um caráter social que é mediado por relações de poder e gestão do espaço através da intencionalidade dos agentes sociais.

Inclusive, a própria organização do espaço é, acima de tudo, política, através de sistemas hierárquicos que configuram a primazia de uma cidade sobre outra; alocação de recursos que privilegiam os aspectos locacionais de determinada região; configuração espacial produzida a partir da territorialização do capital, dentre tantos outros aspectos. O espaço, neste aspecto, também carrega as ideologias igualmente presentes no território e, portanto, não é neutro, mas formado a partir de processos sociais e naturais. Dessa forma, os limites entre espaço e território se tornam tênues, já que ambos possuem características similares e complementares.

É difícil precisar exatamente os primórdios da palavra território ou até mesmo suas utilizações iniciais. Haesbaert (2011) afirma que, etimologicamente, o território surge a partir do latim *territorium* em um sentido de domínio e posse da terra. Inclusive, na Geografia de Friedrich Ratzel encontramos esse entendimento do território vinculado ao solo enquanto

base sólida da atividade política e da sujeição humana na sua obra clássica *Antropogeografia*, de 1882. Para o autor (1990)⁸, o território se vincula estreitamente a ideia de solo.

Interessante salientar que na perspectiva ratzeliana, a apropriação efetiva do território, especialmente, pelas sociedades sedentárias é capaz de construir vínculos mais profundos com o território. No entanto, o autor não descarta que até mesmo entre os nômades, o vínculo identitário possa aparecer mesmo que de forma tênue. Essa mobilidade dos nômades sempre está vinculada a uma busca por habitação e alimentação, o que não permitiria que os vínculos com o território fossem mais estreitos.

Diferente da proposta de Ratzel, a constituição dos territórios não depende de um longo enraizamento para a construção de identidades e relações de poder. Acrescentamos que os territórios são volúveis e não obedecem limites rígidos, o que contribui para que as identidades sejam reconstruídas a todo o momento resultando em culturas de caráter híbrido, marcado pela pluralidade. Neste sentido, não só a migração por territórios distintos, mas a influência dos meios de comunicação, possibilitam o convívio com diferentes culturas, agregando novos elementos para nossa identidade territorial. Em contrapartida, até hoje o território ainda possui essa conotação de limite e poder. Outra das características que está vinculada a concepção de território é a noção de soberania que vai explicitar as relações de domínio.

Gottmann (1973) explica que, o território surge na teoria política europeia desde o século XIV para designar a jurisdição ou a trajetória econômica das unidades governamentais como cidades livres, feudos ou reinos. No entanto, o autor comunica que o papel do conceito de território foi sofrendo alterações ao longo dos anos e já existia muito antes do século XIV. Para ele, o território pode ser entendido como uma porção do espaço geográfico (que é contínuo, mas repartido). Assim, o território é resultado dessa repartição, um espaço limitado, concreto e acessível às atividades humanas. Além disso, é um conceito político e geográfico porque o espaço geográfico é compartimentado e organizado por intermédio de processos políticos. Como explica o autor, a repartição política do espaço por muito tempo foi baseada apenas em sistemas de lealdade. Apenas após o século XIV, diante das lutas dinásticas na

⁸ Texto publicado originalmente em 1882.

Europa Ocidental, sobretudo, na França, é que a soberania passou a se convencionar como essencial do poder político frente a um território nacional.

Nesse sentido, Gottmann (1973) salienta dois pontos fundamentais para que o conceito de território tenha sido transformado ao longo dos anos. Em primeiro lugar, a própria natureza do poder soberano se modificou tendo em vista que os avanços tecnológicos contribuíram para que as pessoas tivessem mais autonomia com relação à fixidez no solo; ou seja, as pessoas ganharam maior mobilidade devido à facilidade dos deslocamentos, possibilitando que, ao longo da vida, o homem passe por diversos territórios, em constantes processos de desterritorialização e reterritorialização. Soma-se a isso, um segundo fator para a evolução do conceito de território: o poder soberano está cada vez mais concentrado no povo e exercido por representantes eleitos. O território reflete intencionalidades de um processo político na medida em que seus componentes materiais são delimitados no espaço geográfico em função de ações pré-determinadas.

Do século XV ao século XX, Gottmann (1973) denomina de era da soberania territorial. Claval (1999) fala que esta concepção de território emerge pela primeira vez com Jean Bodin. Já a ideia de *contrato social* como foi formulada por Hobbes, faz com que se torne um dos aspectos basilares das doutrinas políticas modernas. Vivendo a experiência do caos no qual o uso privado da violência imperava, os membros de uma comunidade optam por renunciar a um direito de resultados perversos e o concedem ao “Leviatã”. O Estado nasce deste ato, que lhe concede soberania total sobre o espaço, o qual a partir de então passa a controlar.

Gottmann (2012) pontua que a era da soberania territorial é marcada pela emergência da importância do território enquanto base e estrutura essencial da política no mapa-múndi, concomitantemente às ideias políticas de soberania nacional e autonomia. O enquadramento do território em um sistema político, como afirma o autor, é desejado com o objetivo de prover segurança contra invasão ou controle estrangeiro e até mesmo como uma possibilidade econômica de desenvolver recursos em seu interior e externamente. Com isso, cria-se um dilema político a respeito do território, já que pode ser usado como abrigo e/ou como recurso para o povo.

Gottmann (1973) argumenta que o tamanho do território é um fator essencial que influencia as decisões que o povo pode tomar sobre seu uso. Assim, um território pequeno que sirva de abrigo está propenso a ataques e pode ser destruído, enquanto um que apresente uma extensão maior pode resistir mais às investidas. Na visão do autor, em um mundo cada vez mais interdependente, a relevância econômica do território vai aumentando com o interesse pelo seu tamanho porque a superfície terrestre sugestiona um potencial de recursos. Isso não quer dizer, no entanto, que a grandeza absoluta do território possa ser comparada a uma quantidade proporcional de recursos, pois, a presença de recursos implica em fatores multifacetados.

De acordo com Sposito (2004), o conceito de território esteve ausente na Geografia por um longo período e foi retomado veementemente pelos estudiosos na última década do século XX como elemento que condiciona as relações de produção. Para Claval (1999), é nesse período que a dimensão simbólica do território acaba vindo com intensidade na Geografia, com destaque para a análise das iconografias, de Jean Gottmann e trabalhos de inspiração fenomenológica e humanista. Essa abordagem simbólica ganha força no momento em que se desenvolvem as pesquisas sobre o espaço vivido nos anos de 1970 e 1980.

Gottmann (2012), além da concepção voltada à organização política, evidencia uma concepção de território que privilegia os aspectos psicológicos, sendo considerado, portanto, um *dispositivo psicossomático* que atende aos interesses de liberdade e diversidade das comunidades. Neste período que compreende a corrente da Geografia Crítica, estruturada sob o pensamento dialético materialista, o território passa a ser estudado como produto histórico, relacional e reticular, *locus* de conflitos e contradições sociais.

Deleuze e Guattari (1995, 1996, 1997) possuem uma abordagem do território levando em consideração as materialidades e imaterialidades, retratando as dimensões do pensamento e do desejo que se torna político. O desejo nunca é algo único, mas sempre aparece atrelado a um conjunto de fatores, “agenciado” por vários elementos embutidos nessa ação. Assim, por trás de uma vontade expressa por um sujeito em ter determinado objeto, teremos escolhas que fazem com que essa ação aparentemente simples possa ser interligada a relações mais complexas (*status*, religiosidade, sexualidade etc.). Nessa visão, o desejo produz territórios, pois, implica no surgimento de vários *agenciamentos*. Assim, todo agenciamento é territorial. Por sua vez, a concepção de *agenciamento* é formada pela

expressão (*agenciamento coletivo de enunciação*) e pelo conteúdo (*agenciamento maquínico*). Isso quer dizer que em cada *agenciamento* “[...] é preciso encontrar o conteúdo e a expressão, avaliar sua distinção real, sua preposição recíproca, suas inserções fragmento por fragmento” (DELEUZE, GUATARI, 1997, p. 193).

Para Raffestin (1993), todo o entendimento do território passa por uma perspectiva relacional, pois, são as relações que possibilitam a leitura tanto do poder político quanto de suas manifestações espaciais. Além disso, a existência por si mesma é tecida por diversas relações que são engendradas a partir de diversos elementos, como os atores, a conduta das organizações na sua forma de agir, os mecanismos estratégicos utilizados pelas instituições para alcançar seus objetivos, os códigos utilizados pelos atores e os componentes espaço-temporais. Diante disso, o autor afirma que os *atores sociais* estão divididos em duas categorias: os atores *sintagmáticos* e os *paradigmáticos*. Os primeiros expressam a ideia de articulação, ou seja, são integrados em processos programados que só sobrevivem a partir das relações, como o Estado e as empresas. Já os atores *paradigmáticos* emergem de uma divisão classificatória e/ou de critérios individuais que *a priori* não tem um programa para ser realizado.

Assim, podemos compreender os CTGS como entidades de caráter *sintagmático* já que possuem uma intencionalidade (preservar a tradição gaúcha), promovem articulações (entre os sujeitos que frequentam esse espaço, entre outros CTGs e entre outras entidades tradicionalistas) e interagem dentro de um processo programado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho. Já os migrantes gaúchos e demais participantes dos CTGS podem ser considerados como *atores paradigmáticos*, que servem como um *trunfo do poder* dos atores *sintagmáticos*, no caso, os CTGs, porque estão envolvidos nessa trama relacional e atuam como disseminadores da cultura gaúcha. A respeito da política dos atores cujas ações fazem parte dessa *problemática relacional* a qual Raffestin (1993) se refere, procuramos entender qual a finalidade e o sentido da constituição das organizações compreendendo, acima de tudo, quais são os seus objetivos, que podem ser simples ou complexos em termos qualitativos.

Entendemos que é fundamental fazer uma leitura da formação dos CTGs a fim de compreender o seu funcionamento que vai nos possibilitar uma maior conexão com a formação da identidade territorial gaúcha, já que estas entidades possuem objetivos específicos vinculados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, que é a entidade que

regulamenta o funcionamento dos CTGs em diferentes escalas. Assim, as ações do CTG são subordinadas a partir de regulamentos definidos por outras instâncias de poder que visam à disseminação e preservação da cultura gaúcha de acordo com as suas intencionalidades. Portanto, analisar a conduta espaço-temporal das organizações na sua forma de agir e os mecanismos estratégicos utilizados, tais como representações e expressões para alcançar seus objetivos são processos importantes para o entendimento da relação dos gaúchos com estas instituições e em que medida essas ações empreendidas tanto pelo MTG e pelos CTGs atingem o êxito almejado.

Em seus estudos sobre território, Souza (1995, 2009 e 2013a,) afirma que este só pode ser concebido atrelado à ideia de poder. Por sua vez, o poder só é exercido por intermédio de um território. O território corresponde, nesta perspectiva, a um *campo de força* que só existe enquanto durarem as relações sociais/ de poder. Ele projeta espacialmente as relações de poder e, com isso, as fronteiras, os recortes territoriais e os limites podem ser modificados sem que necessariamente o substrato material (formas espaciais e objetos geográficos tangíveis, por exemplo) seja modificado. Assim, a compreensão do território vai além de relegar a sua formação a um pedaço de terra sem considerar as relações de poder. Tanto cuidado em não *coisificar* o território se justifica, pois a materialidade é um elemento extremamente presente na concepção do território e que pode nos levar a pensar que podemos compreender este conceito somente a partir de uma realidade física ou uma perspectiva materialista.

Sobre as perspectivas de abordagem dos estudos territoriais na Geografia, Sposito (2005) lembra algumas vertentes mais difundidas. A primeira delas é denominada de naturalista e compreende o território enquanto elemento da natureza, inerente a um povo ou nação, pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar. A segunda concepção é pautada no indivíduo e está relacionada à apreensão de sua territorialidade, ou seja, possui aspectos que remetem à identidade, aos aspectos cognitivos e simbólicos. Por fim, temos a terceira vertente de concepção do território que está relacionada com uma aproximação e até confusão com o conceito de espaço. Nos estudos mais recentes da Geografia, o autor aponta a preponderância de duas reflexões sobre o território: a primeira diz respeito às redes de informação que contribuem para a diminuição das distâncias e, aliadas a um desenvolvimento tecnológico, influenciam nas mudanças da configuração geográfica. A segunda reflexão é sobre o domínio

do indivíduo e sua escala no cotidiano como maneira de compreender as dimensões do território.

[...] um território torna-se concreto quando associado à sociedade em termos jurídicos, políticos ou econômicos. Ele compreende recursos minerais, que podem ser classificados por sua quantidade ou sua qualidade, é suporte da infra-estrutura de um país, é por sua superfície que os indivíduos de uma nação se deslocam. Ele tem sua verticalidade [...]. Ele vai além da superfície com terra, estendendo-se ao mar, quando este é compreendido nas águas territoriais de um país [...] enfim, o território [...] pode ser compreendido [...] pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza. (SPOSITO, 2004, p. 112)

Saquet (2007a) se embasa em uma abordagem do território em uma perspectiva multidimensional, privilegiando a relação EPCN (econômico, político, cultural e natural). Isso demonstra que, na análise do território, é necessário levar em consideração a diversidade de elementos que o compõe, já que a omissão de um deles inviabiliza um estudo mais aprofundado. O território é resultado da interação sociedade-natureza e, assim, possibilita a análise da sua dimensão natural. Nesse sentido, a natureza pode ser entendida como patrimônio territorial, uma vez que o homem não somente necessita da identificação e apropriação da natureza, mas, depende da preservação da mesma para garantir sua reprodução biológica e social. O elemento natural complementa a apropriação e o poder que norteia as concepções de território no momento em que a natureza exterior ao homem passa a ser concebida como patrimônio.

Essa visão assemelha-se ao estudo de Raffestin (1993) sobre a relação entre recursos e poder. Assim, em um primeiro momento tem-se a matéria, preexistente à ação humana. Quando essas matérias apresentam propriedades de interesse social ou quando, a partir da técnica, o homem consegue “reinventar” as propriedades das matérias, elas passam a ser consideradas recursos, ou seja, o recurso surge a partir de uma relação. A partir disso, tem-se a tecnicidade, entendida como o resultado das relações do homem com as matérias e a sua capacidade de modificar suas propriedades.

Os territórios e suas respectivas territorialidades adquirem, portanto, múltiplas possibilidades de manifestações no espaço e no tempo, que perpassam a perspectiva centrada na atuação do Estado (Quadro 1). Assim, “[...] toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes” como afirma Raffestin (1993, p. 150). Para

o autor, o território é resultante de ações produzidas por *atores sociais* que se apropriam e territorializam este espaço.

Quadro 1. Síntese das principais contribuições de território abordadas na pesquisa.

Autor	Compreensão de território	Abordagem
Gilles Deleuze e Félix Guattari	• como movimento, fluxos na rotação do capital; • relações de poder; • transformações sociais e TDR • o desejo produz territórios a partir dos <i>agenciamentos</i>.	• relacional, material e imaterial; • destaque para as redes e o processo TDR.
Jean Gottmann	• resultado das ações de cada sociedade demarcando e controlando o espaço: jurídica, cultural e economicamente; • compartimentação e uso político do espaço; • resultado da circulação e da <i>iconografia</i>; • ênfase para a soberania dos Estados (segurança) e para a interdependência em nível internacional (oportunidade).	• relacional, histórica, múltipla; • destaque para a circulação, iconografia e divisão política do espaço; • areal e reticular.
Milton Santos	• o território antecede o espaço; • o uso do território, e não o território em si, é que faz dele objeto de análise social; • atuação do Estado.	• híbrida; • histórica; • leva em consideração as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade na análise geográfica do espaço, o que auxilia na compreensão da formação do território.
Claude Raffestin	• espaço modificado pelo trabalho; • resultado das relações de poder multidimensionais; • contém signos da vida cotidiana, redes de circulação e comunicação; tessituras e nós; • produto e condição no processo TDR; • produto histórico, relacional e material.	• híbrida, multidimensional; • relacional, histórica; • destaque para as redes, tessituras, nós e relações de poder-territorialidades.
Paul Claval	• aspectos econômicos e políticos historicamente constituídos e também o exercício do poder; • o território é material e simbólico, com destaque para os <i>códigos culturais</i>.	• abordagem relacional • crítica não-marxista, multidimensional e predominantemente areal.
Eliseu Sposito	• como elemento que condiciona as relações de produção e com grande conotação política; • como fonte de recursos.	• aponta três vertentes de estudos para o território: natural, individual e espacial; • privilegia a dimensão econômica do território; • abordagem material, relacional e reticular.

Rogério Haesbaert	• como produto socioespacial de relações concretas e simbólicas articuladas aos interesses políticos e econômicos promovidos por um sistema altamente concentrador; • imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço;	• relacional, histórica-social, temporal, reticular; • perspectiva integradora; • território se define a partir da multi/trans territorialidade • político/jurídica, econômica e cultural.
Marcos Aurelio Saquet	• conjunto de relações e de interações entre os sujeitos envolvidos em combinações espaço-temporais, refletindo em um processo de relações de poder, redes, idantidades e natureza; • vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço e à T-D-R.	• processual, relacional, temporal, reticular; • econômica, política, cultural e natural; • multidimensional; • histórica-transtemporal; • trans-multiescalar.
Marcelo Lopes de Souza	• como <i>campo de forças</i>, teia ou rede de relações; • dimensões de análise a partir de dois grupos de indivíduos, os <i>insiders</i> (membros de um mesmo grupo) e os <i>outsiders</i> (sujeitos que estão fora do grupo); • espaço das relações de poder, onde as relações sociais são projetadas.	• política em prol da conquista da autonomia; • restritiva (pelo enfoque no conceito de poder), ao mesmo tempo em que busca ser relacional, devido à possibilidade de congregar outras dimensões como a social, cultural, econômica e política.

Fonte: Claval (1999), Deleuze e Guatari (1995, 1996 e 1997), Gottmann (1973 e 2012), Haesbaert (2011, 2007, 2012 e 2014), Raffestin (1993), Santos (1978, 1996 e 2000), Saquet (2003, 2005, 2007a, 2007b, 2009, 2011a e 2011b), Souza (1995, 2009 e 2013a) e Sposito (2004 e 2005). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

A nossa compreensão do território não permite optar por uma abordagem estritamente materialista ou idealista nem tampouco podemos compreender o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização⁹ (T-D-R) dos gaúchos por somente um viés de análise. O território é moldado para e a partir dos grupos humanos, do seu cotidiano e ações enquanto *atores sintagmáticos* que vão transformando constantemente o território do qual se apropriam. Portanto, dependendo da especificidade da nossa análise, podemos privilegiar mais uma ou outra dimensão. Pelo fato de vincularmos a questão da identidade territorial com a cultura, a abordagem cultural do território acaba ganhando uma dimensão mais expressiva em algumas discussões, o que não quer dizer que estamos negligenciando o caráter múltiplo do território, pelo contrário.

Como alerta Raffestin (1993, p. 47), “[...] os elementos dos códigos culturais [...] também são atravessados pelo código econômico e pelo código político”. Assim, por entender que a abordagem do território não pode ser unidimensional, falamos em uma abordagem

⁹ Como denomina Raffestin (1984).

múltipla do território na qual existe uma imbricação de multiplicidade de relações de poder, incluindo sociedade, jurisdição, natureza, política, economia, cultura, (i) *materialidade*, imersas na relação espaço-temporal, com continuidades e descontinuidades. O território está intimamente relacionado com o processo de territorialização, sendo uma apropriação e construção social, articulado em redes, em diferentes escalas com distintas configurações e perspectivas de análise geográfica, mas sempre relacionado a um fator de poder.

1.2 As territorialidades no território

No intuito de compreender as diferentes territorialidades dos gaúchos no território brasileiro e, conseqüentemente, no norte-paranaense, são necessários alguns apontamentos sobre a dinâmica T-D-R. Inicialmente compreendemos que a “territorialização” do espaço surge pela e a partir da sociedade. Assim, o território está condicionado a uma organização espacial e temporal sempre mediado por sujeitos que podem atuar de forma individual e/ou coletiva e que irão ocupar determinadas parcelas no espaço de acordo com suas intencionalidades. Tais pontos são interligados em diferentes escalas e estabelecem relações entre si, de modo a refletir em uma dinâmica complexa de redes de circulação e comunicação. Na realidade, a nossa própria vida cotidiana é intercedida por atividades humanas que refletem na conformação de diferentes territorialidades. Justamente nessas relações de alteridade que projetam objetivações e subjetivações em função de práticas territoriais¹⁰ é que o migrante constrói e reconstrói as suas identidades.

A territorialização enquanto processo alude a um enraizamento territorial, marcado por movimentos des-contínuos, implicando em apropriação e re-criação de territórios. Para Soja (1971, p. 19, tradução nossa), a territorialidade é um fenômeno comportamental “[...] associado com a organização espacial em esferas de influência ou territórios claramente demarcados considerados, pelo menos parcialmente, exclusivo dos seus ocupantes ou definidores”. A territorialidade também atua em uma escala societária como meio de regulação da interação social e como um foco de coesão e identidade dos grupos. O sentido da territorialidade acarreta, portanto, uma dimensão social e de apropriação. O autor

¹⁰ Estamos utilizando *práticas territoriais* para designar as ações realizadas pelos sujeitos para modificar o território a partir da sua territorialização. Essa ação pode resultar em diferentes manifestações de territorialidade.

destaca que a territorialidade não se restringe aos grupos humanos, mas se aplica aos animais e também ao comportamento individual.

Dentro dessa perspectiva, tanto os animais quanto os seres humanos possuem comportamentos individuais que se processam em espaços individualizados os quais o autor chama de *bolhas*. Seria, portanto, um território flexível que varia em forma e extensão de acordo com o comportamento e com a cultura (no caso dos seres humanos). A territorialidade fornece um elo essencial entre a sociedade e o espaço que ocupa, sobretudo, através de seus impactos sobre a interação humana e para o desenvolvimento das identidades espaciais (e também territoriais). Assim, a sociedade a partir da sua cultura tem organizado o espaço em um mosaico mutável que pode se sobrepor de acordo com as reorganizações estruturais.

Soja (1971, tradução nossa) também aponta três elementos essenciais no que se refere à territorialidade humana que atua em diferentes escalas sociais e geográficas, a saber: a) senso de identidade espacial: representa a espacialidade individual que se conecta a uma esfera socioespacial maior, atrelada a um simbolismo territorial, marcado por iconografias (imagens, bandeiras, locais de referência etc.); b) senso de exclusividade: além do sentido de identidade, a territorialidade ativa um senso de exclusividade na medida em que quaisquer tipos de invasão pelos *outsiders* surgem, se constituindo em uma ameaça e; c) compartimentalização ou canalização da interação humana no espaço: a territorialidade está associada com a concentração de atividades e comunicação dentro de áreas delimitadas. Raffestin (1993) contesta o método de Soja porque segundo ele, o autor mistura o subjetivo e o não-subjetivo e não evidencia a amplitude da dimensão social que engloba também as situações de classe. Para Raffestin (1993, p. 16), “[...] a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaçotemporal”

Nas contribuições de Sack (1986), a territorialidade é entendida como uma estratégia que visa o controle de pessoas e coisas em determinada área. Porém, a territorialidade não ocorre somente em termos estrategistas estatais ou em grandes empresas, mas no próprio cotidiano das pessoas como, por exemplo, quando delimitamos os espaços onde as crianças podem ou não brincar; quando cercamos nossas casas para estabelecer os limites entre a nossa vida e a vida do outro ou na constituição de organizações culturais que obedecem a regimentos próprios, como ocorrem com os CTGs, nosso objeto de estudos. É

nesta área delimitada e restrita que usufruímos de diferentes formas e vamos estabelecer controle e influência, afetando a vida de outras pessoas. Essa ação é racional e intencional e fornece elementos para a compreensão das interconexões entre sociedade e espaço.

Sack (1986) explica que a territorialidade não é necessariamente uma área defendida, mas pode ser usada como forma de exclusão ou restrição. Nesse aspecto, os sujeitos que exercem domínio e controle não precisam estar dentro do território nem próximo a ele. É o que ocorre com as grandes corporações que se mundializam e detêm o controle financeiro e econômico em diversos pontos do planeta sem ao menos possuir sua sede naquele espaço. Ainda de acordo com Sack (1986), as diferentes formas que a territorialidade assume dificultam dimensionar sua ação, pois, implicam em movimentos cotidianos e subjetivos das relações sociais.

Para este autor há três aspectos fundamentais para caracterizar a territorialidade: a) deve envolver uma forma de *classificação* por área; b) deve conter uma forma de *comunicação* e; c) deve envolver uma tentativa de controlar o acesso sobre a área e as coisas dentro dela ou restringir a entrada das coisas de fora. O primeiro aspecto está relacionado ao estabelecimento de uma área na qual a acessibilidade será restrita e determinada por aquele que a possui. Assim, somente os sujeitos que possuem autorização podem ultrapassar os limites e também ter acesso aos elementos que está presente naquela área. A segunda característica se relaciona ao fato de que para que o outro saiba dos limites do território, é necessário que haja uma forma de comunicação, seja gestual ou na materialização de elementos como placas e cercas que denotam a apropriação deste território. Finalizando, temos a terceira característica da territorialidade que corresponde às medidas que devem ser tomadas para que se consiga restringir a entrada em determinadas áreas. Isso pode ser conseguido mediante supervisão constante ou medidas de punição.

Sack (1986) possui uma visão mais política do território, e consequentemente, da territorialidade. Ao privilegiarmos a dimensão cultural do território, devemos fazer um adendo à visão deste autor quando se refere à questão das formas de comunicação para estabelecer a territorialidade. Nem sempre existem sinais visíveis de comunicação que denotem um limite territorial. Especialmente em algumas sociedades tribais, alguns territórios são considerados sagrados, e mesmo que para as pessoas de forma geral, não sejam visualizados os limites de onde começa e/ou termina o território, a delimitação está lá, de

forma implícita e invisível, demonstrando que o território não pode ser apenas compreendido pelos seus aspectos materiais, pois, a apropriação social do território implica em aspectos subjetivos que, muitas vezes, não são percebidos por olhos desavisados.

Entendemos que, para Sack (1986), a territorialidade está invariavelmente vinculada aos processos sociais. A apropriação do território é que vai resultar na materialização de diferentes formas de poder e controle, possibilitando a exclusão/restrição dos sujeitos em determinadas áreas. Essa exclusão não é somente dos aspectos físicos, mas de todas as oportunidades que certo território deveria proporcionar como explica Gottmann (1973). Embora possuam diferentes graus de acesso, o que caracteriza essencialmente o território são os limites, as barreiras (in) visíveis que condicionam a acessibilidade dos sujeitos. Os “muros” que envolvem o território não se restringem aos aspectos políticos e econômicos, também são de caráter cultural e simbólico, ou seja, todas as ações que condicionam o comportamento humano se tornam passíveis de expressar uma territorialidade que estabelece os limites entre aquilo que é “nosso” e aquilo que é do “outro”. Nesse sentido, a territorialidade expressa o poder de forma multiescalar em diferentes territórios, pois, não está presente somente na vida dos sujeitos, mas em organizações internacionais, por exemplo.

Para Saquet (2011a e 2011b), a territorialidade diz respeito às relações sociais que condicionam as relações dos sujeitos entre si com o espaço de vida cotidiana, nas quais existem elementos de mudança e processos que geram o território, implicando em relações de apropriação e dominação. Cada grupo social a partir de sua territorialidade constitui diferentes níveis de territórios que se sobrepõem e se manifestam a partir de variadas formas: *área*; *área-rede*; *rede-rede* ou *manchas*. Essa diferenciação territorial é pautada nas diversas escalas que conferem variados tipos de ação aos agentes sociais sobre o território, ou seja, diferentes tipos de identidade. Assim, o território, na modernidade, movido pela flexibilidade e mobilidade devido à maior fluidez, precisa ser compreendido a partir da perspectiva das redes.

Com essas considerações acerca da territorialidade, agregamos à discussão uma dinâmica fundamental ao território, que é o processo de T-D-R. Os conceitos de desterritorialização-reterritorialização (D-R) são centrais nas obras de Deleuze e Guattari. Suas concepções são construídas a partir de um modelo rizomático. Em termos botânicos, o rizoma é um tipo de caule subterrâneo que cresce de forma horizontal. Dito de outra forma, não há raízes propriamente ditas, mas pequenas ramificações que crescem de forma

interconectada com as demais. Neste entendimento, o rizoma enquanto uma construção do pensamento atuaria como um sistema no qual existiria um ponto central que detém as relações de poder, ou seja, o rizoma (que podemos relacionar com o conceito de território) que através de elementos gerados a partir de seu movimento, no qual existem elementos de comunicação e circulação se desdobram em raízes ou redes.

Notamos que é um processo constante e que não pode ser compreendido como algo finito, pois, como já mencionamos, o homem é um ser territorial e que necessita de uma mobilidade espacial, o que confere à sua existência momentos de T-D-R. Assim, o rizoma – território – embora apresente rupturas se desdobrando para fora do rizoma, ainda faz parte dele e se vincula a outras linhas que fornecem novas complexidades a estes territórios organizados na forma de redes.

Sobre o processo de desterritorialização, Deleuze e Guattari (1996) utilizam três teoremas. No primeiro, os autores sugerem que a desterritorialização não ocorre dissociada da reterritorialização sendo, portanto, processos intrínsecos. Assim, a reterritorialização não pode ser compreendida como um retorno de uma *territorialidade primitiva*, mas “[...] implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 37). Como Deleuze (1988, s.p, grifo nosso) mesmo explica:

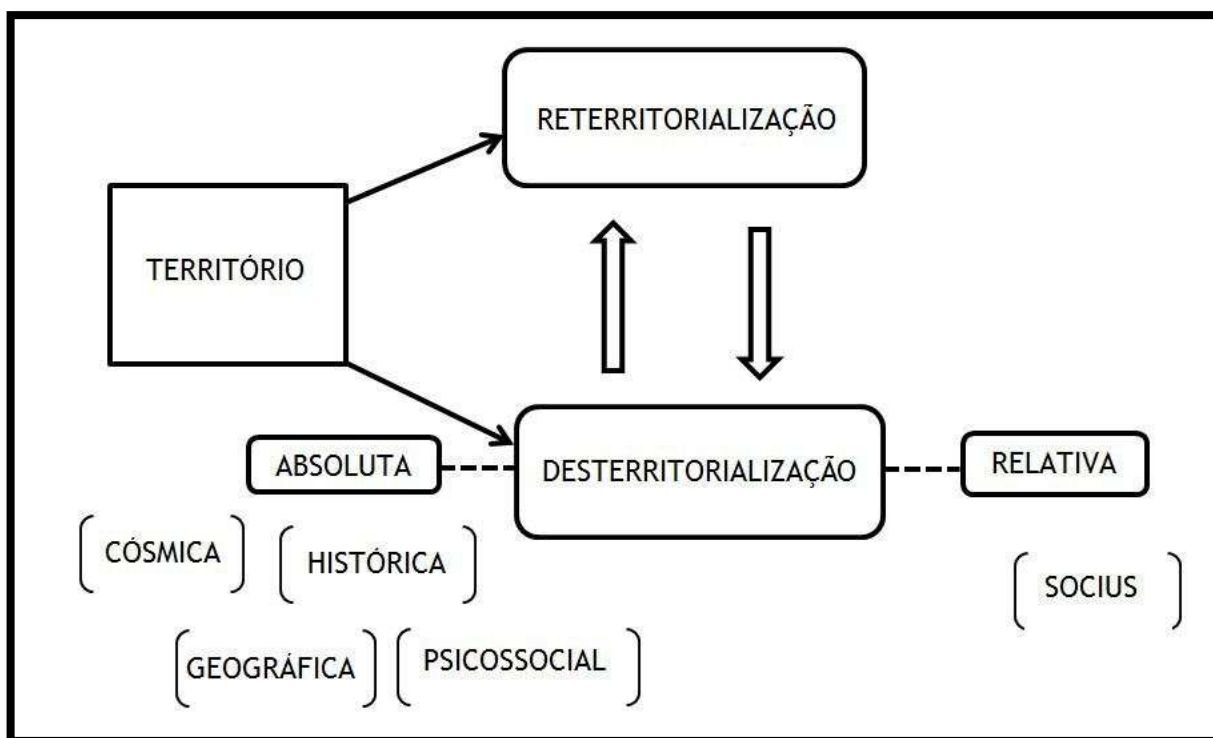
[...] o território só vale em relação a um movimento através do qual se sai dele. É preciso reunir isso. [...] Félix [Guattari] e eu construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. Sobre isso nos dizem: é uma palavra dura, e o que quer dizer, qual a necessidade disso? Aqui, um conceito filosófico só pode ser designado por uma palavra que ainda não existe. Mesmo se se descobre, depois, um equivalente em outras línguas. Por exemplo, depois percebi que em Melville, sempre aparecia a palavra: *outlandish*, e *outlandish*, pronuncio mal, você corrige, *outlandish* é, exatamente, o desterritorializado. Palavra por palavra [...]. Precisamos, às vezes, inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte.

O segundo teorema faz referência à velocidade da desterritorialização, que implica na existência de dois ou mais elementos ou movimentos de desterritorialização que ocorram ao mesmo tempo, nos quais, o mais rápido não é necessariamente o mais desterritorializado. No terceiro teorema, reflete-se sobre as intensidades dentro do processo D-R a partir de dois tipos: a *desterritorialização relativa*, que contempla a tentativa de reterritorialização em

diferentes esferas sociais em outro território e; a *desterritorialização absoluta*, que se manifesta ao nível do pensamento, no qual a transformação de visões do mundo interno e externo possibilita um redimensionamento de valores e organização para um novo território.

A perspectiva de Deleuze e Guattari (1996) sobre o processo D-R demonstra, portanto, a relação entre território e seus dois vetores de saída, reterritorialização e desterritorialização, que são processos indissociáveis. A desterritorialização absoluta se desdobra ao nível do pensamento a partir de relações cósmicas, geográficas, históricas e psicossociais, enquanto a desterritorialização relativa engloba o próprio *socius*, que são as relações que regulam, codificam, sobrecodificam (Figura 7).

Figura 7. Componentes e subcomponentes do território a partir de Deleuze e Guattari.



Fonte: Deleuze e Guattari (1996). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

Para Saquet (2003, 2009, 2011b), o processo T-D-R está vinculado de forma incessante, através de discontinuidades engendradas por estratégias distintas, dinamizadas, sobretudo, por processos históricos que são determinados pela expansão do capitalismo a partir de interações socialmente definidas que conferem diferentes territorialidades espaço-temporais. Dessa forma, existem continuidades e movimentos no território, enquanto que na

desterritorialização existem rompimentos e mudanças, porém, ambos acontecem ao mesmo tempo. Há perda e reconstrução das identidades por meio de novas relações sociais.

Nesse sentido, a territorialização, desterritorialização e a reterritorialização são características da vida dos sujeitos. Em um primeiro estágio, os sujeitos estão territorializados e, a partir do momento em que se deslocam de seus territórios de origem, encontram-se em processo de desterritorialização, ou seja, ocorre uma desvinculação física daquele espaço. Justamente pelo fato de ser um processo relacional e contínuo, a desterritorialização culmina com o estabelecimento destes sujeitos em outro território, onde acabam se reterritorializando e começam a estabelecer novos vínculos com o lugar de destino.

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. O capitalismo é um bom exemplo de sistema permanente de reterritorialização: as classes capitalistas estão constantemente tentando “recapturar” os processos de desterritorialização na ordem da produção e das relações sociais. Ele tenta, assim, controlar todas as pulsões processuais (ou *phylum* maquínico) que trabalham a sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323).

Ao estabelecer a nossa territorialidade estamos também constituindo nossas ações através de *redes*, *nós* e *malhas* que possibilitam uma maior fluidez no território, incluindo-se aí uma expansão das nossas redes de sociabilidade. Os pequenos espaços nos quais estamos realizando nossas atividades e nos relacionando com a externalidade de maneira efêmera estão presentes no que Heidrich (2009) denomina de *microterritorialidades* que estão intimamente ligadas ao sentimento de pertencimento ou estabelecimento de vínculos que irão refletir na constituição de identidades. Elas se formam a partir da conexão entre ocupação e representação.

De forma, resumida, “[...] as [micro] territorialidades, [podem ser] entendidas como espacialidades socioafetivas de pequena escala” (FORTUNA, 2002, p. 212). Já as *macroterritorialidades* se referem aos grupos dominantes que se territorializam a partir de uma estrutura macro, como o sistema jurídico, o Estado e os meios de comunicação (DENEZ, 2012).

Pinós da Costa (2012 e 2013) concebe a ideia de *microterritorialidade* a partir de questões envolvendo as relações sociais com o espaço imediato de subjetivação e objetivação. Nesse entendimento, os sujeitos estão inseridos em um espaço material, alterando seu uso e sua forma devido à sua presença e interação em diferentes intensidades. Com isso, temos múltiplas possibilidades que emanam no próprio espaço e uma gama de representações e percepções derivadas do próprio sujeito em ação. São ações mediadas no cotidiano dos sujeitos, refletidas em territorializações não institucionalizadas que dão sentido à *microterritorialidade*. Ao utilizar o prefixo “micro” às territorialidades, o autor emprega um sentido de ação individual e coletiva que condiciona à apropriação de determinadas parcelas do espaço produzido/usado a partir de novos usos do que aqueles pensados originalmente.

Já Holzer (2013) analisa a *microterritorialidade* pelo viés do lugar. Segundo ele, a essência do território é a fronteira, o limite. Com isso, os limites servem para reforçar uma demarcação entre o “eu” e os “outros”. São campos de força, mas que refletem a afirmação da identidade, do comum-pertencer de dado grupo ou indivíduo, a partir dos lugares. Assim, defende a ideia de que é preciso se atentar para os lugares, antes de qualquer coisa. Para entender o território, é necessário entender a *lugaridade*, as experiências intensas que se processam nos lugares.

Concordamos que não devemos “saturar” o conceito de território e entendemos a importância dialógica com outros conceitos geográficos, como o lugar, que tem importância fundamental na análise das identidades, já que permeia as relações de subjetividade que fazem parte das sensações dos sujeitos e podem contribuir com a discussão sobre o sentimento de pertencimento dos migrantes, no caso de nossa pesquisa.

Apesar disso, preferimos o enfoque no território uma vez que a identidade territorial que estamos abordando, é construída em território gaúcho, alicerçada a partir de valores peculiares à história sul-rio-grandense, ou seja, arraigada a um território muito específico. Assim, a *microterritorialidade* vislumbrada a partir do território (e não do lugar) nos possibilita também encontrar as relações de poder existentes dentro e fora do CTG.

1.3 Poder e território

A análise da migração e do território levando em consideração uma abordagem (i) *material*, centralizada em uma perspectiva espaço-tempo vinculada às relações sociedade-natureza e à condição para a reprodução social em um campo de forças que envolve fixos e fluxos historicamente determinados implicam em uma relação de poder, como indicam Saquet e Mondardo (2008). Compreendemos a migração como um processo que envolve múltiplos fatores e que se desenvolve a partir de redes que são influenciadas por diferentes sujeitos e/ou instituições, refletindo intencionalidades em um jogo de poder. As informações contidas nessas redes contêm uma ampla gama de significados que contribuem para a fixação ou mobilidade dos sujeitos. Nesse aspecto, as relações de poder estão presentes tanto no processo de *estar fixo* como na mobilidade dos sujeitos. Com isso, as relações que se estabelecem no território, não importa a sua natureza, sempre envolvem uma relação de poder, ou seja, poder e território são aspectos indissociáveis já que o poder está em toda parte, mesmo sem ser visto.

[...] não é apenas o território que só poder ser concebido, concretamente com a ajuda da ideia de poder. Embora talvez soe muito menos evidente [...], **também o poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território.** Não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que às vezes vagos, igualmente sejam menos ou mais perceptíveis. **Mesmo quando se exerce poder a grandes distâncias**, por meio das modernas tecnologias de comunicação e informação, **o alvo ou destinatário jamais é um grupo social ‘flutuando no ar’, mas sempre um grupo social em conexão com um espaço** (a ser [des] territorializado, portanto) (SOUZA, 2013a, p. 87, grifos nosso).

Como Raffestin (1993) explica, o poder é uma palavra difícil de se conceituar. Etimologicamente, se origina do latim *potere* que, logo em seguida, passa a ser compreendido como *potis*, ou seja, algo relacionado a “capaz de” ou a uma “autoridade”. Ainda de acordo com o autor, o poder se manifesta a partir de uma relação; é um processo que envolve troca e comunicação. A concepção de poder utilizada pelo autor tem inspiração nas obras do filósofo Michel Foucault que, embora não tenha seus estudos voltados especificamente para a Geografia, como ele mesmo enfatiza, muitos dos seus conceitos são utilizados amplamente por geógrafos, sobretudo, a questão do poder que tem uma ligação íntima com o território.

Entretanto, Foucault (1979, p. 89) afirma a possibilidade do diálogo de suas teorias com a Geografia, assim como com as demais ciências humanas, mas faz ressalvas:

“[...] vejamos o que são essas metáforas geográficas. Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”. Foucault não tinha o intuito de criar uma teoria de poder, mas sim, identificar as relações de atuação de um sujeito perante o outro.

Segundo o autor, o que faz com que o poder se sustente e seja acolhido é o fato que ele não incide apenas como uma força que diz não, mas que produz coisas, leva ao prazer, forma saber, realiza discurso. Para Foucault (1979, p. 43), o discurso se refere a: “Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Assim, o poder deve ser avaliado como uma *rede produtiva* que cruza todo o corpo social muito além do que uma instância negativa que tem por objetivo reprimir. Além disso, aqueles que exercem o poder nem sempre o desejam, enquanto os que têm interesse em exercê-lo nem sempre o fazem. Com isso, o desejo do poder constitui uma relação ainda mais particular entre o poder e o interesse.

O mesmo autor (1979, p.88) indica duas formas de manifestação do poder: o Poder e o poder. No primeiro caso, se refere a um “[...] conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado”. No segundo caso, o poder é compreendido como “[...] multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”. Nesse aspecto, o poder não é uma instituição, mas uma situação estratégica alocada em dada sociedade.

Ainda com Foucault, temos certas proposições a respeito do poder, as quais podem ser assim pontuadas: o poder não é algo que se adquira, mas algo que se exerça; as relações de poder não estão em situação de exterioridade em comparação com outros tipos de relação; o poder vem de baixo, não há oposição binária entre dominados e dominadores; as relações de poder são intencionais e não subjetivas; onde há poder, há resistência.

O poder vinculado à soberania que se vê em Hobbes, por exemplo, a partir de sua obra *O Leviatã*, na qual existe a supremacia do poder do Estado sendo este ilimitado é uma visão amplamente criticada por Foucault (1979 e 1999). Entretanto, como o autor mesmo explica, na sociedade do século XVII, a presença física de um rei era necessária ao funcionamento da monarquia. O poder era como se fosse um corpo emblemático do soberano.

Na transição entre os séculos XVII e XVIII, temos uma nova mecânica do poder, incompatível com as relações de soberania. Essa mecânica incide sobre os corpos e sobre o que eles fazem, pautada na vigilância e na trama cerrada de coerções materiais, é o *poder disciplinar*. A partir do século XIX, temos, de um lado, uma legislação e, de outro lado, uma coerção disciplinar. É nesse limite que se pratica o exercício do poder.

Um dos direcionamentos que transcorrem a analítica do poder de Foucault é justamente sair da teoria política tradicional, cuja visão é de um Poder vinculado ao Estado. Temos assim, a perspectiva de uma análise do poder a partir de uma rede de *micro-poderes*, em que o poder não vem mais apenas do Estado, em uma ótica hierárquica, mas em uma análise ascendente que vai das camadas mais baixas, nas relações cotidianas dos sujeitos até interagir com uma estrutura generalizada, como o Estado, ou seja, o poder emana um *feixe de relações*.

A “mecânica” do poder se processa sob a forma capilar, atingindo o nível dos indivíduos, assim como seus corpos, gestos, atitudes, discursos e aprendizagem. Baseando-se em Foucault, Raffestin (1993), entende poder a partir da multidimensionalidade e, com isso, entende a dimensão cotidiana das relações sociais evidenciando uma abordagem relacional na qual o poder deve ser compreendido em diferentes escalas e interações.

Para Foucault, existem fatores que atuam como “dispositivos” para o exercício do poder. Segundo ele (1979, p. 138), os dispositivos são “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. O dispositivo é, portanto, a rede que se pode estabelecer entre estes elementos, ou seja, se refere à maneira com que estes elementos são conectados para atingir certos objetivos. Devemos considerar, no entanto, que estes dispositivos não são estáticos, pois, servem às intencionalidades dos sujeitos e, por essa razão, se relacionam.

Deste modo, o dispositivo refere-se ao modo como variados elementos se vinculam e se relacionam para atingir determinado fim, produzir algo que dê conta de um problema, de um anseio ou surpresa. Porém, uma vez estabelecido, o dispositivo não é estático, duro, mas dinâmico porque engloba dois processos: a *sobredeterminação funcional* e o *preenchimento estratégico* (FOUCAULT, 1979). O primeiro diz respeito a uma reordenação

da forma interna do conjunto de elementos dessa rede em função de alguma mudança causada pelo *dispositivo*. O segundo se refere à reutilização de um efeito involuntário e negativo do dispositivo em uma nova estratégia. Em Deleuze (1999, p. 155) também encontramos a menção ao *dispositivo* partindo do olhar foucaultiano:

Mas o que é um dispositivo? Em primeiro lugar, é uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada está quebrada e submetida a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores.

Podemos identificar em Foucault (1979 e 1987) os principais *dispositivos*: os de sexualidade, de segurança e de poder. Sobre o último aspecto, o autor aponta dois fatores que funcionam como *dispositivos* para o exercício do poder: a vigilância e a punição. Nesse contexto, Deleuze (1993) afirma que existe uma diferença fundamental dessa visão foucaultiana com relação à sua abordagem, sobretudo, a de *agenciamento*. Ele reafirma que os *agenciamentos do desejo* não têm a ver com a repressão, mas não pode afirmar o mesmo com relação ao *dispositivos de poder*.

Para Deleuze (1993), enquanto para Foucault, os dispositivos de poder normalizam e disciplinam, para ele, esses dispositivos *codificam e reterritorializam*. Dessa forma, de um lado, os *agenciamentos de desejo* suportam *dispositivos de poder*, mas por outro lado, existem os movimentos de T-D-R que cruzam esses *dispositivos*. Assim, os *dispositivos de poder* se tornam secundários, tendo em vista que o desejo se sobressai a eles, se constituindo em um fluxo de reterritorialização.

Verificamos que a relação homem-território possui raízes profundas com a relação de poder. O território não é só o substrato material da visão ratzeliana e extrapola essa concepção formal e a limitação do território vinculado ao poder do Estado. A relação humana é envolta em fatores de complexidade espaço-temporal que confere múltiplas dimensões ao poder. Desde as ações que são exercidas a partir de microterritórios do cotidiano, em relações familiares, de vizinhança, na universidade, em ambientes de trabalho, o poder está presente em várias esferas, econômicas, políticas, culturais, se tornando, portanto, capilarizado e se desdobrando em *micro-poderes*.

Assim, o próprio movimento de territorialização, incluindo aí a desterritorialização e a reterritorialização implica em reordenamentos ou redirecionamentos do poder que vão contribuir para o surgimento de redes de poder, nas quais os sujeitos e as instituições estão envolvidos com maior ou menor intensidade, mas da mesma forma inseridos nessa trama territorial.

1.4 Cultura, tradição e ideologia: interfaces com o território

Para trabalharmos a cultura gaúcha, faz-se necessário discorrer sobre três conceitos que são fundamentais para compreender o tradicionalismo gaúcho, bem como os simbolismos presentes: a cultura propriamente dita, o tradicionalismo e a ideologia. Inicialmente, vamos fazer uma breve síntese histórica das acepções de cultura a partir de Chauí (2008) ao explicar a origem da palavra *cultura* derivando do verbo em latim *colere*, que se referia ao cultivo e ao cuidado com a terra (agricultura), com as crianças (puericultura) e com os deuses e o sagrado (culto). Como concepção de cultivo, a cultura era definida como uma ação que visava à realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém ou ainda brotar, frutificar, florescer e/ou cobrir de benefícios.

Ainda de acordo com a autora, ao longo da história ocidental, o sentido de cultura foi-se perdendo. No século XVIII, com a Filosofia da Ilustração, a palavra cultura reaparece, mas com outro sentido: sinônimo de civilização. Assume, portanto, uma ideia de vida civil, política e de regime político. A partir do Iluminismo, a cultura passou a ser o critério utilizado para hierarquizar o grau de civilização de uma sociedade. Assim, o progresso de uma civilização era analisado levando-se em consideração seu conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios). Esse conceito iluminista de cultura, de cunho altamente político e ideológico vai aparecer novamente no século XIX, quando do surgimento da Antropologia.

No início da sua constituição, os antropólogos faziam uso desse conceito iluminista de cultura e utilizam como padrão de evolução e progresso, a Europa capitalista. Com isso, as sociedades eram avaliadas em função da presença/ausência de alguns elementos que eram próprios do ocidente capitalista. A ausência de alguns elementos por determinadas sociedades, fazia com que estas fossem consideradas primitivas.

No fim do século XIX, com a influência da filosofia alemã, a concepção de cultura sofreu uma alteração importante e passou a ser elaborada como a diferença entre natureza e história. Nessa visão, a cultura rompia a associação imediata à natureza e aos animais e iniciava o vínculo propriamente dito com o mundo humano. Assim, a ordem natural ou física passou a ser conduzida por leis de causalidade, indispensáveis para o equilíbrio do todo.

A ordem vital ou biológica era dirigida por normas de adaptação do organismo ao meio ambiente, enquanto a ordem humana era sinônimo de ordem simbólica e se referia à capacidade humana para estabelecer relações com o ausente e com o possível através da linguagem e do trabalho. Trata-se, portanto, de um movimento de transcendência ao colocar a existência como o poder para extrapolar uma situação dada devido a uma ação conduzida àquilo que está ausente (CHAUÍ, 2008).

A partir da segunda metade do século XX, a concepção se tornou ampla e surgiram outras propostas que faziam diminuir a ideologia etnocêntrica e imperialista da cultura, principalmente, com a antropologia social e a antropologia política. Assim, a ideia de cultura passou a ser compreendida como:

[...] produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte [...], o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano (CHAUÍ, 2008, p. 57).

Chauí (2008) avança na discussão ao ressaltar que a amplitude do conceito de cultura acaba esbarrando na diferença entre comunidades e sociedades. No primeiro caso, o contato é muito mais íntimo no sentido de não possuir divisões internas e seus membros terem sentimentos semelhantes de unidade que visam o bem comum. Já nas sociedades instauradas pelo modo de produção capitalista, os sujeitos são separados uns dos outros de acordos com seus interesses e desejos. Logo, o sentido de sociedade vai englobar uma tendência ao isolamento e a fragmentação das relações. Por essa razão, a própria noção de cultura vai

passar por uma segmentação, com a cultura dominada e cultura dominante, cultura opressora e cultura oprimida, cultura de elite e cultura popular. Alicerçada pela ideologia, surge a “indústria cultural”, que passa a separar os bens culturais pelo seu suposto valor de mercado. Temos assim, uma divisão entre o culto (erudito) e o inculto (massa).

Partindo desse resgate sobre o conceito central de cultura, é necessário que enfoquemos a dimensão simbólica do território. Para isso, vamos recorrer a Geertz (2008) que concebe a cultura a partir de *sistemas culturais* nos quais os elementos possuem certo grau de coerência, fazendo com que a cultura seja entendida como um conjunto ordenado de signos e símbolos, cujo significado é transmitido pelos sujeitos e incorporado nas sociedades por intermédio de tradições, assimilações, apropriações e regras. Na visão do autor, a cultura nunca é particular, mas sempre pública. Compartilhando a visão de Max Weber, Geertz compreende que o homem é um animal preso a um emaranhado de *teias de significados* que ele próprio teceu. A cultura, nesse aspecto, é a própria teia e sua análise.

Geertz (2008), que trabalha a perspectiva interpretativa da antropologia propugna a visão da cultura como um texto, cujos sujeitos envolvidos nessa teia de significados fazem uma leitura para interpretar os acontecimentos sociais. Nesse sentido, os seres humanos, como únicos seres capazes de produzir cultura são dependentes dos símbolos, visto que a sociedade e toda prática social são permeadas por símbolos que passam diferentes significados. A partir de processos cognitivos, a cultura contribui para a socialização entre os sujeitos e sua interface com a formação das identidades individuais e/ou coletivas. Assim, é algo herdado, vinculado a processos históricos e transmitida a outros sujeitos. Assim, não é estagnada mas sim passível de ser lida/interpretada a partir de múltiplas esferas de análise.

Do ponto de vista de qualquer indivíduo, tais símbolos são dados, na sua maioria. **Ele os encontra já em uso corrente na comunidade quando nasce e eles permanecem em circulação após a sua morte, com alguns acréscimos, subtrações e alterações parciais dos quais pode ou não participar.** Enquanto vive, ele se utiliza deles, ou de alguns deles, às vezes deliberadamente com cuidado, na maioria das vezes espontaneamente e com facilidade, mas sempre com o mesmo propósito: para fazer uma construção dos conhecimentos através dos quais ele vive, para auto-orientar-se no 'curso corrente das coisas experimentadas' (GEERTZ, 2008, p. 33, grifo nosso).

Entendemos que os sujeitos nascem e morrem, mas os símbolos e sua representatividade continuam presentes, circulando ora reinterpretados, ora destacados, ora minimizados, mas sempre um dado presente na sociedade como um legado. Com isso,

podemos introduzir a questão da tradição, vinculada à memória e, por conseguinte, a um passado. Nesta perspectiva, a tradição necessita estar incessantemente sendo lembrada, transmitida para não ser esquecida, para não se perder nas práticas sociais, em movimentos de *desterritorialização-reterritorialização* ou fragmentada no próprio devir. Embora remeta a valores do passado, compreender a dimensão da tradição implica em englobar diferentes tempos históricos passado-presente-futuro porque sendo um reflexo da cultura, as tradições são ressignificadas de acordo com as mudanças da sociedade, implicando em reposicionamentos de valores e pensamentos.

A origem da palavra “tradição” advém de um sentido religioso, utilizado para denominar a doutrina ou a prática transmitida de século para século, pelo exemplo ou pela palavra. Com o passar dos anos, esse sentido se ampliou e passou a contemplar também elementos culturais que são herança do passado, encontrados nos costumes, nas Artes e nos fazeres. Grosso modo, podemos conceituar a tradição como um “[...] produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente. É um conjunto de práticas e valores enraizado nos costumes de uma sociedade” (SILVA e SILVA, 2009, p. 405).

Hobsbawm e Ranger (1997) apontam que existem diferenças importantes entre tradição e costume. Enquanto a tradição tem um caráter de invariabilidade a partir de normas fixas e formalizadas que se repetem, o costume pode ser modificado, desde que façam alusão ainda às características antecessoras. Não concordamos com essa visão a respeito da tradição apontada pelos autores porque nos faz acreditar em algo cristalizado no tempo que não está suscetível às mudanças da sociedade. Embora façamos coro ao fato de que a tradição deva seguir certas normas, não podemos compreender o funcionamento da tradição como algo fixo. Até mesmo em instituições mais conservadoras, como a Igreja Católica, por exemplo, ao longo de sua existência têm demonstrado a necessidade de realizar mudanças em certas concepções em virtude de reivindicações sociais, ou seja, é necessário que a concepção e o sentido da tradição sejam mantidos, mas que não seja estagnado porque os sujeitos mudam, assim como os valores.

Considerando a cultura como uma *teia de significados* impregnada de símbolos comuns a uma coletividade e a tradição como uma herança do passado na qual elementos culturais muito particulares ainda ganham importância no presente, devemos ainda considerar um terceiro elemento nessa análise que auxilia no entendimento do tradicionalismo gaúcho: a

ideologia. Chauí (2004, p. 30) explica que a ideologia “[...] não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos”. Para a autora, a ideologia não é apenas uma representação imaginária do real para fins de dominação na luta de classes, mas a maneira pela qual os agentes sociais representam para si mesmos os apareceres social, econômico e político, de tal forma que essa aparência se torne a dissimulação do real.

Na mesma visão, Souza Filho (2003, p. 2) concebe a ideologia como “[...] um discurso de poder, mas este visto como um objeto de disputas em diversos campos, nos quais os ‘atores’ envolvidos nessas disputas transfigurariam relações de força em relações de sentido”. O autor reforça que a ideologia seria, portanto, o discurso que esses “atores” produziram pela “disputa de poder”, justificando para si mesmos e para os outros o sentido de suas ações.

Devido à multiplicidade do seu significado, Bobbio (1998, p. 585) entende a ideologia a partir de duas tendências: de "significado fraco" e de "significado forte". No primeiro caso, a ideologia “[...] designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. Implica em sistemas de ideias conectadas com a ação, englobando um programa e uma estratégia para a sua atuação com a finalidade de mudar e/ou defender a ordem política existente.

Já o significado forte tem origem no conceito de ideologia de Marx, entendido como “[...] falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, [...] pelos vários autores, a noção da falsidade”. Uma maneira de definir essa "falsidade" é entendendo a ideologia como uma falsa representação, ou seja, que não corresponde aos fatos.

Thompson (2011) faz uma proposta diferente da marxista sobre a ideologia. Embora reconheça a importância dos estudos sobre dominação e subordinação que ainda são recorrentes na nossa realidade, enfatiza que outras formas de conflito se destacam e, em alguns contextos tem até maior importância do que as relações de classes. Dessa forma, ao estudar a ideologia, podemos nos interessar não somente pelas maneiras como os sentidos mantêm relações de dominação de classe, mas também estudar outros tipos de dominação, tais

como as relações sociais estruturadas entre gêneros; relações sociais entre diferentes grupos étnicos; ou entre estados-nação hegemônicos e outros estados-nação que se encontram à margem do sistema global, dentre outros aspectos.

Para compreender o tradicionalismo gaúcho, convencionamos utilizar uma abordagem concordante com a de Thompson. Nessa visão, as *formas simbólicas* não podem ser entendidas somente como representações que articulam as relações sociais a partir de um simbolismo. É necessário pensar a ideologia do ponto de vista de um sentido engendrado pelas *formas simbólicas* que contribuem para estabelecer e dar sustentáculo às relações de dominação. A ideologia para Thompson (2011) envolve três aspectos indissociáveis: o sentido, a dominação e as maneiras como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação.

O sentido a que nos referimos seria aquele no qual as formas simbólicas estão inseridas em diferentes contextos sociais. Por *formas simbólicas*, o autor entende “[...] um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (p. 79). Para ele, o campo midiático (internet, televisão, publicidade etc.) é um dos grandes responsáveis na contemporaneidade pela produção, armazenamento e circulação de materiais de caráter simbólico da sociedade.

Os sujeitos que estão inseridos em contextos socialmente estruturados possuem diferentes graus de "poder". Segundo Thompson (2011), a dominação se efetiva quando as relações de poder são assimétricas, ou seja, quando um sujeito ou grupo se destaca dos demais de modo com que os “outros” não tenham acesso a ele (s) ou sejam excluídos. Com isso, o autor questiona de que maneira pode o sentido servir para estabelecer e sustentar relações de dominação? Uma das vias é a ideologia, que se reflete em cinco principais modos gerais de operações: legitimação; dissimulação; unificação; fragmentação e reificação. No entanto, Thompson alerta que nenhuma dessas estratégias mencionadas é, essencialmente, ideológica: elas passam a ter esse *status* dependendo de como a *forma simbólica* construída mediante tal estratégia é usada e entendida em contextos particulares para manter, subverter ou minar relações de dominação (Quadro 2).

Quadro 2. *Modus operandi* da ideologia.

Modos Gerais	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
Legitimação: as relações de dominação são percebidas como legítimas, quando consideradas justas e dignas de apoio.	• <i>Racionalização</i>: o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais. • <i>Universalização</i>: os acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos. • <i>Narrativização</i>: se refere a histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.
Dissimulação: as relações de dominação podem ser estabelecidas a partir de ocultações e negações de modo com que a atenção do (s) sujeito (s) seja desviada.	• <i>Deslocamento</i>: quando existe uma transferência de termo usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa passa a ser usado para se referir a outro. • <i>Eufemização</i>: as ações; instituições ou relações sociais são descritas com ênfase na valoração positiva. • <i>Tropo</i>: uso figurativo da linguagem, principalmente, a sinódoque, a metonímia e a metáfora para dissimular as relações de dominação.
Unificação: as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através de uma construção simbólica que interliga os indivíduos numa identidade coletiva.	• <i>Estandartização</i>: as formas simbólicas são adaptadas para refletir um referencial padrão. • <i>Simbolização da unidade</i>: implica na construção de símbolos de identificação coletivas, difundidos através de um grupo.
Fragmentação: as relações de dominação também podem atuar segmentando indivíduos e/ou grupos que possam ser capazes de se transformar em uma ameaça real aos grupos dominantes.	• <i>Diferenciação</i>: o destaque dado às diferenças e divisões entre pessoas e grupos. • <i>Expurgo do outro</i>: a construção de uma ameaça interna ou externa contra a qual os indivíduos devem resistir.
Reificação: as relações de dominação podem ser estabelecidas pela retratação de uma situação transitória como se essa situação fosse permanente.	• <i>Naturalização</i>: a criação social e histórica entendida como um acontecimento natural. • <i>Eternização</i>: os fenômenos sócio históricos são esvaziados de seu caráter histórico e apresentados como permanentes, imutáveis. • <i>Norminalização/ passivização</i>: a nominalização acontece quando sentenças ou parte delas e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes, enquanto a passivização se dá quando os verbos são postos na voz passiva.

Fonte: Adaptado de Thompson (2011). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016)

Nesse quadro, entendemos que o modo de operação da ideologia da cultura gaúcha se processa a partir de diversas estratégias, já que a ação de divulgar o gauchismo e preservar a tradição é feita por diferentes sujeitos e instituições. Destacamos a legitimação, na qual as relações de dominação são percebidas como inquestionáveis. Nesse quesito, a

racionalização, a *universalização* e a *narrativação* dão a tônica nesse processo ideológico. A *narrativização* se torna a estratégia mais empregada, sobretudo, quando nos deparamos com todo o apelo midiático que concebe o gaúcho e seus feitos heroicos. Assim, essa estratégia perpassa gerações e provoca admiração pelo Rio Grande do Sul e sua cultura por parte de alguns sujeitos que são atraídos por esse processo ideológico. Temos, assim, frequentemente tradições inventadas, pois, a proposta da narrativa implica também em romancear os fatos, criando um sentimento de pertencimento por determinado grupo a uma história que transcende a experiência do conflito, como afirma Thompson (2011).

Golin (1983) analisa o tradicionalismo gaúcho como uma concepção originária da classe dominante, servindo aos seus interesses. No fim da década de 1940, o capitalismo monopolista no pós-guerra provocou modificações em hábitos e costumes, abrindo uma lacuna entre as concepções tradicionais e um mundo novo. Dentro do estado, os imigrantes (já superada a fase do colonato) detinham o poder econômico industrial-urbano. Juntamente com os latifundiários, passaram a se unir “[...] na criação e fomento do mundo mítico e hipotético do Tradicionalismo (p. 13). Embora o Tradicionalismo seja apenas um elemento na superestrutura, como explica o autor, ainda assim está relacionado com os demais organismos de sustentação da classe dominante. Considera, assim, o tradicionalismo como um movimento de produção de falsa consciência.

Na abordagem de Thompson (2011), também enquadramos o gauchismo como uma ideologia de dissimulação, principalmente, na figura da *eufemização*, na qual percebemos que a exaltação que fazem de fatos históricos, como a Revolução Farroupilha, que foi um evento de derrota para os gaúchos, ganha uma valoração positiva, se transformando em um ato de heroísmo e união entre esses sujeitos. Outra forma de ideologia aparece através da chamada unificação, na qual as relações de dominação se sustentam a partir de uma construção simbólica, vinculando os sujeitos a uma identidade coletiva. Dessa forma, a estratégia da *simbolização da unidade* é a mais empregada no gauchismo, já que as instituições oficiais como o MTG e, por consequência, os CTGs, contribuem para difundir os símbolos culturais que serão apropriados de forma coletiva.

As representações simbólicas constituem importantes elementos de coesão entre os sujeitos a partir da identidade territorial. Por isso, poder e cultura no território não são mutuamente excludentes, mas se complementam nessa perspectiva analítica, já que as

representações simbólicas concebidas em função da cultura e tradições podem se constituir em meios de estratégia para o poder alicerçadas pelas ideologias. A cultura deve ser lida com seus aspectos processuais que se vincula a movimentos históricos e está em constante processo de devir.

As mudanças de fluxos a partir da mobilidade também fazem com que a cultura altere sua configuração espacial, como no caso da constituição das redes de tradições gaúchas que acabam trazendo para diferentes territórios, a força e o simbolismo da tradição gaúcha, um resquício do passado, mas que atua no tempo presente e vai influenciar substancialmente diversos grupos, como os *paranaúchos* do Norte do Paraná, inclusive, conferindo novos contornos na vida desses sujeitos, interferindo na sua relação de alteridade e provocando um repensar sobre o sentimento de pertencimento.

1.5 A constituição das identidades territoriais

Assim como o território possui caráter processual e relacional conforme a abordagem que estamos propondo, as identidades territoriais também estão inseridas nesse ponto de vista. Isso porque as identidades territoriais são formadas na relação do sujeito com o seu território e com o seu grupo social. Portanto, estamos diante da construção de uma identidade territorial mediante processos diferenciados que são constituídos por múltiplas razões em diferentes estágios da vida e que são pautados nas relações sociais. As identidades territoriais não são apenas um elemento dado na forma de uma representação cultural, mas resultado de um processo complexo de continuidade e descontinuidade, envolvendo aspectos subjetivos e objetivos nos quais podem ocorrer ações intencionais, como é o caso da ideologia do Estado que acaba impondo certos valores e símbolos nacionais para determinada sociedade ou podem ser espontâneos quando acarretam sentimentos de pertencimento e afetividade com o lugar. Nesse sentido, somos constantemente redefinidos na nossa identidade territorial, pois, a cultura que é o elo principal nesse conceito, acaba se modificando a todo instante e, mesmo que as tradições sejam preservadas, não se consegue reproduzir os aspectos culturais antepassados de forma exatamente idêntica.

Para Magalhães (2004), a construção da identidade dos sujeitos está vinculada às fases de socialização. Ela é formada e mantida em relação a um ambiente social que reitera suas concepções sobre o mundo e sobre si mesmo. Fazendo uma analogia com o que a autora apresenta, podemos vislumbrar que os processos pelos quais passam os sujeitos quando mudam de território, indubitavelmente, fazem emergir novos identificadores ou referências.

A identidade se funda, então, de processos sociais. A partir do momento em que os sujeitos se socializam, assumem internamente as condições concretas da sociedade, que passam a fazer parte de seu “eu”. Justamente por esta interiorização da sociedade, por intermédio de representações em seu “eu”, que passa a ser constitutivo de si, é que se pode conceber que o sujeito quando socializado, carrega consigo sua própria existência social.

Quando privilegiamos o território em sua perspectiva simbólica sem desconsiderar as relações de poder, precisamos compreender que nas relações sociais existe um processo de diferenciação entre os sujeitos pautado em diversos aspectos, dentre os quais, a cultura. Nesse viés, a cultura enquanto parte de uma construção social vai conferir determinadas características aos grupos, acarretando diferentes formas de apropriação cultural, fazendo com que a identidade territorial seja modelada a partir das diferenças entre o “eu” e os “outros”. Embora o poder, na perspectiva foucaltiana, esteja presente em todas as relações (e concordamos com isso), podemos vislumbrar aspectos mais acentuados ou ainda mais extremos desse aspecto quando existe alguma forma de resistência por parte de um grupo frente a um poder legitimador resultando, por exemplo, em conflitos étnicos e religiosos.

[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e ‘objetificado’. Num sentido também aqui relacional, **o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem.** Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico (HAESBAERT, 2011, p. 92-93, grifo nosso).

Para Hall (2006), vivemos uma crise de identidade, na qual as chamadas “velhas identidades”, representadas por sujeitos unificados, encontram-se em declínio, cedendo lugar às novas identidades e a sujeitos fragmentados. A globalização é um processo que acarreta

mudanças constantes e nesse sentido, concordamos com o autor quando afirma que nós portamos *identidades contraditórias* uma vez que nossos referenciais são constantemente deslocados de acordo com os *sistemas culturais* que nos cercam. A identidade é formada ao longo do tempo, com processos constantes de mudanças e transformações, isto é, Hall rechaça qualquer abordagem essencialista da identidade porque para ele não nascemos com uma identidade formada, imutável.

Em outra abordagem, Hall (2000) afirma que a identidade remete muito mais àquilo que nos tornamos do que àquilo que somos. Implica muito mais em reflexões sobre “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós mesmos”. As identidades são construídas dentro de um discurso¹¹ por estratégias e iniciativas específicas. Elas “[...] **emergem no jogo interior das modalidades específicas de poder** e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma identidade em seu significado tradicional” (p. 109, grifo nosso).

A identidade representa um ponto de intersecção entre os discursos e as práticas que tentam nos interpelar para que tomemos nossos lugares enquanto sujeitos de discursos particulares e os processos que produzem subjetividades, ou seja, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, portanto, “[...] pontos de apego temporário às posições-de-sujeitos que as práticas discursivas constroem para nós” (HALL, 2000, p.112). As posições de sujeito que assumimos perante os sistemas de valores são fundamentais para os significados que atribuímos às nossas experiências de vida e, conseqüentemente, às nossas subjetividades. Os processos de identificação e os posicionamentos adotados pelos sujeitos são efeitos da dimensão discursiva envolvida nas relações de poder. Portanto, as identidades são uma forma de articulação do sujeito ao fluxo do discurso.

¹¹ Hall (1997) entende o discurso como uma série de afirmações, em qualquer campo, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um dado assunto e uma maneira de produzir um tipo específico de conhecimento. O termo também faz referência tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento.

Em Castells (1999), existem três tipos de origens e formas de construção das identidades: a) *identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes das sociedades com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação; b) *identidade de resistência*: criadas por sujeitos que se encontram em condições/posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pelos dominantes; c) *identidade de projeto*: criada a partir dos sujeitos para redefinir sua posição na sociedade, sobretudo, a partir de reivindicações.

Vale ressaltar que nenhuma identidade se encerra em si mesma e existe uma dinâmica entre elas, podendo ocorrer imbricações entre os elementos, ora com uma característica mais ou menos evidente do que a outra. Assim, a complexidade da identidade não pode se restringir a essa tipologia como algo estático. A identidade aparece em função de um processo de identificação, envolvendo a concepção de grupo, como explica Magalhães (2004).

Podemos afirmar, com isso, que a construção da identidade é inerente à socialização do sujeito e, com isso, é um processo no qual o sujeito vai internalizando os símbolos e as representações sociais, ou seja, é a internalização da sociedade pelo sujeito. Enquanto processo de identificação, vincula-se à percepção do que existe em comum em relação a outros sujeitos e também ao que se diferencia de outros sujeitos.

Logo, é um processo com pares dicotômicos que possibilita a construção do ser social. As sociedades vão impondo aos sujeitos a sua ordem social, através de seus modos concretos que conferem a disponibilidade de relações possíveis entre as categorias de sujeitos. Além disso, impõe a sua ordem simbólica a partir dos modos como a vida social é moldada coletivamente e codifica/articula os sistemas de posições e relações regidos por princípios de direitos e deveres.

Entendemos que a identidade cultural é vista como um componente da identidade social, que é fruto das relações do indivíduo com o seu ambiente social. A identidade, portanto, permite que o sujeito consiga se localizar em um sistema social e também seja localizado. Assim, identidade e alteridade estão em uma relação dialética. A identidade resulta de um processo de identificação no interior de uma situação relacional, mas que também é relativa porque pode sofrer alterações. A fixação dos sujeitos no território contribui para o estreitamento de vínculos sociais entre os grupos, o que possibilita a formação da identidade,

entendida por Santos (2000, p. 47), como “[...] o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

Em obras produzidas por geógrafos, observamos que existem diferentes abordagens sobre as identidades. Entretanto, ora ocorre a menção à identidade territorial ora à identidade cultural, não existindo, portanto, um consenso para esta compreensão. Há alguns posicionamentos que privilegiam a utilização de um conceito em detrimento do outro. A identidade territorial é um conceito que agrega diferentes entendimentos e frequentemente é utilizado em conjunto com identidade cultural, conforme demonstram Roca e Mourão (2003). Afirmam ainda que a identidade territorial reflete as características específicas de determinados lugares, isto é, suas particularidades e singularidades, tanto em aspectos materiais como imateriais.

[...] a ideia geral é a de que as características específicas de determinados lugares e regiões são elementos constitutivos da sua identidade. As características materiais e imateriais (biofísicas, sócio-culturais, econômicas, sócio-psicológicas, etc.) dos territórios são mutáveis, mas é precisamente a sua identidade que confere originalidade e singularidade aos lugares e regiões e, vice-versa, que os distingue de outros territórios, vizinhos ou distantes. Mais, **a identidade territorial revela o espectro, as formas e a intensidade de integração econômica e cultural dos lugares e regiões, no passado e no presente, no âmbito de redes e sistemas sócio-econômicos e espaciais hierarquizados.** (ROCA; MOURÃO, 2003, p. 103, grifo nosso).

Nesse entendimento da identidade territorial proposta pelos autores supracitados, há alguns aspectos importantes para a nossa argumentação. Em um primeiro momento, a afirmação de que a identidade territorial não é construída somente a partir de uma base territorial física, mas de elementos imateriais que conferem ao território uma abordagem cultural e, ao mesmo tempo, relacional. Isso porque não se limita aos fatores culturais dos sujeitos, mas se articula com aspectos políticos, sociais etc.

Outro ponto é a afirmação de que os territórios não são fixos, já que os limites podem ser restabelecidos ou reconstruídos. Portanto, as identidades territoriais também não são estáveis nem tampouco fixas no território, elas fluem, desterritorializam-se com o sujeito, levando consigo a sua identidade, ou as especificidades da sua relação com aquele território de origem e, em um processo de desterritorialização, vão se estabelecer em outro território que vai oferecer novos elementos relacionais de forma a possibilitar a integração de diversos componentes culturais, resultando em outra identidade territorial.

Haesbaert (1999) também contribui para esta discussão, ao afirmar que são os aspectos sociais que norteiam a constituição das identidades territoriais. Estas se definem a partir de relações sociais que se processam através do território, dentro de uma relação de apropriação, na qual o território sempre existirá a partir de uma identificação e valoração simbólica – positiva e/ou negativa - do espaço pelos seus habitantes. Assim, podemos dizer que as identidades se constituem em aspectos relacionais que se tornam, sobretudo, “territoriais” quando a sua construção se processa no território. Isso porque a identidade é formada por elementos subjetivos tanto individuais quanto coletivos que pode estar relacionada à alteridade do sujeito e não, necessariamente, ao sentimento de pertencimento ao território.

Já para Souza e Pedon (2007), não se pode falar que a identidade territorial se forma *a priori* nem *a posteriori* da constituição do território. É o movimento de sua constituição, através das constantes mudanças que ocorrem ao longo da história que irá definir o *status* ontológico desse processo, sendo o resultado das constantes transformações que ocorrem ao longo da história definindo assim, os contornos desse processo.

Em nossas relações cotidianas, existe “[...] uma sucessão de identidades que se cancelam e de desagregam, deixando traços-características materiais e imateriais no território” (SAQUET, 2011b, p. 83). Embora as identidades sejam constituídas a partir do contato com o outro, seja este outro um sujeito ou um elemento cultural, sofrem pequenas e constantes alterações devido às mudanças sociais. Entretanto, as identidades não são dissolvidas no sentido de desaparecer ou sumir completamente.

O que acontece é que as identidades são resignificadas, no sentido de adquirem novas conotações, transmutando antigos elementos em novos significados já que as identidades estão vinculadas a processos diversos. As identidades que se processam no território englobam diversos elementos constituídos em diferentes escalas espaço-temporais e que refletem vários instantes que são passado e presente, constantes e infindáveis.

A relação identidade-território tem como pressuposto, a noção de movimento que vai refletir no sentido real da identidade para o indivíduo e/ou grupo. Como explica Santos (1996), é o movimento da totalidade que vai ditar as novas visões da sociedade resultando em (re) arranjos espaciais que nunca cessam. Este processo, ao mesmo tempo em que une,

também fragmenta e individualiza. Como grande propulsora deste processo, tem-se a divisão do trabalho que transforma os lugares sob diversos aspectos, tais como econômicos, sociais, políticos, inclusive simbólicos, ressignificando-os de acordo com novos interesses e ditames da sociedade. E dentro desse movimento de totalidade, temos as relações de sociabilidade dos sujeitos e seu vínculo individual e/ou coletivo com o território.

Com isso, hoje não se pode mais falar em identidade, mas sim, identidades, pois, estas fazem parte de um processo em constante (re) construção, marcado por influências externas, que trazem novos elementos de incorporação e ressignificações. A identidade não se constrói apenas na relação entre os sujeitos, mas, fundamentalmente, na relação do sujeito com o espaço, o que resulta em um sentimento de pertencimento e afetividade com seus lugares de convívio cotidiano. Este espaço apropriado é, portanto, *locus* da dimensão simbólica e, conseqüentemente, cultural, condicionando a formação das identidades.

Da mesma forma que as identidades da contemporaneidade se processam de forma distinta de outros períodos porque não necessitamos mais de um contato físico entre os sujeitos para que haja trocas culturais, verificamos que ainda existe uma necessidade dos sujeitos em objetivar as tradições através dessa proximidade, como no caso da participação nos CTGs. Tais antagonismos refletem a lógica do sistema capitalista que é desigual não somente no sentido econômico, mas dentro de uma perspectiva cultural que vai fazer com que se tenham novas e antigas territorialidades coexistindo mutuamente.

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que o processo de reterritorialização dos gaúchos no Norte do Paraná resulta em múltiplas escalas de compreensão, como a percepção individual x coletiva dos migrantes, na qual cada um possui uma história particular e que resulta em diferentes motivos para a sua partida do Rio Grande do Sul bem como a sua escolha de estabelecimento no Norte do Paraná. Estes sujeitos, certamente possuíam uma identidade territorial no seu estado de origem, resultante da sua relação com o território, com mais ou menos intensidade. Por sua vez, o estado do Rio Grande do Sul possui uma formação territorial distinta do estado do Paraná, o que acarreta diversas formas de apropriação do território e, conseqüentemente, de identidades.

A partir do momento em que estes migrantes se reterritorializam no Norte do Paraná, deparam-se com outra forma de vida, um tempo e um espaço diferente que serão

assimilados por estes sujeitos de forma subjetiva e objetiva, resultando em distintas identidades territoriais, nas quais alguns elementos sociais perduram e passam a coexistir com elementos da mudança cultural. Com isso, os gaúchos trazem para outros territórios aspectos da identidade territorial do Rio Grande do Sul, possibilitando uma coesão social desses sujeitos em outros territórios, de maneira que suas tradições perdurem em múltiplos territórios. Por fim, temos a formação da identidade territorial em uma perspectiva de redes, ou seja, mesmo que as identidades possam ser construídas de forma individual, possuem aspectos relacionais que interferem na articulação entre os vários sujeitos, como é o caso dos CTGs.

1.6 Migração: o eterno ir e vir dos sujeitos

Quando abordamos a relação homem-território, é condição *sine qua non* a sua vinculação aos aspectos relativos ao processo de mobilidade porque ao longo da sua existência, os sujeitos passam por vários territórios. A história de migração na humanidade é tão antiga quanto sua própria existência, como explicam Massey et. al. (1998). Grosso modo, compreendemos a migração como a mobilidade espacial tanto individual quanto coletiva com objetivo de deixar um território para chegar a outro de destino dentro de um mesmo país.

De início, estes deslocamentos visavam garantir a sobrevivência dos sujeitos, visto que buscavam lugares que provessem segurança e alimento para assegurar sua integridade física. Com o advento do capitalismo e, com ele, o surgimento de um novo modo de produção, os sujeitos passaram a se deslocar, sobretudo, em função das condições econômicas, buscando oportunidades de trabalho em outros territórios.

Para Matos (1993), o vocábulo “migrar” tem origem etimológica no termo latino *migrare*, que significa passar de um lugar para outro, mudar de residência. Para ela, o termo vem sendo utilizado de forma dúbia, ora para denominar uma série de movimentos populacionais distintos no tempo e espaço, ora para se referir a alguns dos seus elementos. Devido à complexidade de análise que envolve os estudos sobre as migrações, a autora chama a atenção para o fato de que é comum se deparar com ensaios que optem por estudar apenas determinados aspectos do fenômeno. Isso porque a migração pode envolver facetas distintas,

desde a mudança de uma residência para outra até a chegada dos primeiros colonizadores na América. Para Andrade (1998), a migração pode ser analisada a partir de dois enfoques: espaço e tempo. Com relação ao espaço, tem-se a classificação como interna (dentro de um mesmo país) ou externa (fora do país de origem). E, com relação ao tempo, as migrações podem ser temporárias ou permanentes. As migrações temporárias podem ser classificadas ainda em três grupos:

- ▮ **Migrações por tempo indeterminado:** quando os sujeitos partem para determinado lugar com fins de alcançarem seus objetivos, seja de ordem política, econômica ou social;
- ▮ **Migrações sazonais:** comumente realizada no meio rural, em épocas de plantio e colheita;
- ▮ **Migrações diárias:** realizadas, sobretudo, em grandes cidades, quando os sujeitos se deslocam de casa para o trabalho.

Por outro lado, Souza (1980) compreende a migração quando os grupos sociais fixam residência em outro município distinto daquele do seu nascimento. Portanto, essa classificação das migrações temporárias proposta por Andrade (1998) poderia ser considerada um deslocamento espacial para Souza (1980), similar a uma viagem e não migração. Assim, o migrante seria o sujeito de qualquer classe social que deixa o seu lugar de nascimento para fixar residência em outro município.

De qualquer forma, existe um consenso que a partir do momento em que o indivíduo se desloca do seu lugar de origem, para outro país, com duração temporária ou permanente, torna-se um emigrante e, quando entra nesta localidade ao qual está se destinando, é considerado um imigrante. Sobre o sentido de migrar, autores como Matos (1993) apontam a seguinte tipologia (Quadro 3):

Quadro 3. Tipologia das migrações.

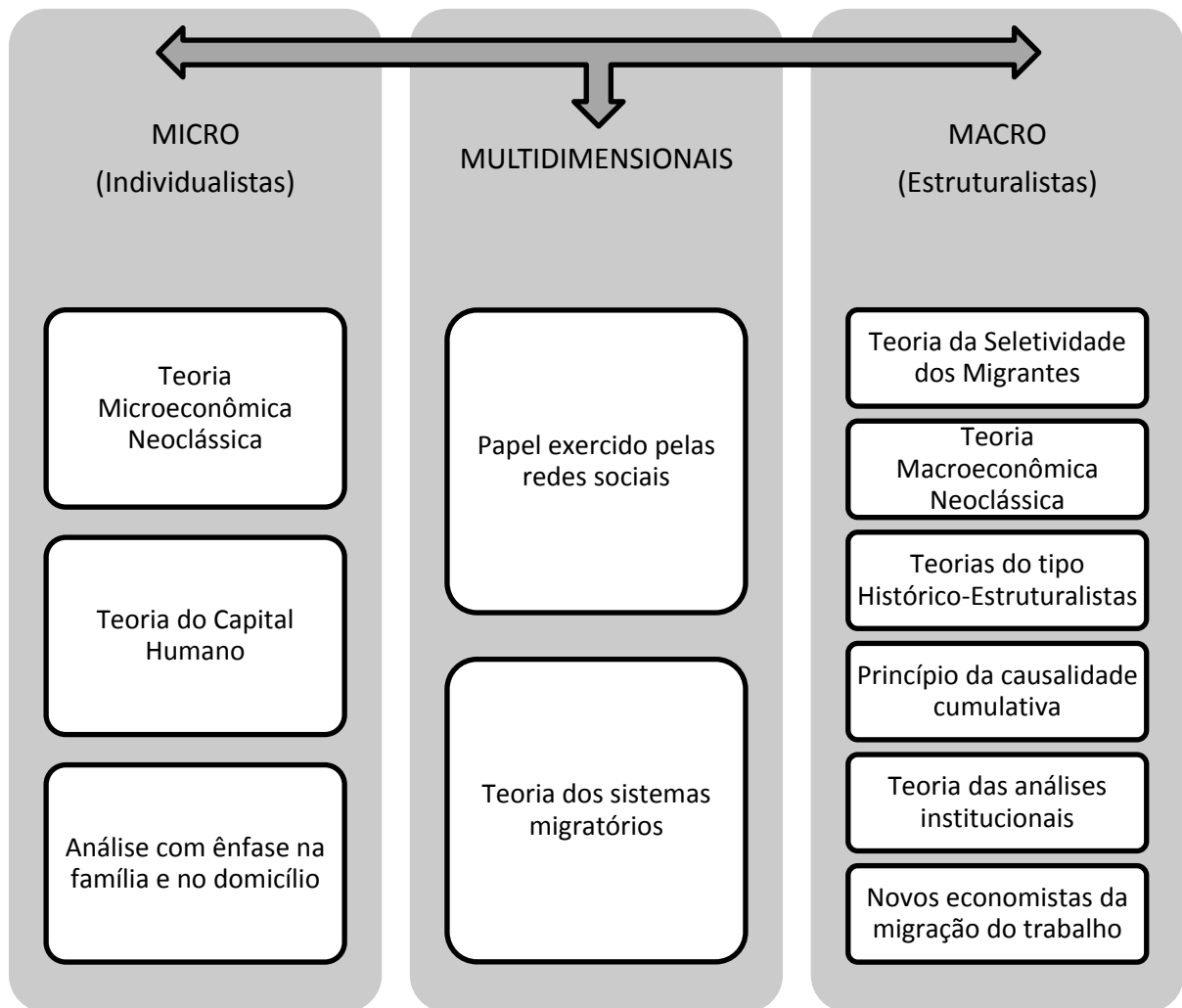
	Tipologias	Conformações
Segundo a periodicidade	- movimentos pendulares	- diários
		- semanais
	- migrações periódicas	- sazonais
		- variável duração
	- migrações de breve duração	- menos de 01 ano
	- migrações de duração média	- de 01 a 05 anos
Segundo a escala	- nacional	- intra ou inter-bairros
		- inter-municipal
		- inter-regional
	- internacional	- intracontinental
		- intercontinental
		- individuais
Segundo a voluntariedade	- migrações voluntárias	- núcleos familiares
		- grupos
	- migrações forçadas	- deportação
		- êxodo
Segundo as motivações	-	- trabalho
	-	- familiar
	-	- saúde
	-	- estudo
	-	- político
		- étnico
		- religioso
	-	- catástrofes: bélicas, ecológicas, naturais

Fonte: Matos (1993). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

Para melhor compreender de que forma acontecem os movimentos migratórios e também buscar vislumbrar uma perspectiva relacional entre território de origem, territórios de transição¹² e território de destino, iremos nos ater a pontuar algumas correntes teóricas migratórias para que possamos explicar o processo *T-D-R* dos migrantes gaúchos para o Norte do Paraná. Santos et.al (2010) afirmam que as teorias migratórias mais utilizadas podem ser divididas sob dois aspectos: *micro*, enfocando a análise na perspectiva do sujeito, da família ou do domicílio e *macro* dando ênfase nas conjunturas socioeconômicas das regiões de origem e destino do migrante (Figura 8).

¹² Estamos utilizando a expressão territórios de transição para designar os territórios utilizados pelos migrantes no período de deslocamento entre o território de origem e o território de destino (ou território atual). São, portanto, intermediários no processo D-T-R.

Figura 8. Principais teorias migratórias.



Fonte: Santos et. al. (2010). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016)

Na abordagem migratória que contempla os aspectos *micro*, temos a Teoria Microeconômica Neoclássica que concebe a ideia de que os sujeitos comportam-se como sendo capazes de ordenar hierarquicamente suas preferências e também de realizar cálculos racionais relacionados a alternativas, com o objetivo de ampliar a utilidade de suas decisões. Assim, pressupõe-se que o migrante decide sair do seu território de origem em função de um cálculo entre custos e benefícios que o motiva a ter uma expectativa de retorno positivo – financeiro – com esse processo.

Na *Teoria do Capital Humano*, os sujeitos avaliam de forma racional os custos e os benefícios de todas as suas atividades e investem em determinados segmentos com o objetivo de esperar que benefícios futuros advenham dessa ação. O ato de migrar, portanto,

estaria relacionado com um cálculo racional que se estenderia até outras tomadas de decisões familiares como casamento, separação e tamanho da família, como explicam Santos et.al (2010). Assim, trata-se muito mais de uma perspectiva individualista do ato de migrar.

Nas teorias que envolvem modelos de *análise com ênfase na família e no domicílio*, os vínculos familiares são relevantes para a migração. Os ganhos de toda a família, e não de um único indivíduo, são os elementos motivadores dos movimentos migratórios de domicílios inteiros. Nesse sentido, “[...] a decisão de migrar se transforma em uma fonte de conflito familiar, assim como a escolha do local de destino da migração, pois para cada um dos cônjuges, poderá haver um local onde o seu ganho individual com a migração seja maior” (SANTOS et.al. 2010, p. 9). Nessa abordagem, os migrantes que possuem laços familiares menos “apertados”, como no caso de pessoas solteiras e sem filhos possuem uma maior probabilidade de migrar do que aqueles que se encontram em uma estrutura familiar mais complexa, com cônjuge e filhos, na qual as decisões precisam levar em consideração um número maior de fatores.

Do ponto de vista da análise dos aspectos *macro* sobre a migração, que compreende o fenômeno das migrações a partir de explicações de natureza econômica, de acordo com Incarnação (2015), um dos primeiros teóricos foi o geógrafo Ernest Ravenstein que formulou, em 1885, uma teoria conhecida como “Leis da Migração”, na qual defende a visão de que os deslocamentos ocorrem, principalmente, em curtas distâncias e em função do desenvolvimento do capitalismo. Aqueles que se deslocam para mais longe o fazem em função da atratividade de grandes centros comerciais e industriais, sendo a população rural mais propensa a migrar. Inicialmente, esses migrantes se concentrariam nas periferias. O autor também aponta vários outros fatores de migração como leis opressivas, climas pouco atrativos, agravamento de impostos, entre outros. Não obstante, enfatiza que nenhum desses fatores supera o que está na origem do desejo intrínseco aos sujeitos: melhorar as suas condições materiais.

A importância desses estudos pioneiros pode ser percebida pelas teorias migratórias subsequentes que utilizaram muitos procedimentos de Ravenstein, além de se utilizarem de várias concepções trabalhadas pelo autor, principalmente, os modelos de *push-pull*, que contribuem para a explicação das páreas de atração-repulsão. Já em meados do século XX destacam-se as pesquisas do demógrafo estadunidense Everett Lee que utiliza as

proposições de Ravenstein em trabalhos ulteriores. Para Lee (1980, p. 99), a migração é entendida como a “[...] mudança permanente ou semi-permanente de residência” envolvendo aí qualquer tipo de mobilidade espacial voluntária ou coercitiva, em quaisquer escalas e distância.

Os trabalhos de Ravenstein e Lee se aproximam, sobretudo, na mesma visão sobre a seletividade dos migrantes, ou seja, alguns sujeitos possuem características individuais favoráveis à migração, como idade, gênero, escolaridade etc. Além disso, para Lee (1980), o processo migratório sempre envolve uma origem, vários tipos de obstáculos intervenientes e um destino. Segundo o autor, em todas as áreas existem inúmeros fatores de atração (+) e repulsão (-) que vão influenciar na decisão das pessoas em optar por migrar ou não e até mesmo ser indiferente para algumas pessoas (O).

Na *Teoria Macroeconômica Neoclássica*, segundo Santos et.al (2010), a migração é compreendida a partir das diferenças geográficas de oferta e demanda por trabalho. Nesse aspecto, é o mercado de trabalho que induz os movimentos migratórios. Assim, em regiões com muita oferta de trabalho em relação ao capital, os salários seriam mais baixos do que em regiões com falta de oferta de trabalhos, que teriam maiores salários e atrairiam mais migrantes.

Enquanto isso, as *Teorias do Tipo Histórico-Estruturalistas* concebem a migração como [...] unidade de análise o fluxo de pessoas, além de ser focada nos efeitos diretos e indiretos das variáveis sociais, econômicas e políticas sobre a organização produtiva espacial” (BAPTISTA, 2013, p. 12). Dentre os teóricos dessa abordagem, podemos destacar os estudos de Gino Germani e Paul Singer. Na visão de Incarnação (2015), essa corrente valoriza os fatores econômicos e o capital como principais motivações das migrações em detrimento às motivações individuais e coletivas dos sujeitos.

Para Singer (1980, p. 217): “[...] as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. De acordo com o autor, o fenômeno migratório é socialmente construído e vinculado ao processo de desenvolvimento do capitalismo, principalmente, à industrialização. O que motiva os sujeitos a se deslocarem seriam as desigualdades regionais. Nessa visão, a industrialização contribui para uma concentração econômica, que atrairia os migrantes.

Comparativamente ao modelo proposto por Lee (1980), Singer (1980, p. 38) analisa os fatores de *atração* e *expulsão* (mudança e estagnação), nos quais as regiões favorecidas não param de acumular vantagens enquanto a “[...] população das áreas desfavorecidas sofre, em consequência, um empobrecimento relativo: o arranjo institucional faz com que participem do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos”.

Os fatores de mudança a que se refere o autor são oriundos do próprio capitalismo, como a expropriação da população rural. A estagnação ocorre em situações extremas de falta de crescimento e perspectiva de uma região, como a falta de terras para o cultivo da população. Em contrapartida, temos as regiões de atração de migrantes, que possuem disponibilidade de serviços diversificados e que demanda mão de obra.

O *Princípio da causalidade cumulativa e o papel exercido pelas redes sociais* difundida pelos *Novos Economistas da Migração do Trabalho*, como Douglas Massey, são outras possibilidades de abordagem teórica da migração em uma perspectiva *macro*. A primeira compreende que os processos e/ou mudanças sociais, ao invés de estimularem forças contrárias a estabelecerem uma situação de equilíbrio pré-existente, provocariam novas mudanças que contribuiriam para que o sistema evoluísse na mesma direção para a qual foi levado pela mudança inicial. Dessa forma, devido a esta causalidade circular, os processos sociais se tornariam cumulativos, intensificando a sua força.

A partir desse princípio, os teóricos têm apontado fatores que explicariam o fato da migração se perpetuar através do tempo, com destaque para o papel das redes sociais. Já a vertente teórica de *Análises Institucionais* ressalta que quando há um *boom* da migração internacional, começam a surgir várias instituições (privadas, públicas ou assistenciais) para buscar contrabalançar o desequilíbrio entre o número de imigrantes interessados em entrar em certos países e o número de imigrantes que esses países estão dispostos a receber, como esclarecem Santos et. al. (2010).

Alexander (1987) explica que, na contemporaneidade, a unilateralidade das teorias sociológicas organizadas em microteorização, denotando o caráter fortuito da ordem social e a centralidade da negociação individual e macroteorização, destacando o papel de estruturas coercitivas na determinação do comportamento individual e coletivo, caminha para discussões que enfatizam as contradições na tradição micro e na macro. Surgem, assim, outros estudos

que convergem para a articulação entre ação e estrutura, em uma perspectiva multidimensional como é o caso de Fawcett (1989) e Massey (1990).

Nessa linha de abordagem, Fawcett (1989), através da *Teoria dos Sistemas Migratórios*, destaca as redes formadas pelos parentes no processo de continuação dos fluxos migratórios. Para ele, o sistema migratório se refere a dois ou mais lugares que estão conectados por fluxos e contrafluxos de pessoas. Tal sistema estaria em equilíbrio e, quaisquer tipos de alteração seriam seguidos de ajustes nas outras partes. Nessa teoria, notamos a interação das estruturas micro, macro e uma terceira, intermediária que atuam como um elo entre os migrantes e as políticas econômicas. Não obstante, as migrações não estão condicionadas exclusivamente pelo caráter econômico, mas atreladas a mecanismos de natureza diversa.

Apesar de existirem várias teorias sobre migração, não parece que há um diálogo efusivo entre elas, assim como ocorre entre os principais conceitos. Mesmo que a migração aconteça em muitos casos como uma iniciativa individual, os sujeitos encontram-se em um emaranhado de tramas sociais, o que amplia a dimensão sociológica e geográfica desse fenômeno. Faz-se necessário, a emergência de análises que consigam agregar os aspectos *macro* e *micro* a partir de uma ótica processual, relacional e multiescalar, tais como a análise dos sistemas de migração constituídos através de redes.

A decisão de migrar, embora possa parecer algo estritamente individual em alguns casos, entendemos que os sujeitos se encontram em um conjunto de relações sociais, mesmo que de forma inconsciente, que os leva a decidir ir para determinado território e/ou retornar para o território de origem. São estruturas muito mais complexas que determinam as escolhas individuais.

1.7 O sistema reticular do território no processo migratório: redes sociais e redes de migração

O território, reflexo das relações sociais vai se desdobrar em malhas, nós e redes que asseguram o poder e o controle do/no espaço, possibilitando uma maior articulação entre os territórios dentro daquilo que Raffestin (1993) denominou de *sistema territorial*. A ideia

central desse sistema parte do pressuposto de que a ação engendrada pelos agentes sociais conduz as relações de poder. Para que estas relações de poder sejam expandidas ou otimizadas, é necessário estabelecer ligações multiescalares de diversas ordens como econômicas, políticos, culturais e naturais (SAQUET, 2003 e 2005), sendo necessário, portanto, que o território seja constituído a partir de um sistema de tessituras que delimita os diferentes campos de ação. Entendemos que a tessitura territorial é o elemento mais geral nesse sistema e projeta um sistema de limites ou de fronteiras mais ou menos funcionalizadas.

Essas delimitações serão desdobradas em um conjunto de malhas que se constituem em unidades políticas e de infraestruturas multiescalares. As malhas são heterogêneas e se constituem a partir de diferentes formações territoriais que vão se interligar a vários pontos no território. Dessa forma, os pontos acabam constituindo redes pelo movimento dos agentes sociais, que necessitam se articular pelo território. Assim, as redes tentam, além do controle, assegurar a comunicação pelo território. Mas o que seriam as redes? Qual o papel que desempenham dentro do sistema territorial? Como podem nos auxiliar na compreensão da formação de uma identidade territorial gaúcha no norte- paranaense?

Na tentativa de buscarmos respostas para essas reflexões, reportamos, inicialmente à Souza (2013a, p. 166) que faz uma analogia interessante ao comparar as redes com as redes de pesca, compreendendo-as assim como “[...] um conjunto integrado e estruturado de fios, que formam uma trama ou malha; no encontro entre dois fios, eles se entrelaçam , formando um nó, o que dá estabilidade à rede”. Na visão de Corrêa (1997), uma rede se torna geográfica quando consideramos a sua espacialidade. As redes geográficas refletem um conjunto de localizações humanas que estão articuladas por meio de vias e fluxos. Antes de tudo, as redes geográficas são sociais em virtude de serem construções humanas, formadas no campo de relações sociais de diversas ordens, envolvendo o poder e cooperação, além de outras esferas da vida.

Em suas relações com o território, as redes podem ser estudadas de acordo com um enfoque genético, que diz respeito aos processos ou um enfoque atual, se constituindo em um dado da realidade atual. No primeiro caso, são vistas como um processo e no segundo como um dado da realidade atual. Para Santos (1996, p. 177), o estudo genético de uma rede é necessariamente, diacrônico: “As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração

atual”. Já o estudo atual implica na descrição do que a constitui, a partir do conhecimento das idades do objeto e de sua longevidade. No entanto, ambos os enfoques devem ser estudados de forma associada, já que cada fase do processo pode ser também compreendida como uma situação e cada situação pode ser concebida como um corte num movimento.

Já conforme Haesbaert (2011) há o *território-rede*, com uma dimensão-temporal móvel e de conectividade. O autor menciona que existem três grandes abordagens teóricas sobre o território e a rede: uma que subordina a rede ao território; outra que separa território e rede e; uma que preconiza o território e rede juntos. O território surge como movimento que vai se repetindo e a territorialização implica em construção e/ou controle de fluxos/redes, no e pelo movimento. Nesse entendimento, destacamos as redes extrovertidas, no sentido dado por Haesbaert (2012, p. 123) para aquelas que “[...] através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios (sendo, portanto, desterritorializadoras)”, pois, perpassam territórios em diversas escalas, conferindo novas territorializações da cultura pelo território brasileiro e também no exterior.

Além disso, onde existem redes, essas também não são uniformes. Como explica Santos (1996), em um mesmo espaço existem superposições de redes, que refletem desigualdades e ações dos agentes no processo de controle e regulação das mesmas. Assim também acontece com as redes constituídas em função da migração, que vão se espalhar pelo território em diversos níveis de intensidade e formação, de acordo com as motivações dos migrantes e os processos estruturais, como ocorre com os gaúchos no Norte do Paraná em uma *rede afluyente* ou *tributária* de uma rede principal que “sai” do território sul-riograndense, já que tem uma intensidade menor no tocante ao número de CTGs e, logicamente, um número reduzido de gaúchos.

Pelo fato de se processar por diferentes territórios, consideramos que a migração envolve uma interação reticular, vinculada a múltiplos fatores políticos, econômicos e culturais que se materializam por diferentes pontos do território, possibilitando que este deslocamento seja realizado a partir da formação de redes. A construção dos territórios na migração passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através dos vínculos e dos contatos estabelecidos. Compreendemos, portanto, que as migrações não implicam somente na desvinculação do território, mas estão atreladas a diferentes experiências de vida processadas entre os territórios de origem e de destino. Assim, estamos

diante de complexas relações que podem ser analisadas em um processo de desterritorialização e reterritorialização.

Para Santos (1996), a mobilidade se tornou quase uma regra, de modo que os homens se assemelhavam a turistas que se deslocam constantemente, inseridos em um processo de desterritorialização. Segundo ele, a desterritorialização significa, ao mesmo tempo, estranhamento e desculturização. Isso porque quando chegam a um lugar do qual não fazem parte e que não ajudaram a criar, os homens tendem a entrar em um processo de alienação. Mesmo que os traços culturais sejam levados consigo para um território alheio, de fato, o contato com outra cultura contribui para que os homens não se sintam parte da história daquele lugar.

Neste aspecto destacamos o papel das identidades territoriais que contribuem para que os indivíduos tenham um sentimento de afetividade e identificação com os elementos que fazem parte de seu cotidiano, além de estabelecerem relações interpessoais que assegurem seu bem estar. Por esta razão, as redes sociais se tornam parte fundamental no processo de reterritorialização, uma vez que proporcionam a reinserção destes sujeitos “desterritorializados” em outras redes. Com isso, existe a minimização dos efeitos deste estranhamento, no sentido de outros sujeitos envolvidos no processo fornecerem um acolhimento nos territórios de destino. A partir do momento em que estes sujeitos mantêm alguns elementos que remetem a sua cultura de origem, vão assegurar, de certa maneira, que sejam mantidos resquícios da sua territorialidade em outro território.

Levando em consideração o processo de reterritorialização, conseguimos fazer alguns apontamentos: o primeiro, quando os sujeitos se adaptam à outra cultura, ou seja, quando o migrante consegue se integrar aos novos costumes e, com isso, passa a ter no território de destino uma afetividade e um vínculo com o lugar que o acolheu; no segundo, alertamos para possíveis conflitos que podem ocorrer com relação àqueles migrantes que não se adaptam ao território de destino, seja pela falta de oportunidade, que dificulta uma estabilidade financeira ou ainda pela não identificação com a outra cultura.

Dessa forma, sobretudo, neste último aspecto é que enfatizamos a importância da formação das redes de sociabilidade, que contribuem para uma coesão social, à medida que os sujeitos se reconhecem e mantêm um vínculo, compartilhando elementos de uma cultura em

comum, embora não estejam mais em seus territórios de origem. Entendemos, portanto, que os sujeitos enquanto seres sociais vivem em constante interação uns com os outros e com os elementos que fazem parte do seu cotidiano. Da mesma forma, quando se encontram em processo de desterritorialização-reterritorialização, os sujeitos definem outros contornos às redes, conferindo outros elementos para o rearranjo territorial.

Do ponto de vista da migração, as redes que se constituem a partir dos processos migratórios, denominaremos de redes migratórias, compreendidas por Massey (1990, p. 396) como: “[...] conjuntos de laços interpessoais que ligam os migrantes, ex-migrantes e não migrantes em áreas de origem e destino através dos laços de parentesco, amizade e comunidade de origem semelhante”¹³. As redes migratórias abrangem muito mais do que os sujeitos que estão inseridos no processo migratório: abarcam uma gama variada de relações interpessoais, envolvendo família, amigos e até mesmo conterrâneos que irão contribuir para o estreitamento dos vínculos identitários do migrante, seja com o território que deixou ou com aquele que é o seu destino final.

Reportando essa explicação aos sujeitos de nossa pesquisa, que são os migrantes gaúchos, citamos o estudo de Santos (1993), no qual o autor explica que os gaúchos passaram a migrar atraídos, sobretudo, por projetos de colonização no Sudoeste do Paraná e no Mato Grosso. O primeiro grupo de migrantes gaúchos acabou motivando a vinda de outros gaúchos que ainda se encontravam no Rio Grande do Sul, ou seja, as redes migratórias acabam se ampliando muito além do simples sentido de se deslocar perpassando aspectos de solidariedade entre os sujeitos.

Concordamos com Truzzi (2008), que a informação é o componente fundamental nas redes de migração. Neste aspecto, as informações se processam a partir de redes em múltiplas escalas. O tipo de informação também vai condicionar o funcionamento destas redes, já que uma informação negativa sobre determinado território, certamente irá contribuir para que os sujeitos não migrem para lá, buscando melhores oportunidades em outros territórios.

Da mesma forma, Saquet e Mondardo (2008) afirmam que a constituição de territórios em rede implica na interação entre comunicação e informação. Essa última é

¹³ Tradução livre da autora

controlada por relações de poder que surgem a partir dessa interação. Assim, toda rede reflete a imagem do poder ou dos sujeitos envolvidos nessa articulação. Nesse caso, temos uma dualidade: da mesma forma que as redes contribuem para a mobilidade dos sujeitos, ao mesmo tempo, são condutos do poder direcionando os sujeitos para determinados territórios de acordo com os agentes sociais, ou seja, de acordo com o poder que está em voga.

Como os autores argumentam, por serem instrumentos do poder, as redes que são uma base para a criação dos territórios em rede, consequentemente, podem reter ou libertar os migrantes de contextos socioeconômicos precários. Esses pressupostos fazem referência ao papel central que o arranjo das relações sociais exerce na análise das propriedades estruturais das redes nas quais se encontram os sujeitos, assim como na identificação dos fenômenos sociais emergentes que não existem no campo individual. Temos, portanto, o entendimento que os migrantes, mesmo que migrem de forma individual, não agem sozinhos na sua trajetória. Eles estão inseridos em redes, tanto no território de destino quanto nos territórios de transição como no território de destino, sempre com a presença de informações que vão contribuir para as suas escolhas.

No processo de mobilidade as redes são portadoras de uma identidade construída entre territórios. Neste aspecto, “[...] o migrante objetiva-subjetiva um território interativo, relacional, no qual a identidade pode ser compartilhada e modificada com os demais membros de cada grupo social e da sociedade em geral” (SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 126). Assim, o migrante é o sujeito principal neste processo, uma vez que ele está na conexão maior entre a desterritorialização e a reterritorialização.

Nas redes migratórias são estabelecidas conexões de diversas ordens e de perspectiva multiescalar compreendendo, simultaneamente, um território de origem e um território de destino que conferem a estas redes especificidades, abrangendo uma dimensão espaço-temporal distinta de outras redes que envolvem informação e comunicação, como as redes de transporte ou de comunicação. Nessas redes, temos a identidade exercendo um papel importante para os migrantes, porque possibilita um contato com os elementos culturais fundamentais de tal maneira que estes sujeitos recém-chegados consigam se adaptar de forma menos atribulada em território desconhecido.

2 PARANAENSES, GAÚCHOS E PARANAÚCHOS

Partindo de algumas reflexões anteriores sobre território, identidade e migração, nossas discussões agora estarão direcionadas para os sujeitos do nosso estudo. O Brasil como um país que foi colonizado por diversas etnias reflete na sua população, características muito distintas nas suas regiões. Não somente nos aspectos fisionômicos, mas essencialmente, na cultura. Colocamos na pauta, então, os contornos dessa mescla cultural que resulta em características múltiplas, até mesmo dentro de uma mesma região. Nesta perspectiva, iniciamos com apontamentos sobre a apropriação do território sul-rio-grandense em diferentes períodos para compreender de que forma foi se constituindo um imaginário em torno da figura do gaúcho que temos na atualidade enquanto detentor de características vinculadas à bravura, ao heroísmo sob uma base cultural tradicionalista.

Importante destacar também como surge o tradicionalismo gaúcho. Com isso, fizemos um resgate do movimento no Rio Grande do Sul e de que forma ele se espalha por todo o território brasileiro e até mesmo no exterior. Apontamos ainda, as principais características e diferenças com o *nativismo*. Como uma das expressões mais importantes da cultura gaúcha, reservamos uma parte da discussão para os CTGs, demonstrando como são estruturados e como se relacionam com o poder, a ideologia e a tradição. Nesta dinâmica, a territorialidade gaúcha vai se materializar fortemente com o tradicionalismo em vários estados, assegurando uma coesão social extremamente vinculada a valores saudosistas que acompanham toda a formação da identidade territorial gaúcha. Essa cultura de caráter expansionista vai encontrar nos CTGs uma forma de divulgar o tradicionalismo com a comunidade geral, ao mesmo tempo em que possibilita a sociabilidade entre os gaúchos como forma de trocas de experiências e reviver valores passados.

Em outro momento, vamos nos ater mais detalhadamente às aproximações entre os estados do Paraná e Rio Grande do Sul a partir do *Tropeirismo* que contribuiu para a difusão da cultura gaúcha por diversos municípios paranaenses. Devido à existência de grande número de CTGs no Paraná, enveredamos para uma discussão sobre a apropriação da cultura gaúcha pelos paranaenses, tendo em vista que muitos deles acabam se identificando como gaúchos, denotando grande aproximação cultural entre estes dois estados sulinos. Nesse sentido, buscamos compreender quais os mecanismos que engendram o surgimento de uma identidade *paranaúcha*, assim como os elementos teóricos que podem revelar se existem

articulações interculturais dentro do contexto histórico, indicando uma possível ligação identitária entre gaúchos e paranaenses.

Para buscar respostas a estas reflexões, demonstramos os resultados das entrevistas realizadas com os *paranaúchos* em Londrina e Maringá que tiveram por objetivo saber as razões pelas quais esses sujeitos se enxergam como gaúchos e de que forma começou o interesse pela cultura gaúcha. Assim, trazemos para o debate novos elementos para a formação da identidade territorial gaúcha no Paraná, já que esses sujeitos são mais tradicionalistas do que muitos gaúchos que se reterritorializaram no Paraná e possuem orgulho de manter viva uma tradição, mesmo não a tendo vivenciado territorialmente.

2.1 A construção do gaúcho

As identidades processam-se por meio de uma *representação cultural* e não nascem com o indivíduo, segundo Hall (2006), mas são apreendidas por intermédio das relações sociais. Assim, tomar chimarrão, usar uma pilcha, dançar o fandango, dentre outros, são hábitos relacionados a uma identidade que foi construída ao longo da vida dos sujeitos. Em alguns casos, como na cultura gaúcha, as identidades trazem consigo valores tradicionalistas, a partir do culto a datas emblemáticas, como por exemplo, na Semana Farroupilha¹⁴ no mês de setembro que comunica aspectos saudosistas para a contemporaneidade como vestimentas e expressões linguísticas. As identidades se tornam, portanto, fortalecidas e vão sendo reavivadas constantemente, como observamos nos CTGs. A identidade gaúcha é, antes de qualquer coisa, uma identidade territorial, dado que está intimamente arraigada à formação territorial do Rio Grande do Sul que conferiu aspectos particulares a estes sujeitos no tocante à sua cultura.

Ao mesmo tempo em que observamos que os migrantes se desterritorializam, identificamos um movimento de articulação. Isso porque estando fora do seu território de origem, muitos deles estabelecem uma rede de relações que visa amenizar o sofrimento gerado por esta ruptura. Segundo Bhabha (1998), trata-se de um *tempo de reunião*, no qual os migrantes se reúnem em pequenos espaços a fim de evocar lembranças, compartilhar experiências diversas, perspectivas de vida, ou seja, são espaços que remetem certo conforto e acabam trazendo de volta um passado de valores em comum, concomitantemente, em que trazem elementos do presente, através das dificuldades vivenciadas no “novo” território.

Compreendemos, portanto, a necessidade de constituição dos CTGs que, ao mesmo tempo em que servem para preservar e disseminar a tradição gaúcha são utilizados também para momentos de socialização entre os gaúchos, atuando como mecanismo de segurança à medida que propiciam um sentimento de afetividade entre os sujeitos que passam por momentos de adaptação a uma cultura diferente.

¹⁴ Comemoração que remete à Revolução Farroupilha (1835-1845), um movimento de caráter republicano contra o governo imperial do Brasil a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul e que resultou na declaração de independência da província como estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense (CADERNO PIA 21, 2013, p. 1). Disponível em: <http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/CADERNO_PIA/pia_092013.pdf> Acesso em 22 set. 2015.

Neste processo que se estabelece entre o sujeito e o território mediado pela identidade, destacamos que embora haja um esforço por parte dos gaúchos em manter a sua tradição, dificilmente esta ficará imune a influências externas porque a sua identidade, sobretudo, na condição de migrante, possibilita a sua constante reconstrução e ressignificação, seja na perda do sotaque ou na incorporação de hábitos das novas culturas. Assim, quanto mais entramos em contato com diferentes formas de cultura, mais estamos propensos a desenvolver uma identidade desvinculada de lugares específicos, isto é, mais agregamos valores que nos condicionam a sermos sujeitos de múltiplas identidades. De forma contraditória então, temos a necessidade e o desejo de buscarmos uma identidade que nos remete a um sentimento de conforto e segurança, ou seja, que traga uma estabilidade. Entretanto, a nossa própria vivência, de certa maneira, nos torna sujeitos instáveis no processo identitário, condicionados a conviver com diferentes tipos de sujeitos e com a possibilidade de experimentar diferentes territórios.

Mesmo em comunidades mais isoladas, se torna difícil frear essa influência cultural, já que os territórios se tornaram muito mais fluídos e a disponibilidade de um aparato técnico e informacional se encontra mais acessível, embora não haja equidade na distribuição dos mesmos, em termos de tempo e espaço. Por isso, concordamos com Bhabha (1998, p. 85) quando este diz que “[...] a identidade nunca existe *a priori*, nunca é um produto acabado; sempre é apenas o processo problemático de acesso de uma imagem de totalidade”. Assim, os sujeitos que emergem dos tempos atuais podem ser compreendidos como resultantes de processos culturais efêmeros, mas ao mesmo tempo intensos e acabam embutindo valores que podem ser repassados para as futuras gerações. Utilizando a expressão de Bauman (2005), nos indagamos: será que somos, portanto, *nem-um-nem-outro*? Preferimos dizer que somos um e outro, no sentido da coexistência e pluralidade das identidades e não de deixá-las sem definição.

Dentre os vários grupos sociais que temos no Brasil, os gaúchos constituem um dos que mais preserva o tradicionalismo. Percebemos na fala de vários migrantes gaúchos, um sentimento saudosista, vinculado, sobretudo, aos aspectos da Revolução Farroupilha que conferiu aos gaúchos uma identidade construída a partir de valores como coragem e superação. É nesse quadro que surge o *gauchismo*, que reflete a exaltação dos costumes regionais gaúchos por sujeitos que se identificam e buscam preservar essa cultura, como

explica Brum (2009). Essa identidade com forte ligação a terra pode ser compreendida em função da formação do Rio Grande do Sul que apresenta certas particularidades e já nos oferece alguns elementos fundamentais na compreensão deste tão acentuado tradicionalismo gaúcho.

Luvizotto (2009) explica que a história da ocupação no Rio Grande do Sul teve início antes da chegada dos portugueses àquele território, visto que era habitado por índios das tribos *jê*, ramo dos tapuias, no Norte e Nordeste do estado e os *mbaias*, que se subdividiam em seis nações: charrua, minuano, *guenoa*, *yaro*, *mboane* e *chaná*, habitantes do Sul e Sudeste do Rio Grande do Sul. No ano de 1682, padres jesuítas espanhóis se instalaram na região e fundaram nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, na Argentina e no Paraguai, as missões jesuítas, onde muitos índios guaranis foram submetidos à conversão para o catolicismo.

O clima e a vegetação eram pontos favoráveis para a criação de gado que serviam de alimento aos índios convertidos. Entretanto, as missões sofriam constantes ataques por parte de paulistas e tropas que buscavam índios e gado e, por isso, os missionários partiram em busca de mais segurança para o Noroeste do estado, onde fundaram os Sete Povos das Missões (1687)¹⁵. A atividade econômica era baseada na criação de gado com a extração do couro. Porém, aos poucos, teve início a produção da erva-mate que já era consumida pelos índios e, posteriormente, também pelos padres e que se tornaria um dos símbolos culturais mais marcantes do estado.

Em 1750, com o Tratado de Madrid entre Espanha e Portugal foi estabelecido que a região onde estavam localizados os Sete Povos das Missões seria administrada por Portugal, e a partir de então, as reduções jesuíticas foram destruídas. Entretanto, conforme Luvizotto (2009), o legado cultural desse período foi essencial para a constituição dos gaúchos. Após a destruição das reduções, surgiu a figura do *índio-vago*, o *gaudério guarani* que poderia ser interpretado como um homem sem perspectivas, destituído de sua moral e seus costumes, perambulando pelo território. Este sujeito errante, sinônimo de bravura e coragem, ainda é lembrado no Rio Grande do Sul e não é incomum se ouvir as expressões *índio velho* (ou *índio-veio*) e *gaudério*, expressões elogiosas que remetem às características honrosas do

¹⁵ Os Sete Povos das Missões, localizados no território que hoje compreende o Rio Grande do Sul, integravam os seguintes aldeamentos indígenas: São Francisco de Borja, fundada em 1682; São Nicolau, fundada em 1687; São Luiz Gonzaga, fundada em 1687; São Miguel Arcanjo, fundada em 1687; São Lourenço Mártir, fundada em 1690; São João Batista, fundada em 1697; Santo Ângelo Custódio, fundada em 1706 (ROTA MISSÕES, 2014).

gaúcho original, conforme explica Lopes (2009). Nesse sentido, destacamos a personificação na literatura deste estereótipo, na obra *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo, através de Pedro Missioneiro, filho de uma índia e um bandeirante paulista. Sem conhecer o pai e com a morte da mãe no parto, ele é criado dentro das missões, onde aprende a doutrina cristã.

Para Weber (2010), a influência indígena é vista como motivo de orgulho para os gaúchos devido à bravura destes sujeitos frente à escravização a que foram submetidos. Além disso, trouxe vários hábitos que foram incorporados à cultura gaúcha como o linguajar, a alimentação, lendas, costumes, vestimenta e, principalmente, o consumo do chimarrão. Dentre os relatos que muitos viajantes estrangeiros que passaram catalogando as belezas do país, destacamos as observações do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, no século XIX, em sua viagem para o Rio Grande do Sul. Saint-Hilaire relata diversos aspectos do estado, desde a caracterização física até os aspectos comportamentais do povo. A respeito do consumo do chimarrão, nos dá um interessante depoimento na Estância de José Correia, no Sul do estado, onde escreveu no dia 22 de setembro de 1820:

Ainda dois mates antes de partir. O uso dessa bebida é geral por aqui. Toma-se ao levantar da cama e depois várias vezes ao dia. **A chaleira de água quente está sempre ao fogo e logo que um estranho entre na casa se lhe oferece o mate.** O nome de mate é propriamente o da pequena cabaça onde ele é servido, mas dão-no também à bebida ou a quantidade do infuso contido na cabaça: assim diz-se ter tomado dois ou três mates quando se tem esvaziado a cuia duas ou três vezes. Quanto à planta que fornece essa bebida denominam-na erva mate ou simplesmente erva. A cuia tem a capacidade de mais ou menos um copo; é cheia de erva até à metade, completando-se o resto com água quente. Quando o mate é de boa qualidade pode-se escaldá-lo até 10 ou 12 vezes sem renovar a erva. Conhece-se que esta perdeu sua força e que é necessário trocá-la quando ao derramar sobre ela a água fervente não se forma espuma á superfície. **Os verdadeiros viciados do mate tomam-no sem açúcar, e então tem-se o chamado chimarrão.** A primeira vez que provei essa bebida achei-a muito sem graça, mas logo me acostumei a ela e atualmente tomo vários mates, de enfiada, com prazer, até mesmo sem açúcar. Acho no mate um ligeiro perfume, misto de amargor, que não é desagradável. Há muitos méritos nessa bebida, dita diurética, própria para combater dores de cabeça, para amenizar os cansaços do viajante e na realidade **é provável que o seu amargor torne-a estomáquica e, por conseguinte necessária em uma região onde se consome enorme quantidade de carne, sem os cuidados da perfeita mastigação.** (SAINT-HILAIRE, 1999¹⁶, p. 83, grifos nossos).

Em um estudo interessante sobre a identidade gaúcha, geneticistas realizaram pesquisas com o material genético de 150 homens de Alegrete e Bagé, interior do Rio Grande do Sul, região próxima à fronteira com o Uruguai e a Argentina, onde se supõe que tenha surgido o gaúcho. A constatação com base na análise do cromossomo Y, que é transmitido de

¹⁶Texto originalmente publicado em 1820.

país para filhos homens e indicador da ancestralidade paterna, mostrou que 90% dos gaúchos descendem de europeus. De acordo com a pesquisa, diferente do que observamos nas demais regiões brasileiras, os gaúchos são mais semelhantes geneticamente aos espanhóis do que aos portugueses. Já pelo lado materno, temos uma contribuição genética indígena superior à média do país, que é de 33%. De forma geral, 52% dos gaúchos possuem uma ancestral indígena, 37% são descendentes de europeus e apenas 11% de africanos. O estudo ainda demonstrou que a origem indígena pode ter duas explicações: dos guaranis, que originalmente viviam na Amazônia e migraram para o Sul do país há uns dois mil anos e; os charruas, que habitaram parte do Rio Grande do Sul e do Uruguai e foram exterminados pelos uruguaios no século XIX depois de vários relatos de resistência e bravura (ZORZETTO, 2007).

Posteriormente, na história da ocupação territorial do Rio Grande do Sul, temos a vinda de vários grupos de imigrantes. Assim, na formação étnica dos gaúchos percebemos uma combinação de várias *capas culturais* (tal qual ocorreu em outras regiões do Brasil): portuguesa, indígena, negra, alemã e italiana (BELLOMO, 1996). Este contato entre as culturas, além de resultar na miscigenação da fisionomia destes sujeitos, também proporcionou a incorporação de diversos costumes que faziam parte desses grupos étnicos, e que com o passar do tempo foram se tornando elementos essenciais na formação da identidade territorial gaúcha de tal forma, que mesmo estando distante fisicamente do seu território de origem, ainda levam consigo estes hábitos, pois estão arraigados a valores antepassados que contribuem para a coesão social.

Entretanto, Laytano (1969), Luvizotto (2009) e Torres (2004) acrescentam a presença dos açorianos na identidade gaúcha. Com relação ao ano de sua vinda para o Sul do país, há uma divergência de datas, mas as motivações e consequências desse povoamento se convergem para elementos em comum entre vários autores. Luvizotto (2009) destaca o ano de 1770, como o marco da vinda dos imigrantes açorianos para o Rio Grande do Sul que chegaram para povoar a região das reduções jesuíticas. Entretanto, devido às dificuldades de transporte, acabaram se fixando em Porto Alegre, onde começaram a praticar a agricultura em pequenas propriedades, além da pecuária.

Torres (2004), por outro lado, afirma que foi no ano de 1752 que teve início o processo de imigração açoriana para o Rio Grande do Sul. Segundo ele, os aspectos fundamentais que impulsionaram a migração açoriana nesta região foram: a pressão

demográfica e a concentração territorial do arquipélago, aliadas a um fraco crescimento econômico. Além disso, a ocorrência de abalos sísmicos, vulcanismo e cataclismos que deixavam a população daquelas ilhas apreensiva.

Porém, Laytano (1969) afirma que a vinda destes imigrantes foi anterior a estes períodos mencionados, dando destaque ao ano de 1747. Para o autor, os açorianos foram direcionados para o estado, sobretudo, com o intuito de produzir, abastecer, ocupar e expandir a terra gaúcha. Muitos deles se tornaram fazendeiros e senhores de estância, contribuindo para sua ascensão social. A particularidade no tocante a esta imigração foi pelo fato de que os açorianos vinham em casais, marido e mulher, com a finalidade de constituir bases sólidas familiares.

Enfatizamos que os açorianos foram de fundamental importância não somente para a formação territorial, mas para a construção do gaúcho enquanto sujeito social que está arraigado às suas tradições, trazendo valores familiares que foram incorporados aos gentílicos sul-rio-grandenses, fator extremamente alicerçado às bases dos CTGs que zelam pelas práticas sociais pautadas na interação entre as diferentes gerações. Como herança desse grupo étnico, temos o surgimento de diversas cidades, como a própria capital gaúcha Porto Alegre, em 1772 e o município de Taquari, em 1764. Muitas palavras utilizadas pelos gaúchos se originaram da cultura açoriana, como: *riba* ou *arriba* (acima), *despois* (depois), *folgo* (fôlego), *dona* (senhora) e *peão* (empregado). Além disso, algumas danças também são originárias destes imigrantes açorianos como: o *pezinho*, a *chimarrita*, a *tirana do lenço*, a *quero - mana*, o *anu* e o *balaio* (BARROSO, 2008).

A partir do século XIX, com o eminente fim do sistema escravocrata no Brasil e a necessidade de firmar a soberania nacional através da ocupação, o Governo passou a incentivar a vinda de imigrantes europeus para o país. Entretanto, por trás deste interesse, existia outro maior, refletido na tentativa de branqueamento da população brasileira, já que além do pensamento de que os caboclos e os negros eram inaptos para o trabalho, havia também um preconceito intelectual, o qual se atribuía à presença negra no Brasil, o seu atraso nos aspectos sociais e econômicos. Dessa maneira, justificava-se a constante busca por imigrantes europeus brancos, uma vez que o país tinha uma população em que dois terços dos indivíduos eram negros e mestiços. Por esta razão, como explica Vital Junior (2012), o

imigrante alemão parecia se enquadrar nas necessidades dessa ação de eugenia que o Estado tentava praticar.

Para Luvizotto (2009), devido à relutância de grande parte dos senhores de engenho do Norte em aceitar estes imigrantes e abandonar o sistema escravocrata, a imigração alemã teve que ser direcionada para os estados do Sul. O Rio Grande do Sul recebeu os primeiros colonos alemães em 1824 que se reterritorializaram no atual município de São Leopoldo, próximo a Porto Alegre. A maioria dos colonos que chegaram era de origem camponesa. Já na metade do século XIX, chegou ao país, uma nova geração de imigrantes alemães: artesãos e assalariados urbanos ou rurais que foram expulsos do território de origem em função das crises políticas da Europa. Com isso, vinham também para o país muitos exilados políticos. Com o progresso da colônia, sobretudo, pela sua localização geográfica às margens do Rio dos Sinos, que propiciava terras férteis, houve sua emancipação de Porto Alegre, apenas 20 anos depois. Após o êxito da colônia de São Leopoldo, outras alemãs foram fundadas: Novo Hamburgo, Campo Bom, Sinos, Taquari, Sapiranga, São Sebastião do Caí e Jacuí.

Sobre a imigração italiana no Brasil, Saquet (2003) afirma que existe uma estreita ligação entre escravidão-imigração-colonização, já que se trata de processos correlatos, pois, como já mencionamos, a substituição da mão de obra escrava alavancou a vinda de imigrantes europeus para o país. Entretanto, como o autor mesmo enfatiza, não devemos limitar a análise da imigração ao regime escravocrata, mas fazer uma leitura a partir das mudanças na força e nas relações produtivas, inserida em uma emergente complexidade da divisão territorial do trabalho.

No tocante à colonização italiana no Rio Grande do Sul, as primeiras colônias agrícolas criadas pelo governo imperial foram: Conde d'Eu (atual Município de Garibaldi) e Dona Isabel (atual Município de Bento Gonçalves), transferidas ao governo geral em 1876; Nova Palmira ou Caxias (atual Município de Caxias do Sul) também no nordeste do Rio Grande do Sul, em 1875. Neste mesmo contexto político de distribuição e ocupação de lotes coloniais, três anos mais tarde, na região central do estado, é fundada a Colônia Silveira Martins.

Segundo Brum Neto (2012), os imigrantes italianos foram fundamentais no processo de formação territorial do Rio Grande do Sul, sobretudo, com a reorganização do espaço rural onde eram formados núcleos colonizadores. A sua territorialidade culminou com a construção de elementos culturais peculiares, nos quais moldavam o seu modo de vida ao território, seja através de celebrações religiosas cujos valores traziam consigo, ou na arquitetura típica que conferia aos imigrantes um forte elemento de coesão social, além do cultivo da uva, que se constitui em um símbolo cultural típico dos imigrantes italianos no país.

Com relação à influência negra na cultura do Rio Grande do Sul, Nogueról et. al. (2007) tecem críticas sobre a negligência da presença da escravidão enquanto um elemento constitutivo da identidade gaúcha. Em dois aspectos claros dessa omissão, temos a exaltação da cultura gaúcha pela atividade turística e pelo MTG. No caso do turismo, as especificidades regionais é que dão a tônica para fomentar o fluxo de turistas no Rio Grande do Sul. Com isso, a cultura é transformada em mercadoria e o estado passa a ter sua imagem associada à cultura europeia. Já o MTG, direciona suas ações de forma a não visar lucro e busca exaltar os aspectos campeiros da cultura gaúcha.

Mesmo que as ações destes dois agentes sociais sejam distintas, podemos constatar similaridades na anulação da presença da escravidão na cultura gaúcha. Weber (2010) reitera essa visão quando afirma que a identificação cultural dos gaúchos com relação aos negros é praticamente insignificante quando comparamos a outros estados brasileiros. Entretanto, rechaçamos essa afirmação porque a história do negro no país sempre foi omitida e/ou descaracterizada, ou seja, tal observação de que no Rio Grande do Sul os negros foram mais “injustiçados” do que nas demais regiões brasileiras, é algo a se questionar.

De acordo com Bellomo (1996), a inserção do negro no Rio Grande do Sul se deu a partir do século XVIII, principalmente, nas charqueadas. Anteriormente, a maioria trabalhava nas estâncias de criação de gado. Para Monsma (2011), os estancieiros procuravam jovens escravos porque estes tinham mais facilidade em aprender a montar a cavalo do que os mais velhos, habilidade fundamental para lidar com o gado. Sobre esta particularidade, Saint-Hilaire (1999) escreveu alguns relatos indignados ao ver escravos montados a cavalo, pois, poderiam facilmente fugir. Isso, de fato, ocorria como apontam Nogueról et. al. (2007),

entretanto, não era um fator de inibição da presença de escravos tanto na fronteira com o Uruguai como em regiões mais afastadas como Porto Alegre.

Mesmo não tendo a expressividade numérica do Nordeste, já que a atividade econômica predominante não demandava tanta mão de obra, os escravos que vieram para o Rio Grande do Sul trouxeram um pouco da sua *africanidade* refletida em algumas expressões, culinária e até lendas, como a tão famosa Negrinho do Pastoreio, que narra a estória de um menino escravo que é cruelmente castigado até a morte por um estancieiro por perder um cavalo quando fazia o pastoreio. O menino surge na visão do estancieiro ao lado da Virgem Nossa Senhora que apavorado, perde perdão. Esta lenda se assemelha a um dos relatos de Saint-Hilaire, que descreve os maus tratos dado aos escravos nas charqueadas quando esteve em Pelotas em 10 de setembro de 1820:

Há sempre na sala um pequeno negro de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é frequentemente maltratado pelos filhos do dono. À noite chega-lhe o sono, e, quando não há ninguém na sala, cai de joelhos para poder dormir. Não é esta casa a única que usa esse impiedoso sistema: ele é frequente em outras. (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 73).

Nesse embate, temos a identidade territorial do gaúcho sendo construída a partir de elementos dessas influências culturais que são tão distintos, ao mesmo tempo, em que se tornam um híbrido para resultar no que é o gaúcho da atualidade. Podemos, dentro dessa perspectiva, fazer uma relação da formação étnica do gaúcho em função das diferentes formas de apropriação do território. Em um primeiro momento, destacamos que o gaúcho é gerado a partir de sujeitos que já habitavam o território brasileiro, no caso dos índios que tinham uma relação de apropriação do território pautada, sobretudo, na sua existência que refletia no seu modo de interagir com seu entorno, de uma forma mais pacífica e preservando a coesão do grupo.

Os portugueses e espanhóis chegaram ao território com fins de exploração, já que aos olhos dos povos dominadores, estes índios não poderiam ser proprietários das terras. Os europeus trouxeram consigo outros valores, impondo subordinação aos índios, fazendo com que fossem destituídos da sua cultura tradicional, ou seja, nesse momento já temos uma mudança abrupta da relação território-cultura-identidade porque os índios passaram a conhecer profundamente o território vinculado à noção de poder e soberania, no qual todo o

sistema de *códigos culturais* que estabeleciam com o seu território, vai sendo destruído em função da apropriação econômica do mesmo. O território brasileiro e sua natureza passam a ser objeto de cobiça de vários países, impulsionando elementos econômicos, políticos e naturais.

Em outro momento, temos um território novamente apropriado culturalmente, onde os imigrantes que se reterritorializaram no Sul já vinham de um histórico de guerras, pobreza e outros problemas que contribuíram para que imigrassem para o Brasil. Assim, o país era visto com uma opção para melhores condições de vida, o que de certa forma gerava uma expectativa muito grande por parte desses sujeitos em chegar ao Brasil. Com isso, mesmo que enfrentassem dificuldades de adaptação frente à nova realidade, muitos ainda consideravam que ficar neste novo território era mais vantajoso do que regressar para o seu território de origem.

Embora houvesse uma ligação simbólica com o território brasileiro devido a estes sentimentos de abrigo e proteção, isso não fez com que estes imigrantes esquecessem os seus antigos costumes, pelo contrário. Tentavam construir a sua territorialidade a partir de elementos que remetesse às suas tradições, com a construção de edificações utilizando técnicas arquitetônicas dos seus antepassados, mantinham a culinária, a língua, os hábitos religiosos e a vestimenta típica, em uma tentativa de minimizar a distância do seu território de origem, refletindo, novamente em uma apropriação simbólica do território.

Lessa (1984) nos conta que nas proximidades do atual município de Santa Maria, o astrônomo Dr. Saldanha por volta de 1777 foi o primeiro a utilizar a palavra *gauche* para designar os *andarengos* da região. Essa é uma das prováveis origens da palavra *gaúcho*, que surge, portanto, com uma conotação pejorativa designada para marginais, vagabundos ou ladrões no campo. Já Weber (2010) aponta várias origens do termo, principalmente o *El gauchos*, denominação utilizada para os camponeses uruguaios e argentinos que significa um povo sem-fronteira, pois, viviam na região litorânea de três países: Brasil, Argentina e Uruguai. Segundo Rocha (2006), o termo *gaúcho*, historicamente, serve para denominar o habitante do Rio Grande do Sul chamado de *guasco* e depois de gaudério. No Dicionário da UNESP do Português Contemporâneo (2004, p. 670), o termo *gaúcho* apresenta os seguintes significados:

Gaúcho *ga-ú-cho* (Espplat) Adj1 natural ou habitante do Rio Grande do Sul [...] 2 próprio do Rio Grande do Sul [...] 3 do Rio Grande do Sul [...] Sm 4 pessoa natural ou habitante do Rio Grande do Sul [...] 5 peão de estância [...] 6 habitante da região dos pampas, na América do Sul.

Mesmo com tantas controvérsias que envolvem o gaúcho em seu termo original, é interessante refletirmos sobre como essa figura que, a princípio, possui uma conotação pejorativa ou carregava um sentido impuro, como no caso do personagem de Veríssimo, Pedro Missioneiro que foi doutrinado nos valores do catolicismo, mas que passou a ganhar uma conotação mítica direcionada aos bons costumes e feitos admiráveis. Percebemos assim, o *modus operandi* da ideologia do tradicionalismo atuando nas *formas simbólicas*, desconstruindo a imagem do gaúcho marginal e dando margem à construção de um novo *status* imagético que se propaga até os dias de hoje, com a *narrativização* dos feitos de guerra.

Esse processo, desperta um sentido de coesão tão acentuado e resulta em uma segregação até mesmo cultural quando estes sujeitos não se percebem enquanto brasileiros, como uma nação, mas como gaúchos, como se não fizessem parte do país, dividindo a “cultura brasileira” da “cultura gaúcha”. Se antigamente essa ideologia era até justificável pelos interesses da Revolução Farroupilha, esse mesmo ideal já não se aplica aos dias de hoje. Mas ficaram ainda esses resquícios ideológicos tão enraizados em alguns gaúchos que, ainda na atualidade, nos deparamos com falas que denotam um sentimento de superioridade.

Como observado, o termo “gaúcho” carrega em si múltiplos significados e, por isso, não podemos afirmar que um ou outro esteja errado. No entanto, optamos por conceber os sujeitos da nossa pesquisa, os *gaúchos*, como os sujeitos nascidos no Rio Grande do Sul¹⁷ a fim de contribuir para a análise a partir da migração, já que se relegarmos a denominação somente aos nascidos nos pampas e que migraram para o Norte do Paraná, estaríamos limitando muito o universo da pesquisa. Assim, ao ampliarmos a utilização do termo para todos os nascidos naquele estado, não pretendemos negligenciar as diferenças inter-regionais em um sentido de generalizar, mas diversificar a amostra.

¹⁷ Da mesma forma, Luvizotto (2009) utiliza o termo gaúcho para se referir à população do estado do Rio Grande do Sul.

2.2 Tradicionalismo gaúcho

É fato que o Rio Grande do Sul possui especificidades na sua formação territorial que contribuíram para que houvesse uma coesão social por parte dos seus gentílicos, como a já mencionada Revolução Farroupilha. Os hábitos adquiridos de colonizadores europeus e de indígenas que já viviam na região, como o consumo da erva-mate, também acabaram conferindo particularidades para os habitantes de lá. Temos, portanto, uma identidade gaúcha que é alicerçada sob forte pilar telúrico, no qual a figura do gaúcho sempre aparece voltada à devoção com a terra, ao solo, seja pela conquista de terras ou pela criação de gado. A respeito dos costumes gaúchos, Saint-Hilaire traz um relato interessante sobre uma noite chuvosa, do dia 7 de fevereiro de 1821, quando precisou se abrigar em uma fazenda. Ele chama a atenção, já naquela época, para o consumo de carne, que é um dos fortes elementos da cultura gaúcha:

Esta manhã o alferes me perguntou se queria participar de seu almoço e me mandou trazer carne assada [...] Nesse almoço fornecia a farinha, pois o alferes não possuía sal nem farinha. Assim eis um homem que apenas se nutre de carne [...] não tendo outro prazer além do fumo e do mate e é oficial da milícia [...]. Limitar suas habilidades a saber montar a cavalo e seus costumes a comer carne é reduzi-lo à condição de indígenas e distanciá-los da civilização. (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 110).

Verificamos, dessa forma, que o gaúcho surge a partir do campo, onde o consumo da carne e do mate aparece nas primeiras descrições e ainda permanecem na contemporaneidade. Saint-Hilaire (1999) também se demonstra surpreso com a forma como as mulheres eram tratadas na sociedade sul-rio-grandense da época, já que quase nunca apareciam em locais onde comumente os homens se reuniam. Sobre esta sociedade machista, Souza (2013b) destaca que o mito que se formou em torno da construção da figura do gaúcho emergiu a partir de características como virilidade, coragem, honradez, individualismo e companheirismo. Para o autor, essa particularidade em excluir as mulheres ou então colocá-las em situação de subordinação faz com que a identidade gaúcha seja atípica, já que as mulheres são relegadas a um papel marginal, no qual o “poder macho” é reverenciado por intermédio das tradições.

Sabemos da existência das diferenças intra-regionais e seria leviano compreender o Rio Grande do Sul como um estado no qual todos os seus habitantes se pilcham e falam com sotaque acentuado. O que discutimos é esse legado cultural, fruto de uma forte tradição, que é reproduzido em outros territórios em um processo *T-D-R*, que culmina com a

construção dos CTGs, nos quais os migrantes buscam reproduzir os valores antepassados. Nessa perspectiva, convém apresentarmos o que entendemos por *tradicionalismo*, que amplamente utilizamos no nosso estudo. Além disso, vamos mostrar outro termo usual nos estudos regionais gaúchos: o *nativismo*, um aspecto do *gauchismo* que guarda certas semelhanças e diferenças marcantes com o *tradicionalismo*.

Como o próprio MTG (2015, s.p.)¹⁸ explica: “Definir o tradicionalismo e o nativismo parece ser tarefa simples quando se lê as palavras num dicionário, contudo decifrar os movimentos representados por estes dois ‘ismos’ é mais complexo”. Grosso modo, o tradicionalismo gaúcho é algo institucionalizado pelo MTG, um movimento organizado que possui uma estrutura hierárquica rígida:

[O tradicionalismo] É quase como um governo paralelo especificamente para o gerenciamento da tradição, mas não exclusivamente. Há uma questão humana intrínseca. Possui um presidente [...], coordenadores nas chamadas Regiões Tradicionalistas (RTs) e os patrões nos Centros de Tradições Gaúchas. Há cidades que possuem ainda uma associação das entidades, cujo presidente tem sua posição hierárquica estabelecida entre o patrão e o coordenador (MTG-RS, 2015, s.p.).

Entendemos, dessa forma, que o *tradicionalismo* obedece a uma série de regras impostas por uma entidade - o MTG -, que condiciona as formas de manifestação da cultura gaúcha nos CTGs, desde os tipos de atividades desenvolvidas, até a forma de vestimenta em determinadas ocasiões. A ideia de *tradicionalismo* nos instiga a pensar no sentido de tradição, que pode ser compreendida como um legado do passado que se perpetua no presente. Esse legado é constituído de alguns elementos que são significativos para determinado grupo social.

Para os gaúchos, há o chimarrão, o churrasco, as danças típicas e as atividades campeiras como manifestações culturais que perpassam tempo e espaço e sobrevivem na atualidade em espaços de socialização, como os CTGs. Entretanto, a cultura possui um dinamismo, o que nos leva a refletir sobre o sentido desse tradicionalismo nos dias de hoje ou ainda, até que ponto esses valores antepassados ainda são apreciados pelos gaúchos.

Sobre esta questão, nos reportamos à Maciel (2005) que discute a autenticidade do gauchismo ancorada nos aspectos vinculados ao campo e que são reproduzidos na

¹⁸ Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/EDITORIAIS/Tradicionalismo%20ou%20Nativismo.pdf>>. Acesso em 09 de set. 2015.

contemporaneidade como algo cristalizado ao passado, ou seja, como se não houvesse transformações desde então. Para a autora, o tradicionalismo busca essa autenticidade no sentido de resgatar o gaúcho “original”. O MTG-RS (2015, s.p.) reafirma essa visão estática do *tradicionalismo*: “[...] há uma rigidez quase militar no tradicionalismo no que tange a indumentária. Chega em alguns casos no limite de que a imagem vale mais do que o conteúdo [sic]”.

Nesse sentido, percebemos uma inflexibilidade nos valores que vieram do passado e que não levam em consideração as mudanças da sociedade, o que é reiterado pela visão de Hobsbawm e Ranger (1997) na qual a tradição é resultado de uma prática social repetitiva e invariável que perpassa os anos. Geralmente, os sujeitos não refletem nas razões pelas quais agem de determinada maneira. Assim, existe uma forma muito fácil de dominação sem que haja o uso da força.

As origens do tradicionalismo gaúcho são controversas, mas acabam esbarrando em elementos históricos em comum. Optamos por dividir esse processo em duas fases: a primeira, que remonta a segunda metade do século XIX e a segunda, que engloba meados do século XX. A primeira fase corresponde ao momento em que o Brasil enfrentava a Guerra do Paraguai (1864-1870). Foi naquele período conturbado que surgiu a *Sociedade Parthenon Litterário*, no ano de 1868, na capital gaúcha. Tratava-se de um grupo de intelectuais de diversas áreas que se reuniu com o intuito de estimular a cultura, ao mesmo tempo em que se preocupava com questões sociais, como a abolição da escravatura.

De acordo com Garcia (2015), a constituição do *Parthenon* chama a atenção em uma época em que o material cultural que se disponibilizava na imprensa era escasso, não havia ensino superior e as editoras serem raras. Assim, era de se admirar o surgimento de uma sociedade que estimulasse a intelectualidade e a admiração pelas artes. Entre os fundadores, encontrava-se a poetisa e professora Luciana de Abreu, a primeira mulher no Brasil a ingressar em uma sociedade literária e a discursar em uma tribuna pública, na qual teve destaque ao questionar o papel da mulher na época. Com a publicação de uma revista própria de circulação mensal entre os anos de 1869 e 1879, destinada aos assinantes e sócios do *Parthenon*, divulgavam-se diversos conteúdos, como contos literários, artigos filosóficos e informes culturais.

Ainda segundo o ator, além da divulgação da revista e da realização de atividades diversas como saraus e debates, o *Parthenon* tinha um papel social ao oferecer cursos gratuitos de gramática, geografia, história, geometria e francês para a população carente, além de arrecadar verba para alforriar escravos. As reuniões do *Parthenon* ocorriam em diversos locais da cidade e somente em 1873 é que se construiu uma sede. Entretanto, a obra se limitou à inauguração da pedra fundamental e não se sabe os motivos para não ter sido levada adiante. Com a perda de vários membros, o *Parthenon* se desfez em 1899, voltando a funcionar somente em 1997, com a iniciativa de um grupo de que buscou restabelecer a sociedade. A importância do *Parthenon* pode ser atribuída por despertar uma consciência intelectual não somente na capital gaúcha, mas no interior do Rio Grande do Sul, onde a revista também circulava. É daí que surge a base para o tradicionalismo gaúcho:

[o *Parthenon*] fez-se porta-voz desse telurismo, proclamando aos quatro ventos, através da sua revista, dos seus livros, das suas conferências e em artigos de jornais, as festas e fatos desta terra tão nova e tão sofrida, mostrando a necessidade de não se deixar morrer essa chama sentimental. Desfraldada a bandeira nativista, até então conservada carinhosamente em estado latente, o regionalismo começou a tomar formas, a adquirir personalidade e agigantar-se (MTG-SC, 2015, s. p.).¹⁹

Diante de um contexto de mudanças que culminou com o crescimento da população urbana e, com isso, acabou se instalando em grandes centros, os costumes gaúchos originários das práticas campeiras acabaram abandonados e a emergência de um sentimento saudosista a partir do *Parthenon* acabou alcançando uma grande proporção no Rio Grande do Sul. Surgiu então, a figura de João Cezimbra Jacques, natural de Santa Maria-RS e considerado o patrono do tradicionalismo gaúcho. Através da propagação de suas ideias, que enalteciam os elementos culturais de seus antepassados, percebiam que as pessoas estavam cada vez mais envolvidas com esse sentimento de retorno às raízes.

Assim, o Sr. João, com mais um grupo de amigos, fundou, em 1898, o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, primeira agremiação tradicionalista gaúcha do Brasil (MTG-SC, 2015). Nos anos seguintes, outras agremiações foram fundadas, como lembra Cirne (2011): União Gaúcha, em Pelotas e; Centro Gaúcho, em Bagé, no ano de 1899; Grêmio Gaúcho, no ano de 1901, em Santa Maria; Sociedade Gaúcha Lomba-grandense, no ano de 1938, em Novo Hamburgo e Clube Farroupilha, no ano de 1943, em Ijuí.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.mtgsc.com.br/patrono.php>>. Acesso em 24 ago. 2015.

A segunda fase marcante para a expansão do tradicionalismo ocorreu no século XX. Oliven (1985) nos explica que o Movimento Tradicionalista Gaúcho surgiu após a Segunda Guerra Mundial, em um período no qual parte do Rio Grande do Sul apresentava consideráveis níveis de urbanização e industrialização, culminando com a mecanização no espaço rural. Este fato contribuiu para o êxodo rural, ou seja, o gaúcho tradicional vinha perdendo seu “campo”. Cirne (2011) acrescenta o fato de que naquele período, a cultura gaúcha era ameaçada pelos estrangeirismos e o próprio jeito de se vestir como campeiro era tido como motivo de chacota. É neste quadro que, em 1947, estudantes do Colégio *Júlio de Castilhos*, em Porto Alegre, liderados por João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes, fundaram o Departamento de Tradições Gaúchas, junto ao Grêmio Estudantil. O objetivo era fortalecer a tradição gaúcha por intermédio de reuniões culturais, sociais e recreativas.

De acordo com Cirne (2011), foi justamente no Departamento de Tradições Gaúchas que surgiu um dos elementos mais peculiares da cultura gaúcha: a *Chama Crioula*. Ainda em 1947, os estudantes decidiram realizar a “1ª Ronda Gaúcha” (posteriormente, veio a se chamar “Ronda Crioula”²⁰) entre os dias 07 e 20 de setembro²¹, período oficializado por meio da Lei Estadual nº 4.850, de 11 de dezembro de 1964 como a Semana Farroupilha, comemorada com grande entusiasmo pelos gaúchos em todos os CTGs.

Na Semana da Pátria, os estudantes tiveram a iniciativa de falar com o Major de Exército Darcy Vignoli, Presidente da Liga de Defesa Nacional do Rio Grande do Sul²², sobre a intenção de retirar da Pira da Pátria, após sua extinção, uma centelha do fogo simbólico para transportá-la até o Colégio *Júlio de Castilhos*, onde seria colocada em um candeeiro crioulo. Teve início então, a primeira *Chama Crioula*, cujo ritual até hoje é praticado na Semana Farroupilha.

²⁰ O nome Ronda Crioula foi tirado da Campanha Gaúcha (próxima à fronteira com o Uruguai), onde, quando se cuida do gado nas tropeadas, os gaúchos ficam sempre ao redor deles, cantarolando, assobiando, tocando violão, pois, dizem que isso acalma os bois. Um fogo aceso a certa distância do gado fica igualmente rodeado de gaúchos que esperam para fazer a sua ronda, ou seja, vão substituir os companheiros que estão observando o gado (1ª RT do PR). Disponível em: <<http://www.1rt.com.br/index.php/tradicionalismo/130-chama-crioula>>. Acesso em: 25 ago de 2015.

²¹ O período compreendido entre o 07 de setembro, dia da Independência do Brasil e o 20 de setembro, data de início da Revolução Farroupilha.

²² Entidade de mobilização popular criada em 1916 por Olavo Bilac que resultou de movimentos nacionalistas que se produziram no Brasil com a eclosão da Guerra Mundial de 1914 e com a participação do Brasil no conflito. Trabalhou para instituir o serviço militar obrigatório, cultivar os valores cívicos, incentivar a participação política, o exercício do voto obrigatório e a instrução pública primária, secundária e superior. Disponível em: <<http://portalmemorias.com.br/paginas/pagina.html>>. Acesso em 14 set. 2015.

A programação do evento precursor previa também um baile, com concursos de danças e trajes; palestras; concurso literário e atividades campeiras. Na visão do MTG-RS (2014), o fogo é um elemento central para o tradicionalismo porque desde a sua descoberta pela humanidade sempre esteve presente na vida social, não somente do ponto de vista da sobrevivência, mas para celebrar ritos, festividades e vitórias. Para o gaúcho, o fogo simboliza a tradição, na qual se aquece o homem do campo e serve para assar seu churrasco ou aquecer a água do chimarrão.

O ritual da *Chama Crioula* começa meses antes da Semana Farroupilha. A coordenação nacional do MTG escolhe uma cidade-sede para o acendimento da *Chama* e lá já se iniciam as festividades. Através de comitivas, a *Chama* chega a Porto Alegre no dia 07 de setembro para ser fundida com a centelha retirada da Pira no encerramento da Semana da Pátria. Isso ocorre no chamado *Acampamento Farroupilha*, localizado no Parque da Harmonia, na capital gaúcha. Neste local, se concentram várias barracas de gastronomia e atividades culturais que atraem, em média, um público de 700 mil pessoas.

A *Chama Crioula*, portanto, não é estática: ela passa por diversos territórios e é distribuída entre as 30 Regiões Tradicionalistas do Rio Grande do Sul (Anexo 3). Podem participar MTG de outros estados e levar uma chama para as suas RTs. A vigília da *Chama* no Parque da Harmonia é feita 24 horas por guardas, salvo quando não há presença do público, onde pode ser armazenada em um galpão (MTG – RS, 2014).

No ano de 2016, a *Chama Crioula* foi acesa da cidade de Triunfo, município da Região Metropolitana de Porto Alegre e local de nascimento de Bento Gonçalves, no dia 12 de agosto. Em 2015, foi acesa na cidade de Colônia do Sacramento (Foto 1), acontecimento inédito já que a Chama nunca havia sido acesa fora do território brasileiro. A escolha se justificou pela importância histórica, uma vez que a cidade uruguaia foi palco de uma expedição militar portuguesa, que culminou com a fundação da primeira cidade do Rio Grande do Sul: Rio Grande, em 1736 por José Da Silva Paes. Além disso, esse intercâmbio cultural busca estimular os tradicionalistas uruguaios a organizarem suas entidades, fortalecendo assim, a Confederação Internacional da Tradição Gaúcha, conforme o MTG-RS (2014).

Foto 1. Mosaico demonstrando as etapas do acendimento da Chama Crioula na cidade de Colônia do Sacramento, Uruguai, em 2015.



Fonte: MTG-RS (2015). Disponível em: <<http://mtg-rs.blogspot.com.br>>. Acesso em 08 set. 2015.

Após sete meses da realização da primeira *Ronda Crioula*, o *Grupo dos Oito*, que organizava reuniões constantes, fundou em 24 de abril de 1948, o primeiro CTG do país: o “35” Centro de Tradições Gaúchas, em Porto Alegre, cujo nome faz referência ao ano de início da Revolução Farroupilha em 1835. Segundo o MTG-SC (2015), este grupo que fundou o CTG era originário de famílias de pequenos proprietários rurais do interior do Rio Grande do Sul e tinha como objetivo criar um espaço de lazer que remetesse às atividades campeiras que praticavam antigamente.

A partir da fundação do primeiro CTG, o movimento tradicionalista acabou ganhando dimensões hiperbólicas, chamando a atenção da imprensa, dos intelectuais e de outros gaúchos que passaram a fundar outros CTGs pelo Rio Grande do Sul. Em função dessa nova realidade, em 1954, aconteceu o Congresso Tradicionalista, em Santa Maria, que contou com representantes de vários CTGs. Nesta ocasião, um dos estudantes que participava ativamente das atividades do movimento tradicionalista, Luiz Carlos Barbosa Lessa, advogado e escritor, publicou a tese *O Sentido e o Valor do Tradicionalismo*, documento que serve até hoje como base para os princípios do MTG. Neste documento, o tradicionalista discorre sobre a necessidade de se preservar as tradições, pois, estas possibilitam a unidade

psicológica dos indivíduos, permitindo com que estes possam conviver pacificamente em sociedade.

Para Lessa²³, a tradição tem papel essencial no desenvolvimento do ser humano. Assim, os valores tradicionais devem ser passados desde criança para que estas se adaptem à vida em grupo. O tradicionalista demonstra preocupação com a propagação da cultura de massa que poderia, a seu ver, fazer desaparecer os *grupos locais*, ou seja, indivíduos ou grupo de indivíduos que partilham de costumes em comum. Esse é o ponto de partida para que o tradicionalismo seja defendido com todas as forças, já que a cultura de massa causaria uma série de consequências sociais, como ele mesmo explica:

A cultura e a sociedade ocidental estão sofrendo um assustador processo de desintegração. Incluídas nesse panorama geral, a cultura e a sociedade de quaisquer dos povos ocidentais, necessariamente, apresentam, com maior ou menor intensidade, idêntica dissolução. É nos grandes centros urbanos que esse fenômeno se desenha mais nítido, através das estatísticas sempre crescentes de crime, divórcio, suicídio, adultério, delinquência juvenil e outros índices de desintegração social. Analisando tais circunstâncias, mestres da moderna Sociologia chegaram à conclusão de que problemas sociais cruciantes da atualidade são causados, ou incentivados, pelo relaxamento do controle dos costumes e noções tradicionais de cada cultura²⁴.

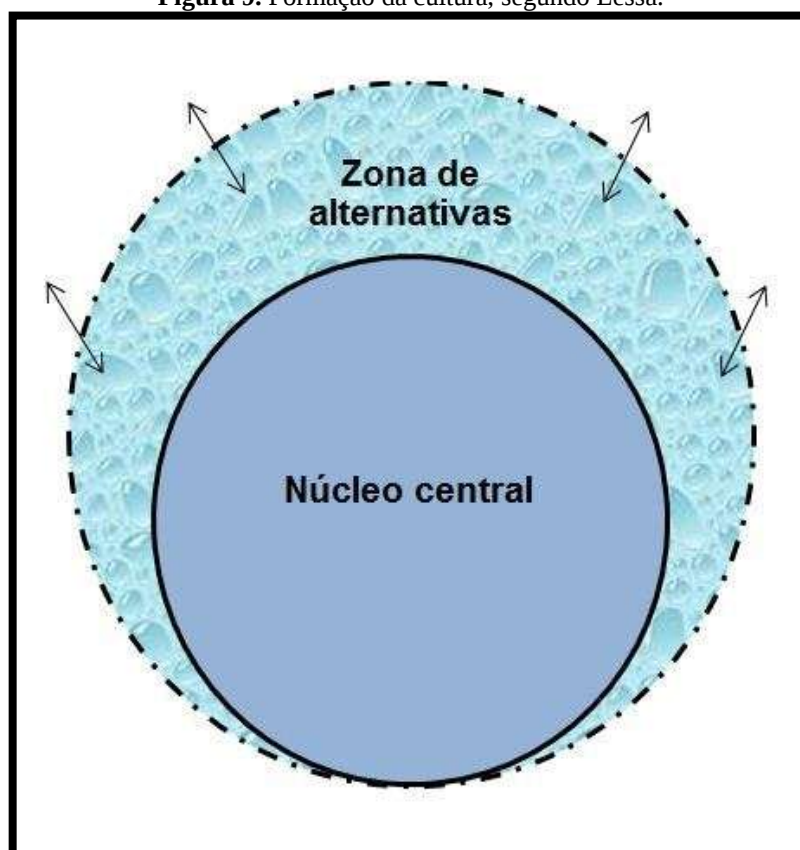
Na concepção de Lessa, há uma forte apologia às tradições como elementos fundamentais para assegurar a sobrevivência dos grupos. Assim, preservar as tradições é algo primordial para que os valores morais não se percam, além de contribuir para o bem estar dos indivíduos. Para ele, a cultura é composta de duas partes (Figura 09): o *núcleo central* e a *zona de alternativas*. O *núcleo central*, sólido e estável, engloba o chamado *patrimônio tradicional*, no qual estão inseridos os valores sociais, princípios morais, elementos emotivos e hábitos partilhados por toda a sociedade.

Esses fatores garantem uma unidade psicológica aos sujeitos. Ao redor deste núcleo central, encontramos uma zona instável, composta de elementos culturais que são partilhados por alguns indivíduos, representando distintas reações ao lidar com situações iguais: é a *zona de alternativas*. Assim, o contato com o outro é percebido de forma diferenciada por cada pessoa, cabendo a cada um lidar com determinada situação.

²³ Reproduzido no site do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/historico/240>> Acesso em 15 set. 2015.

²⁴ Idem.

Figura 9. Formação da cultura, segundo Lessa.



Fonte: Adaptado de MTG- RS. Disponível em <<http://www.mtg.org.br/historico/240>>. Acesso em 15 set. 2015.
Elaborado por: Tatiana Colasante (2015).

Na *zona de alternativas* pode ocorrer um intercâmbio cultural, possibilitando que os sujeitos tenham contato com outros elementos culturais. Lessa²⁵ não considera que isso seja maléfico, desde que os sujeitos saibam selecionar os melhores traços culturais que possam contribuir para uma maior coesão do grupo social. Isso só é conseguido se o *núcleo central* for extremamente sólido, caso contrário, as influências externas podem prejudicar a unidade do grupo, trazendo uma grande confusão social, sobretudo, para as crianças e adolescentes, que ainda estão em fase de formação e, com isso, podem apresentar alguns desvios comportamentais, já que ficam sem um referencial identitário.

É justamente essa visão que permeia toda a concepção do MTG e, consequentemente, reflete nas ações dos CTGs: é necessário fortalecer o gauchismo a partir desses espaços, constituindo um ambiente familiar, onde as crianças devem ser integradas desde cedo às atividades tradicionalistas para que tenham um núcleo central fortalecido a fim de que as influências culturais não se sobreponham à cultura gaúcha. Para Golin (1983), a

²⁵ Idem.

filosofia do *tradicionalismo*, pautada em certo isolacionismo cultural, constitui em uma forma de dominação. Isso porque ao condenar elementos culturais que venham *de fora*, faz com que o MTG exerça o monopólio sobre a cultura. Essa informação pode ser vislumbrada na chamada *Carta de Princípios*, de autoria de Glaucus Saraiva, que versa sobre princípios morais, cívicos, culturais, filosóficos e estruturais dos indivíduos.

O documento, escrito com o intuito de nortear a conduta dos tradicionalistas, foi aprovado no 8º Congresso Tradicionalista, em Taquara-RS, no ano de 1961. A partir daí, passou a ser cumprida no regulamento de todos os CTGs. Um dos artigos da *Carta de Princípios*, que versa os aspectos filosóficos do *tradicionalismo* traz a seguinte recomendação: “[...] Criar barreiras aos fatores e ideias que nos vem pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo” (1ª REGIÃO MTG-PR, 2015, s.p.)²⁶.

O MTG-PR, em seu Estatuto Social, faz o seguinte acréscimo sobre os objetivos da entidade: “[...] Criar barreiras aos fatores e ideias **alienígenas** que nos vêm pelos veículos normais de propaganda [...]” (MTG-PR, 2015, s.p., grifo nosso). Assim, reitera a condição de isolacionismo cultural, como apontado por Golin (1983), já que se coloca contra quaisquer influências que venham deturpar os valores da cultura gaúcha, conferindo ao MTG, o controle das regras que versam sobre o que é certo e errado em se tratando da preservação da cultura gaúcha. Em outras palavras, é a entidade que escolhe os elementos que julga como os mais significativos para o gauchismo.

Mesmo sendo, originalmente, um movimento estudantil, o tradicionalismo cresceu gradativamente e começou a ganhar a adesão de camadas mais populares da sociedade. Em 1966, durante o 12º Congresso Tradicionalista Gaúcho realizado em Tramandaí – RS foi, finalmente, instituído o MTG como sociedade civil encarregada de organizar as entidades tradicionalistas, no caso, os CTGs filiados. Os objetivos do MTG são de duas ordens:

- 1º - **congregar os Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins para constituir uma associação que permite padronização de**

²⁶ Disponível em: <<http://www.1rt.com.br/index.php/tradicionalismo/10-carta-de-principios>>. Acesso em 16 set. 2015.

- procedimentos e realização de atividades** com abrangência estadual ou nacional das quais participam todos os filiados com interesse no tema;
- 2º - **preservar o núcleo da formação gaúcha e a ideologia consubstanciada nos estudos da história, da tradição e do folclore**, além do que constam nos documentos fundamentais, como as teses aprovadas em congressos e a Carta de Princípios que define os objetivos do tradicionalismo gaúcho desde o ano de 1961 (MTG-PR, 2008, s. p. grifo nosso).²⁷

A partir da institucionalização do MTG, começou uma organização dos CTGs que se espalhavam por todo o território brasileiro. A propagação da cultura gaúcha não se ateve somente a estes espaços, como explica Oliven (1985), mas se estendeu ao aparelho estatal que, sob forte pressão por parte do MTG, criou o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, em 1974 com a finalidade de preservar a cultura gaúcha. Temos também a criação do Galpão Crioulo, em 1971, um anexo do Palácio Piratini, sede do governo, que serve para recepcionar as autoridades com demonstrações da cultura tradicional gaúcha, além do tradicional desfile cívico da Semana Farroupilha. Dessa forma, concordamos com Oliven (1985, p. 80) que aponta todos esses fatores últimos relacionados à apropriação simbólica por parte do Estado como uma ação ideológica, visando “[...] manter a massa rural e as camadas populares que migraram para a cidade em estado de submissão”. Outro ponto fundamental nesta discussão é a incorporação de valores ditos tradicionais por sujeitos que não fazem parte desta contextualização histórica, como o autor supracitado menciona o caso de jovens urbanos de classe média que passam a utilizar bombachas e tomar chimarrão, hábitos que estavam enraizados anteriormente somente ao meio rural.

Golin (1983, p. 77) lembra que o “[...] Tradicionalismo rio grandense está [ligado] ao Estado com a mesma naturalidade que o couro ao boi”. Assim, representações como A Semana Farroupilha que possui conotação cívica e a luta pela instituição do Dia do Gaúcho²⁸, demonstram o atrelamento do MTG ao Estado e, conseqüentemente, ao poder. Ainda de acordo com o autor, nessa apologia ao passado, o MTG prega uma visão do gaúcho como um símbolo mitificado, imaculado. Existe também, nessa ideologia, uma tendência de se apresentar os fatos históricos como virtuosos. A *Carta de Princípios* se atenta para a necessidade de que essa visão tradicionalista se espalhe para além do CTG, em instituições públicas e privadas, com o intuito de buscar a participação de *representantes de todas as*

²⁷ Disponível em: <<http://www.mtgparana.org.br>>. Acesso em 16 set. 2015.

²⁸ O Dia do Gaúcho acabou sendo instituído no Rio Grande do Sul pela Lei nº 9.405 de 25 de outubro de 1991.

classes e profissões dignas. Como Golin (1983) argumenta, para o MTG, as pessoas *dignas* se referem somente aquelas que traduzem os valores do movimento.

Sobre o *nativismo*, que compõe junto com o tradicionalismo, o gauchismo, percebemos que se trata de um movimento de cunho musical que surgiu no Rio Grande do Sul em pleno Regime Militar. Santi (1999) destaca como marco dessa mobilização, a realização de um evento artístico chamado Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul, que ocorreu na cidade de Uruguaiana, em 1971, período no qual havia uma propagação de festivais pelo país. O nome *Califórnia* se deve às incursões que Chico Pedro (militar brasileiro que servia ao exército imperial durante a Revolução Farroupilha) fazia na região da Cisplatina para resgatar bens de brasileiros exilados que sofriam perseguições e que ficaram conhecidas como “califórnicas”. Além desse significado, Califórnia está associada à ideia de coisas belas ou ainda, a uma corrida de cavalos. Já a expressão “canção nativa”, de acordo com o autor, compreende o conjunto de gêneros específicos de canções produzidas no Rio Grande do Sul e surge como uma nova vertente do gauchismo, ameaçando a hegemonia do *tradicionalismo*.

O Festival foi promovido por um grupo vinculado ao CTG Sinuelo do Pago, de Uruguaiana-RS. Segundo o MTG-RS (2015)²⁹, em sua primeira edição, o evento contou com um pequeno público de cerca de 60 pessoas. Entretanto, no auge, o Festival chegou a atrair mais de 60 mil pessoas. Este movimento resgatou as músicas regionais que estavam esquecidas com a proliferação de músicas estrangeiras que assolavam o país. O gauchismo retomou com força total, ganhando cada vez mais adeptos que exibiam orgulhosos a bombacha e o chimarrão.

O MTG-RS (2015)³⁰ explica que o *nativismo* não é uma entidade, mas sim um movimento cultural cujos participantes possuem identificações pessoais e artísticas. Embora possua frequentadores e lideranças do MTG em suas apresentações, o *nativismo* enquanto festival não possui uma estrutura tão rígida como se observa nos CTGs. No entanto, se a proposta é a divulgação da música de raiz gaúcha, deve-se obedecer a determinados critérios,

²⁹ Disponível em: <http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/EDITORIAIS/O%20surgimento%20do%20Nativismo.pdf>.

³⁰ Disponível em: <http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/EDITORIAIS/O%20surgimento%20do%20Nativismo.pdf>. Acesso em 16 set. 2015.

como adequação à linguagem e letras que exaltem às peculiaridades do Rio Grande do Sul (Quadro 4).

Quadro 4. Esquema comparativo entre tradicionalismo e nativismo.

GAUCHISMO	
TRADICIONALISMO	NATIVISMO
- se manifesta em uma entidade sem fins lucrativos; - estrutura hierárquica rígida em um sistema de patronagem; - reflete relações de poder; - tem no CTG, o espaço principal de atuação; - preza pelos valores familiares; - as principais manifestações culturais são as atividades campeiras, esportivas e as danças gaúchas; - estuda o folclore e a tradição; - prega o amor ao Rio Grande do Sul.	- se manifesta a partir de um movimento cultural; - não possui estrutura hierárquica rígida; - os líderes são artistas e os organizadores dos festivais; - tem nos festivais, o espaço principal de atuação; - preza pelos valores familiares; - as principais manifestações culturais são a música e a poesia; - se volta para a manifestação folclórica; - prega o amor ao Rio Grande do Sul

Fonte: Adaptado de MTG-RS (2015). Disponível em:

<<http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/EDITORIAIS/O%20surgimento%20do%20Nativismo.pdf>>. Acesso em 16 set. 2015. **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2015).

É difícil identificar, em um primeiro momento, um tradicionalista de um nativista, pois, ambos transitam por CTGs e ginásios de esporte que servem de cenários para os festivais, ou seja, não existe uma barreira entre estes dois territórios. No entanto, “[...] o tradicionalismo municia o nativismo com maior contingente de pessoas do que o contrário” (MTG, 2015, s.p.)³¹. Ambos partilham do amor pelo Rio Grande do Sul e primam pela estrutura familiar, fato comprovado ao observarmos que nestes espaços, é comum a presença de três gerações vivenciando a cultura gaúcha.

Na década de 1980, o MTG perpassa as fronteiras brasileiras e oficializa sua articulação reticular em escala internacional com a fundação da Confederação Internacional da Tradição Gaúcha (CITG), “[...] uma instituição internacional, de caráter tradicionalista-cívico-cultural, com duração indeterminada, constituindo-a as instituições maiores destes países, sem fins políticos, nem religiosos” (CITG, 2012, s.p.)³², no Uruguai (Figura 10).

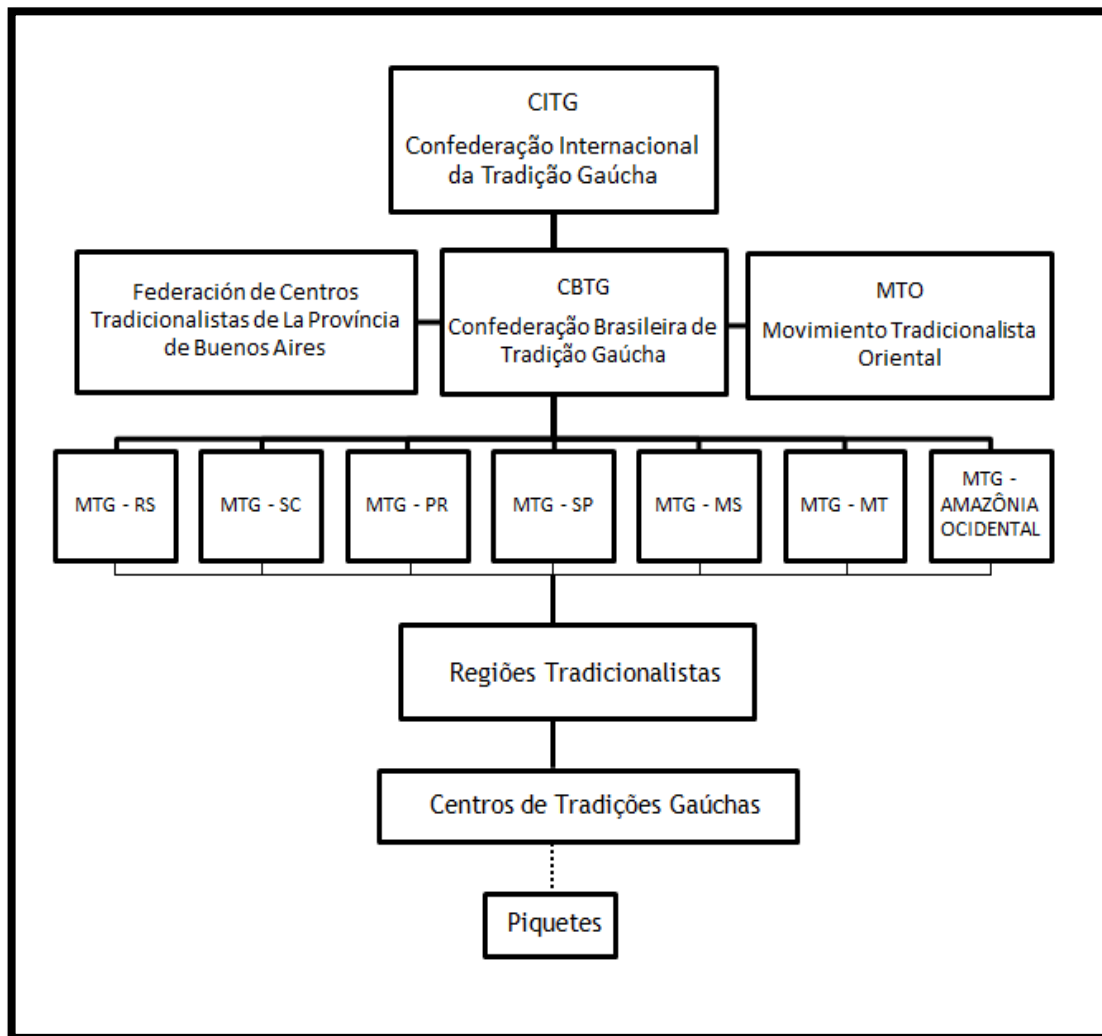
A iniciativa de formação da CITG foi de tradicionalistas gaúchos da Argentina, do Brasil e do Uruguai, com o objetivo de aumentar a aproximação cultural entre os países membros, ao mesmo tempo em que busca o respeito às particularidades regionais. As reuniões se processam por intermédio de congressos, que correm bianualmente de forma alternada em

³¹ Idem.

³² Disponível em: <<http://www.cbgtg.com.br/citg/>>. Acesso em 17 set. 2015.

cada um dos países membros. A instituição não tem sede fixa porque tem caráter transitório, sempre vinculada ao país do Presidente do Conselho Coordenador eleito.

Figura 10. Organograma das entidades tradicionalistas.



Fonte: CBTG (2015). Disponível em: <<http://www.cbtg.com.br/citg/>>. Acesso em 17 set. 2015. **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

As entidades participantes da CITG são a Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha (CBTG), a Federación de Centros Tradicionalistas de La Provincia de Buenos Aires e o Movimiento Tradicionalista Oriental (MTO). Hierarquicamente, a CBTG é a entidade maior do Movimento Tradicionalista Gaúcho no Brasil. Tem como missão valorizar, organizar, defender, promover e representar as tradições e a cultura gaúcha. Um dos objetivos é representar, em todo o território nacional e no exterior, a cultura gaúcha. A ela estão atrelados os MTGs regionais que, no Brasil somam sete. Logo em seguida, estão os CTGs, subordinados aos MTGs que são os ditos oficiais quando existe a filiação, garantindo o

reconhecimento pela entidade e a participação regular em campeonatos, já que a filiação ao MTG não é uma obrigatoriedade, mas implica na exclusão dessas atividades. Os piquetes são entidades menores criadas por ato de um CTG filiado ao MTG e, geralmente, são espaços onde ocorrem apenas atividades campeiras.

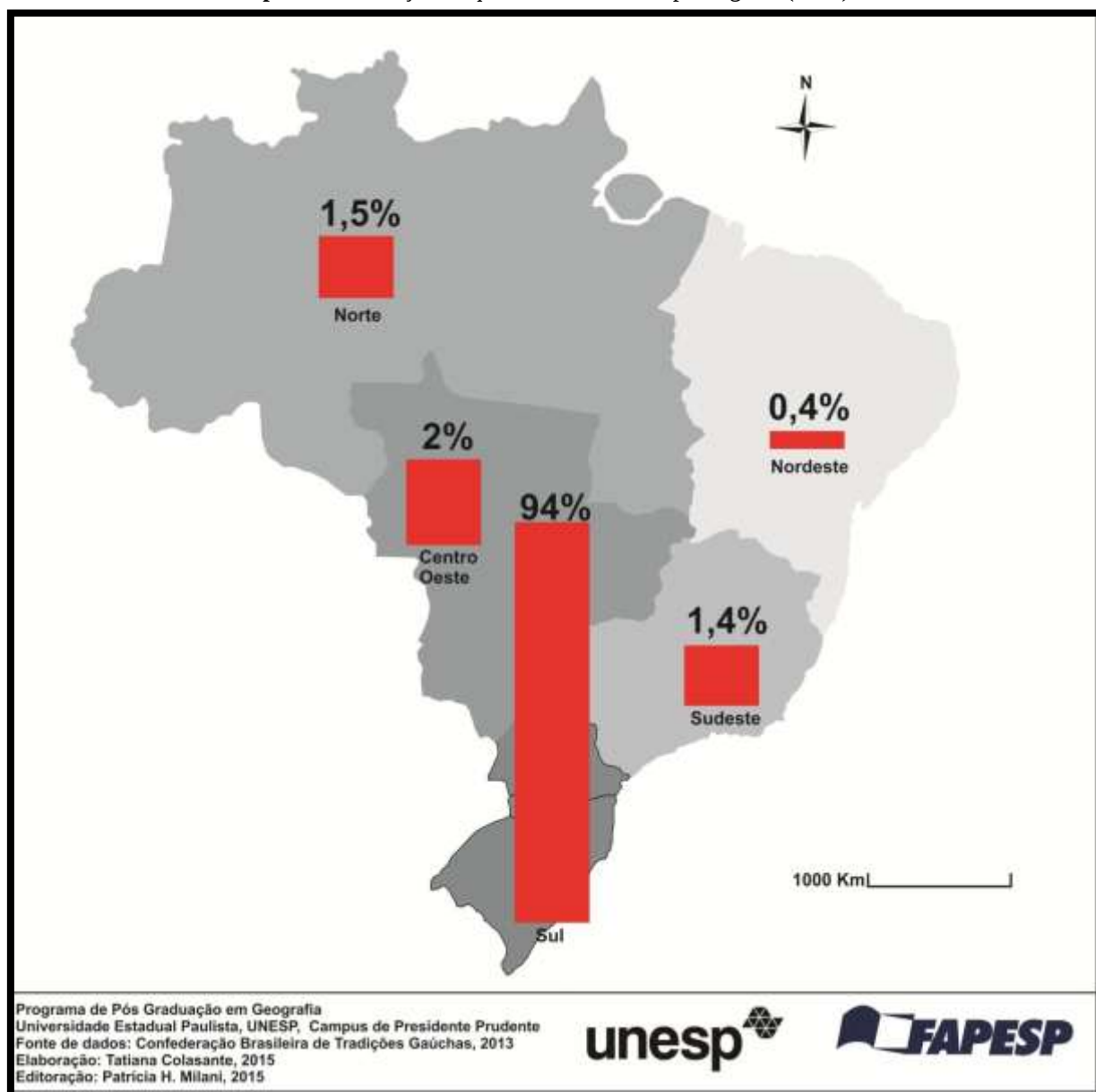
2.3 As territorialidades do tradicionalismo gaúcho

Com relação aos CTGs, quando analisamos a sua distribuição espacial pelo Brasil, conseguimos compreender a dimensão deste *tradicionalismo*, pois, o *gauchismo* acaba sendo uma cultura expansionista que vai se espraiando pelo território, atraindo novos adeptos à cultura gaúcha e fincando os valores tradicionais por intermédio de uma rede de sociabilidade. Segundo informações da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha (2015), o Brasil possui cerca de 2200 CTGs espalhados por diversas regiões do país. Por ser uma cultura sulina, a concentração maior destas instituições está na região Sul, o que representa algo em torno de 95% do total dos CTGs do país (Mapa 1).

O que mais nos chama a atenção é que a Região Nordeste não possui nem 1% do número de CTGs, embora o Oeste baiano tenha recebido muitos migrantes sulinos, tanto do Paraná quanto do Rio Grande do Sul, sobretudo, no final da década de 1990 para os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto e Baianópolis em busca de terras e do interesse em adentrar no mercado da agricultura científica e/ou moderna da soja, segundo explica Mondardo (2010).

Provavelmente, essa cultura expansionista gaúcha não tenha conseguido se enraizar pelo território nordestino de maneira tão intensa justamente pelo fato de que tal como no Rio Grande do Sul, a Bahia como maior estado do Nordeste também possui características extremamente marcantes do ponto de vista cultural que contribuem para a coesão social dos seus gentílicos, ou seja, a cultura gaúcha encontrou aí uma barreira para se expandir devido aos vínculos estreitos que a cultura nordestina materializa pelo território.

Mapa 1. Distribuição da quantidade de CTGs por regiões (2015).



Fonte: CBTG (2015). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016)

Com a presença de muitos gaúchos no exterior, não é difícil compreender que os CTGs também se territorializam em outros países como Espanha, Estados Unidos e China (Foto 2). Como essas entidades não precisam necessariamente estar associados à CBTG, é difícil precisar o número, principalmente, no exterior. Mello (2012) indica que além dos países anteriormente mencionados, existem CTGs no Japão e na Polônia.

A respeito da importância dos CTGs no exterior, o ex-presidente da CBTG, Erival Bertolini enfatiza: "Lá eles têm algo que nós aqui não temos: a saudade da nossa terra".

Entretanto, a lógica de reprodução desses CTGs no exterior, obedece às mesmas particularidades que observamos no Brasil: não necessariamente são fundados por gentílicos sul-rio-grandenses. Oliven (2012) explica que esse processo decorre da necessidade dos brasileiros que estão no exterior afirmarem sua identidade, já que quando estão longe do país, mesmo que sejam descendentes de japoneses, alemães ou italianos, ainda sim, são vistos como estrangeiros. Com isso, afirmar sua brasilidade ou então se declarar gaúcho e fazer parte do grupo é uma estratégia de auto afirmação.

Foto 2. Mosaico demonstrando as territorialidades da cultura gaúcha no exterior. Nas duas imagens superiores, o Piquete de Tradições Gaúchas (PTG) China Veia, da cidade de Dongguan, China em abril/2015. Nas imagens inferiores, o CTG Saudade da Minha Terra, na cidade de Newark, Estados Unidos em março de 2014 e junho de 2015, da esquerda para a direita.



Fonte: PTG China Veia. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PiqueteDeTradicoesGauchasChinaVeia?fref=ts>>. E CTG Saudade da Minha Terra. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctg.saudadedaminha.terra?fref=ts>>. Acesso em 20 jun. 2015.

No entanto, existem exceções. O CTG da Polônia, criado em 2011, na cidade de Wroclaw, foi iniciativa de poloneses que participaram de um evento sobre agricultura no Rio Grande do Sul e ficaram fascinados pela cultura gaúcha. Acabaram por levar essas *formas simbólicas* para fora do território brasileiro, o que demonstra que a rede de tradições gaúchas é muito mais complexa devido a esse caráter multiescalar. De certa forma, o poder também acaba ganhando novas dimensões de alcance e necessita de novas estratégias para a sua efetivação.

Além da espacialidade, temos vivenciado em tempos atuais um número crescente de relações que se processam em ambientes virtuais, o chamado *ciberespaço*. Neste espaço imaterial, sujeitos de vários países acessam, divulgam e compartilham informações diversas. Através dessa nova ferramenta disponibilizada pela internet, é possível estabelecer contato com sujeitos que possuem os mesmos interesses e, com isso, criar comunidades virtuais que partilham de afinidades em comum.

É justamente nesse ambiente virtual que observamos novas estratégias dos gaúchos para ampliar a sua rede de tradições. Redes sociais como o *Facebook*, vêm ganhando uma grande importância para os tradicionalistas que utilizam essas ferramentas para a divulgação de diversas atividades dos CTGs. Assim, consegue-se alcançar um público maior em um curto período de tempo e a transmissão dessa cultura vai sendo reinventada, angariando novos simpatizantes.

Na página do *Facebook* do CTG Rincão Sulino de Londrina, por exemplo, existem mais de 1000 “amigos”³³, de várias partes do país que recebem regularmente notícias de eventos não somente do próprio CTG, mas de outros CTGs da região, o que demonstra o estreitamento dos laços e da rede de tradições que existe nessas relações virtuais. Já a administração do CTG Rincão Verde, de Maringá, precisou fazer outra página de divulgação no *Facebook*, pois, havia atingido o limite de 5000 “amigos”, o que impossibilitava a adição de mais pessoas. A rapidez na troca de informações também é um ponto central no *ciberespaço* porque possibilita um entrosamento maior entre as entidades e o público, principalmente, quando há divulgação de festas e é necessária a venda de convites.

³³ O termo “amigo” é utilizado no *Facebook* para designar um usuário que é adicionado à determinada página com a finalidade de compartilhar informações. Aqueles que não são “amigos”, não têm acesso às informações, salvo em casos quando o indivíduo opta por deixar o seu perfil como “público”, ou seja, aberto à visualização de qualquer um.

Destacamos como ápice da territorialização da cultura gaúcha nos ambientes virtuais a criação, em 2007, do CTG Estância Celeste no *Second Life* (SL), um simulador da vida real que gera uma interface em 3D, a fim de dar maior “veracidade” à vida virtual dos personagens. No ano da criação do CTG virtual, o SL contava com 5 milhões de usuários, segundo Nunes (2007). A ideia foi do jornalista gaúcho Clediney Silva, nascido em Dom Feliciano-RS e radicado em São José dos Pinhais-PR. De acordo com ele, a justificativa é pelo fato de que “[...] o culto às tradições gaúchas não fica restrito ao Rio Grande do Sul. Por que não se expandir pelo mundo virtual?”³⁴.

O intuito do gaúcho foi disponibilizar um lugar para que os *avatares* (personagens que representam os usuários do SL) pudessem encontrar fogo de chão, chimarrão e indumentária característica, além de conversar usando expressões típicas gaúchas do RS. Como o criador explica, até em ambientes virtuais se encontra solidariedade e comenta o processo de construção do CTG enfatizando que a sede foi construída com ajuda de uma “vizinha” que não cobrou pelo serviço (PIMENTEL, 2007)³⁵.

Além da divulgação da cultura gaúcha em um ambiente bem diferente da origem do tradicionalismo, o idealizador do CTG Estância Celeste, acaba dando uma nova tônica a este processo, ao criar uma loja no SL voltada para a comercialização de produtos da cultura gaúcha, que são exigidos para frequentar o CTG virtual, vislumbrado uma nova forma de ganhar dinheiro no mundo real. O ambiente criado no SL se assemelha muito à estrutura de um CTG, com músicas típicas e a bandeira do Rio Grande do Sul. Até o comportamento dos avatares está sujeito ao regulamento do MTG, ou seja, busca-se manter a fidelidade do tradicionalismo até no *ciberespaço*.

No final de 2014, um novo CTG foi inaugurado no SL, o Pampa Gaúcho. Criado por um casal de gaúchos, a proposta é realizar bailes mensalmente e contribuir para a divulgação da cultura gaúcha. O CTG virtual possui até uma página no *Facebook* (Figura 11), com cerca de 50 seguidores, na qual disponibiliza informações sobre a cultura gaúcha através de vídeos, informações atuais e curiosidades sobre o Rio Grande do Sul, além de divulgar informações sobre eventos do próprio CTG. Assim, virtualidade e realidade se misturam no

³⁴ Reproduzido de entrevista feita por Nunes (2007).

³⁵ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/tecnologia/os-pampas-no-second-life-afe318s51wqy8qdu7wlvcbk9a>>. Acesso em 18 set. 2015.

ciberespaço já que qualquer usuário das redes sociais pode ter acesso às informações de todas as atividades que acontecem no CTG virtual, dando mais veracidade ao processo.

Figura 11. Divulgação da inauguração do CTG Pampa Gaúcho no Facebook.



Fonte: CTG Pampa Gaúcho (2014). Disponível em: <<https://www.facebook.com/CTG-Pampa-Gaúcho-384307831727261/>>. Acesso em 05 ago. 2015.

O ambiente do Pampa Gaúcho é parecido com o CTG Estância Celeste, criado para se assemelhar a um galpão (Figura 12) que remete às estruturas dos CTGs tradicionais. Lá, tocam conjuntos musicais que mesclam música de raiz com músicas da nova geração gaúcha, atraindo diversos tipos de público. Dessa forma, a territorialidade da cultura gaúcha no ambiente virtual é imensurável do ponto de vista do alcance da rede e também do perfil dos sujeitos, já que não é possível identificar quem, de fato, está comandando aquele *avatar* que participa do CTG.

Figura 12. Fachada virtual do CTG Pampa Gaúcho.



Fonte: CTG Pampa Gaúcho (2014). Disponível em: <<https://www.facebook.com/CTG-Pampa-Gaúcho-384307831727261/>>. Acesso em 05 ago. 2015.

O CTG Pampa Gaúcho mostra também rigorosidade com relação à conduta dos participantes no seu espaço. Os *avatares* devem obedecer a uma série de regras que misturam tradicionalismo com princípios de boa convivência. Aqueles que desobedecem as regras podem ser banidos do CTG. Além de promover bailes, o CTG também possui uma loja virtual que comercializa toda a vestimenta necessária para que os *avatares* frequentem as festas. Temos assim, relações de poder que se estabelecem também nos ambientes virtuais até mais rígidas que no mundo real por obrigarem os personagens a se vestirem a caráter sob pena de não poderem frequentar os CTGs, algo que não é comumente observado com tanto rigor na atualidade, principalmente, em CTGs fora do Rio Grande do Sul, já que as regras estão mais flexíveis com relação a isso.

Mesmo que a estrutura do MTG ainda guarde resquícios de um forte tradicionalismo, a nova abordagem da preservação da cultura gaúcha nos ambientes virtuais é visto como algo positivo para o pioneiro folclorista gaúcho Paixão Côrtes. Segundo ele, qualquer trabalho realizado com a finalidade de preservar os valores do Rio Grande do Sul tem o seu mérito: “É uma forma atualizada de divulgar a identidade da região. Tradicionalismo não significa ficar parado no tempo. É preciso acompanhar a modernidade,

mas não fazer modismo” (CBTG, 2011, s.p.)³⁶. Embora Paixão Côrtes se mostre mais ponderado ao lidar com essa nova face da tradição gaúcha, observamos que dentro do MTG existem divergências de opiniões ao lidar com outro aspecto da atualidade: as novas bandas gaúchas.

O *tradicionalismo* vem sendo confrontado desde o ano 2000 com um movimento de renovação da música gaúcha, conhecido como *Tchê Music*, cujas bandas agregam elementos de música sertaneja, baiana, dentre outros ritmos com a finalidade de “modernizar” a música gaúcha. Houve uma grande polêmica envolvendo os tradicionalistas e os músicos dessa nova geração, culminando com a proibição da apresentação destes grupos em alguns CTGs que, na visão do MTG estavam deturpando a tradição gaúcha. Na época, houve uma forte repressão por parte da entidade que se manifestou, em um editorial, às suas entidades filiadas: “O CTG que necessitar fazer a contratação de conjunto musical que distorça a música, que despreze a pilcha ou que use de recursos próprios de culturas alienígenas para obter lucro deve pensar se não está na hora de trocar de nome e de finalidade” (SANTI, s.p. 2001)³⁷.

A partir desse episódio, para assegurar que a cultura gaúcha fosse preservada e mantida, de certa forma, autêntica aos padrões antigos, o MTG lançou o Selo de Qualidade e Autenticidade ISO TCHÊ, “[...] que destaca e reconhece as iniciativas comprometidas com a história, o folclore e a tradição gaúcha” (MTG-RS, 2015, s.p.). Além deste Selo, o MTG, ainda desenvolveu o programa PIÁ 21, que visa à educação complementar para crianças do ensino fundamental e o projeto Censo Tradicionalista com objetivos de coletar informações sobre o tradicionalismo nos CTGs do Rio Grande do Sul. Sobre esse debate, mais uma vez Paixão Côrtes se posiciona e esclarece que, desde que os princípios básicos da cultura gaúcha não sejam denegridos, é favorável a estilos de músicas diferentes³⁸.

Nesse sentido, verificamos que desde o surgimento do tradicionalismo gaúcho, ocorreram várias mudanças na sociedade que não podem deixar de ser levadas em consideração quando se pensa na divulgação da cultura gaúcha. Talvez, o desafio seja aliar os resquícios do passado ao presente, almejando a preservação da cultura, ao mesmo tempo

³⁶ Disponível em: <<http://cbtg.com.br/blog/?p=127>>. Acesso em 19 set. 2015.

³⁷ Disponível em: <<<http://alvarosanti.com.br/?apid=2565&tipo=9&dt=0>>. Acesso em 07 ago. 2015

³⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3012199908.htm>>. Acesso em 19 set. 2015.

buscando se adequar às novas tendências para que a própria tradição também perdure e consiga novos adeptos que irão levar adiante esses valores simbólicos. Como argumenta Oliven (2006, p. 209)

É compreensível que em épocas de crise e transformações sociais haja um renascimento e frequentemente invenção de tradições. O fato dessas tradições não terem mais uma relação com a situação presente é irrelevante, pois o critério para analisá-las não pode ser seu anacronismo, mas o que elas representam no imaginário dos grupos que as cultuam.

Justamente por ser no território que ocorrem disputas de poder entre os grupos, verificamos que existem divergências de posicionamentos de um mesmo movimento, o gauchismo. A produção e apreensão da cultura são diferentes em cada grupo social e isso reflete no *tradicionalismo*. De um lado, temos tradicionalistas mais conservadores que não admitem interferências em sua territorialidade e seguem padrões rígidos de conduta e de outro, temos tradicionalistas mais flexíveis, que compreendem a necessidade de mudanças em alguns fatores. Os jovens que surgem através de grupos musicais vêm buscando divulgar a música gaúcha de acordo com as exigências do seu público da atualidade, agregando elementos de outros gêneros musicais e não usam trajes típicos, o que acarreta uma grande divergência com os conservadores.

Muitos jovens retratam as dificuldades em se adaptar ao estilo mais conservador do *tradicionalismo*, como retrata Almeida (2014)³⁹ porque cresceram em um Rio Grande do Sul urbano que nada remete aos gaúchos que montavam a cavalos e cuidavam do gado. Questões como diversidade sexual e liberdade de pensamento ainda são tabus nestes espaços, com relatos, inclusive, de jovens que não foram aceitos em competições por terem comportamentos homossexuais ou então, queixas de machismo quando as mulheres não têm voz ativa nas decisões. Algumas iniciativas têm minimizado o rigor ao *tradicionalismo*, justamente, em uma tentativa de se readequar às mudanças culturais da atualidade e, com isso, atrair mais participantes para os CTGs.

Almeida (2014)⁴⁰ explica que no caso da pilcha, o 35 CTG, o primeiro do país, costumava retirar dos bailes os sujeitos que não vinham vestidos a rigor. Agora, existe uma arara à disposição do público com vestidos para emprestar. Mesmo assim, saia curta, decote,

³⁹ Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2014/08/jovens-tradicionalistas-questionam-regras-para-manter-viva-a-cultura-gaucha-4587389.html>>. Acesso em 19 set. 2015.

⁴⁰ Idem.

barriga de fora, ainda são proibidos. Para os jovens que participam das competições, as regras são mais rígidas: cortes de cabelo que fujam dos padrões tradicionais, maquiagem pesada e *piercing* ainda não são bem vindos. Toda essa repressão faz com que muitos jovens se distanciem dos CTGs que têm regras mais rígidas, buscando outras formas de cultuar o *gauchismo*, mas sem a necessidade de participar desses espaços, através de cavalgadas e aulas de dança.

Embora exista uma nítida associação do tradicionalismo com uma rigidez e inflexibilidade, não podemos deixar de considerar que as mudanças, ainda que lentas, estão acontecendo. Pensar que a cultura gaúcha só é representada por elementos do passado é permanecer cristalizado no tempo e no espaço. Ao eleger os elementos que serão preservados, o MTG detém o poder simbólico, condenando outras práticas culturais que fujam de seus interesses. É necessário pensar que a cultura não é estática e sempre vai incorporar novos elementos.

Os próprios CTGs, que buscam resgatar as estruturas das antigas estâncias, estão buscando se adaptar à realidade atual. Assim, aquele sentido da vida campeira, acaba se perdendo na contemporaneidade, com os CTGs se localizando em áreas urbanas. Essa questão se torna ainda mais complexa quando pensamos na rede de tradições gaúchas que vem sendo formada, ganhando adeptos das mais diferentes regiões do país e do mundo. Isso nos instiga a pensar como a cultura gaúcha se apresenta em territórios tão distintos e se materializa em CTGs dirigidos por sujeitos que, às vezes, nem são nascidos no Rio Grande do Sul.

2.4 CTGs: poder e centro da cultura gaúcha

As relações entre território e identidade são também permeadas por diversos símbolos sob a égide do poder. Para Geertz (2008, p. 10), a “[...] cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível” (p. 10). No entanto, entendemos que os elementos culturais comunicam algo individual e/ou coletivo e que ao imergirem dentro de uma estrutura territorial, os

diferentes agentes sociais podem acionar alguns *dispositivos de poder* que vão contribuir para que esses elementos se tornem mecanismos de manipulação e controle.

É nessa perspectiva que concebemos os CTGs, como centro da cultura e do poder do gauchismo em diversos territórios, materializados a partir de uma base física, que marca a sua expressividade na paisagem, comunicando valores sociais aos seus participantes através de regimentos próprios, despertando sentimentos saudosistas para alguns gaúchos e aproximando a identidade gaúcha dos paranaenses. Os CTGs vão refletir, portanto, em diferentes territorialidades para os mais variados sujeitos que o frequentam. Essa justaposição de territorialidades que interage neste espaço contribui para pensarmos a noção de centro para o CTG já que ele vai congrega, em um mesmo espaço, as principais manifestações da cultura gaúcha que atraem tanto os gaúchos quanto os paranaenses.

Vamos utilizar o sentido de centro e (poli) *centralidade*⁴¹ empregado nas análises de estrutura urbana para colaborar com essa perspectiva de análise, entendendo o centro como um espaço construído que converge as principais atividades de comércio e serviços e de uma cidade. Já a centralidade, engloba as relações socioespaciais, os fluxos, a circulação e a informação.

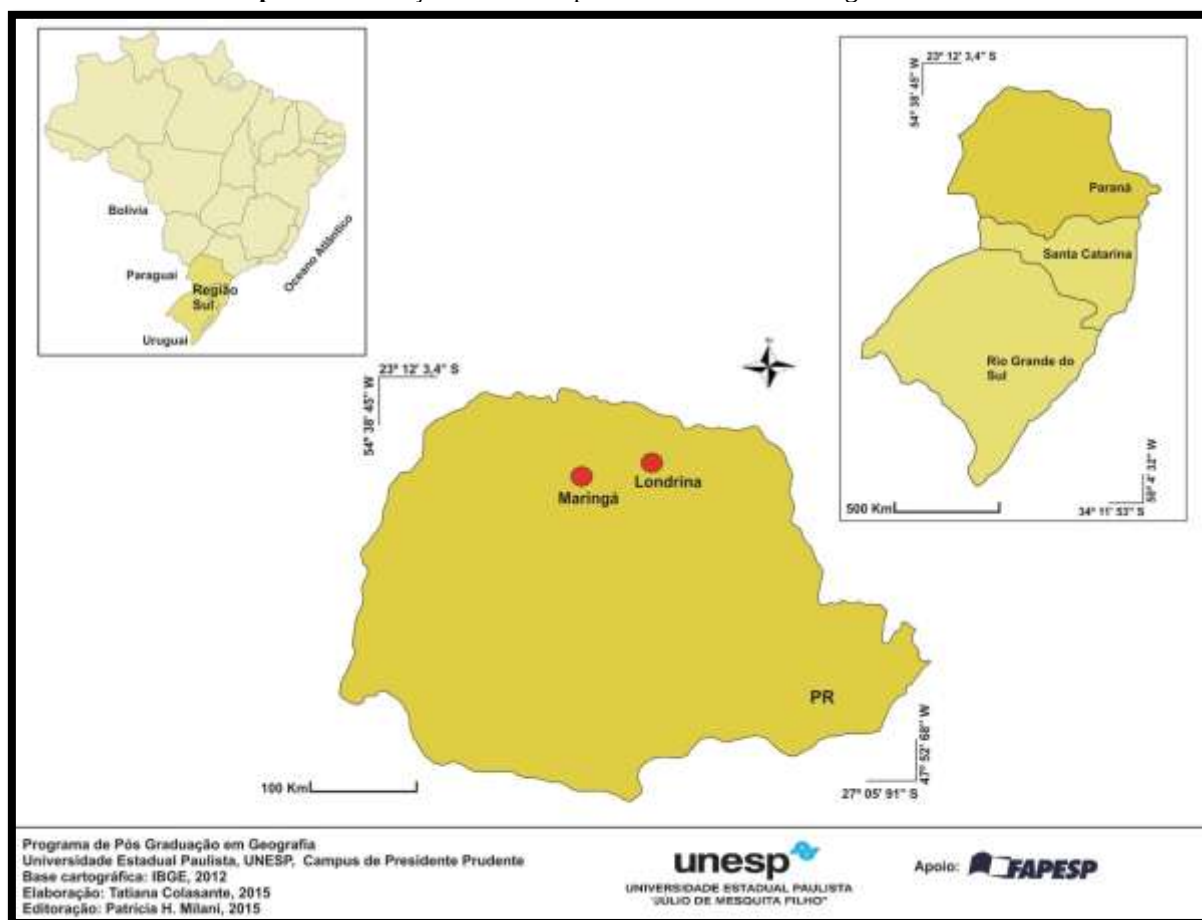
Se o centro se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território, relacionando a compreensão das centralidades, do plano conceitual prevalentemente à dimensão temporal da realidade. O que é central é redefinido em escalas temporais de médio e longo prazo pela mudança na localização de atividades. A centralidade é redefinida continuamente, inclusive em escalas temporais de curto prazo, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações, das ideias e valores (SPOSITO, 2001, p. 238).

Tanto Londrina quanto em Maringá (Mapa 2) possuem um centro da cultura gaúcha, mas isso não implica que esse centro seja a única materialização do tradicionalismo. Percebemos que existem ainda, vários pontos de dispersão na rede de tradições gaúcha, refletidos em microterritórios que também exercem a função de (poli) *centralidade* simbólica. Tais pontos são representados por lugares de encontros na residência de gaúchos e *paranaúchos* com a finalidade de socializar e difundir o gauchismo. Podemos assim, fazer uma analogia aos espaços de reverência à cultura gaúcha, na qual o CTG como centro difusor do gauchismo não é mais exclusivo na oferta de serviços voltados à propagação do

⁴¹ Essa expressão se refere a uma emergência de uma centralidade múltipla, devido à diversificação das áreas centrais (SPOSITO, 2001).

gauchismo, mas ainda é o centro principal, apesar da forma *policêntrica* (microterritorialidades) que a rede se apresenta em função dos diversos pontos novos que surgem constituídos por gaúchos e *paranaúchos* em torno dessa mesma cultura, possibilitando que os sujeitos interajam entre si e cultuem o gauchismo.

Mapa 2. Localização dos municípios de Londrina e Maringá no Paraná.



Fonte: IBGE, 2012. **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2015).

Nessa rede, temos assim, uma *policentralidade* que é redefinida constantemente pela disponibilidade dos envolvidos, aumentando ou diminuindo o fluxo de acordo com a sua participação e que possui temporalidades efêmeras, já que não se limita a datas específicas. Em outro ponto, o CTG como centro da cultura gaúcha, possui um calendário fixo das suas atividades, controla o fluxo de frequentadores a partir da venda limitada de convites e também controla as informações que são divulgadas de acordo com seus interesses.

Além disso, ele também é o centro das decisões, das regulamentações, das condutas, o “porta-voz” do MTG que vai supervisionar as atividades das suas entidades afiliadas, como os *piquetes* e também o grande articulador da rede de tradições gaúchas no Paraná a partir das interações sociais nas festas e campeonatos em diferentes escalas. Além disso, coordena as estratégias para angariar mais investimentos na infraestrutura e conseguir mais associados e também são estruturados de forma hierárquica, cujas atribuições fazem referência a algumas funções que eram exercidas nas antigas estâncias gaúchas.

Atendo-nos agora aos aspectos organizacionais (Figura 13), destacamos que a Diretoria do CTG é conhecida como *Patronagem*, na qual o presidente é denominado de *Patrão*; o Conselho da entidade é representado pelo Conselho de Vaqueanos, composto, geralmente, por ex-patrões; os Departamentos são conhecidos como Invernadas⁴². Cada uma delas possui um regulamento próprio e engloba um tipo diferente de atividade, devidamente regulamentadas pelo MTG. A Invernada Cultural cuida dos assuntos relacionados à promoção da cultura gaúcha e contribui para o desenvolvimento de todas as atividades do CTG. Este Departamento promove palestras, eventos culturais, organiza desfiles temáticos etc⁴³.

A Invernada Artística se refere ao grupo de danças do CTG, que são divididos em categorias: Mirim (até 12 anos), Juvenil (até 17 anos), Adulta (até 30 anos), Veterana (igual ou superior a 30 anos) e Xiru (igual ou superior a 50 anos). Os ritmos mais contemplados são: Chote, Milonga, Chamamé, Rancheira, Valsa, Bugio e Vaneirão. Além das danças, a Invernada Artística possui modalidades de Causo Gauchesco de Galpão e Declamação; Trovas e Música (MTG-PR, 2015).

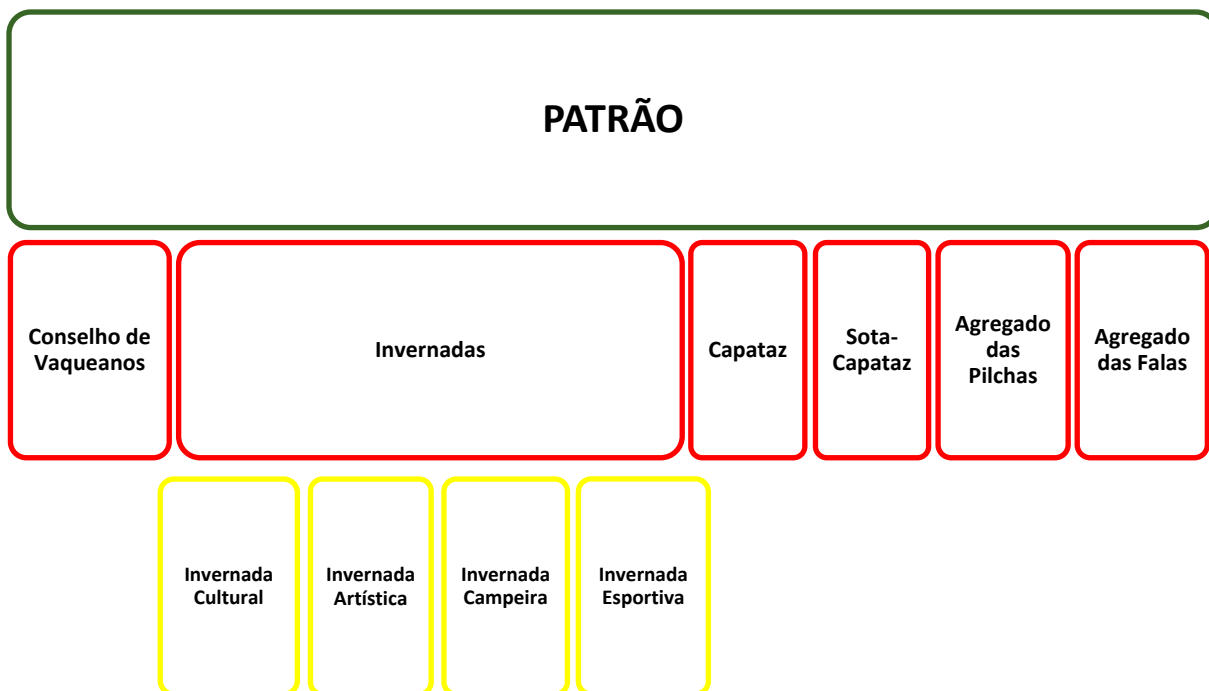
A *Invernada Campeira* diz respeito às atividades de laço, que possuem diversas modalidades como: Laço individual, Laço em dupla ou em equipe, dentre outras e que se dividem em categorias de acordo com a faixa etária do participante: Piazinho (até 7 anos); Piaquito (de 7 a 11 anos); Piá e Prenda Mirim (até 12 anos); Guri e Prenda Juvenil (até 15 anos); Rapaz (de 15 a 18 anos); Prenda (idade livre para prova de laço); Capataz de Quinteto ou CTG (acima de 16 anos); Patrão, Coordenador e Conselheiro (maiores de idade e capazes);

⁴² Nos CTGs, o termo *invernada* significa departamento, sendo comum a existência das invernadas artística, cultural e campeira nas entidades tradicionalistas. Corriqueiramente, quando se fala apenas em “Invernada”, refere-se ao grupo de danças tradicionais, organizado pela Invernada Artística (CTG SAUDADES DA QUERÊNCIA, 2014).

⁴³ Disponível em: <http://coral.ufsm.br/dtg/?page_id=14>. Acesso em 20 ago. 2015.

Peão e Prenda Adultos (16 anos completos ou mais); Irmãos ou irmãs (idade livre); Master (de 50 a 60 anos incompletos); Veterano (60 anos ou mais); Vaqueano (70 anos ou mais).

Figura 13. Organograma de um CTG.



Fonte: Adaptado de Portal do Gaúcho (2015). Disponível em: <<http://www.portalgaucho.com.br/?pg=1&act=17>>. Acesso em 20 ago. 2015. **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2015).

A *Invernada Esportiva* é composta por atividades esportivas que refletem as tradições gaúchas, como o Jogo da Tava; truco; tranca e bocha, que possuem regras específicas para cada uma das modalidades (MTG-PR, 2015). Cabe ressaltar que nem todos os CTGs possuem todas estas *Invernadas*. Os diretores das *Invernadas* são chamados Posteiros e os conselheiros chamam-se Vaqueanos. A *Patronagem* ainda é composta pelo Capataz (Vice-Presidente); Sota-Capataz (Secretário); Agregado das Pilchas (Tesoureiro) e Agregado das Falas (Orador). Os sócios efetivos do gênero masculino são denominados Peões e do gênero feminino Prendas.

Já as reuniões são denominadas: a) Charla: Reunião administrativa, especialmente da Patronagem; b) Chimarrão: Reunião de confraternização dos sócios entre si e destes com a Patronagem, com a finalidade de prestação de contas; c) Chimarrão Festivo: Reunião parecida com a do Chimarrão, mas acrescida de atividades artístico-culturais; d) Ronda: vigília cívica

realizada diariamente durante as comemorações da Semana Farroupilha; e) Fandango: Baile com música regional gauchesca, no qual só dançam pessoas tipicamente trajadas; f) Lida: Reunião de trabalho que pode ser geral ou abranger alguns setores como Secretaria, Tesouraria ou *Invernada* (PORTAL AMIGOS DA TRADIÇÃO, 2015)⁴⁴.

A partir dessa descrição, conseguimos perceber a dimensão da importância do CTG do ponto de vista estrutural e cultural no que se refere à propagação do gauchismo. Baseamo-nos em Foucault para compreender os dispositivos do poder instaurados nestes espaços, nos quais esse poder que se manifesta, muitas vezes, sem ser visto e carrega dois tipos de valores: os ideológicos e os de normatização. O primeiro se refere aos valores embutidos em toda a concepção do tradicionalismo gaúcho, que faz menção aos empenhos históricos (mesmo que os gaúchos tenham perdido a Revolução Farroupilha) do Rio Grande do Sul, o amor à pátria, à família, aos antepassados, ao território sul-rio-grandense, ou seja, uma devoção ao estado que se entende até os que não tiveram a vivência por lá, como no caso dos *paranaúchos*.

Além da tradição, os valores ideológicos percebidos nos CTGs englobam os aspectos religiosos e familiares. Embora, em seu artigo 6º, a CBTG (2011, s.p) deixe claro que “[...] é vedado [...] aos MTGs e Entidades Filiadas exercer qualquer atividade político partidária ou religiosa [...]”, identificamos que o fator religioso é muito arraigado ao tradicionalismo dos CTGs paranaenses, sendo comum encontrarmos ligações entre a Igreja Católica e o CTG, como no caso de parcerias para eventos e realização das danças de salão, missas para comemorações festivas e preces entre os gaúchos e *paranaúchos* antes de começar quaisquer competições.

A questão familiar também é um ponto importante, sempre evidenciado nas falas dos gaúchos mais tradicionais, que concebem o CTG como um ambiente de convívio harmônico e respeitoso no qual interagem diferentes gerações. Com isso, acabam controlando a participação de sujeitos que não estão inseridos nessa trama familiar, já que a maioria se conhece e sabe quem não é do CTG.

O segundo fator atrelado aos *dispositivos de poder* nos CTGs, se refere às normatizações, que carregam um caráter disciplinar através de normas que devem ser

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.amigosdatradicao.com.br/?pg=1&act=17>>. Acesso em 16 set. 2015.

seguidas sob penalização imposta pelo MTG e de estatutos próprios dos CTGs, cujas leis devem ser obedecidas pelos participantes sob pena de expulsão da entidade. Nesse sentido, o CTG e sua atuação de poder podem ser encarados a partir do modelo do *panótipo* de Foucault (1987). O modelo é inspirado na obra do jurista inglês Jeremy Bentham, *O Panóptico*, editado no final do século XVIII.

No livro, há a narrativa de uma prisão na qual existe um vigilante no centro, com os presos organizados ao seu redor, de maneira com que os presos se sintam constantemente vigiados e, com isso, disciplinados. O modelo na perspectiva foucaultiana serve para sugerir uma observação constante sobre o sujeito, de forma que este nunca saiba se está, de fato, sendo vigiado.

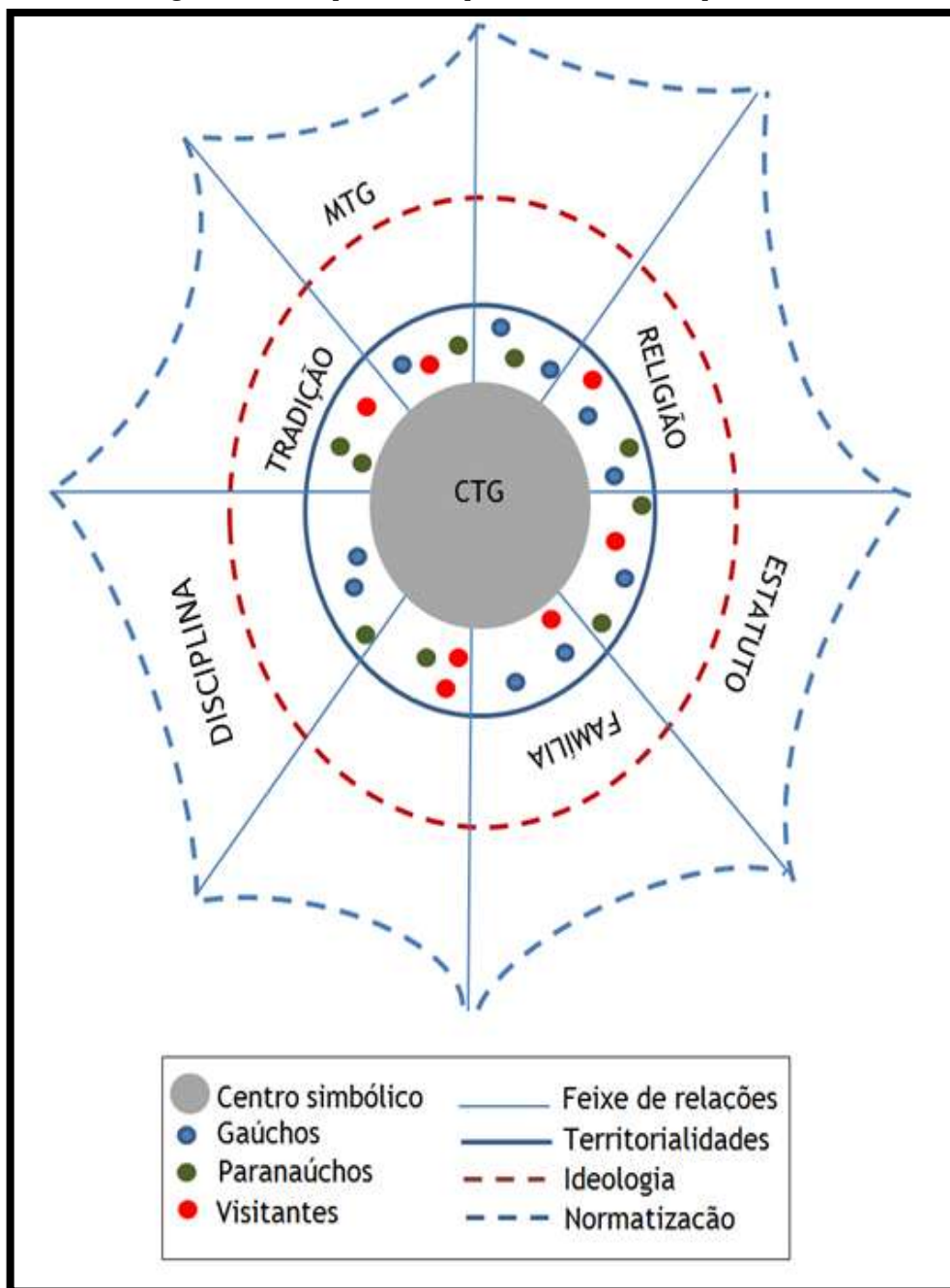
Nas palavras de Foucault (1979, p. 91), o *panoptismo* envolve [...] um conjunto de mecanismos que ligam os feixes de procedimentos de que se serve o poder. Fazendo uma analogia com o tradicionalismo gaúcho, compreendemos a atuação do CTG enquanto um centro simbólico porque converge todas as manifestações culturais gaúchas oficializadas pelo MTG e *locus* de um feixe de relações. É nele que ocorrem as relações sociais entre gaúchos, *paranaúchos* e visitantes refletindo em múltiplas territorialidades de diferentes temporalidades de acordo com o grau de participação e o envolvimento desses sujeitos no processo de apropriação/difusão da cultura gaúcha.

[...] se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua complexidade e detalhe, não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado [...]. **O poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder.** O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem (FOUCAULT, 1979, p. 91, grifo nosso).

Embora enquanto uma entidade, o CTG não nomeie um único responsável por essa vigilância, entendemos que com o passar dos anos, tanto as normas quanto a ideologia vão sendo passadas aos sujeitos recém-chegados sem questionamentos, ou seja, existe uma aceitação de regras e valores que são percebidos como verdades. Com isso, o poder veicula de forma invisível, mas mantendo a ordem e a obediência dentro dos CTGs (Figura 14). É nesse sentido que podemos pensar que os *dispositivos do poder* contribuem para o controle dos fluxos de pessoas e informações dentro do CTG e, por conseguinte, asseguram o exercício do

poder da entidade a partir de estatutos próprios que se baseiam na visão do MTG (normatização) e reforçam o discurso do tradicionalismo (ideologia).

Figura 14. Os dispositivos do poder nos CTGs norte-paranaenses.



Elaborado por: Tatiana Colasante (2016)

Nem sempre esses *dispositivos do poder* refletem uma estratégia unilateral. Vamos pensar no caso dos CTGs, onde existem três grupos distintos de sujeitos que frequentam esse espaço: os gaúchos, os *paranaúchos* e os visitantes esporádicos. Cada um

deles possui uma vivência diferente e uma forma de apropriação da cultura gaúcha específica. Com isso, pensar em uma única estratégia para o controle e a dominação desses grupos é algo a se questionar porque cada um apreende o gauchismo de forma particular. Se o objetivo principal do CTG é a preservação e divulgação da cultura gaúcha, a estratégia é criar *dispositivos* que sejam vinculados fortemente ao cumprimento e propagação das tradições.

E como pensar isso articulando os três grupos de frequentadores? O CTG de Londrina e o de Maringá não exigem formalidades com relação à vestimenta dos frequentadores em quaisquer festividades. Pessoas vestindo roupas comuns podem dançar no salão. Nesse ponto, já se perde um pouco do tradicionalismo. Ao mesmo tempo, exigir que os sujeitos utilizem a roupa típica gaúcha, afastaria os visitantes esporádicos, já que teriam que investir em roupas específicas para frequentar o CTG. Assim, se tornaria um espaço mais exclusivo e, com isso, arrecadaria menos e não estaria divulgando amplamente a cultura.

Entendemos que a atuação do CTG não pode ser tão rigorosa do ponto de vista da normatização, correndo o risco de diminuir o público participante que é composto, principalmente, de frequentadores esporádicos, atraídos pelas festas. Mas, não pode deixar de lado o tradicionalismo porque corre o risco de perder o sentido de existir. Assim, grande parte das normatizações é aplicada nos seus campeonatos, nos quais os participantes, gaúchos e *paranaúchos* precisam ser rigorosamente avaliados. Os *dispositivos do poder* de conteúdos mais conservadores atuam, nesse sentido, para reafirmar e dar continuidade à herança cultural gaúcha a partir de uma rede de significados, formando um sistema simbólico que dá legitimidade ao ideário do CTG nos moldes do discurso praticado pelo MTG.

Ademais, percebemos que estes se processam também nas relações sociais internas, marcadas pela interação gaúchos-*paranaúchos*-visitantes, nas quais a demonstração de dança pelos dois primeiros grupos exalta o tradicionalismo e deslumbra os olhos do terceiro grupo, com algo que não é recorrente na cultura norte-paranaense. O cuidado com a culinária, o ambiente familiar e a hospitalidade dos que comandam o CTG atraem o público que acaba, de certa forma, divulgando as festividades para outros sujeitos que serão inseridos, posteriormente, nessa rede de tradições gaúchas. Com isso sua estratégia está montada e, conseqüentemente, reafirmam o discurso da tradição (normatização e ideologia) para o público em geral que, sem saber, já está envolvido nas redes de poder.

2.5 Entrelaçamentos históricos: o movimento tropeiro e o surgimento do *paranaúcho*

Os apontamentos sobre a migração gaúcha e a apropriação da cultura gaúcha por parte de sujeitos que não são do Rio Grande do Sul, trouxeram algumas indagações que se imbricam em duas vias: a primeira delas diz respeito ao gaúcho nascido no Rio Grande do Sul e que se reterritorializa no Norte do Paraná e, com isso, acaba trazendo parte de sua cultura que se materializa, sobretudo, nos CTGs. Identificamos um grande fluxo de migrantes gaúchos para o Sudoeste do Paraná, portanto, justifica-se a presença de muitos destes sujeitos nessa região do estado. Entretanto, como explicar a existência dos gaúchos na região Norte do Paraná? Ou ainda, quais os motivos que levaram estes sujeitos a se reterritorializarem nesta região e de que forma está estruturada sua territorialidade neste híbrido cultural paranaense-gaúcho?

A outra via das nossas inquietações se refere aos paranaenses que, em um primeiro momento, não possuem ligações familiares com o Rio Grande do Sul, mas que estão se apropriando da cultura gauchesca, a ponto de se considerarem gaúchos e frequentarem ativamente os CTGs. Assim, perguntamos de onde vieram essas influências e se existe uma explicação teórica sobre essa identidade territorial paranaense que está sendo construída a partir de elementos culturais gaúchos. Estas assertivas nos levam a enveredar novos caminhos de análise, principalmente, no segundo caso.

Para buscarmos as explicações para as inquietações, vamos nos ater de início, à migração gaúcha inserida no processo T-D-R. Saquet (2007b) aborda os processos migratórios em um enfoque histórico e relacional, reticular e multidimensional, entendendo que os processos de T-D-R precisam ser compreendidos como um movimento espaço-temporal definido por fatores econômicos, político e culturais cujos elementos e fatores coexistem sincronicamente. A territorialização dos gaúchos no Rio Grande do Sul se deu por diversas formas de apropriação do território pelos diferentes grupos étnicos que habitaram o Sul do país.

Com relação à desterritorialização, destacamos que nas pesquisas mais recentes, o IBGE (2010a) divulgou que os estados brasileiros que mais possuem migrantes gaúchos são Santa Catarina e Paraná. De um total de 10.693.929 de pessoas nascidas no Rio Grande do Sul, 422.139 residiam em território catarinense e outros 279.758 residiam no Paraná, em

2010. O estado do Amapá, no Norte do Brasil, é o que menos registra a presença de gaúchos, contando com apenas 485 pessoas no referido ano. Por outro lado, residindo no Rio Grande do Sul, temos 156.509 catarinenses e 72.971 paranaenses.

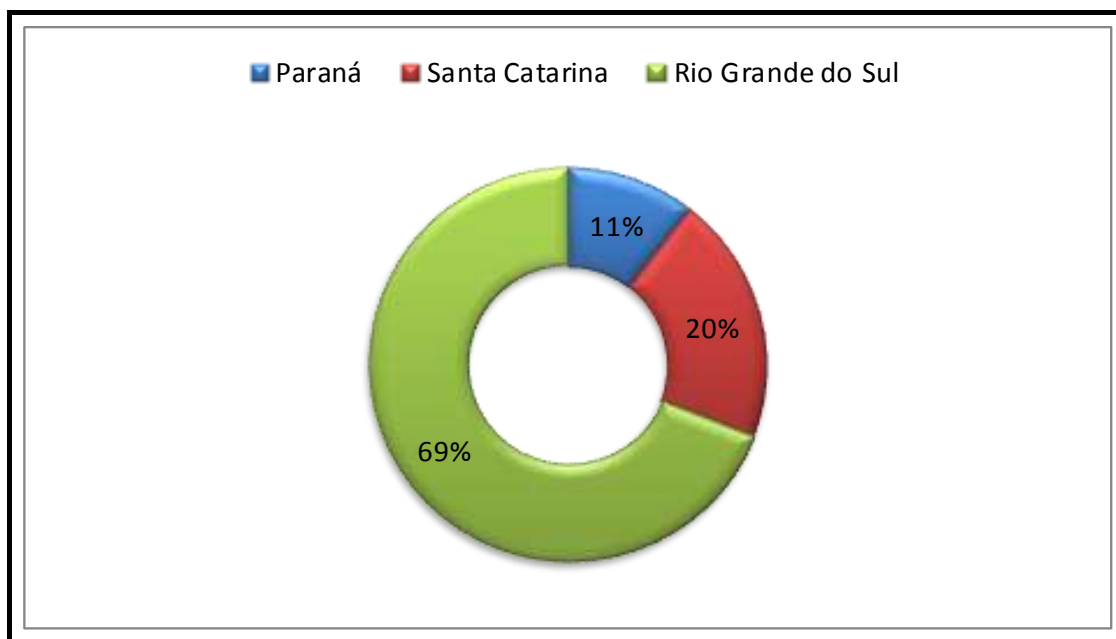
Em seus estudos sobre a *rede regional* gaúcha do Nordeste, Haesbaert (1998) prefere utilizar o termo “diáspora gaúcha” ao invés de migração para enfatizar a força deste fluxo que carrega valores culturais extremamente coesos e que refletem especificidades na sua identidade territorial. Segundo ele, a migração sulista inter-regional teve início nas primeiras décadas do século XX, em função da consolidação do processo de privatização das terras no Rio Grande do Sul. Esse primeiro grupo de migrantes era, em sua maioria, formado por colonos descendentes de italianos e alemães que se reterritorializaram no Oeste de Santa Catarina e no Oeste do Paraná.

Nesta mesma perspectiva, Carini (2010) explica que naquele momento havia um avanço da agricultura capitalista, acentuado pelo fracionamento de pequenas propriedades coloniais o que resultou na desterritorialização em detrimento à territorialização do capitalista arrendatário. A partir daí, a migração se tornou muito mais do que uma opção, mas uma das únicas oportunidades de buscarem melhores condições de vida.

Segundo Silva (2010a), os migrantes gaúchos chegaram a partir de 1926 no Oeste catarinense, em função da oferta de terras. Mais tarde, o litoral foi ocupado e também se tornou espaço da expansão gaúcha, concretizada a partir da construção dos CTGs. A fundação do primeiro CTG em Santa Catarina aconteceu em 1957 e era formado exclusivamente por migrantes do Rio Grande do Sul. Com o passar dos anos, os próprios catarinenses passaram a frequentar os CTGs e a fundarem essas entidades.

Atualmente, o movimento gaúcho no estado atinge grandes proporções, sendo o 2º com o maior número de CTGs do país (Gráfico 2). Interessante destacar que a concentração dos CTGs em Santa Catarina se dá, principalmente, nos grandes centros urbanos, ou seja, regiões onde os vínculos com as práticas campeiras, que são cultivadas nos CTGs, são praticamente inexistentes, processo semelhante ao que ocorre em algumas regiões do Paraná.

Gráfico 2. Distribuição dos CTGs pelos estados sulinos (2014).



Fonte: Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha (2014). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2014).

Como estamos trabalhando com o Norte do Paraná, iremos nos concentrar na migração gaúcha para o estado a fim de compreender os mecanismos que colaboraram para a construção de uma identidade gaúcha-paranaense. Posto isto, nosso marco fundamental de análise nos reporta ao ano de 1943, quando se identifica o início do fluxo destes migrantes para o Sudoeste do Paraná, que são atraídos pela criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em Vila Marrecas (atual município de Francisco Beltrão), fruto de uma iniciativa do governo de Getúlio Vargas para estimular a ida de migrantes do Rio Grande do Sul para aquela região. Conforme Simon (2009), geralmente, os gaúchos partiam em grupos com suas famílias, vizinhos e amigos. Essa unidade familiar acabou sendo um dos aspectos mais acentuados nos CTGs, a partir das práticas sociais destes sujeitos reterritorializados já que muitos pais achavam fundamental repassar aos filhos os valores ancestrais para que a cultura não se perdesse no tempo e no espaço.

Para Ortolan (2007), até a década de 1940, existiam poucos povoados naquela região do estado. A criação da CANGO se deu em um contexto político que pretendia povoar uma área correspondente a 300 mil hectares que compreendia uma faixa de 60 km entre Barracão e Santo Antônio do Sudoeste (fronteira com a Argentina) a fim de garantir a posse das terras. Os primeiros colonos que chegaram buscaram imprimir suas expressões culturais neste novo território em uma necessidade de fixar elementos de sua memória frente à nova

realidade que se apresentava. Para isso “[...] constroem os monumentos, religiosos ou privados, como bustos, placas, arcos, demarcando seus valores na constituição da memória” (SILVA, 2010b, p. 70).

Muitos destes elementos continuaram no tempo e espaço de Francisco Beltrão, como já demonstrou Mondardo (2009) em seus estudos sobre os processos multidimensionais da des-re-territorialização dos migrantes gaúchos para o Sudoeste do Paraná. Com o estabelecimento de migrantes gaúchos no território paranaense, observa-se um estreitamento das redes de sociabilidade entre Rio Grande do Sul e Paraná, já que muitos migrantes atraíam outros que vinham para a região Sudoeste do estado em busca de melhores condições de vida. O fluxo de migrantes gaúchos para o Paraná foi extremamente intenso, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, quando a população de Francisco Beltrão praticamente triplicou em função da CANGO.

Segundo Santos (1993), a colonização sempre reflete uma relação de poder, ou seja, é uma estratégia de dominação que, a partir de discursos ideológicos, são prometidas uma gama de vantagens para o sujeito sair de seu local de origem. Nesse aspecto, o autor reforça as frustrações vividas por migrantes gaúchos que foram aliciados pelos discursos do Estado para saírem do Rio Grande do Sul (a maioria do município de Tenente Portela, Noroeste do estado) rumo à Barra do Garças – MT (Oeste do estado), dentro do programa de colonização chamado *Canarana*. Estes migrantes enfrentaram falta de terras no Sul e partiram em busca das promessas feitas pelo Estado rumo ao Centro-Oeste. Tal fenômeno coletivo teve contornos subjetivos e objetivos porque havia uma ameaça concreta, a falta de terras e, ao mesmo tempo, alimentava o sonho de várias famílias de serem proprietárias de terras, que acreditavam ser facilmente adquiridas no Mato Grosso.

Da mesma forma, os gaúchos que se reterritorializaram no Paraná, partiam em grupos com suas famílias, vizinhos e amigos e, quando chegavam, buscavam a empresa colonizadora para adquirirem lotes em uma mesma área, onde geralmente trabalhavam em conjunto. Este fluxo migratório para o Oeste do Paraná se prolongou até o início da década de 1970. Depois disso, surgiram os chamados *gaúchos cansados*⁴⁵, que eram filhos de gaúchos

⁴⁵ Segundo Marcon (2009), o termo “gaúcho cansado” surgiu para designar, primeiramente, os tropeiros gaúchos que seguiam até São Paulo. Neste longo caminho, paravam em vários pontos para descansar e para engordar o gado.

nascidos em Santa Catarina e no Paraná que tiveram essa denominação como referência ao fato de terem nascido durante as pausas que os pais faziam nas suas viagens quando estavam buscando terras (SIMON, 2009).

Uma das características da ocupação territorial do Paraná é o processo desigual e descontínuo entre as diferentes regiões. Inicialmente, esta ocorreu por meio das missões jesuítas espanholas, no século XVI. Com a destruição das missões por bandeirantes paulistas, o território ficou isolado por vários anos. Somente a partir do Tratado de Tordesilhas e a divisão do país em capitanias hereditárias, é que se começou, de fato, um povoamento no litoral do Paraná. O estado pertenceu às capitanias hereditárias de São Vicente e Santo Amaro que, dentre as 15 capitanias constituídas, foram as únicas que prosperaram. Posteriormente, viriam a formar a capitania de São Paulo.

No ano de 1853, houve o desmembramento e o surgimento da Província do Paraná. Entretanto, o território paranaense passou por vários outros conflitos pela posse de terras, especialmente, no território do Contestado que era reivindicado juntamente com Santa Catarina. Somente em 1916, o problema de fronteira foi resolvido e a configuração territorial do Paraná adquiriu os contornos da atualidade (PADIS, 1981).

Podemos dizer que a constituição territorial do Paraná se processou por intermédio da construção de caminhos, trajetos feitos pelos mais diferentes ciclos de exploração econômica que iam desbravando o território, ao mesmo tempo em que muitas cidades iam sendo fundadas. Nesse sentido, temos processos espaço-temporais muito diferenciados de ocupação no estado do Paraná, o que contribui para uma heterogeneidade de múltiplos aspectos, desde econômicos até culturais. Para auxiliar neste entendimento, Konzen e Zapparoli (1990) elencaram os seis principais ciclos de exploração que contribuíram para o processo de ocupação:

- A) Escravo-indígena: esta fase de ocupação tem início com o estabelecimento de reduções jesuíticas espanholas no século XVI, especialmente, na região onde hoje estão localizadas as cidades de Paranaguá e Curitiba, com objetivo de catequização dos índios.
- B) Mineração: a partir do século XVI, tem-se uma busca constante pelo ouro, que segue até o início do século XX e, com isso, o surgimento dos primeiros povoados de origem portuguesa no litoral do Paraná.
- C) Tropeirismo: no início do século XVII, as tropas vinham do Rio Grande do Sul em direção à Sorocaba para comercialização de animais. À

medida que faziam paradas para descanso, tem-se o surgimento de importantes núcleos populacionais.

- D) Erva-mate: durante praticamente todo o século XIX, a erva-mate – planta originária do Paraná – foi a principal atividade econômica do estado e, a partir dela tem-se um desenvolvimento técnico, especialmente, do entorno de Curitiba, com a construção de estradas e a instalação de indústrias.
- E) Madeira: no período entre o final do século XIX e início do século XX, a madeira passou a fazer parte das exportações paranaenses, resultando na instalação de várias madeireiras, sobretudo na região Norte.
- F) Café: a partir da crise na exploração da erva-mate e o avanço da exploração da madeira, o café passou a ganhar importância na produção do estado. A cafeicultura foi predominante no Norte do Paraná, onde era quase uma extensão das lavouras paulistas.

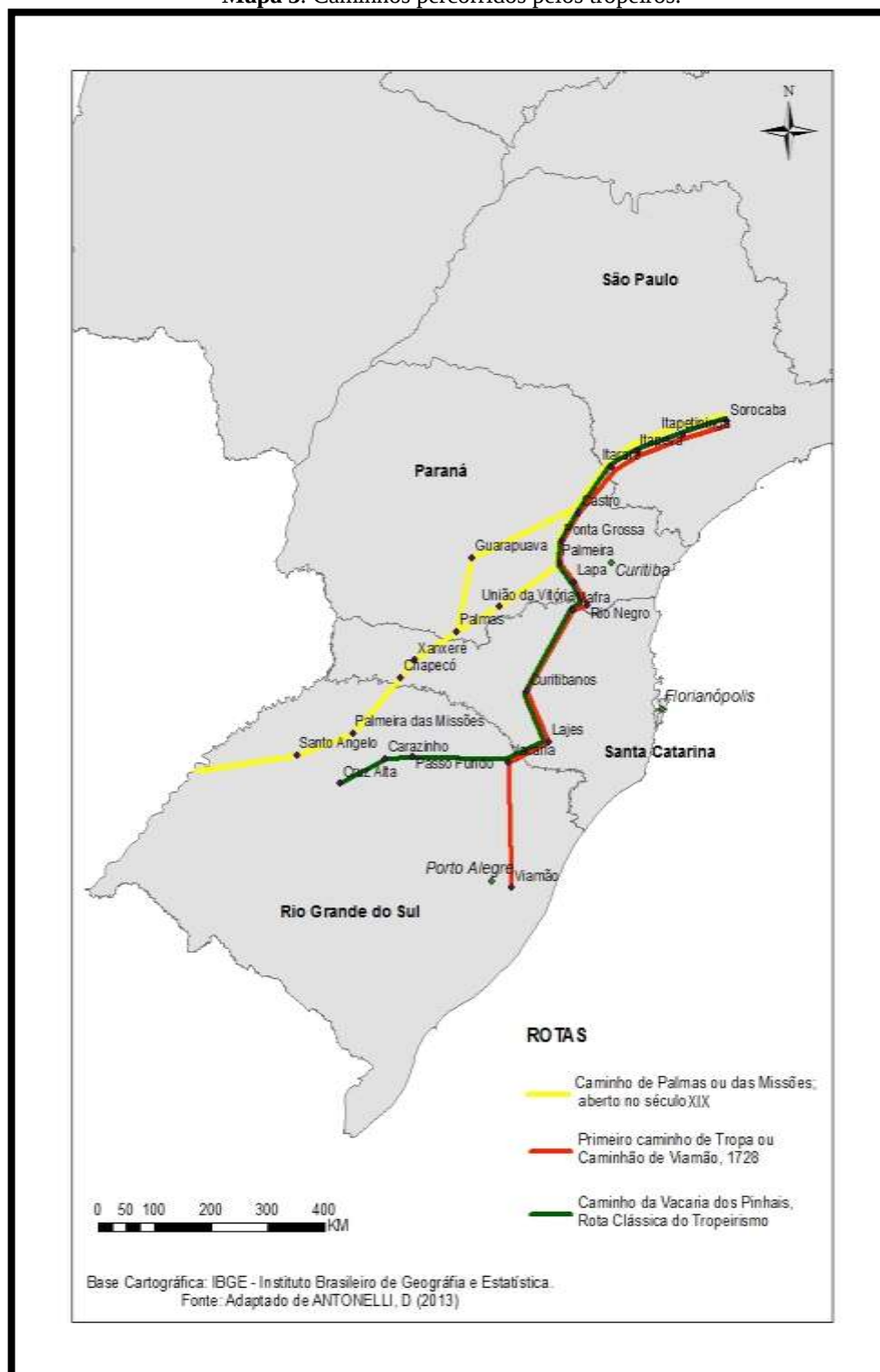
A partir da leitura de alguns estudiosos como Zatti (2013) e Mathias (2013), existem fortes indícios de que o ciclo do tropeirismo está intimamente vinculado à disseminação da cultura gaúcha no Paraná, enquanto ciclo do mate contribui para consolidar um dos símbolos culturais mais emblemáticos do Rio Grande do Sul e do Paraná. Segundo Antonelli (2013), o *Tropeirismo* se iniciou por volta de 1730 e teve seu auge até 1897, registrando neste período, o transporte de aproximadamente quatro milhões de muares do Rio Grande do Sul até a região de Sorocaba – SP.

Durante o longo percurso, várias fazendas, chamadas de *invernadas*, eram utilizadas para que os animais pudessem se alimentar e engordar, enquanto as tropas descansavam. No intervalo entre estas pausas, muitas cidades foram surgindo pelo caminho, como Castro, Curitiba, Ponta Grossa, Rio Negro e Lapa, localizadas no Paraná. Dentre os trajetos estabelecidos pela atividade tropeira na região Sul do Brasil, aqueles de maior relevância foram o Caminho do Viamão, o Caminho da Vacaria e o Caminho de Palmas ou das Missões (Mapa 3).

Frasson e Gomes (2013) ressaltam que além de sua atividade a que era destinado, no caso, conduzir a tropa, os tropeiros também eram negociantes e, em muitos casos, tinham que comprar e vender animais e outras mercadorias. Eram, acima de tudo, agentes culturais e quando da sua passagem pelos mais diferentes rincões do país disseminavam as novidades, as informações, ao mesmo tempo em que deixavam também alguns costumes, dialetos, elementos da gastronomia etc. Neste sentido, o tropeiro acabou sendo o personagem principal

para a integração territorial, sobretudo, entre os estados sulinos. De acordo com Zatti (2013), foi o tropeiro quem trouxe para o Paraná inúmeros termos de origem castelhana como churrasco, charque, rincão, chimango, estância etc.

Mapa 3. Caminhos percorridos pelos tropeiros.



Fonte: Antonelli (2013). **Adaptado por:** Tatiana Colasante (2014)

Mathias (2013) também aponta alguns elementos em comum entre Paraná e Rio Grande do Sul, como a atividade rural com a criação de gado nas estâncias, algumas palavras como piquete⁴⁶, *invernadas*, *guri* etc. Além disso, a ocupação do Sul do Brasil teve semelhanças na sua formação étnica: etnias indígenas, os conquistadores espanhóis e portugueses e, por fim, os imigrantes. Neste sentido, o autor enfatiza que pela proximidade histórica, econômica e cultural entre os estados sulinos, o Caminho das Tropas se constituiu em um corredor cultural, o qual denomina *zona dos birivas*⁴⁷ (Foto 3), caracterizado por ser *locus* de uma cultura com traços gaúchos e caipiras.

Foto 3. Biriva trajado para a domingueira.



Fonte: Zatti (2013, p. 95).

Para Zatti (2013, p. 84): “A pilcha do tropeiro paulista (biriva) é a indumentária típica do paranaense. Não há outro traje que possa melhor identificar o tingui”. O autor se refere ao tingui como o arquétipo do paranaense que desce culturalmente dos tropeiros de

⁴⁶ Pequeno potreiro, ao lado da casa, onde se põe ao pasto os animais utilizados diariamente (MATHIAS, 2013).

⁴⁷ Tropeiro sulista.

mulas xucas⁴⁸. Segundo o autor, as bombachas eram, no início, utilizadas para a atividade de cavalaria e não é uma indumentária exclusiva do Sul do país. Sua origem provável seria no Japão, mas há registros da sua utilização na Europa também. Uma das versões fala que os ingleses adquiriram as bombachas no Oriente Médio e entregaram aos exércitos da Tríplice Aliança durante a Guerra contra o Paraguai ou, pouco antes, pelo Uruguai.

Sabe-se, no entanto, que no Sul do Brasil, ela chegou através dos peões e, posteriormente, tornou-se a vestimenta típica também dos fazendeiros. Este tipo de calça podia ser extremamente larga ou mais apertada, dependendo da atividade a ser realizada, que demandava mais ou menos movimento por parte do peão/fazendeiro. Ao compararmos a vestimenta típica entre gaúchos e paranaenses, poucas diferenças são observadas. Excetuando que as bombachas paranaenses eram mais estreitas do que as gaúchas e que no Rio Grande do Sul havia uma rigorosidade maior com relação aos padrões das peças, de uma forma geral, a composição era a mesma.

Em tempos mais contemporâneos, podemos mencionar que no ano de 1989, foi aprovada a Lei nº 8.813, de 10 de janeiro de 1989 que oficializa a pilcha gaúcha como traje de honra e de uso preferencial para homens e mulheres no Rio Grande do Sul (Anexos 1 e 2). Reforça-se que a pilcha não pode ser descaracterizada, tendo que demonstrar autenticidade, elegância e sobriedade, conforme diretrizes do MTG (UNIVERSO CAMPEIRO, 2009).

De acordo com Straforini (2001), o declínio do Tropeirismo coincide com a implantação do sistema ferroviário no país na segunda metade do século XIX. As estradas de ferro acabaram dando uma maior fluidez no território brasileiro e superava amplamente a capacidade de transporte de carga dos muare. Entretanto, apesar de todo o dinamismo que a estrada de ferro oferecia, ainda não conseguia atingir todas as frentes de desenvolvimento e se limitava a alguns entroncamentos. Por isso, as mulas continuaram a ser utilizadas, principalmente, nos trabalhos internos de cafezais e canaviais, na preparação da terra e em alguns outros serviços de transporte, até os entroncamentos e as estações de embarque. Dessa maneira, o Tropeirismo se manteve ainda no século XX, apesar da extinção da feira de Sorocaba – SP, em 1897.

⁴⁸O movimento das tropas se processava basicamente por duas maneiras do manejo com os muare. As mulas soltas/xucas eram tocadas do Uruguai e do Rio Grande do Sul até Sorocaba. No caminho eram vendidas/trocadas. Já as tropas de mulas arreadas/mansas transportavam minério, principalmente, de Minas Gerais para o Rio de Janeiro e, por isso, necessitavam de animais mais facilmente domados (ZATTI, 2013).

Zatti (2013) ressalta que, no Paraná, o Tropeirismo ainda se estendeu até 1965. Com relação ao ciclo da erva-mate, destacamos que durante praticamente todo o século XIX, a comercialização desta planta foi a principal atividade econômica do Paraná. Milan e Santos (2014) explicam que os primeiros indícios da utilização da erva-mate foram encontrados no Peru. Sabe-se que os indígenas consumiam largamente a planta, através da infusão ou mascada, hábito observado em tribos como Guaranis e Caingangues que habitavam a região onde hoje se localiza o estado do Paraná. O costume se propagou entre os europeus colonizadores. Entretanto, esta prática não foi aceita de imediato nas Reduções Jesuítas no Paraná e no Paraguai, no início do século XVII. Os padres proibiram o uso alegando que a erva tinha poder alucinógeno e remetia ao diabo.

Ainda de acordo com Milan e Santos (2014), sem consumir a planta, os indígenas ficavam mais propensos ao uso de bebida alcoólica, o que prejudicava o desempenho no trabalho. Por conseguinte, os padres acabaram não só liberando o uso, mas também acatando esta prática. A partir da invasão dos bandeirantes nas reduções com a finalidade de escravizar índios, o hábito de tomar o mate se expandiu. Verificamos que a área de ocorrência da erva-mate (Mapa 4) coincide com a área de povoamento dos tupi-guaranis e possui uma ligação estreita com o Tropeirismo já que sua ocorrência se dá ao longo do percurso dos tropeiros, o que contribuiu para a sua disseminação pelos estados sulinos, sendo ainda amplamente consumido nos três estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

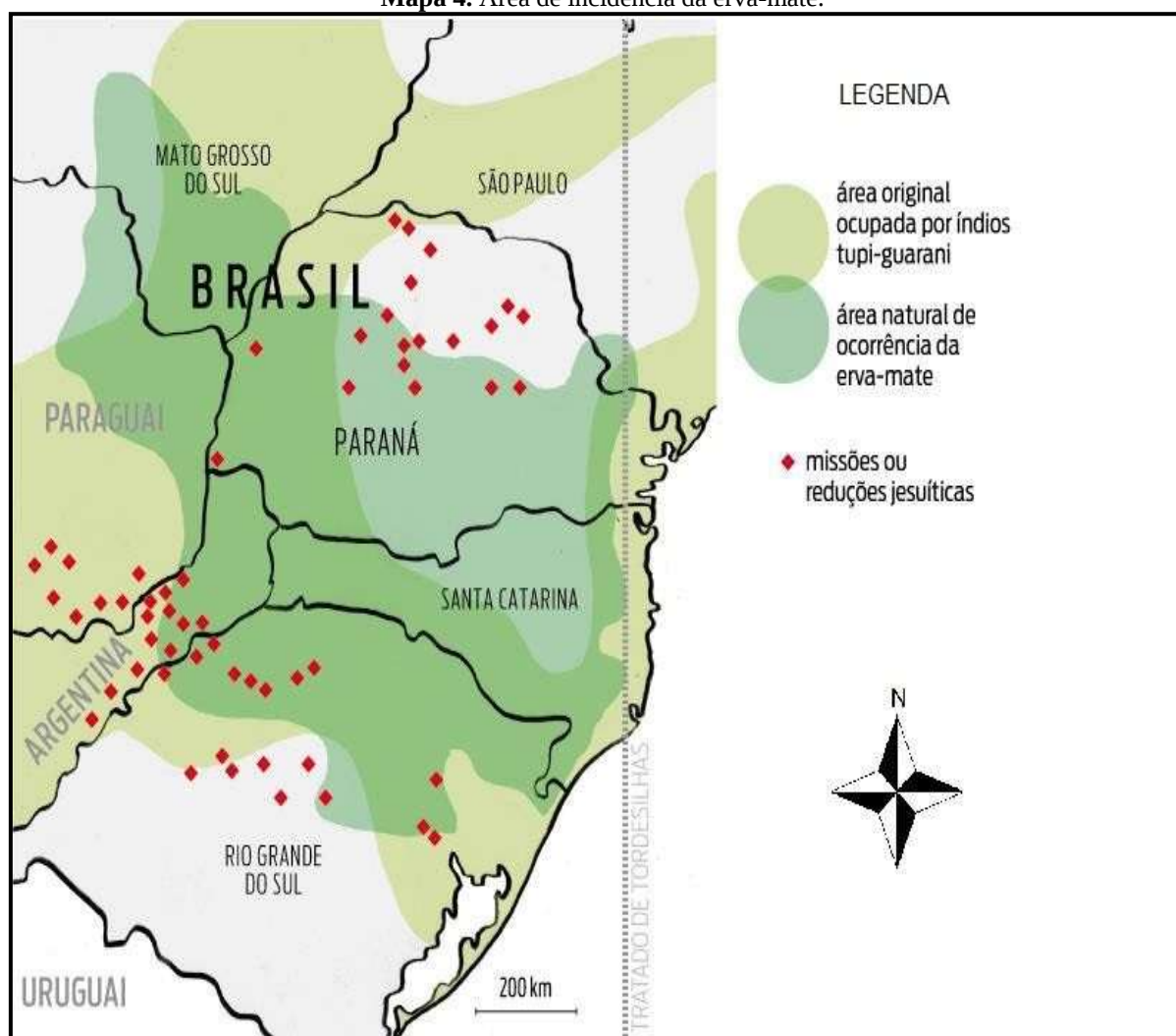
O médico e explorador alemão Robert Avé-Lallemant, em sua passagem pela então Província do Paraná, em 1858, assim como havia feito Saint-Hilaire em sua passagem pelo Rio Grande do Sul em 1820, fez as seguintes observações sobre o consumo do mate no Paraná:

Mate, mate e mais mate! Essa a senha do planalto, a senha das baixadas, na floresta e no campo. Distritos inteiros, aliás, províncias inteiras, onde a gente desperta com o mate, madraceia o dia com o mate e com o mate adormece. As mulheres entram em trabalho de parto e passam o tempo de resguardo sorvendo mate e o último olhar do moribundo cai certamente sobre o mate. É o mate a saudação da chegada, o símbolo da hospitalidade, o sinal da reconciliação. Tudo o que a nossa civilização se compreende como amor, amizade, estima e sacrifício, tudo o que é elevado e profundo e bom impulso da alma humana, do coração, tudo está entretecido e entrelaçado com o ato de preparar o mate, servi-lo e toma-lo em comum (AVÉ-LALLEMANT, 1998, p. 39)⁴⁹

⁴⁹ Texto original publicado como Sociologia do mate no Rio Grande do Sul e Paraná, no ano de 1858.

Com a evolução da sociedade e o aprimoramento dos meios de transporte, o homem do campo acabou deixando o cavalo e passou a utilizar o automóvel. Este fato contribuiu de certa forma para que houvesse uma decadência na utilização da indumentária típica gaúcha porque já não eram necessários todos os aparatos quando da lida com o campo. Neste aspecto, a criação dos CTGs se tornou um elemento fundamental para a preservação dos costumes destes antigos homens que habitavam o Sul do país.

Mapa 4. Área de incidência da erva-mate.



Fonte: Adaptado de Milan e Santos (2014, s.p.). Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-erva-mate/>>. Acesso em 10 ago. 2014. **Organizado por:** Tatiana Colasante (2015).

No Paraná, o primeiro CTG fundado foi o “Vila Velha” de Ponta Grossa, seguido do “20 de setembro” de Curitiba (ZATTI, 2013). Com relação ao mate, observamos que está

enraizado à cultura tanto gaúcha quanto paranaense ainda nos dias de hoje e que, contrariamente às pilchas, que são mais utilizadas em algumas atividades do CTG, o consumo do mate não está vinculado à participação no CTG, pelo contrário, muitas pessoas rotineiramente fazem uso do mate, ou seja, trazem este hábito para dentro de sua casa e/ou trabalho.

Ainda sobre o Paraná, observamos uma forte coesão simbólica do estado com o Rio Grande do Sul e facilmente nos deparamos com situações que ressaltam esse vínculo, seja na participação efetiva de paranaenses em CTGs (utilizando, inclusive, a pilcha) ou até mesmo em ambientes virtuais, como no caso de uma página do *Facebook* criada em 14 de maio de 2013, chamada Gaúcho Paranaense⁵⁰. Como justificativa para a sua criação, seus administradores postaram a seguinte informação:

Esta página tem o propósito de **valorizar a cultura campeira existente no Paraná, conhecida como cultura gaúcha** ou gaucha (em castelhano) e que se formou ao longo da história pela integração dos povos habitantes da região Sul, Uruguai e Argentina [...] O termo gaúcho ou gaucho (em castelhano) deve ser empregado em seu verdadeiro sentido histórico-cultural, como forma de expressar um estilo de vida do próprio campeiro, não somente através de mitos e lendas. E, acima de tudo, devemos valorizar os símbolos paranaenses e nossa própria história, primando pela integração das demais regiões formadas pelo povo gaúcho (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina). (GAÚCHO PARANAENSE, 2013, s.p., grifo nosso)

Nela, encontramos diversos comentários de paranaenses que se posicionam a favor do separatismo, ou seja, de constituir os estados do Sul como independentes do restante do país, demonstrando a forte coesão dessa cultura gaúcha que é fortemente expansionista. Além disso, várias imagens (Figura 15) também reforçam essa concepção separatista e enaltecem o gaúcho paranaense. Nesse sentido, destacamos a criação do Movimento “O Sul é o meu país” criado em 1992 após o 2º Congresso Separatista, ocorrido em Laguna-SC, no mesmo ano e tem como bases inspiradoras outros levantes separatistas sulinos, como a Revolução Farroupilha.

Atualmente, o movimento possui sede em Curitiba-PR e conta com representações em aproximadamente 800 municípios dos três estados sulinos, além de cerca de 30 mil filiados. A organização é mantida por doações dos seus diretores e mensalidades de

⁵⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Ga%C3%BAcho-Paranaense/154352554746129?fref=ts>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

algumas dezenas de filiados. Uma das pretensões do Movimento é a realização de um plebiscito para a criação do novo país (MOSER, 2012).

Figura 15. À esquerda, notamos uma articulação intercultural: bandeira do Paraná estendida ao lado de uma figura que remete ao gaúcho. À direita, um mapa de caráter separatista, demonstrando a integração dos estados do Sul.



Fonte: Página Gaúcho Paranaense (2015). Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Gaúcho-Paranaense/154352554746129?fref=ts>>. Acesso em 27 jun. 2015.

Retomando as discussões sobre os vínculos estreitos entre Paraná e Rio Grande do Sul, destacamos que a Lei nº 15407, de 15 de janeiro de 2007, do estado do Paraná, reconhece o Rodeio Crioulo como evento esportivo cultural oficial no estado.

Art. 1º Os rodeios crioulos, em suas modalidades artística, cultural, campeira e esportiva, promovidos pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná e por entidades a ele associadas e realizados com estrita observância às normas da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, se constituem em eventos esportivo-culturais, sem fins econômicos e de caráter oficial no Estado do Paraná. (PARANÁ, 2007, s. p.).

Entretanto, a Lei nº 11.719, de 07 de janeiro 2002, do Rio Grande do Sul já havia instituído o Rodeio Crioulo como um dos componentes da cultura popular sul-rio-grandense. Em 2006, a Lei sofreu algumas sanções que foram aprovadas e agora quem rege estas disposições é a Lei nº 12.567, de 13 de julho de 2006, que define o Rodeio Crioulo como um evento, no qual os participantes se envolvem “[...] nas atividades de montaria, provas de laço, gineteadas, pealo, chasque, cura de terneiro, provas de rédeas e outras provas típicas da tradição gaúcha nas quais são avaliadas a habilidade do homem e o desempenho do animal (RIO GRANDE DO SUL, 2006, s.p.).

Outra observação interessante é com relação às comemorações do Dia do Gaúcho, instituído no Rio Grande do Sul pela Lei nº 9.405 de 25 de outubro de 1991, como sendo o dia 20 de setembro, em virtude das comemorações da Semana Farroupilha. A questão é que o Art. 4º da Lei nº 15407, de 15 de janeiro de 2007 do estado do Paraná também institui o dia 20 de setembro como o Dia do Gaúcho Paranaense, reconhecendo-se como um dos trajes oficiais, para fins de cerimonial e eventos sociais em geral, a indumentária descrita no Manual de Pilchas da CBTG.

Temos, portanto, uma apropriação da cultura gaúcha por parte dos paranaenses e que acaba sendo formalizada através de Leis estaduais que efetivam a exaltação ao tradicionalismo gaúcho no Paraná. Nesse sentido, o Estado atua como aparelho de produção simbólica, pois, exerce seu poder para instituir determinados elementos culturais como sendo oficiais. Entretanto, no que tange o estado do Paraná, oficializar tradições é algo que enxergamos como incoerente, já que sua formação territorial se processou através de dinâmicas distintas em suas várias regiões, conferindo especificidades, sobretudo, nos elementos culturais, cujas multiplicidades não podem ser renegadas quando pensamos em uma formalização da cultura por parte do Estado.

2.6 Paranaúchos: paranaenses de bombachas

Para compreender melhor as razões pelas quais tantos paranaenses cultuam o tradicionalismo gaúcho, realizamos entrevistas com os *paranaúchos* que frequentam ou frequentavam os CTGs Rincão Verde, de Maringá e Rincão Sulino, de Londrina, no início do 2º semestre de 2016. As entrevistas em Maringá foram realizadas dentro do próprio CTG, em um dia em que o grupo da dança veterana realizava seus ensaios para a competição no Rodeio Artístico da Integração⁵¹ em Quedas do Iguaçu, Sudoeste do estado (16ª RT). Nesse ponto, foi interessante verificar o entrosamento entre os gaúchos e os *paranaúchos* que tinham grande familiaridade com a dança e, devidamente pilchados, não se podia fazer distinção entre eles.

⁵¹ Nessa competição, que envolve todos os CTGs do Estado, os ganhadores ganham pontos e são classificados para a participação do maior evento tradicionalista do Paraná, o Fepart (Festival Paranaense de Arte e Tradição). O CTG Rincão Verde conseguiu o 2º lugar na categoria de grupo Danças Tradicionais Veterano e 2º lugar na categoria casal nas danças gaúchas de salão (Categoria xiru, acima de 50 anos). O CTG Rincão Sulino de Londrina não participou.

Todos eram naquele momento, tradicionalistas representando, com orgulho, o CTG e, consequentemente, a cultura gaúcha (Foto 4).

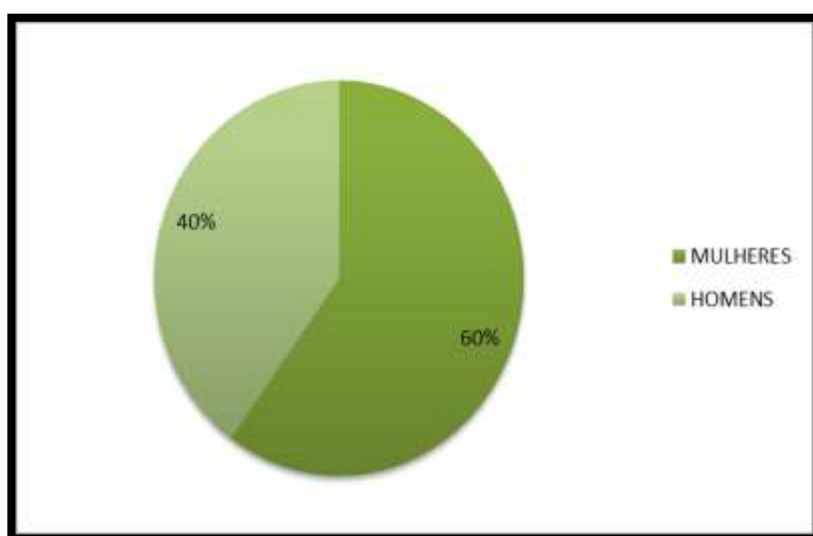
Foto 4. Ensaio de dança gaúcha no CTG Rincão Verde de Maringá-PR.



Fonte: Tatiana Colasante (2016)

O ensaio durou aproximadamente 3 horas, com dois pequenos intervalos de 5 minutos para que os participantes pudessem tomar água ou chimarrão (sempre presente nos ensaios). Vale destacar o grande empenho dos envolvidos que não mediram esforços para repetir as extensas coreografias até chegarem à perfeição. O casal de instrutores é formado por um rapaz nascido em Guarapuava, localizada no Centro-Sul paranaense e uma moça, nascida em Campo Mourão, localizada no Centro-Oeste do Paraná. Foram feitas cinco entrevistas com o grupo de danças, entre homens e mulheres (Gráfico 3), de forma aleatória, conforme iam se voluntariando para a participação na pesquisa. Os contatos foram conseguidos através do próprio CTG.

Gráfico 3. Relação gênero/quantidade nos entrevistados de Maringá-PR.

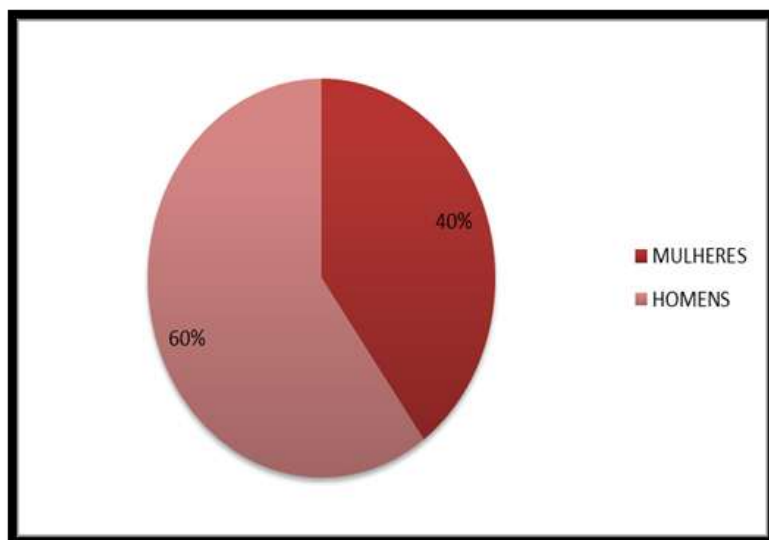


Fonte: Pesquisa em campo (2016). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

Em Londrina, o CTG não conta mais com as danças tradicionais, somente com as atividades campeiras. Assim, as entrevistas tiveram que ser feitas em diferentes dias e locais, de acordo com a disponibilidade dos sujeitos. A maioria dos contatos foi obtida via internet, na página do *Facebook* do CTG Rincão Sulino e outros a partir de pessoas conhecidas da pesquisadora que indicaram paranaenses que frequentavam o CTG. Da mesma forma como em Maringá, foram feitas cinco entrevistas (Gráfico 4), com ambos os gêneros. Em quase todas as falas de Londrina, foi possível notar certo desapontamento pelo CTG não estar mais tão ativo, já que as festas estão cada vez mais escassas e os grupos artísticos não mais existem.

Para buscarmos as motivações pelas quais tantos paranaenses se envolvem com a cultura gaúcha, inicialmente, investigamos os vínculos familiares dos entrevistados, já que a família e os amigos se constituem em uma *socialização primária* na vida dos sujeitos, responsáveis também pelos seus valores sociais, como indicam Berger e Luckmann (2003) e se constituem em referências essenciais para a formação das identidades dos sujeitos. Em um primeiro momento, indagamos sobre a existência de familiares ou amigos que residem no Rio Grande do Sul. Visto que se trata de uma cultura tradicionalista, voltada para passar de geração a geração, seria interessante verificar se o interesse dos *paranaúchos* pela cultura gaúcha se explica por esse viés.

Gráfico 4. Relação gênero/quantidade nos entrevistados de Londrina-PR.



Fonte: Pesquisa de campo (2016). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

Em Londrina, nenhum dos entrevistados possui parentes que nasceram no Rio Grande do Sul. Em Maringá, a Sra. Mariana e a Sra. Marlucia afirmaram que têm parentes, mas por parte dos maridos. Já o Sr. Leonardo, possui dois irmãos que residem no Rio Grande do Sul, embora tenham nascido no Paraná. Por fim, a Sra. Melissa, que também é uma das instrutoras do grupo de dança do CTG, afirmou que o avô materno, já falecido, nasceu no Rio Grande do Sul. Entretanto, todos os entrevistados afirmaram que em seu convívio social possuem amigos com sujeitos nascidos no Rio Grande do Sul, principalmente, através dos CTGs.

Nossa segunda hipótese para a influência da cultura gaúcha na vida desses *paranaúchos* seria pela vivência em território sul-rio-grandense. Dessa forma, buscamos saber a trajetória migratória desses sujeitos para verificar se tinham morado em outros estados e, com isso, poderiam ter assimilado a cultura gaúcha. Verificamos que a maioria transitou pelo próprio estado do Paraná (Quadro 5), mas em regiões consideradas tradicionalistas do ponto de vista da influência gaúcha, como o Sr. Gabriel, instrutor de dança do CTG Rincão Verde de Maringá, que nasceu em Guarapuava, município do Centro-Sul paranaense que está intimamente relacionado ao Tropeirismo e tem uma forte cultura gaúcha. Outros municípios apontados pelos nossos entrevistados, excetuando-se Maceió-AL e Redenção-PA, também contam com a presença de CTGs.

Quadro 5. Trajetória migratória dos *paranaúchos*.

Municípios que morou antes de residir em Maringá	
Mariana, natural de Vera Cruz-PR	Cascavel – PR Umuarama-PR
Marlúcia, natural de Arapongas-PR	Arapongas-PR Campo Mourão-PR
Melissa, natural de Campo Mourão-PR	Curitiba-PR Guarapuava-PR Pitanga-PR Campo Mourão-PR Cuiabá- MT Redenção-PA
Leonardo, natural de Maringá-PR	Maceió-AL Brasília-DF
Gabriel, natural de Guarapuava-PR	Guarapuava-PR
Municípios que morou antes de residir em Londrina	
Cássio, natural de Londrina-PR	-
Bianca, natural de Londrina-PR	-
Alice, natural de Londrina-PR	-
Rômulo, natural de Londrina-PR	Alta Floresta-MT
Antônio, natural de Londrina-PR	-

Fonte: Pesquisa de campo (2016). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

Alguns entrevistados afirmaram que frequentavam o CTG em outros municípios quando lá residiam, como é o caso do Sr. Rômulo que frequentava o CTG de Alta Floresta, o Sr. Gabriel que frequentava o CTG Chaleira Preta, de Guarapuava, a Sra. Melissa, que frequentava o CTG de Campo Mourão, onde teve o primeiro contato com a cultura gaúcha, assim como o Sr. Leonardo que participava do CTG Estância Gaúcha, em Brasília quando lá residia e também teve seu contato inicial com a cultura gaúcha. Assim, em alguns casos é possível notar que os territórios de transição se tornaram importantes para a formação de uma identidade gaúcha para estes paranaenses que frequentavam o CTG anteriormente e trouxeram esse hábito para Maringá e/ou Londrina.

[Pergunta: Como surgiu o interesse pela cultura gaúcha?]

Foi influência do meu marido [...]. A gente se casou, ele já participava [do CTG], aí foi onde eu conheci o CTG (Mariana, 32 anos, casada, auxiliar de departamento pessoal e residente em Maringá-PR).

Comecei vindo com meu filho. Ele começou a dançar chula e a gente [ela e o marido] começou a vir no CTG para acompanhar ele (Marlúcia, 54 anos, casada, bancária e residente em Maringá-PR).

A princípio, minha esposa gostava muito de dançar e eu era meio “duro”. Para o homem já é mais difícil a dança. Para a mulher parece que já “tá no sangue”. Então era um negócio muito difícil porque ela queria sair pra dançar, eu não conseguia, não se adaptava, aí mais ou menos uns 26 anos atrás, tive meu primeiro contato com a dança gaúcha. Recebi o convite de um primo [...] pra ir num baile gaúcho. Gostei muito, só que depois desse período eu fiquei muitos anos sem participar. Depois

minha esposa continuou insistindo (Leonardo, 55 anos, casado, corretor e residente em Maringá-PR).

Os meus pais se conheceram dançando. A minha mãe é paranaense, meu pai também é paranaense e, na juventude, eles foram participar do CTG. Lógico que minha mãe já tinha um pouco de contato por causa do meu avô [nascido no Rio Grande do Sul], ele tocava acordeon. Então minha mãe já tinha contato com a música gaúcha e meu pai não é tradicionalista. Os dois começaram a dançar a *invernada*, se conheceram, gostaram e casaram e aí a gente já foi criado nesse meio. Então desde que eu era pequena, fui levada a frequentar o CTG e aí foi né? Minha irmã hoje em dia trabalha no CTG. Meu irmão não mora no Brasil. E aí eu conheci meu noivo dançando. Ele é de Guarapuava e a gente foi participar de uma competição e a gente se conheceu e hoje em dia a gente tá junto (Melissa, 33 anos, solteira, fisioterapeuta e residente em Maringá-PR).

Fui chamado através do *Rotary Club*. Eles tinham lá em Guarapuava uma iniciativa em parceria com o CTG Chaleira Preta e foi através do meu padrasto. Ele fazia parte do *Rotary*, o pessoal do CTG entrou em contato com o pessoal do *Rotary* e, por esse intermédio, eu acabei entrando no CTG Chaleira Preta no ano de 1999 e, desde então, atuava nessa mesma entidade até 2004. Aí nos anos 2005, 2006, 2007, eu fiquei afastado. De 2008 até 2010 voltei pro Chaleira e agora já estou aqui em Maringá há 5 anos (Gabriel, 25 anos, solteiro, estudante de Arquitetura e residente em Maringá-PR).

Apesar dos diferentes motivos que levaram esses sujeitos a se interessarem pela cultura gaúcha, é possível perceber que o elemento “dança” está presente em quase todas as respostas dos *paranaúchos* de Maringá. Em Londrina, também encontramos similaridades nas respostas dos entrevistados. Nesse aspecto, a dança gaúcha representa um forte *código cultural* do Rio Grande do Sul e é um dispositivo fundamental de inserção dos *paranaúchos* na rede de tradições gaúchas no Paraná. A dança acaba extravasando o simples ato de se movimentar de forma compassada a partir de um ritmo, mas expressa para esses sujeitos, todo o tradicionalismo e, com eles, valores sociais inerentes à cultura gaúcha, como a família e a religiosidade. Nos CTGs, as danças são importantes elementos de sociabilidade, atraindo sujeitos de todas as idades e culturas quando ocorrem os bailes, mas também são envolvidas em um conjunto de regras e formalidade quando praticadas nos campeonatos.

[Pergunta: Como surgiu o interesse pela cultura gaúcha?]

Através de meu avô que, por curiosidade, não possuía vínculo com o Rio Grande do Sul. A inserção no CTG acarretou em uma série de atividades ligadas à cultura gaúcha, como participação no grupo de danças do CTG e em grupos musicais de música gaúcha (Antônio, 31 anos, casado, servidor público e residente em Londrina-PR).

Não houve influência de gaúchos, mas um vizinho viu que o CTG da nossa cidade iria abrir aulas para dança de salão e convidou nossa família para ir junto com a família dele conhecer o CTG (Bianca, 20 anos, solteira, analista de licitações e residente em Londrina-PR).

Meu pai é paulista e minha mãe londrinense. Minha mãe sempre gostou de dançar e meu pai nunca foi fã disso e minha mãe me incentivou a dançar com ela pra sair com ela pra sair. E nessas idas e voltas, a gente foi no CTG em um churrasco que teve e teve uma apresentação de dança, que era sapateado, eu olhei, gostei e de um dia para o outro, eu fui lá, conversei com o pessoal que participava do grupo e comecei a ir aos poucos e, desde 2005 que eu estou lá, que eu participo (Cássio, 24 anos, solteiro, estudante de Agronomia e residente em Londrina).

Com isso, identificamos que os CTGs buscam ter um cuidado especial com as danças, angariando sempre novos participantes e formando equipes comprometidas com os valores tradicionais para que a entidade ganhe prestígio através de premiações e reconhecimento estadual/nacional nos diversos eventos relacionados à modalidade. O Rincão Sulino de Londrina teve um papel importante para a inserção dos *paranaúchos* nessa rede de tradições, como observamos, através da dança. No entanto, nos últimos anos, não tem formado mais grupos. Já no Rincão Verde, a dança é um elemento de destaque atualmente. O sentido das *invernadas artísticas* perpassa o “saber dançar” e busca reproduzir uma tradição secular pautada, especialmente, no orgulho da história do Rio Grande do Sul.

Importante enfatizar também que a dança gaúcha acaba sendo algo diferente do ponto de vista cultural no Norte do Paraná, pois, nessa região não existem elementos específicos de caráter simbólico que possamos comparar com esse tipo de manifestação. A dança tradicional paranaense acaba sendo relegada à região litorânea do estado, onde se destaca o *fandango caiçara*, uma das manifestações folclóricas mais antigas do país e que se estende também para o litoral de São Paulo e é considerado um bem imaterial cultural registrado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No entanto, essa dança não é reproduzida no Norte do estado.

Ainda com relação a esse aspecto, foi possível identificar que alguns paranaenses mal sabem o significado dos simbolismos existentes na dança gaúcha e acabam fazendo aulas de dança mais como uma diversão do que um apego à cultura gaúcha. Uma das participantes do CTG de Maringá, inclusive, relatou que começou a dança há pouco tempo por indicação de um médico para se tratar de uma depressão. Somente com o passar do tempo é que começam a se comprometer e a entender o significado de representar o tradicionalismo gaúcho, como explicou um dos instrutores de dança. Isso, provavelmente, não ocorre em CTGs do Rio Grande do Sul, onde os participantes já têm a vivência da cultura e um sentimento de amor a terra desde a infância, através de seus laços sociais, ou seja, dentro da *socialização primária*, algo que os *paranaúchos* têm que aprender e assimilar. Ademais, dos nossos dez

entrevistados, somente três já estiveram no Rio Grande do Sul. Os que nunca foram para lá, enfatizam que é um sonho conhecer aquele estado. Assim, todo o conhecimento da cultura gaúcha que adquirem é via contato com outros gaúchos ou pessoas que conhecem bem a cultura, como o caso dos instrutores de dança.

Em vista disto, a dança acaba se tornando um elemento central para a difusão da cultura gaúcha, ao mesmo tempo em que aproxima gaúchos e *paranaúchos*, estreitando os laços sociais dos envolvidos e possibilitando uma troca cultural, como pudemos perceber nos relatos em que os entrevistados comentam o hábito de tomar chimarrão ou ouvir música nativista, que surgiu a partir do contato com o CTG e que foi incorporado ao seu cotidiano. Um dos entrevistados, o Sr. Cássio, residente em Londrina-PR, relata que além do chimarrão, também costuma utilizar a indumentária típica gaúcha no seu cotidiano, como as alpargatas (calçado parecido com uma sapatilha) e a pala (espécie de poncho). Segundo ele, além de achar elegante a vestimenta gaúcha, se orgulha em mostrar um pouco a tradição do Rio Grande do Sul no Paraná e diz não se importar com os olhares de curiosos quando sai pelas ruas.

Muito além disso, a ação desses *paranaúchos* se constitui em um dos *trunfos do poder* do CTG Rincão Verde, de Maringá, já que esses sujeitos são importantes elementos que contém a informação e a circulação, agregando novos sujeitos à entidade a partir de convites feitos a outros amigos e/ou familiares, difundindo a cultura gaúcha no seu círculo social, contribuindo assim, para ampliar a territorialidade gaúcha no Norte do Paraná. De acordo com os entrevistados, aproximadamente 90% dos participantes das *invernadas* é composta de paranaenses, o que amplia a sua importância perante o tradicionalismo gaúcho porque são eles que, mesmo não tendo vivenciando a cultura gaúcha, do ponto de vista territorial, conseguem passar para outros sujeitos, os ideais tradicionalistas e perpetuar a tradição. Conforme as respostas dadas pelos entrevistados, todos eles já convidaram algum membro da família e/ou amigos para participarem do CTG, ou seja, de fato, a participação de *paranaúchos* no CTGs contribui para a ampliação da rede de tradições gaúchas no Paraná.

Diferente de Maringá, onde existe somente a *inverno artística veterana* (participantes com idade igual ou superior a 30 anos), em Londrina, apesar de hoje não existir mais a parte artística, identificamos um grupo de jovens que participava da categoria juvenil (até 17 anos) e Adulta (até 30 anos). O Sr. Rômulo, de 32 anos, relata que participa do CTG

há 10 anos; o Sr. Antônio, de 31 anos, participa há 18 anos; a Sra. Alice, de 31 anos, participa há 6 anos; a Sra. Bianca, de 20 anos, participa há 13 anos e o Sr. Cássio, 24 anos, frequenta há 11 anos, ou seja, são sujeitos que começaram a frequentar o CTG muito jovens, alguns ainda eram crianças, trazidos pelas famílias. Os entrevistados relatam duas versões que explicam a extinção do grupo de dança de Londrina. A primeira, por falta de empenho da direção do CTG e a outra ligada aos próprios participantes que começaram a desistir ou acabam se mudando de Londrina.

No CTG de Maringá, os instrutores de dança relatam a falta de interesse dos jovens em participar da entidade. Inclusive, a Sra. Melissa, que é uma das instrutoras, ressalta que do Norte do Paraná, o CTG de Maringá é o único que tem a parte artística, os outros só têm a atividade campeira ou não tem nada: “[...] só ficam fazendo jantares [...]. Isso não é necessariamente parte da cultura porque vira comércio, as pessoas vão mais pra comer, sem saber porque elas estão lá, sem objetivo”. Ainda segundo o relato dessa entrevistada, existem muitas dificuldades de se manter as atividades culturais no CTG:

[...] a região Norte, é muito difícil de manter [a tradição gaúcha]. Na verdade, o que mantém o CTG é a parte campeira e artística e nós somos despesa pra entidade, porque a gente precisa viajar. Então, todo CTG vai falar que artística e campeira é despesa. A gente tem que promover evento, vender rifa, tudo mais pra ter subsídios para que o CTG não tenha que bancar tudo porque se tiver que bancar, o CTG vai acabar. Então é um trabalho difícil, é mais por amor mesmo do que por reconhecimento, por ganhar dinheiro e tudo mais. Então a gente leva muito “tapa na cara”, muita dificuldade. Se aqui na região Norte a gente dependesse da ajuda de outros já tinha acabado. A gente tem que correr atrás de dançarino, tem muito estudante, então eles vêm e vão embora. Forma e vai embora. Então quando você acha que tem um grupo de dança, vão embora e você não tem mais ninguém. Por isso que uma época eu só tinha a [invernada] adulta, agora eu só tenho a veterana [...]. A importância [de se ter um CTG no Norte do Paraná] é para a gente tentar manter a cultura, mas se a gente não batalhar, ele [CTG] já tinha acabado.

Sobre a frequência com que esses *paranaúchos* participam do CTG, os entrevistados de Maringá, por estarem envolvidos com o grupo de dança, costumam frequentar o CTG ao menos duas vezes por semana para os ensaios. Fora isso, participam de todas as festas que o CTG promove (somente as festas próprias da entidade e não as que são realizadas por terceiros) e ajudam na organização dos eventos. Uma das entrevistadas, além dessas atividades mencionadas, ainda é vice-diretora artística do CTG. Já os entrevistados de Londrina, na época em que existia o grupo de danças, relatam que frequentavam cerca de duas vezes por semana o CTG. Com a extinção do grupo, a participação diminuiu e três dos entrevistados afirmam que frequentam o CTG apenas em dias de festas, ou seja,

aproximadamente duas ou três vezes por ano. Outros dois afirmam que frequentam cerca de duas vezes por mês.

No tocante à questão do preconceito pelo fato de frequentarem ativamente os CTGs e não terem nascido no Rio Grande do Sul, todos os entrevistados afirmaram que não sofreram nenhum tipo, pelo contrário. Foram muito bem acolhidos pelas entidades. No entanto, alguns entrevistados comentaram que as pessoas, algumas vezes, fazem certo tipo de piada ou brincadeira sobre isso, mas que não os incomoda. Somente um deles comentou que sentiu um pouco de preconceito:

Algumas vezes sim. Certa vez diziam que não éramos gaúchos “legítimos” por não termos nascidos no Rio Grande do Sul. Porém, tenho a visão que gaúcho não é apenas aquele que nasce no Rio Grande do Sul, pois é uma questão de identidade. Tanto que as pessoas que habitam os pampas uruguaios e argentinos são chamados de gaúchos (Antônio, 31 anos, casado, servidor público e residente em Londrina-PR).

Preconceito não, mas “tiração” de sarro. Isso tem muito. Creio eu, pela influência paulista que tem aqui, é absurdo. Até meus amigos mais íntimos, que vão em casa, nenhum participa do CTG e todos eles tiram sarro. Por eu estar há 11 anos no CTG, eu tenho costume de usar alpargata, que é calçado gaúcho, pala, que é tipo uma manta gaúcha para o frio...e é costume usar isso. Tenho que aguentar isso. Mas nunca é de uma forma ofensiva (Cássio, 24 anos, solteiro, estudante de Agronomia e residente em Londrina-PR).

Olha, eu e minha esposa, além da dança de dupla, nós dançamos dança de salão e participamos de campeonatos. O ano passado, eu trouxe dois troféus. Eu fui 3º do PR em dança de salão. Então, a única brincadeira...meus dois irmãos que moram lá [no Rio Grande do Sul] falam assim: “você é mais gaúcho do que a gente”. Então deles, propriamente dos gaúchos, não. Há muita brincadeira do pessoal daqui, pela roupa que a gente veste, tem umas brincadeiras lá (Leonardo, 55 anos, casado, corretor e residente em Maringá-PR).

Na verdade, o pessoal acha interessante a gente, por ser jovem, participar da cultura e tudo mais. Nunca tive essa questão de preconceito. Como os gaúchos que eu conheço aqui, geralmente frequentam o CTG, a gente não tem esse problema. Porque geralmente quem nasceu no Rio Grande do Sul e não cultivava a tradição lá, fica meio assim [ressabiado]. Mas eu nunca tive nenhum problema (Melissa, 33 anos, solteira, fisioterapeuta e residente em Maringá-PR).

Além dos CTGs, existem outras formas de socialização entre gaúchos e *paranaúchos* com a finalidade de cultuar o tradicionalismo. Nesse sentido, destacamos o papel dos microterritórios que atuam como importantes elementos de constituição espacial e “condutores” de *códigos culturais* com a ampliação das territorialidades gaúchas por diversos territórios. Em Maringá, os *paranaúchos* envolvidos no grupo de dança criaram estreitos laços de amizade e costumam, em seu convívio, realizar frequentemente encontros nas residências

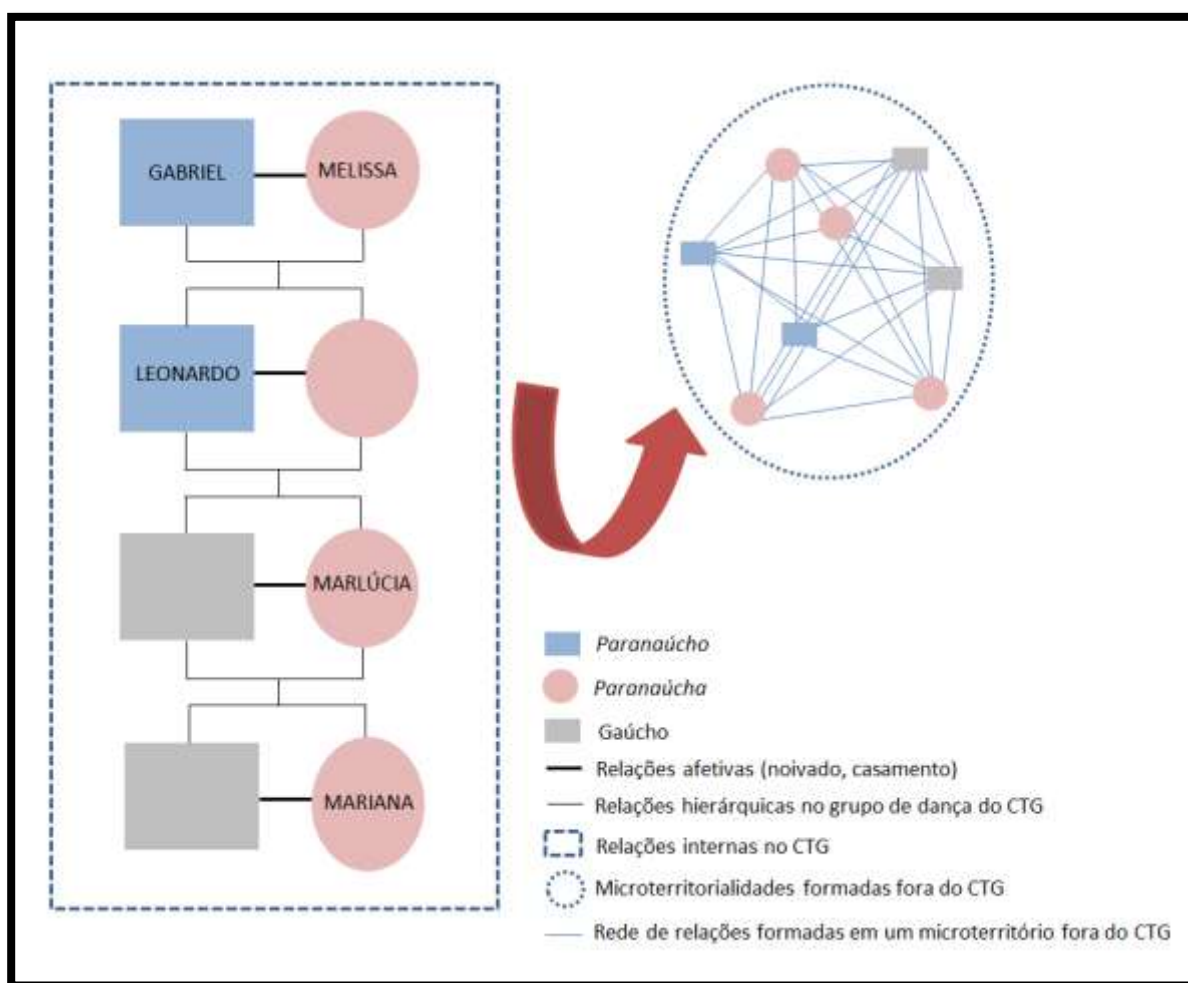
dos participantes. O churrasco e o chimarrão estão sempre presentes. Lá, ouvem música gaúcha e assistem competições de outros CTGs pela internet e a própria cultura gaúcha passa a ser um assunto recorrente nesses dias de entrosamento. Do mesmo modo, muitos participam de outro grupo de dança de salão gaúcha, que se reúne em uma Igreja de Maringá e, com isso, criam novas (micro) territorialidades, conferindo uma configuração *policêntrica* à territorialidade gaúcha-maringaense.

Já em Londrina, 80% dos entrevistados relatou que, excetuando o CTG, não costuma se reunir em outros locais para cultivar a tradição gaúcha. O Sr. Antônio informou que prestigia apresentações culturais/shows de artistas gaúchos em teatros e festivais, além de rodeios que ocorrem fora do CTG. A Sra. Bianca reclama que Londrina é muito limitada em relação à cultura gaúcha e, com isso, fora o CTG não existem outros espaços voltados ao tradicionalismo. Assim, os microterritórios criados pelos *paranaúchos* que se formam além do CTG, são menos intensos em Londrina do que em Maringá, que conta com diferentes pontos na rede e que mantêm relação entre si e se conectam a outros pontos, dando uma dimensão mais ampliada da territorialidade desses sujeitos que se conectam a vários (micro) territórios a fim de cultivar a tradição gaúcha e em cada um desses espaços, a territorialidade se processa de forma diferenciada, ora criada em função de competições ora criada em função de lazer.

No esboço a seguir (Figura 16), conseguimos visualizar melhor as diferentes territorialidades constituídas a partir das relações sociais dos entrevistados de Maringá. Dentro do CTG, o que dominam são as relações estabelecidas a partir de *práticas performativas*⁵², no caso, a dança, que é praticada em casais: alguns formados por paranaenses e outros por paranaenses e gaúchos. A hierarquia se percebe de acordo com o grau de desempenho e/ou maior tempo de atuação no CTG. O primeiro casal é formado pelos instrutores, que têm o domínio técnico. O segundo casal é campeão paranaense de dança de casal, enquanto os demais fazem parte da *invernada* há menos tempo. Fora do CTG, eles se encontram e estabelecem uma relação mais reticular e descentralizada (*policêntrica*) em diversos microterritórios materializados nas residências desses sujeitos com a finalidade de cultivar o gauchismo.

⁵² Por práticas performativas entendemos o modo dos indivíduos se expressarem através de diferentes tipos de arte, como cinema, dança, música, teatro etc., ou seja, a atuação de sujeitos com a intenção de expressar e provocar sentimentos.

Figura 16. Esboço das relações sociais dos *paranaúchos* em Maringá-PR.



Fonte: Pesquisa de campo (2016). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

A respeito da importância de ter um CTG no Norte do Paraná, as respostas dos entrevistados apontaram basicamente para três razões: históricas, familiares e como forma de entretenimento. Verificamos que existe na fala de alguns entrevistados, uma concepção de que no CTG não ocorre nenhum problema social, como violência e falta de segurança. Inclusive, no dia da entrevista, foi possível verificar que existiam várias crianças brincando, já tarde da noite ao lado de fora do salão do CTG, sem a supervisão de um adulto, mesmo sendo um lugar aberto e mal iluminado, onde qualquer pessoa pode entrar e à beira da estrada, ou seja, existe uma confiança muito grande por parte desses sujeitos com relação à entidade.

Já a Sra. Bianca e a Sra. Alice, ambas residentes em Londrina, indicaram que o CTG é importante como opção de lazer e socialização. Somente três entrevistados apontaram a importância histórica do resgate da tradição e de se preservar quaisquer formas de cultura

como razões consideradas importantes para se ter um CTG norte-paranaense, como observamos em alguns relatos selecionados:

[Pergunta: Para você, qual a importância de se ter um CTG no Norte do Paraná?]

Primordial. **Eu acho que se formos analisar só na região Sul, existem mais de 1000 CTGs. O Paraná teve uma influência absurda,** Sudoeste, Centro-sul e até mesmo Leste. E acho que a colonização do Norte do PR é muito recente e o CTG consegue resgatar as pessoas que acabam saindo de sua região, seja do Rio Grande do Sul, seja do interior do PR. Elas acabam se sentindo em casa. Por exemplo, eu tenho contato com pessoas, muita gente de Londrina, que o CTG está meio parado e eles têm mais interesse de vir aqui em Maringá porque eles sabem que aqui tem inverno, dança, tem os eventos [...]. Só o fato deles [CTGs] existirem, já é um resgate muito interessante das pessoas que moravam fora ou até mesmo de nós, *paranaúchos* (Gabriel, 25 anos, solteiro, estudante de Arquitetura, residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Creio que todo e qualquer hábito que você cultiva da sua região, do seu país, sem ter que exportar alguma cultura, acho que é válido. Seja uma cultura nordestina, seja uma cultura gaúcha, isso tudo depende do lugar mesmo. **Acho que Londrina tem muita influência do Sul por ser da região mesmo.** Creio eu que mais por falta de informação e por falta de vontade, bastante gente nem sabe que tem CTG aqui em Londrina. Aham que quando se fala em costela fogo de chão, é nome de churrasceria, Churrasceria Fogo de Chão [sobre os eventos do CTG]. É um ambiente bem familiar, não tem desrespeito, onde bastante gente deixa filhos, sem ter dor de cabeça e tudo mais. As pessoas me vêm de pilcha em fotos e acham que eu não sou daqui (Cássio, 24 anos, solteiro, estudante de Agronomia, residente em Londrina, grifo nosso).

A importância é de ter um local que você pode ir com a família, desde a criancinha...a gente vê aqui nos eventos, os pais estão dançando e colocam as crianças para dormir do lado da mesa, não tem perigo. Assim, você não se preocupa. Em outros ambientes você não tem essa liberdade de deixar suas coisas em cima da mesa sem preocupação nenhuma. Nunca tivemos nenhum tipo de problema, briga nem nada nesse tipo de ambiente. E também é cultivar uma tradição, é a história de um povo (Mariana, 32 anos, casada, auxiliar de departamento pessoal, residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Olha, o que eu admiro no CTG, nos bailes é que em lugar nenhum, nenhum baile você vê criança, você vê família. [Aqui] você vê casalzinho e tudo. Você vem aqui no CTG, tem criança, tem criança de colo, tem aquelas crianças de 4, 5 anos correndo no meio do salão. Eles estão acompanhando os pais e em outros lugares não tem. Então, isso é o que eu admiro no CTG e eu incentivo isso aí. **É familiar, ambiente familiar** (Leonardo, 55 anos, casado, corretor, residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Relembrar os tempos antigos, fazer amigos e **se reunir com amigos e colegas,** dançar, tomar um mate e ouvir uma boa música tradicionalista (Bianca, 20 anos, solteira, analista de licitações, residente em Londrina-PR, grifo nosso).

A cultura gaúcha é muito admirada por esses *paranaúchos* que frequentam o CTG. Durante as entrevistas, eles enfatizaram a maneira como os gaúchos se empenham em levar a cultura a todos, com paixão e devoção. Como o Sr. Antônio comenta: “É uma cultura

que extrapola fronteiras e une os povos, tendo em vista que existem CTG's até no estado da Bahia e em outros países, como Paraguai, China, Estados Unidos e em alguns países europeus". Além disso, destacaram a questão do respeito como um dos valores mais importantes passados dentro do CTG. Com essa veneração dos *paranaúchos* pelo tradicionalismo e, vivendo em território paranaense, perguntamos aos entrevistados qual seria, então, a diferença entre a cultura gaúcha e a cultura paranaense, mais especificamente no Norte do estado. Em um primeiro momento, vamos destacar algumas falas que refletem a falta de conhecimento sobre a cultura do Norte do Paraná:

[Pergunta: Em sua opinião, qual a diferença da cultura gaúcha para a cultura do Norte do Paraná?]

Os costumes são diferentes, tanto na vestimenta como nos hábitos diários. O principal ponto, em minha opinião, é a questão da identidade gaúcha, questão esta que não é bem definida no Norte do Paraná, ou seja, **não há uma "identidade" para a população do Norte do Paraná** (Antônio, 33 anos, casado, servidor público, residente em Londrina-PR, grifo nosso).

[...] a diferença é que o povo gaúcho vivencia a história deles e, de verdade, **eu não conheço a cultura do Paraná**. Se tem grupos assim [de dança], não tem essa divulgação ou é um grupo fechado. Então, eu não conheço (Mariana, 32 anos, casada, auxiliar de departamento pessoal, residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Ah é diferente! **No Norte do Paraná não tem cultura nenhuma** né? E não tendo nada você não tem nem como comparar (Marlúcia, 54 anos, casada, bancária, residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Eu acho que tem uma diferença [...] nós temos a dança que é uma diferença e no Paraná nós não temos. **Eu, pelo menos, não vejo nenhuma coisa que você diga "isso aqui é do PR"** (Leonardo, 55 anos, casado, corretor, residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Acho que o Norte do Paraná deveria investir mais no tradicionalismo gaúcho, por ser uma cultura tão bonita, trazer mais pessoas e, consequentemente, outros CTGs, pois, **o Norte do Paraná é muito carente de culturas boas** (Bianca, 20 anos, solteira, analista de licitações, residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Em Colasante (2012) já realizamos um estudo sobre a questão da identidade territorial de Londrina, demonstrando a multiplicidade de elementos culturais que existem no município. O que ocorre, entretanto, é que não existe um predomínio de uma cultura sobre a outra do ponto de vista da materialização de elementos na paisagem, o que dificulta reconhecer uma "identidade" londrinense. Assim, temos identidades, no sentido plural, formadas, principalmente, pelas dezenas de imigrantes de diferentes etnias que se reterritorializaram no município a partir da sua fundação. No caso específico de Londrina, a cultura do café, que foi um importante vetor de desenvolvimento econômico até meados da

década de 1970, acabou se tornando um símbolo londrinense e dá nome a vários estabelecimentos, como o Shopping Catuaí (variedade de café) e o Cine Teatro Outro Verde (como era conhecido o café na época áurea).

Outrossim, Maringá também teve a influência de diversas etnias na sua colonização e teve no café, um elemento importante para a economia, motivo para que muitos migrantes chegassem ao município. Assim, quando falam que o Norte do Paraná não tem cultura ou não tem “cultura boa”, como menciona uma das entrevistadas, é algo preocupante e reflete a falta de conhecimento dos sujeitos sobre a história do próprio município em que vivem e que muitos também nasceram. Cada cultura é diferente da outra e qualificar como “boa” ou “ruim” é algo muito simplista e até preconceituoso, já que isso faz com que se hierarquizem as culturas, de forma que uma fique superior à outra. O que existem são diferenças e especificidades em formações socioterritoriais que contribuem para a acentuação de uma etnia sobre as outras, através do seu legado cultural materializado na paisagem ou refletido no cotidiano dos sujeitos como algo que está arraigado, que se vincula com a identidade territorial.

Notadamente, como mencionamos, a cultura paranaense na região litorânea é mais expressiva do ponto de vista da divulgação, pois, é onde temos o barreado, que é instituída como a comida típica paranaense e o *fandango caiçara*, além da presença da gralha azul, pássaro típico da Mata Atlântica e da Serra do Mar. Sobre esse contexto de colonização que possibilita a diferença cultural entre as regiões, um dos entrevistados mencionou o fato nos seus relatos:

Eu acho que é tudo influência de colonização, muda muito. A cultura gaúcha, acho que pegou bem mais no Sul do que no Norte do país. No Paraná mesmo, a cultura que tem é pouco difundida. Até mesmo a história em si do Paraná, da gralha azul [ave símbolo do Estado], tudo mais, pouca gente sabe. Uma das coisas que eu admiro no Rio Grande do Sul é que todo gaúcho sabe o hino do RS de cor e aqui [no Paraná] eu acho que 1% da população sabe o hino do Estado. Acho que lá [no RS] eles são muito bairristas, têm amor ao chão mesmo. **Eles são, primeiro, gaúchos e depois brasileiros. O amor que eles têm pela terra deles é a coisa mais fascinante que tem, coisa que em nenhum outro Estado eu cheguei a ver isso** (Cássio, 24 anos, solteiro, estudante de Agronomia, residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Os demais entrevistados, focaram suas respostas nos valores da cultura gaúcha, mais uma vez enaltecendo a questão da família como um dos pilares do tradicionalismo e o respeito às tradições, como apontou o Sr. Rômulo, natural e residente de Londrina-PR.

Segundo ele, no Norte do Paraná, não existe nada parecido e se diz um grande admirador da cultura gaúcha pelos valores relativos aos bons costumes que são pregados nos CTGs. Além dele, duas entrevistadas também comentaram as diferenças da cultura gaúcha com a cultura norte-paranaense partilhando de visão semelhante.

A Sra. Melissa, residente em Maringá, acabou comentando também a questão da falta de identidade no Paraná, ao mesmo tempo em que justificou tal afirmativa pelo fato da região ter sido colonizada por migrantes de várias regiões do país. Além disso, enfatizou a questão conservadora dentro dos CTGs, que contribui para manter a boa conduta dos jovens que frequentam. Já a Sra. Alice, de Londrina-PR, destaca a questão do empenho que os gaúchos demonstram em divulgar sua cultura, ou seja, o caráter expansionista da cultura gaúcha que se territorializa pelo país todo.

[...] a cultura [norte] paranaense a gente acaba não tendo muito acesso porque fica entre a região de Paranaguá, Morretes, Curitiba, região litorânea...tem algumas danças que a gente consegue adaptar alguma coisinha, mas assim, **a cultura gaúcha é muito mais conservadora do que a paranaense, ela preza a família, os bons hábitos, os costumes.** Então a gente percebe que **no meio tradicionalista, a incidência de drogas, esses problemas sociais é menor.** É um ambiente que pode estar o pai, a mãe, a vó, o irmão, todo mundo participando do mesmo lugar, sendo que em outros lugares você não encontra: ou é só adolescente ou [...] né? E aí a cultura paranaense parece que ela não fica tão forte, não tem tantos elementos quanto a gaúcha. Pode ser por desconhecimento meu, mas parece que no Paraná a gente perde um pouco dessas características. **Pelo menos aqui no Norte que a gente não foi colonizado igual a outras partes do Paraná, a gente pegou muita coisa de São Paulo, Minas Gerais, então parece que a gente ficou sem identidade.** Parece que a gente é de outro [lugar]. Até o jeito que a gente fala o “porta”, o “r” [puxando o sotaque], o leite [acentuando o “e” no final], então parece que a gente fica fora do Paraná (Melissa, 33 anos, solteira, fisioterapeuta, residente em Maringá-PR, grifo nosso).

A diferença é o **empenho que eles têm de sempre mostrarem a sua cultura para todos os povos** (Alice, 31 anos, solteira, secretária bilíngue, residente em Londrina-PR, grifo nosso).

A última questão envolve a discussão sobre o sentimento de pertencimento dos entrevistados. Indagamos se, mesmo não tendo nascido no Rio Grande do Sul, se consideravam gaúchos. Apenas um dos entrevistados, o Sr. Rômulo, afirmou que não se considerava gaúcho, mas associando o “ser gaúcho” à figura estereotipada do sujeito pilchado e não como algo que envolvesse sentimentos e valores, justificando um “preconceito muito grande caso ande de botas e bombachas no centro de Londrina, diferente do que acontece em Porto Alegre e nas cidades que eu conheço do Rio Grande”. Os demais, afirmaram, sem titubear, que se consideravam gaúchos, mesmo tendo nascido no Paraná.

Duas entrevistadas vincularam o entendimento do que é ser gaúcho a uma afinidade com as tradições gaúchas. A Sra. Alice afirma que adora a cultura, as pessoas e a culinária gaúcha. Diz que sente que nasceu no lugar errado, no caso, Londrina-PR. Já a Sra. Bianca também de Londrina, explica que “[...] gaúcho é quem gosta e cultiva essa tradição, independentemente de ter nascido ou não no Rio Grande do Sul. Partindo para um lado mais afetivo, duas entrevistas de Maringá, como são casadas com gaúchos, indicaram que se sentem gaúchas por uma questão familiar: “Me considero gaúcha pelo acolhimento deles. Então você acaba se sentindo da mesma tradição, não importa onde você nasceu”, como afirma a Sra. Mariana, natural de Vera Cruz-PR. Por sua vez, a Sra. Marlúcia, natural de Arapongas-PR, afirma que se sente gaúcha por causa da família do marido e que, com isso, acaba tendo uma convivência bem forte com o povo do Rio Grande do Sul.

Outras respostas dos entrevistados revelam a ideia de que muito mais do que uma simples afinidade, é preciso conhecer a fundo e transmitir a tradição gaúcha para ser considerado um gaúcho. Nessa perspectiva, o “ser gaúcho” perpassa as fronteiras do Rio Grande do Sul e engloba o sujeito que divulga o tradicionalismo e participa ativamente das atividades do CTG, contribuindo para o processo de territorialização da cultura gaúcha fora do seu estado de origem. No entanto, uma das entrevistadas, a Sra. Melissa, chamou a atenção pela definição de que o gaúcho é o sujeito que está fora do Rio Grande do Sul e cultiva as tradições, o que diverge das demais respostas que vão afirmar justamente que dentro do estado, existem sul-rio-grandenses e gaúchos, sendo estes últimos os tradicionalistas, que perpetuam a tradição.

[Pergunta: Mesmo não tendo nascido no Rio Grande do Sul, você se considera gaúcho? Por que?]

Sim. É uma coisa muito doida. É aquilo que a gente sempre fala: **o gaúcho mesmo é a pessoa que ativa, transmite e repassa toda a tradição gaúcha** e as pessoas que são rio-grandenses são as pessoas nascidas, naturais do Rio Grande do Sul, ou seja, as pessoas que nascem no RS podem ser gaúchas e rio-grandenses e eu *paranaúcho*, sou gaúcho, porque de fato eu recebi alguma instrução sobre tradição e passo ela pra frente. Então, eu me considero gaúcho. Tão gaúcho quanto uma pessoa que mora no Estado do Rio Grande do Sul que pode ser de fato, só rio-grandense (Gabriel, 25 anos, solteiro, estudante de Arquitetura e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Sim. Gaúcho, como o pessoal fala não é quem nasce. Gaúcho, tanto pessoas do Amazonas que eu conheço que participam do CTG são bem mais gaúchos do que quem nasceu lá. **É ter estudado sobre a civilização, de onde surgiu, como são os povos, a cultura de uma região**, isso aí eu acho que é ser gaúcho: é você conhecer a história de uma região (Cássio, 24 anos, solteiro, estudante de Agronomia e residente em Londrina-PR).

Sim. Olha vou te falar um negócio. Existe uma diferença bem grande de gaúcho...eu sou gaúcho, não sou rio-grandense. Então, tem uma diferença aí. Muita gente confunde. Pensam que porque estamos no CTG, usamos essa roupa, pilcha, então não quer dizer que somos do Rio Grande do Sul. **Admiramos isso aí [cultura gaúcha] e queremos dar continuidade.** Então muita gente confunde isso aí, gaúcho com o pessoal que nasce no Rio Grande do Sul. Tem gente no RS que não é gaúcho, detesta dançar (Leonardo, 55 anos, casado, corretor e residente em Maringá-PR).

Sim. Porque **gaúcho é quem está fora do Rio Grande do Sul**, quem está no Rio Grande do Sul é rio-grandense. Então **gaúcho é quem cultiva a tradição fora do Estado.** E porque **eu tento reproduzir o que foi feito nos antepassados, a maneira como a gente se porta, como a gente se veste nos bailes, por ouvir as músicas da região, então [me considero gaúcha]** (Melissa, 33 anos, solteira, fisioterapeuta e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Sim. Porque **é uma questão de identidade que extrapola as fronteiras territoriais**, ou seja, muitos rio-grandenses não são gaúchos. Já muitos paranaenses são gaúchos por cultivarem a tradição e os costumes gaúchos (Antônio, 33 anos, casado, funcionário público e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Sobre a complexidade que envolve a dinâmica dos *paranaúchos*, utilizamos as palavras do Sr. Gabriel, residente em Maringá. Essa questão trata “[...] de você tentar entender como funciona a tradição. Você cultua a tradição, mas você nunca pisou no Rio Grande do Sul para saber de fato como as coisas foram acontecendo, como a história vai se desdobrando”. Segundo ele, no Rio Grande do Sul, existem famílias que os avós, bisavós, tataravós participaram da Revolução Farroupilha, ou seja, é algo muito arraigado, enraizado naquele estado. Como ele continua: “[...] É uma coisa que eu sempre falo para o pessoal da *invernada*, eles caíram de ‘paraquedas’ aqui e agora que eles estão conseguindo entender como funciona a tradição gaúcha”.

Segundo ele, o pessoal do Norte do Paraná está no caminho certo. O CTG de Maringá é atuante e, hoje em dia, encontra-se em uma das épocas mais ativas do ponto de vista cultural, com o setor dos esportes começando a funcionar e as *invernadas*. Além disso, está voltando a funcionar as competições de “prendas de faixa”, um concurso que visa a avaliar as habilidades tradicionalistas das meninas, divididas em categoria mirim (9 a 13 anos) e juvenil (14 a 17 anos) que concorrem ao título semelhante a um Concurso de Miss, mas onde a beleza não é o quesito de avaliação.

Existe a prova escrita (que envolve questões de História, Geografia e conhecimentos gerais) e uma redação com tema tradicionalista, além da prova artística, na qual a candidata deve declamar uma poesia, cantar ou tocar um instrumento da cultura gaúcha e, em seguida, fazer a performance de uma dança tradicional e uma de salão. Assim, nota-se

uma expansão também dos *códigos culturais* que possibilitam uma aproximação maior dos CTGs do Paraná com o tradicionalismo gaúcho, já que estão buscando reproduzir cada vez mais as atividades realizadas nos CTGs do Rio Grande do Sul.

A partir das entrevistas com os *paranaúchos* a fim de compreender as razões pelas quais tantos sujeitos que, aparentemente, não têm vínculo algum com o Rio Grande do Sul cultivam essa tradição, obtivemos algumas elucidações, sobretudo, quando verificamos que a cultura norte-paranaense é pouco difundida e até mesmo desconhecida por muitos entrevistados. Os vínculos históricos e valores morais que o CTG possibilita com as suas representações culturais acabam suprimindo a “carência” que esses sujeitos têm em se sentir pertencentes a algum grupo.

Soma-se a isso o fato de que, atualmente, cada vez mais, os espaços sociais de convivência familiar, como existiam nos antigos clubes recreativos, vêm encerrando suas atividades tanto em Londrina quanto em Maringá. Assim, essa função vem sendo preenchida pelo CTG, que se torna o centro da família, oferecendo diversas atividades nas quais podem participar todos os membros, independente da idade, contribuindo para que haja uma coesão desse núcleo que não se percebe mais em outros espaços.

3 ENTRE DOIS TERRITÓRIOS: O “*SER GAÚCHO*” NO NORTE DO PARANÁ

Iniciamos com uma contextualização sobre a formação do Norte do Paraná, enfatizando o histórico de colonização e as diferentes etnias que se estabeleceram neste território, principalmente, a partir de políticas migratórias que contribuíram para a presença de múltiplos grupos sociais. A questão da identidade territorial também é discutida, questionando-se a imposição do Estado em se forjar identidades para a população através da construção de símbolos ou a partir de uma ideologia, como o *Paranismo*. O Norte do Paraná acaba se encaixando na perspectiva da invenção das tradições porque devido à multiplicidade de influências culturais que tanto Londrina quanto Maringá possuem, não podem ter uma única identidade.

A partir de uma abordagem do processo de colonização dos municípios em foco, inserimos na discussão, os sujeitos de nossa pesquisa na análise, demonstrando como os gaúchos chegaram ao Paraná e os indícios de um possível fluxo para o Norte em função da prosperidade da cafeicultura. Para evidenciar o expansionismo da cultura gaúcha pelo Paraná, resgatamos a fundação do primeiro CTG do estado, em Ponta Grossa, apontando as motivações para essa construção e os processos que culminaram com o espraiamento dessas entidades por todo o território paranaense e, em particular, no Norte do Paraná.

Com este entendimento, apresentamos os CTGs de Londrina e Maringá, visitados para a pesquisa de campo no segundo semestre de 2014, caracterizando não somente sua infraestrutura como também elencando as principais atividades e funcionamento organizacional. Assim, a intenção foi mostrar como estes dois espaços, onde se almejam os mesmos objetivos, que é a preservação da cultura gaúcha, se mostram tão distintos em sua organização. Com as informações dos representantes dos CTGs, conseguimos identificar elementos-chave para a nossa pesquisa, como a manutenção da identidade territorial e as diferentes territorialidades existentes no CTG, especialmente, a partir da participação dos *paranaúchos*, que são paranaenses ativos no tradicionalismo gaúcho.

Por fim, ainda para destacar Londrina e Maringá no processo T-D-R, apresentamos os relatos de migrantes gaúchos, caracterizando os momentos importantes do processo de reterritorialização gaúcha no Norte do Paraná. Dessa forma, identificamos de onde vieram estes sujeitos e as razões pelas quais escolheram Londrina e Maringá para viver.

Também buscamos informações que nos elucidassem sobre a questão da identidade territorial, como a participação dos migrantes nos CTGs ou a manutenção dos valores culturais de outra maneira. Com as respostas, conseguimos descobrir novos contornos da territorialidade gaúcha no norte-paranaense e enveredemos para uma compreensão maior de quem são estes sujeitos que estão ali reterritorializados e que acabam sendo omitidos em estudos populacionais desta região em específico.

3.1 Discursos e influxos de uma identidade territorial norte-paranaense

Embora hoje, as mudanças dos elementos urbanos sejam rápidas, muitos municípios ainda conseguem preservar seus *códigos culturais*, por meio de elementos expressos na paisagem e na perspectiva imaterial dos diferentes grupos sociais. Com isso, torna-se possível observar com mais clareza, as especificidades de determinada cultura como Pomerode, em Santa Catarina, e Petrópolis, no Rio de Janeiro que propagam a cultura alemã em suas paisagens ou de forma mais pontual, em determinados bairros como o da Liberdade, em São Paulo, no qual se destacam os descendentes de japoneses. Se, por um lado, alguns municípios conseguem ter uma identidade territorial mais claramente definida, o mesmo não se pode dizer a respeito de Londrina e Maringá, no Norte do Paraná.

Falar sobre identidade territorial no Paraná é uma tarefa complexa, pois, vincula-se muito mais a questões políticas, ideológicas e econômicas do que culturais, ou seja, não existe uma unidade cultural, na qual elementos comuns possam ser identificados e apropriados pela população. São municípios, portanto, que possuem uma multiplicidade de valores culturais que, de certa forma, dificultam compreender as apropriações simbólicas pela população. Afirmamos isso com base no nosso estudo anterior (COLASANTE, 2012), no qual apontamos a dificuldade em estabelecer uma identidade territorial para Londrina, o que vem convergindo para um processo de *invenção das tradições*, utilizando as palavras de Hobsbawm e Ranger (1997), devido à iniciativa do poder público em criar uma identidade para Londrina com base na sua suposta colonização por ingleses. Colocamos em discussão o fato de que a colonização foi efetivada devido ao incentivo de uma companhia de capital inglês e não pela presença significativa de ingleses que se instalaram no município.

Assim, historicamente, é nítida a inexpressividade do legado cultural inglês no município, o que não justificaria a insistência de “criar” uma identidade territorial inglesa para Londrina. Na mesma direção, podemos nos referir à Maringá, que possui características semelhantes de fundação com Londrina e que também enfrenta questionamentos com relação à sua identidade territorial, resultado das múltiplas influências culturais desde sua gênese. Para contextualizar essa problemática e explicar a inserção da cultura gaúcha no Norte do Paraná e a sua apropriação por paranaenses, faremos um breve resgate da colonização dessa região do estado.

Podemos dizer que o povoamento efetivo no norte-paranaense se iniciou a partir do século XVII, com a vinda de jesuítas que instalaram diversas missões. Já no século seguinte, esta região “[...] ficou inteiramente à margem das correntes de colonização: processava-se, então, a ocupação do Segundo Planalto pelos criadores que, pela formação de ‘pousos’, foram disseminando a semente de futuros núcleos urbanos” (MULLER, 2007, p. 34⁵³). Somente a partir do século XIX, a colonização foi retomada de forma efetiva, tendo como marco a fundação da Colônia Militar de Jataí, em 1855, que servia como proteção às ameaças de paraguaios e a fundação dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra que se constituíram em pequenos centros de povoamento.

Na segunda metade do século XIX, o Norte do Paraná passou por uma nova fase de ocupação, pautada no desenvolvimento da cafeicultura. De acordo com Hauresko e Moteka (2008), principalmente, mineiros e paulistas vinham ocupar as terras devido à decadência das antigas áreas produtoras nos seus estados de origem. Este período foi marcado por uma intensa migração para o Norte do Paraná, contribuindo, inclusive, para o surgimento de vários núcleos habitacionais: Colônia Mineira (1862), Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Brás e São José da Boa Vista (1867), conforme Bragueto (2007).

Além de mineiros e paulistas, podemos acrescentar neste período a presença dos migrantes nordestinos vindos, sobretudo, da Bahia, segundo Wachowicz (1987) que acabavam trabalhando como posseiros ou peões. Devido a uma política de incentivo à migração, entre 1889 e 1934, observa-se a existência de quatro grandes grupos de imigrantes vindo para o Paraná: poloneses, ucranianos, alemães e italianos.

Após o ano de 1929, a colonização no Norte do Paraná se caracterizou por aquilo que Bragueto (2007) chamou de “colonização nos moldes capitalistas”, empreendida pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que era de capital inglês e que, posteriormente, foi denominada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) quando foi vendida a empresários brasileiros. Padis (1981) também destaca a ocupação de terras na região pelas companhias *Brazil Tokushoku Kaisha* (Bratac) e a *Nambeï Tochikubushiri*, ambas de capital japonês e que contribuíram para o surgimento de algumas cidades no Norte do estado, como Assaí e Uraí.

⁵³ Artigo publicado originalmente em 1956, no Boletim Paulista de Geografia.

Do ponto de vista ideológico, destacamos que o Estado tem um papel decisivo na construção das identidades territoriais, fato que é facilmente observado quando analisamos o discurso sobre o Norte do Paraná. Isso porque muitos relatos sobre esta região caracterizam-na como homogênea e próspera pela produção do café e *locus* de personagens heroicos que vinham desbravar as terras inóspitas por intermédio de ações empreendedoras com feitos dignos de serem exemplos para as futuras gerações.

Segundo Tomazi (2000, p. 50), este é um exemplo de “[...] ‘geografismos’, metáforas onde porções do espaço territorial são transformadas em um ser autônomo dotado de vontade própria”. Assim, toda a representatividade que o Norte do Paraná traz para o imaginário dos paranaenses é resultado da construção simbólica mediada por relações de poder, na qual a história oficial é contada a partir da construção de mitos das classes mais ricas.

Em outras palavras, cria-se uma *hetero-identidade* (CUCHE, 1999) na qual a identidade está sendo construída/forjada por outros e não pelos sujeitos locais enquanto forma de reconhecimento espontâneo de sua história. De acordo com Tomazi (2000), o discurso do Estado para consolidar a identidade do Norte do Paraná ocorre desde a década de 1930 quando vários municípios dessa região ainda estavam em processo de formação, como Londrina e Maringá. Como apontado em Colasante (2012), enfatizamos o surgimento de um acontecimento importante do ponto de vista da formação da identidade territorial paranaense: o Movimento Paranista ou *Paranismo*.

O Movimento em questão tinha um cunho estético-ideológico e seu início pode ser explicado a partir da vinda dos imigrantes para o estado, especialmente, em meados do século XX que provocou, em muitos escritores e políticos paranaenses da época, a necessidade de reafirmar seus valores culturais frente aos novos ocupantes do estado. A Revista Ilustração Paranaense, que veiculou no Paraná entre 1927 e 1930 foi um das grandes divulgadoras desse Movimento, sempre ressaltando o Paraná de forma ufanista, enfatizando seu crescimento econômico, em uma tentativa de criar a imagem de um estado em pleno desenvolvimento.

Mesmo após o fim da Revista, o *Paranismo* se prolongou por vários anos e deixou um legado de obras literárias e artísticas que buscavam realçar as belezas do estado,

principalmente, através das suas particularidades naturais, como a araucária e seu fruto, o pinhão, amplamente utilizado nas artes visuais da época, em uma tentativa de resgatar o “ser paranaense”. Entretanto, o Paraná enquanto estado não pode ser considerado de forma homogênea, já que possui regiões extremamente distintas em vários aspectos. Dessa forma, a identidade territorial paranaense que é veiculada nos meios de comunicação de massa, nos quais se enfatizam a ave gralha azul como sendo símbolo do estado ou até mesmo o pinhão, não são elementos culturais que se encontram distribuídos por toda a região como abordamos no capítulo anterior.

O Norte do Paraná tem uma ligação econômica e cultural muito mais vinculada ao estado de São Paulo do que com a própria capital do seu estado, Curitiba. Já no Sudoeste do Paraná, verificamos que a presença gaúcha é acentuada, resultando em hábitos e costumes distintos naquela região. De qualquer forma, embora o elemento paulista seja um dos fortes constituintes da identidade territorial norte-paranaense, notamos que existem dezenas de CTGs nessa região, o que nos instiga a verificar em que medida estes sujeitos interagem e se reterritorializam nestes municípios.

3.2 A formação da *Cidade-Menina* e da *Cidade-Canção*

A história de formação do município de Londrina nos remete ao final de 1923, quando o Presidente do Brasil na época, Arthur Bernardes, fez um convite ao governo inglês, buscando investimentos para o país. A missão inglesa, chefiada por Lord Montagu, realizou vários estudos a respeito da situação financeira, econômica e comercial do país e um dos seus assessores, Simon Joseph Fraser, conhecido como Lord Lovat, diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate*⁵⁴ viajou até o Norte do Paraná e, tendo uma boa impressão da região, acabou retornando para investir na cotonicultura. No dia 21 de agosto de 1929, uma comitiva liderada por George Craig Smith, funcionário da CTNP chega até uma clareira da mata virgem, na qual é fincado o marco inicial do que viria a ser a cidade de Londrina. A partir daí, chegavam ao município diversos caminhões “paus-de-arara”, trazendo trabalhadores

⁵⁴ Em 1924, Lord Lovat, juntamente com o então gerente da *Sudan Plantation*, Arthur Thomas e outros sócios, fundou a *Brazil Plantations Syndicate Ltd.* Com o interesse crescente dos ingleses em investir nas terras do norte-paranaense, novas sociedades surgiram até culminar na Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP (ASARI; TUMA, 1978).

engajados na derrubada das matas que tinham como objetivo juntar dinheiro para a aquisição de lotes da CTNP (ASARI; TUMA, 1978).

A estratégia da CTNP era a ampla divulgação em meios impressos, nos quais destacava a infraestrutura da região, muito favorável à plantação de café. Inclusive, disponibilizavam agentes vendedores em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. No município de Londrina, era comum a presença até de agentes japoneses que facilitavam as transações e que resultaram em grupos de lotes habitados por migrantes japoneses que vinham, principalmente, do interior paulista (NAKAGAWARA, 1972).

Segundo Castelnou (2002), para viabilizar este projeto de loteamento, a CTNP planejou e implantou uma infraestrutura para a região de forma rápida e que não tinha a intenção de produzir uma cidade bela ou que atendesse as necessidades sociais, mas um planejamento simples e barato que não levasse muito tempo e dinheiro para sua realização. Assim, foi escolhida a forma de tabuleiro de xadrez, aproximadamente quadrangular, com o traçado das ruas rigorosamente simétrico para atender a uma população de no máximo 20 mil habitantes. Na planta original da cidade, algumas áreas já estavam com seu uso pré-estabelecido, inclusive com os nomes das ruas já escolhidos. Segundo estimativa do IBGE, Londrina possui cerca de 540 mil habitantes (IBGE, 2014).

Destacamos que Londrina passou por um crescimento acelerado nas décadas subsequentes à sua fundação devido a inúmeros fatores, tais como seus aspectos fisiográficos que possibilitaram o desenvolvimento de vários produtos agrícolas e também ao esforço da CTNP de expandir economicamente a região norte-paranaense. Diante disso, voltamos os olhares novamente ao discurso do Norte do Paraná, ou seja, à construção ideológica de uma terra promissora quando os colonizadores evidenciam que em Londrina existe uma possibilidade de riqueza e *status* para aqueles que chegam. Cria-se, assim, a figura da “*Cidade Menina*”, antonomásia utilizada para evidenciar o rápido crescimento de uma cidade nova, altamente verticalizada e que já nas suas primeiras décadas de fundação já possuía um caráter modernista, sobretudo, pelos seus elementos arquitetônicos inovadores para um município tão novo e que à época só se observavam em algumas capitais do país.

Silva (2006) argumenta que no ano de 1944, os conflitos gerados pela Segunda Guerra Mundial, que endividaram os ingleses, somados às dificuldades criadas pelo governo

do Brasil no tocante à propriedade de terras por estrangeiros, contribuíram para que a CTNP fosse vendida para um grupo de paulistas, liderado por Gastão Vidigal que, na época, era proprietário do Banco Mercantil de São Paulo. Embora nessa transição fossem mantidos os planos da CTNP, já haviam sido detectadas algumas dificuldades nas suas execuções, como por exemplo, o plano urbano de Londrina.

Dessa forma, planejadores e equipe técnica tiveram que realizar adequações para melhorar os novos projetos da empresa, resultando na mudança de CTNP para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). As novas ações incluíam etapas bem mais minuciosas no plano de construção de Maringá do que haviam feito anteriormente com Londrina. Dessa forma, com o esgotamento dos lotes em Londrina, o projeto de colonização do Norte do Paraná se estendeu até Maringá, que passou a ser a nova sede da companhia.

Maringá foi fundada em 1947, embora o povoamento da área onde se situa o município tenha se iniciado por volta de 1938⁵⁵. Foi planejada pra ser uma cidade com aproximadamente 200.000 habitantes⁵⁶ em 50 anos a partir da sua fundação, segundo informações de Rodrigues (2005). Sua implantação, considerada como um prolongamento da lavoura cafeeira de São Paulo resultou em um grande empreendimento econômico. Juntamente com Londrina, em poucos anos de sua fundação, Maringá já havia se tornado um dos principais produtores agrícolas do país e um dos municípios com maior grau de urbanização e crescimento demográfico do estado. O nome “Maringá” foi dado em homenagem a uma canção homônima de Joubert de Carvalho, grande sucesso desse período. É daí também que surge o seu cognome, *Cidade-Canção*⁵⁷.

Verificamos, portanto, que Londrina e Maringá surgem a partir de elementos comuns estruturados em função de um reordenamento territorial do Estado implementado pela CTNP. Se por um lado, Londrina teve um crescimento desordenado, cujos problemas urbanos se acentuam na atualidade devido a essa problemática, Maringá possui uma infraestrutura no seu espaço intra-urbano mais organizada do ponto de vista do crescimento populacional, fluidez no trânsito etc. Os pontos de convergência dessa dinâmica nos trazem à tona a questão

⁵⁵ Logicamente não podemos de deixar de ressaltar que em todo o Norte do Paraná, antes da efetiva colonização pela CTNP, os índios da etnia Guarani e Kaingang já habitavam este território.

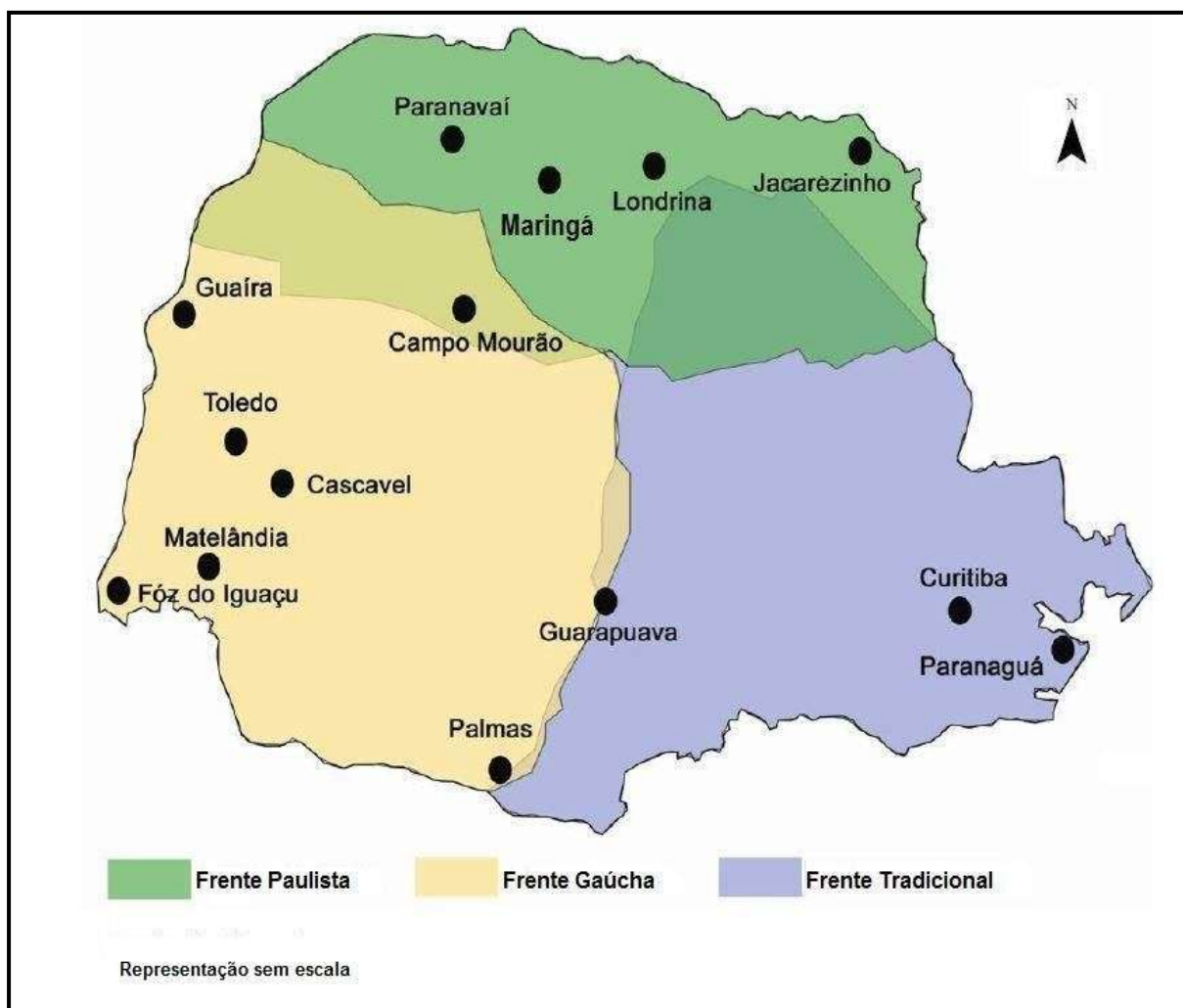
⁵⁶ Estima-se que a população maringaense está em torno de 390 mil habitantes (IBGE, 2014).

⁵⁷ Nos últimos cinco anos vêm ocorrendo discussões no Conselho Municipal de Turismo para substituição do cognome Cidade-Canção para Cidade Verde. Dessa forma, os gestores acreditam que o apelo ecológico seria mais atrativo enquanto identidade turística para o município (LINJARDI, 2011).

da identidade territorial. Isso porque ambos os municípios foram ocupados por migrantes originários de um mesmo processo principal, que é a expansão da lavoura cafeeira, trazendo similaridades culturais entre os dois municípios em foco.

Para Hiera e Vercezi (2010), podemos compreender o processo de colonização do do Paraná a partir de três formas distintas de ocupação: a) a *Frente Tradicional*, que avançou a partir do litoral rumo ao interior do estado; b) a *Frente Gaúcha*, que avançou a partir do Sul e Sudoeste do estado, seguindo até a região central e; c) a *Frente Paulista*, que avançou no estado pela região Norte e se estendeu até o Noroeste e parte da região central do Paraná (Mapa 5). De acordo com essa divisão, portanto, Londrina e Maringá, estão inseridas no processo de ocupação vinculado à *Frente Paulista*.

Mapa 5. Expansão das frentes de ocupação no território paranaense.



Fonte: Adaptado de Hiera e Vercezi (2010). **Organizado por:** Tatiana Colasante (2015).

Embora a dinâmica de ocupação e colonização da *Frente Paulista* nos forneça indícios da vinda de mineiros, paulistas e baianos predominantemente, encontramos nos estudos de Muller (2001, p. 104)⁵⁸ sobre o Norte do Paraná na década de 1950, informações valiosas sobre a presença de gaúchos nessa região do estado: “[...] a região vem recebendo, recentemente, um influxo povoador partindo de Campo Mourão, de colonos gaúchos e catarinenses que, atraídos pelo renome do Norte do Paraná, abandonaram suas policulturas para tentarem o café”. Nesse sentido, essa afirmação nos leva a acreditar que, de fato, o norte-paranaense também recebeu um contingente de gaúchos, motivados pela expansão cafeeira e que mesmo, posteriormente, esse fato não tenha contribuído para um crescente fluxo de migrantes para a região, não pode ser desconsiderado nos estudos populacionais do Paraná, agregando assim, novos elementos na análise do processo T-D-R.

Hiera e Vercezi (2010) ainda comentam sobre as diferenças de princípios e valores dos migrantes gaúchos e paulistas com relação à exploração do ambiente: enquanto os gaúchos que habitavam o Sul/Sudoeste do Paraná se dedicavam à policultura e buscavam preservar as áreas onde a mecanização era inviável, como em vertentes muito inclinadas, os paulistas que colonizaram o Norte do Paraná derrubavam grande parte da floresta no intuito de aproveitar todo pedaço de terra disponível, principalmente, em áreas mais altas para o cultivo do café e mais próximas aos rios para pastagens e outras culturas. Como resultado, os autores retratam que o desmatamento que ocorreu no Paraná em virtude do processo de colonização dos colonos da Frente Paulista foram os que mais prejudicaram a cobertura vegetal do Paraná.

Ao ilustrar essa diferença no processo de ocupação, reiteramos que o Paraná não pode ser compreendido de forma homogênea, pois, dentro do próprio estado, conseguimos verificar diferenças marcantes em um mesmo território. Assim, à luz das múltiplas influências culturais que possibilitaram a sua heterogeneidade inter-regional, devemos nos atentar para os grupos que estão inseridos nessa região e que merecem estudos mais detalhados, de modo com que isso contribua para respeitarmos e conhecermos mais a nossa própria identidade territorial enquanto sujeitos multiculturais. A presença dos migrantes gaúchos na região Norte do Estado denota bem essa necessidade, pois, marcam sua territorialidade através dos CTGs e

⁵⁸ Artigo publicado originalmente no Boletim Paulista de Geografia, n.22, março, 1956, p.55-97.

outros aspectos, em uma região amplamente caracterizada pelos colonizadores paulistas, ou seja, conseguem preservar sua cultura mesmo sob uma gama variada de influências.

3.3 A territorialização dos CTGs no Paraná

Como anteriormente mencionado, os gaúchos têm uma cultura extremamente expansionista e por esta razão é comum ver a presença de CTGs em diversos países e também pelo território brasileiro. No caso do Paraná, o surgimento do primeiro CTG nos remete ao ano de 1958, no município de Ponta Grossa, localizado no Centro-Oriental paranaense, ou seja, apenas dez anos após a fundação do primeiro CTG do Brasil, em Porto Alegre. Denominado de “Vila Velha”, este CTG surgiu em um momento no qual se fortalecia a difusão da cultura gaúcha fora dos limites do Rio Grande do Sul.

Interessante evidenciar que o surgimento desse espaço de materialização da cultura gaúcha no território paranaense não chegou em função da ocupação empreendida por gaúchos e catarinenses através da *Frente Gaúcha* no Oeste/Sudoeste do estado, mas sim em outra região mais antiga e que teve várias cidades fundadas a partir do *Tropeirismo*, como é o caso de Ponta Grossa. Reafirmamos assim, as aproximações culturais entre Rio Grande do Sul e Paraná a partir desse ciclo econômico que contribuiu de forma incisiva para a difusão da cultura gaúcha entre os paranaenses. Com a construção do CTG Vila Velha, efetiva-se, portanto, uma relação intercultural desses dois estados sulinos.

A fundação do CTG em Ponta Grossa surgiu em um contexto de expansão econômica da região, na qual a pujança desenvolvimentista, atrelada à modernidade, despontava novos elementos culturais vinculados ao sentimento saudosista dos gaúchos reterritorializados a partir das suas tradições, ao mesmo tempo em que objetivavam preservar parte de suas referências identitárias, conforme Sopelsa (2003). Ainda segundo a autora, nos primeiros anos de funcionamento do CTG, embora já se notasse a presença de não-gaúchos fazendo parte das atividades tradicionalistas, o acesso a este espaço ainda era restrito e voltado a um grupo seleto de convidados, ou seja, os gaúchos já começavam a territorializar o tradicionalismo em território paranaense.

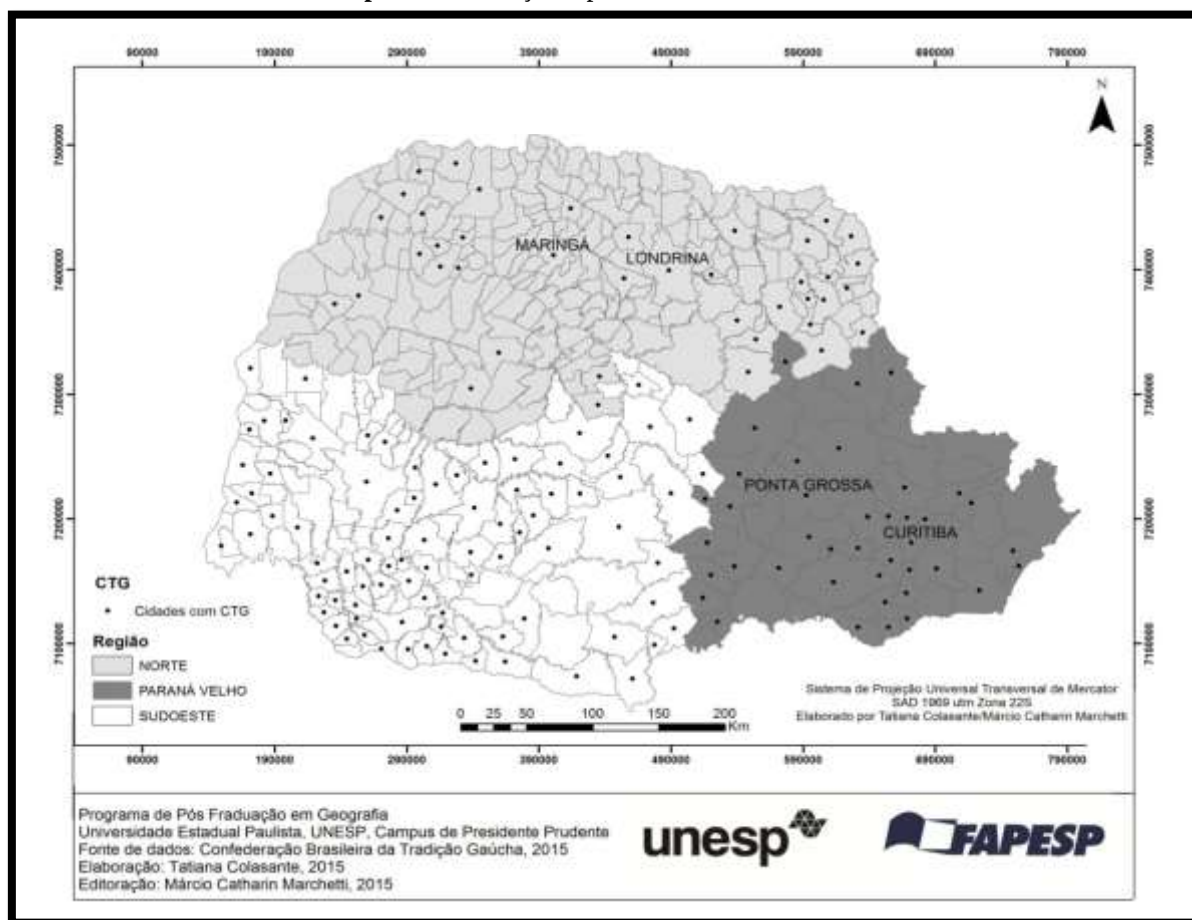
Mesmo que este primeiro CTG tenha sido instituído de forma oficial, com registro em cartório, o MTG, enquanto “[...] associação civil e cultural, sem fins econômicos, com jurisdição em todo o Estado do Paraná [...] constituindo-se na Federação dos Centros de Tradições Gaúchas devidamente constituídos e regulares” (MTG-PR, 2008, p.1) só fica instituído no estado em 05 de dezembro de 1975, quando já se notava uma expansão dos CTGs por esta região. O processo de expansão da territorialidade gaúcha fora do Rio Grande do Sul mediante a instituição de CTGs e a disseminação dos seus *códigos culturais* via MTG, ocorre de forma quase simultânea no Paraná e em Santa Catarina.

A respeito do surgimento do MTG-PR, somente temos o indicativo do seu ano de fundação. Informações buscadas em contato telefônico e via e-mail com a secretaria administrativa da instituição, que tem sede em Curitiba, foram escassas e não existe um resgate histórico nem mesmo no *site* do MTG-PR⁵⁹ relatando esse importante momento para a história da migração gaúcha para o estado, como observamos em outros sites como o MTG-SC, que busca retratar com mais detalhes o contexto de formação dessa instituição naquele estado. As informações desse período foram conseguidas somente via entrevistas com gaúchos de Maringá, pioneiros na fundação de CTGs pelo Norte do Paraná, conforme descrevemos nos tópicos subsequentes. A partir dessa iniciativa, em Ponta Grossa, outros CTGs começaram a surgir no Paraná, consolidando assim, a territorialidade gaúcha no estado (Mapa 6).

Apesar de haver uma convergência de um fluxo migratório gaúcho para o Oeste/Sudoeste do Paraná, o qual havíamos mencionado na *Frente Gaúcha* de colonização e ocupação territorial, o município de Francisco Beltrão, que foi a sede da CANGO em 1943, teve o seu primeiro CTG fundado no final da década de 1960, de acordo com Mondardo (2009). Já os CTGs do Norte do Paraná, de forma geral, remontam à década de 1980. Alguns deles, como em Apucarana e Cornélio Procopio encontram-se desativados. Nos casos mencionados, existem indícios de que as dificuldades financeiras se sobrepuseram à vontade de reavivar as tradições gaúchas.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.mtgparana.org.br>, acessado em 20 jun. 2015.

Mapa 6. Distribuição espacial dos CTGs no Paraná.



Fonte: Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha (2015). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2015).

Sobre o encerramento das atividades do CTG de Apucarana (distante cerca de 60 km de Londrina sentido Maringá), um dos ex-frequentadores, o Sr. Daniel nos relatou a falta de empenho por parte dos associados e gestores: “Até seis meses atrás tinha baile. Não tem público nem renda. Não tem incentivo, não tem muito gaúcho. Não se interessam, não tem compromisso, não querem ser voluntário”. Entretanto, os CTGs localizados na região, Londrina e Maringá, não apresentaram essas dificuldades, provavelmente, pelo empenho dos seus gestores que buscam alternativas para as adversidades encontradas na administração destes espaços.

Falar em culto às tradições na atualidade implica em resgatar elementos que, muitas vezes, vem sendo esquecidos ou deixam de ser utilizados frente às rápidas mudanças às quais nos deparamos numa sociedade cada vez mais virtual. Isso, de certa forma, pode explicar a suposta falta de interesse das gerações atuais em participar de espaços como os CTGs, nos quais se procura ainda manter a tradição gaúcha, como nos relatou o patrão do

CTG Rincão Sulino, de Londrina-PR. Essa dificuldade se torna ainda maior quando se trata de municípios do norte-paranaense que a princípio não possuem uma identidade territorial definida, dito de outra forma, possuem múltiplas identidades.

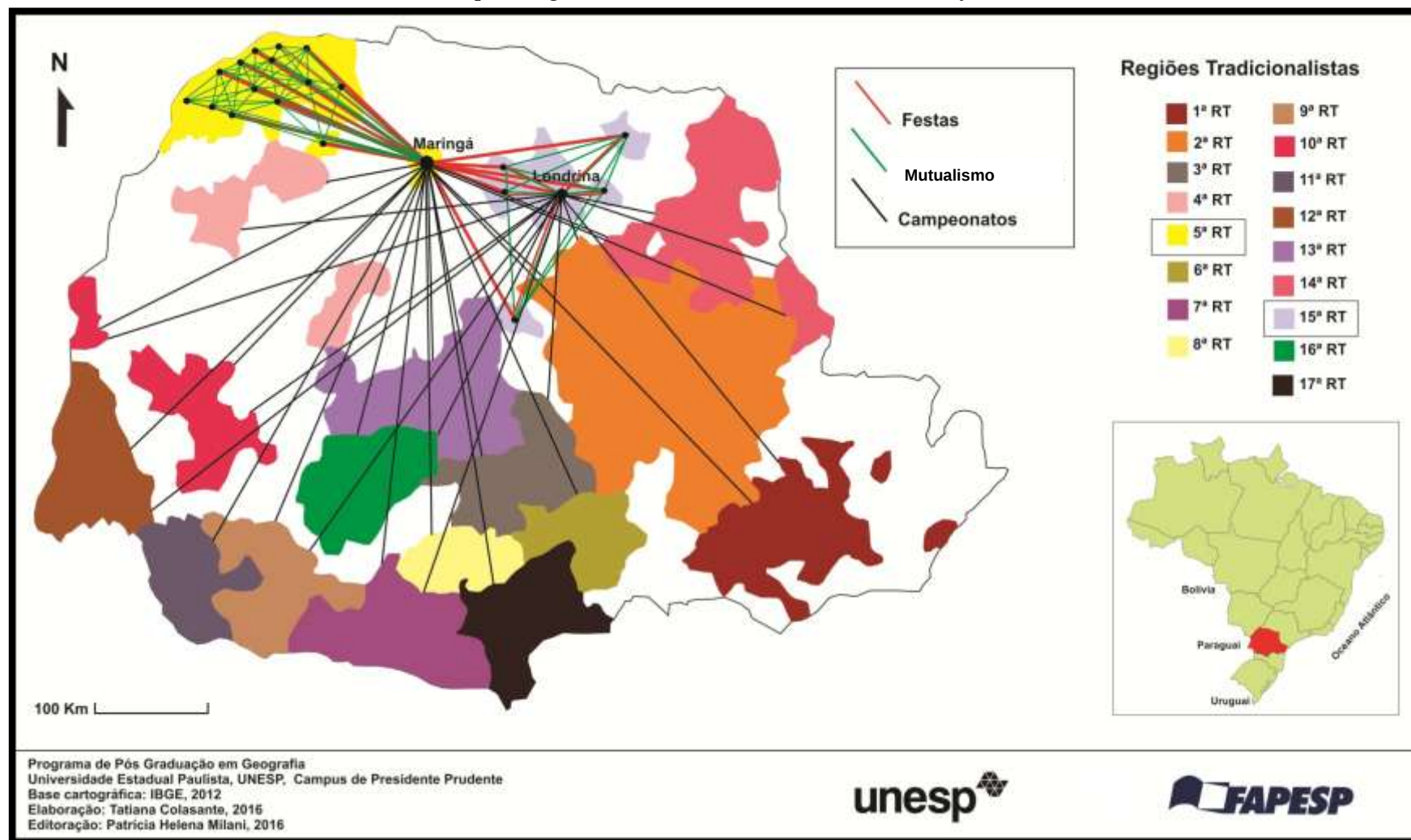
3.4 O CTG como expressão da territorialidade da cultura gaúcha em Londrina e Maringá

Desde a sua origem, os CTGs são fundados como forma de preservação e divulgação da cultura gaúcha. O CTG é o centro da cultura gaúcha que delimita um espaço no qual são aplicadas regras de condutas próprias e regimentos que ditam as atividades e os princípios a serem obedecidos pelos associados. Compreender o funcionamento dos mesmos no Norte do Paraná, evidenciando suas singularidades, é fundamental para discutirmos *a posteriori*, a ligação cultural dos migrantes gaúchos com estes espaços e até que ponto a cultura gaúcha se limita aos CTGs. Além disso, resgatar a história dos CTGs de Londrina e Maringá auxilia na discussão da identidade gaúcha no Paraná.

É importante destacar que o tradicionalismo gaúcho é um movimento organizado a partir de uma estrutura hierárquica e que tem leis e regras próprias. Inclusive, existe uma regionalização específica no que se refere ao agrupamento dos CTGs nas chamadas Regiões Tradicionalistas (RTs). Este tipo de divisão leva em consideração a proximidade espacial e não os critérios estabelecidos oficialmente pelo governo. Assim, Londrina e Maringá que se encontram no Norte do Paraná para o IBGE, não pertencem à mesma RT. O MTG possui um presidente na capital, Curitiba, e 17 coordenadores nas Regiões Tradicionalistas (RTs) espalhadas pelo estado (Mapa 7).

O CTG Rincão Sulino encontra-se na chamada 15ª RT, juntamente com os CTGs dos municípios de Santa Cecília do Pavão, Cornélio Procopio (inativo), Arapongas, Apucarana (inativo), Rio Branco do Ivaí e Rolândia. Já Maringá encontra-se na 5ª RT, juntamente com os municípios de Paranavaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Loanda, Planaltina, Terra Rica, Paraíso do Norte e Nova Londrina. Os padrões do CTG realizam reuniões mensais com os coordenadores da sua RT. Assim, o MTG garante o poder sobre os seus subordinados, fiscalizando as suas atividades.

Mapa 7. Regiões Tradicionalistas do Paraná e suas articulações.



Fonte: Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2015). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

Do ponto de vista da relação entre os CTGs de Londrina e Maringá, identificamos três tipos de caráter intra e inter-regional: as festas, o mutualismo e os campeonatos. No primeiro caso, o fator condicionante é a proximidade espacial. Assim, representantes e frequentadores do CTG de Londrina prestigiam festas dentro da sua própria RT e também do CTG de Maringá exclusivamente, já que os outros CTGs da RT de Maringá ficam muito distantes para serem visitados apenas para festas. Da mesma forma, acontece com o CTG de Maringá. Assim, a relação é intra e inter-regional. Com relação ao mutualismo, estamos compreendendo como uma relação de parceria com a finalidade de obter um bem em comum. Trata-se de uma relação intrarregional porque acontece somente entre os CTGs da mesma RT porque precisam unir esforços para conseguir uma boa classificação e ir para os campeonatos que acontecem entre as diferentes RTs do estado.

Os campeonatos já possuem um caráter de relação inter-regional, já que cada RT compete com as demais. No entanto, compreendemos a rede de tradições gaúcha no Paraná como incompleta porque as relações não se acabam aí. Após a realização dos campeonatos regionais, existem os campeonatos nacionais, nos quais saem os melhores do país em diferentes modalidades. Assim, a dimensão reticular se torna mais complexa porque vai ser interligada a mais redes de outros estados até ser relacionada com toda a rede gaúcha do país. Isso demonstra o alcance de cultura gaúcha e a importância de nos atermos também aos grupos minoritários que geram novos pontos e nós nessa malha territorial.

Ao realizarmos a pesquisa de campo, visitamos os CTGs Rincão Sulino de Londrina e o CTG Rincão Verde de Maringá e entrevistamos os seus representantes para saber sobre a fundação desses espaços e compreender melhor como estão estruturados. Mesmo sem sede ainda, conversamos com o responsável pelo CTG Novas Coxilhas de Londrina que nos explicou seus planos para a execução desse novo espaço de valorização da cultura gaúcha no município e que será um espaço diferenciado do CTG Rincão Sulino, podendo assim, trazer novos elementos de discussão da identidade territorial gaúcha e uma nova conformação para a rede de tradições gaúchas ao direcionar fluxo e informação para esse outro espaço.

3.4.1 O CTG Rincão Sulino de Londrina-PR

Sobre o CTG Rincão Sulino, em Londrina, a nomenclatura mescla elementos regionais gaúchos, ao mesmo tempo em que faz referência ao município no qual está localizado. Para Oliveira (2005, p. 232), a palavra *rincão* é utilizada para designar: “Na campanha gaúcha qualquer porção de campo onde haja arroio, capões ou qualquer mata”. Nesse sentido, observamos que a nomenclatura dos CTGs obedece a uma lógica nominal que remete sempre a aspectos da cultura gaúcha. O *sulino* vem complementar à localização geográfica do CTG londrinense.

A entrevista que realizamos com o patrão do CTG Rincão Sulino (Foto 5), ocorreu nos momentos que antecederam uma festa de Churrasco Fogo de Chão, que rememora a culinária típica gaúcha e atrai pessoas de toda a região. Todos os voluntários estavam trabalhando com a preparação das carnes e outras guarnições que seriam servidas, além da montagem de equipamentos de som para apresentação de um grupo de música gaúcha.

Foto 5. O patrão do CTG Rincão Sulino de Londrina, com sua esposa.



Fonte: Tatiana Colasante (2014).

Acomodados no galpão que abriga o salão de baile, demos início à entrevista. O patrão, que estava *pilchado*, nos recebeu para contar a história do CTG. De tempos em tempos, éramos interrompidos com a intervenção de um ou outro frequentador, seja para decidir alguns detalhes da festa ou para colaborar com a entrevista, fornecendo informações adicionais. De início, o patrão nos relatou sobre a história da formação do gaúcho, enaltecendo as mudanças na concepção do *ser gaúcho*:

Na verdade, se você for ver mesmo, na história, o gaúcho era um cara totalmente mal visto. O RS na época foi desenvolvido pela pecuária e com venda de gado que se chamava charqueada. O charque ia para a Europa, exportava-se para vários países. E os caras que trabalhavam no campo, montavam a cavalo, mexiam com gado para não usar calça, fizeram uma roupa folgada que depois deram o nome de bombacha. Só que esses caras que trabalhavam no campo, eles não matavam só os animais, eles iam roubando o que eles podiam, pegando dali, pegando daqui, tipo índio, cigano [...]. Então era mal visto. Quando viam um cara com roupa de gaúcho, já falavam: “olha lá, estão vindo os gaúchos, estão chegando os gaúchos!”, então não era bem visto. Aí o gaúcho começou a mostrar que não era bem por aí, foi desenvolvendo a cultura da dança, o folclore, foi moldando o gaúcho de uma outra forma, por isso, hoje, graças a Deus, o gaúcho é bem visto, bem quisto porque eles mudaram, porque era muito mal visto. Os gaúchos eram considerados ladrões de gado naquela época.

Outro colaborador da entrevista, o ex-patrão do Rincão Sulino, o Sr. Roberto, de 76 anos, nascido em Lins-SP e profundo conhecedor da cultura gaúcha desde a infância, destaca a vontade de trabalhar do gaúcho: “[...] gaúcho é bicho bruto mesmo [...]. Meu irmão está lá no Piauí. De repente chegou um bando de gaúcho lá, já abriram um CTG [...]. Eles não têm dia nem hora pra trabalhar: trabalham dia e noite”. Segundo ele, a cultura gaúcha é muito fácil de assimilar porque preserva valores comuns a todas as pessoas. O Sr. Roberto acredita que podemos compreender a cultura gaúcha a partir de uma “pirâmide” composta por três elementos essenciais: a família, a sociedade e o Estado:

Essa pirâmide é importante para o gaúcho. Na formação dele (gaúcho), era aquela mistura de índio com português e com espanhol. Os primeiros que foram criados na tribo eram muito unidos, muito familiares [...]. Você vai numa tribo de índio [...], senta à noite, começa a conversar, toma chá ou toma aquelas folhas que eles mastigam, você fica ali batendo papo em volta de uma fogueira e muito unido com a **família**. Então, a união da família veio dali. Para a sociedade, eles (gaúchos) foram um pilar muito grande nas defesas de guerras gaúchas. Esse mestiço era um cara forte, resistente, aguentava frio, aguentava chuva. Você dava um pedaço de charque e ele (dava) para o cavalo dele. A mesma manta que ele botava no cavalo, ele dormia. Na lança, não era uma lança, eles davam uma chaira que servia para cortar, para fazer tudo e na hora da briga, eles arrumavam um bambu, enfiavam o cabo dentro, amarravam e faziam uma lança. Esse cara era feroz, então eles defenderam a **sociedade** violentamente. E depois, quando eles tentaram se desligar da **União** [...] fizeram então a defesa da pátria muito bem feita. Por isso é o tripé que apoia a tradição. **É uma tradição correta** porque apoia até hoje as coisas que a sociedade

pratica que é cuidar da família, da sociedade...(Roberto, ex-patrão do CTG Rincão Sulino, grifo nosso).

Novamente, temos uma visão de superioridade com relação ao CTG que é construída a partir da ideologia de uma *identidade legitimadora*, como classificam Castells (1999) e Thompson (2011) na qual as relações de dominação são percebidas como legítimas, justas e dignas de apoio. Os *dispositivos do poder* atuam alicerçados a partir da ideologia e normatização e ficam evidentes quando os entrevistados passam a considerar os CTGs como espaços imaculados do restante da sociedade, sempre exaltando os valores positivos da entidade. Conforme o patrão, Sr. Oliveira, nos relata, o CTG londrinense foi fundado em 1992. Naquela época, houve uma mobilização de gaúchos que vieram para a região e sentiram a necessidade de fundar um CTG segundo ele mesmo nos conta:

[...] a gente costuma dizer aí que onde tem mais de cinco gaúchos, já funda um CTG. E aqui, obviamente, tinha mais. Não só gaúchos, mas adeptos à tradição gaúcha, então, em função disso aí, houve o entendimento de que deveria ser fundado um CTG. Aí foi solicitado na época, junto ao município uma área para ser fundado o CTG. Então, na época nos foi cedido essa área aqui, a gente começou a construir. Na época era bem mais simples, menor, obviamente, e à medida que o pessoal foi aderindo e realmente foi desenvolvendo a tradição gaúcha aqui na região, a gente foi ampliando.

A respeito da construção do CTG, Roberto complementa que foi um trabalho árduo, construído pelos próprios membros da entidade: “Isso aqui nós entregamos no braço, nós não tínhamos guincho. Você precisa ver o sacrifício que foi pra levar uma madeira dessas lá pra cima!”. Eles nos conta que as madeiras utilizadas para a construção do CTG foram de doação e levaram mais de dois anos para que a infraestrutura ficasse pronta (Foto 6). Hoje, conta com orgulho que o espaço é extremamente bem montado e que em mais de 20 anos de funcionamento nunca precisou de reparo, salvo em caso de ampliação.

Também destaca que os frequentadores assíduos do CTG são bastante empenhados em se dedicar aos eventos, de forma geral. Ele mesmo, no dia em que foi realizada a entrevista, conferiu todas as mesas para verificar se estava faltando alguma coisa para receber o público para o almoço. Segundo Roberto, administrar um CTG é algo que deve ser levado a sério e não pode ser movido por uma vontade instantânea. De acordo com ele, às vezes aparece um grupo querendo abrir um CTG novo: “Eu digo: ‘gente, não vai pra frente, não dura nem dois anos!’”. Na época em que nós construímos era diferente, era um grupo coeso que punha dinheiro do bolso. Por dois anos, a gente trabalhou para o CTG”.

Segundo ele, atualmente, o CTG possui um tamanho satisfatório para atender as demandas dos frequentadores. O CTG de Londrina não é utilizado somente por residentes no município, mas é muito procurado também por simpatizantes da cultura gaúcha de outros municípios próximos, como Cambé, Rolândia e Apucarana, que buscam resgatar suas raízes nesses espaços ou apreciar o modo de vida gaúcho. Apesar de não ter atividades campeiras devido ao pequeno espaço, o CTG possui cerca de 30 laçadores que se apresentam em rodeios gaúchos em todo o Paraná e já ganhou vários títulos estaduais. Possui também um grupo de dança folclórica.

Destacamos que o CTG de Londrina, diferente da concepção original de um CTG nos moldes do Rio Grande do Sul que se localiza em uma área rural já que remete à cultura campeira e é comumente frequentado por fazendeiros, o CTG de Londrina se localiza na área urbana e possui um público muito diversificado e sem a participação de grandes fazendeiros conforme explica Roberto.

Foto 6. Mosaico demonstrando a fachada do CTG Rincão Sulino, à esquerda, onde podemos ver a estrutura em madeira. À direita, o Salão de Bailes, com piso em madeira, em referência aos CTGs do RS.

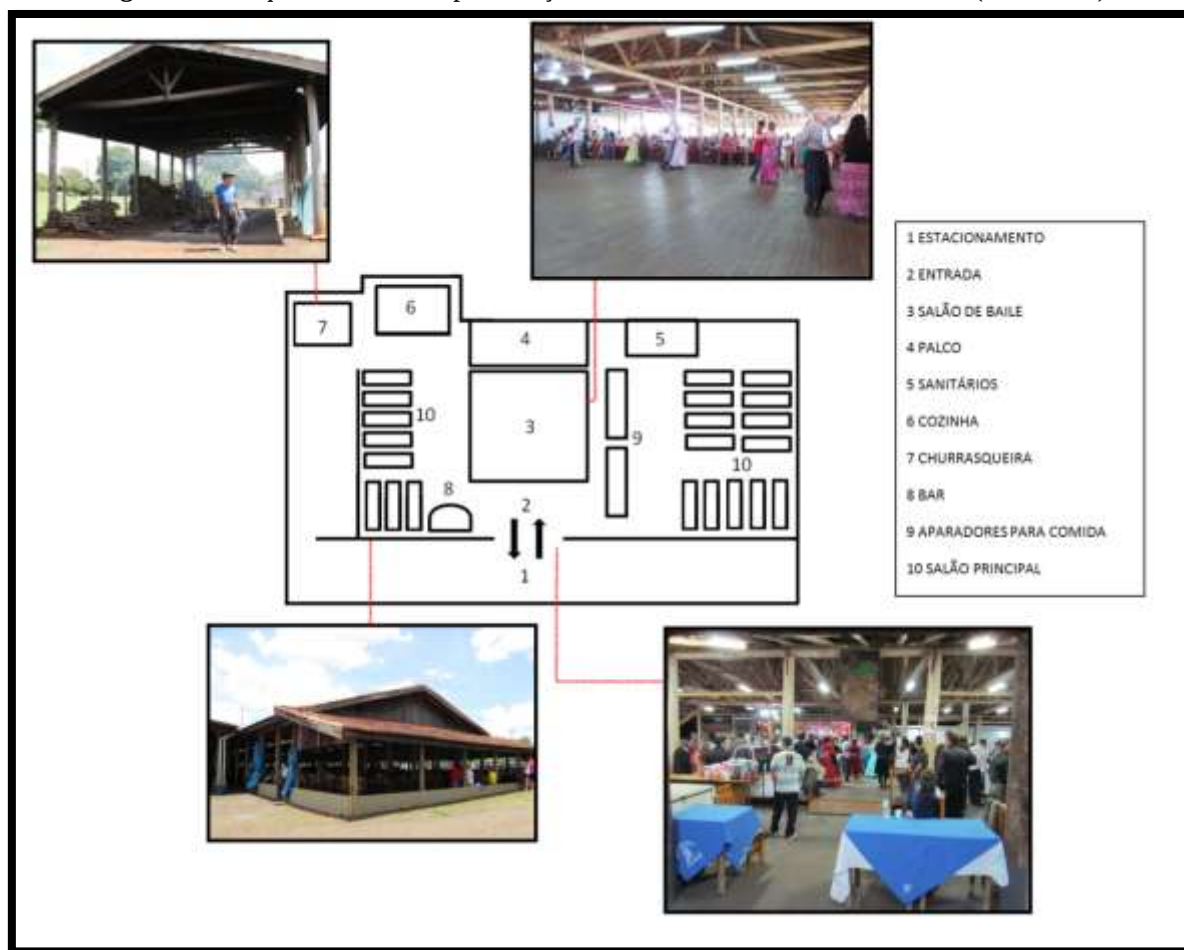


Fonte: Tatiana Colasante (2014).

A área total do CTG é de 10 mil m², dos quais 3 mil m² são de construção e o restante é de estacionamento, com capacidade para aproximadamente 300 veículos. O espaço consegue abrigar entre 1000 e 1200 pessoas. Apesar disso, o CTG não loca o espaço para eventos que não são do CTG. Segundo o patrão, há algum tempo atrás, isso era feito, mas

devido a algumas experiências ruins, sobretudo, com festas universitárias, decidiram não locar mais o CTG para eventos externos. A sede do CTG de Londrina é mais voltada para a parte social, ou seja, para as festas. Não possui biblioteca nem cancha de bocha. A infraestrutura se resume à cozinha, banheiros, salão de baile e um galpão com churrasqueira onde são assadas as carnes para as festas (Figura 17).

Figura 17. Croqui ilustrado de representação do CTG Rincão Sulino de Londrina (sem escala).



Elaborado por: Tatiana Colasante (2016).

Com relação ao número de associados, são cerca de 80 sócios. De acordo com o Sr. Oliveira, alguns deles não frequentam o CTG porque se associaram e mudaram para outra cidade, ou seja, são considerados inativos, pois, não participam das atividades. Para se associar ao CTG, ele nos conta que é necessário preencher uma ficha com dados pessoais que se encontra no *site* do CTG. Após isso, é feita uma reunião para decidirem se o cadastro do pretendente a sócio será aprovado. A preferência pelos novos sócios é de moradores de

Londrina e que sejam indicados por algum frequentador do CTG. De acordo com ele, os associados não pagam mensalidade.

O CTG se mantém através de 02 eventos em média por mês, sobretudo, por intermédio de parcerias com cooperativas, sindicatos e igrejas (Figura 18). Além disso, a maioria das pessoas que participa frequentemente do CTG ajuda nos eventos como voluntários: “Embora não pareça, aqui tem um custo alto de manutenção porque a gente tem caseiro, tem outras despesas [...] e a gente costuma se manter por esses eventos... parceria”.

Figura 18. Convite para o Churrasco Fogo de Chão no CTG Rincão Sulino de Londrina no qual visualizamos a menção sobre a parceria com uma Igreja.



Fonte: CTG Rincão Sulino (2015). Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctg.rincaosulino?fref=ts>>. Acesso em 23 jun. 2015.

Só para constar, o Rincão Sulino não possui uma secretaria e os arquivos que poderiam conter informações mais precisas sobre os associados, como município de origem, nem mesmo o patrão do CTG sabe informar onde estão. Entretanto, ele informa que aproximadamente 80% dos associados é nascido no PR e em outros estados: “Gaúcho mesmo, nascido no RS são poucos. Tirando a mim que sou o patrão, eu diria pra ti que nem conheço (gaúcho)”. Logicamente, trata-se de um modo de expressão para enfatizar a pouca quantidade de sujeitos nascidos no Rio Grande do Sul em comparação aos *paranaúchos* que frequentam o CTG porque ele mesmo indicou, posteriormente, outros conterrâneos para a entrevista. A respeito do que é ser gaúcho, na visão do CTG, o patrão faz a seguinte observação:

Eu sou nascido e criado no RS, mas nós costumamos dizer que para ser gaúcho não basta ser nascido no RS, porque quem nasce no RS é o rio-grandense. Então, gaúcho é um estado de espírito, o cidadão que se identifica com a cultura originária do sul e aí você passa a ser gaúcho [...]. Precisa aderir à tradição, às danças folclóricas.

O CTG Rincão Sulino está filiado ao MTG-PR e realiza sua eleição (Foto 7) a cada dois anos para escolha do patrão e da *patronagem* (Diretoria). Como previsto em seu regulamento, pode ocorrer reeleição, desde que o mandato não ultrapasse quatro anos. Quem tem poder de voto são os associados somente. Embora seja um espaço para serem cultivadas as tradições gaúchas, os sujeitos que administram o CTG nem sempre são nascidos no Rio Grande do Sul. Especificamente, o atual patrão, é nascido no RS, mas alguns antecessores eram nascidos no PR. Alguns deles, inclusive, nunca estiveram no RS.

Foto 7. Eleição da Patronagem no CTG Rincão Sulino no dia 23/05/2013.



Fonte: CTG Rincão Sulino (2015). Disponível em <<https://www.facebook.com/ctg.rincaosulino?fref=ts>>. Acesso em 23 jun. 2015.

Assim, aquele sentido da constituição inicial do CTG como uma forma de resgatar os valores do campo se perde. Temos, portanto, uma cultura que é sempre reconstruída a partir de novos elementos onde essa cultura se reterritorializa. Cada CTG acaba se adaptando à realidade da região em que está localizado, como readequação do espaço ou menos rigorosidade com relação à vestimenta. Entretanto, os ideais dessa entidade perpassam a difusão da cultura gaúcha e busca, em suas atividades, manter os valores referentes aos preceitos morais, culturais e patrióticos.

Dessa forma, o CTG não é um espaço fechado para associados gaúchos, já que tenta expandir os valores defendidos a toda a sociedade. De acordo com o patrão do CTG, a participação de sujeitos não nascidos no Rio Grande do Sul em um espaço de reprodução da cultura, é vista como algo natural e que ocorre em outros estados também: “[...] São vários estados onde a tradição cultural é forte, mas no Paraná é porque é o vizinho mais próximo, quer dizer, o primeiro lugar é o RS na formação gaúcha, depois vem SC e depois PR. O pessoal vai aderindo automaticamente”. Portanto, não há nenhum conflito do ponto de vista cultural entre gaúchos nascidos no Rio Grande do Sul e “gaúchos” nascidos no Paraná, pelo menos no que se refere à convivência nos CTGs visitados.

Segundo o Sr. Oliveira, não existe um calendário fixo de atividades no CTG, somente o Baile de Aniversário (Foto 8) que acontece no mês de setembro. Todas as atividades sociais que acontecem no CTG são escolhidas pelo próprio patrão. Ele nos explica que embora o CTG tenha sido fundado no mês de julho, as comemorações de aniversário são feitas em setembro ou outubro, pois, são meses que não têm um frio tão intenso.

Foto 8. Apresentação musical durante o baile de aniversário do CTG Rincão Sulino em setembro de 2014.



Fonte: Tatiana Colasante (2014).

Sobre as *práticas performativas*, o destaque é o grupo de *invernada artística* que é formado por pessoas que participam do grupo oficial do CTG, com aulas de dança. Já quando ocorrem bailes, como o de aniversário, por exemplo, qualquer pessoa pode participar. Nestes casos específicos, pode dançar no salão até mesmo quem não estiver pilchado, conforme explica o patrão. Mesmo em dias de festividades mais informais, como o Churrasco Fogo de Chão, muitos se preocupam em ir pilchados ou de trajes sociais (Foto 9), enquanto outros acabam dançando sem se importar com a vestimenta (Foto 10).

Foto 9. Casal pilchado dançando em almoço no CTG Rincão Sulino.



Fonte: Tatiana Colasante (2014).

Foto 10. Pessoas dançando de forma descaracterizada no salão de baile do CTG Rincão Sulino.



Fonte: Tatiana Colasante (2014).

A respeito das dificuldades enfrentadas pelo CTG, o patrão nos conta que a maior delas é a organização de grupos de dança folclórica:

[...] nós temos adeptos, mas não são muitos. Grupos de dança folclórica é muito difícil. Quando se trata em formar grupos de dança folclórica no RS, a gente começa com mirim, criançadinha. Então aqui a gente tem bastante dificuldade em conseguir. A gente consegue só com mais certa idade, mais adulto.

De acordo com o Sr. Oliveira, os membros do CTG Rincão Sulino participam de congressos e convenções tradicionalistas que ocorrem em diversas regiões do país. A divulgação das atividades do CTG é feita, principalmente, por redes sociais, como o *Facebook* ou ainda através da divulgação local com a imprensa escrita. Sobre a articulação em rede do CTG de Londrina, embora o patrão nos relate que não existam atividades realizadas em conjunto com os demais CTGs da região, identificamos interações entre os CTGs sob a perspectiva de redes em diversas escalas, como as festas, o mutualismo e os campeonatos como mencionamos a partir do Mapa 7.

3.4.2 O CTG Novas Coxilhas de Londrina – PR

A entrevista sobre o CTG Novas Coxilhas foi com o patrão, o Sr. Ademir Souza e o ex-patrão, o Sr. Paulo Silva⁶⁰ em uma loja de móveis rústicos de sua propriedade. Tivemos muitas dificuldades em marcar a entrevista porque ele presta serviços para a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) capturando animais de grande porte, como equinos e bovinos, que ficam soltos pelas vias públicas e, por isso, quando solicitado precisa se deslocar rapidamente para fazer o serviço, pois, pode causar graves acidentes. Como é laçador profissional, é muito requisitado e, no dia da entrevista, ele se desculpou e disse que havia recebido uma ligação para capturar um cavalo que estava andando no meio dos carros em um bairro da zona leste da cidade. Mesmo com um tempo curto disponível, fez questão de fornecer as informações solicitadas e se mostrou solícito a contribuir com a pesquisa, assim como o ex-patrão Paulo, que ainda conversou conosco por um bom tempo após a saída do patrão.

A respeito do CTG Novas Coxilhas, devemos relatar que a sede ainda está em construção, portanto, não existe um público que participe nem atividades sendo realizadas. Somente no segundo semestre de 2015 é que, com a iniciativa do patrão, foi comprada uma área na qual estão sendo construídas pistas para as atividades campeiras (Foto 11). Trata-se de um projeto inicial, mas que pode vir a ter uma parte voltada para a realização de festas, nos moldes das que são realizadas no CTG Rincão Sulino. O termo “coxilha” se refere a “[...] campina com pequenas e contínuas elevações, arredondadas, típica da planície sul-rio-grandense, em geral coberta de pastagem, e onde se desenvolve a pecuária” (OLIVEIRA, 2005, p. 92). Assim, segue na mesma linha da nomenclatura dos outros CTGs, que sempre fazem referência aos elementos do Rio Grande do Sul.

Sobre o início do Novas Coxilhas, as informações não são precisas. Conforme o Sr. Souza, a fundação é de 04 de novembro de 1987, mas ele não tem informações sobre de quem foi a iniciativa de fundar o CTG, nem o contexto histórico do mesmo. Segundo ele, o Sr. Paulo assumiu a patronagem do CTG em 2003 e, em 2005, foi passado o cargo de patrão para o Sr. Souza. Mesmo o Sr. Paulo, que cuidava do CTG antes do patrão atual, não sabe nos contar a história do CTG.

⁶⁰ Nome fictício. Informação verbal obtida no dia 01/09/2015 na Loja de Móveis Rústicos Souza Marques, em Londrina-PR.

Foto 11. Etapa de terraplenagem para implantação da sede do CTG Novas Coxilhas.



Fonte: CTG Novas Coxilhas (2015). Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctgnovascoxilhas.londrina>>. Acesso em 19 out. 2015.

Como a sede do Novas Coxilhas não está pronta, o ex-patrão costuma participar de provas de laço representando o CTG Rincão Sulino. Como relata o patrão, “[...] nós temos o livro ata, mas já é o segundo livro ata, então nele ali não aparece [informações sobre fundação]. Mas foram feitas tantas assembleias, tantas reuniões que nós não sabemos onde foi parar esse primeiro livro, de fundação”. Ambos explicam melhor a história do Novas Coxilhas:

[Pergunta: Vocês possuem associados no Novas Coxilhas?

[Souza] Não, porque ele tava parado, nós assumimos né? Então nós só temos a patronagem e o conselho de vaqueanos (ex patrões). Agora quando tiver a nova sede já pode pensar em ter associado.

[Pergunta: E como você se tornou patrão? Teve uma eleição?]

[Souza] Primeiro quem assumiu foi o Paulo porque o CTG ia ser extinto.

[Paulo] A história do Novas Coxilhas foi assim: ele fechou, aí nós pegamos só a sigla dele porque o Novas Coxilhas antes tinha sede, tinha tudo, lá na Avenida das Maritacas (Conjunto Eucaliptos. Zona norte de Londrina).

[Souza]: é que o CTG lá, quando nós pegamos, ele ia ser extinto porque tinha dívidas e a área do CTG foi vendida e foi quitado todas as dividas [sic]... e todos os sócios majoritários, remidos, eliminou tudo, ia acabar, aí nos deixamos zerar todo ele [sic], aí o Paulo pegou o CTG de volta e puxamos pra cá, pra não deixar morrer.

Afinal de contas, quantos anos tinha né [o CTG]? Não podia deixar morrer. E é muito difícil montar um CTG... para acabar é fácil, mas para abrir é difícil.

[Pergunta: E por que ficou com tantas dívidas?]

[Paulo] Porque o povo que cuidava de lá não pagava IPTU, não pagava nada, aí foi enrolando tudo.

É interessante observar que a fundação desse CTG é anterior à do CTG Rincão Sulino, que foi fundado somente cinco anos depois. Até mesmo, quando estivemos no Rincão Sulino, o patrão de lá se limitou a dizer que o Novas Coxilhas era um CTG que estava parado e só tinha a parte campeira, o que torna ainda mais instigante desvendar quem foram os pioneiros desse movimento tradicionalista que chegou a Londrina, já que, de acordo com o patrão, Sr. Souza, não existe nenhuma relação histórica entre o CTG Rincão Sulino e o Novas Coxilhas. Nos parece que o CTG Novas Coxilhas até o presente momento, só tinha o nome fantasia porque o patrão e alguns amigos competiam vinculados a outros CTGs. O único destaque é que em 2013, o Novas Coxilhas organizou um grande evento no Parque de Exposições Ney Braga, em Londrina, para a realização do 1º Rodeio Crioulo Nacional. De acordo com Souza: “[...] até agora nós não tinha (sic) sede própria, só participava na casa dos outros [...]. Agora nós estamos construindo a sede do CTG, fizemos a terraplenagem, tá tudo pronto já”.

O Sr. Souza acredita que a construção da sede do Novas Coxilhas pode ser um atrativo para os gaúchos que não costumam frequentar os CTGs ou direcionar o público do Rincão Sulino para lá:

[...] quem sabe, com a gente fazendo ali (um novo CTG), um povo que tá meio afastado, acaba vindo. Não pelo patrão lá, o patrão lá é amigo nosso também tá? (Sr. Oliveira do Rincão Sulino). Ele é gente nossa daqui. Mas, às vezes, tem pessoas que tão ‘queimada’, que brigou por algum motivo, aí se vê outro CTG, acaba vindo [...] pra outro CTG porque tá afastado e não queria ir lá (no Rincão Sulino). Pode acontecer também, não tô dizendo que vai acontecer, mas pode. Pode puxar mais pessoas pra cá (para o Novas Coxilhas).

A área onde está sendo construída a sede no Novas Coxilhas possui cerca de 40 alqueires no total, como o próprio patrão explica: “[...] mas a [área] que a gente usa pro CTG é menos né? Não é necessário usar todo [...] vai ter parte campeira, parte artística, vai ter tudo lá”. De acordo com o Sr. Souza, a previsão é que o Novas Coxilhas seja entregue até 2017. Todo o investimento financeiro é do patrão, que é um grande campeão estadual na modalidade de laço (Foto 12).

Foto 12. Patrão Souza participando do 17º Rodeio Regional de Laço Comprido realizado de 04 a 06 de setembro de 2015, em Paraíso do Norte-PR.



Fonte: CTG Novas Coxilhas (2015). Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctgnovascoxilhas.londrina>>. Acesso em 19 out. 2015.

Geralmente, os prêmios regionais são distribuídos em dinheiro, que variam entre R\$ 200,00 e R\$ 6000,00 ou carros e motos, conforme a colocação do participante. Souza explica que pelo fato do CTG Novas Coxilhas não ter uma sede pronta, ele e a equipe costumam treinar em um dos canteiros de uma avenida, bem em frente à sua loja de móveis de madeira:

[...] São duas pistas e aí tem o canteiro no meio, então nós treinava (sic) aqui no canteiro. [...] a gente treinava na motovaca [...]. Você coloca a moto na frente, aí tem o rabicho que você engata, tem um “combão de 4 metros”, aí atrás é um boizinho certinho, tem a rodinha que a moto vai puxando. A gente só treina na motovaca. Hoje, no Paraná, e em muitos lugares, já tá tendo prova só na motovaca para não usar boi. Às vezes, tem falta de boi, tão fazendo prova na moto.

Sobre as atividades atuais do CTG, o Sr. Souza explica que todas as RTS têm um campeonato interno e seus próprios laçadores. Durante o ano, eles fazem rodeio para classificação. No final do ano, os melhores de cada região se unem para formar uma seleção. Essa seleção é formada em todas as RTS e a disputa estadual, geralmente, ocorre em

dezembro de cada ano. Os campeões paranaenses disputam em outro estado (no ano seguinte ou no mesmo ano) com outros laçadores e de lá saem os campeões brasileiros. No ano de 2014, o Rio Grande do Sul foi o primeiro colocado, seguido de Santa Catarina e do Paraná.

O patrão é nascido em Santa Cecília do Pavão, distante cerca de 50 km de Londrina, no sentido Sudeste. Ele conta que morou em Curitiba (que pertence à 1ª RT) antes de vir para Londrina e lá começou o interesse pelas competições de laço, desde 1988: “[...] eu comecei a fazer aula de dança e depois me levaram para um rodeio, aí eu comecei a gostar e continuei... e não larga mais né?”.

Questionado se o interesse pelo gauchismo vem de família, ele nega. Já, o ex-patrão, o Sr. Paulo, também paranaense, conta sua experiência com a cultura gaúcha: “[...] eu comecei assim: fui para Manoel Ribas, primeiro rodeio que fui... chegamos lá e falamos: ‘ah eu queria jogar corda aí, queria laçar’. Aí falaram: ‘você tem que comprar pilcha’. Aí comprei e sai pilchado de lá”. Nesse momento, o patrão interrompe a fala do amigo e nos questiona: “você sabe o que é pilcha?”. Afirmamos que sim. O ex-patrão ri e comenta com o atual: “Mas ela nasceu lá e não vai saber?”.

O Sr. Souza relata que costuma participar de Congressos e/ou Convenções Tradicionalistas que ocorrem por iniciativa do MTG. Indagado sobre a relação do CTG com o MTG, ele é enfático: “Na verdade, eles fazem só as leis. O MTG não ajuda as regiões (tradicionalistas), pelo contrário: nós pagamos uma anuidade, que é um salário mínimo pro MTG por ano e outro para o coordenador da região”. Essa crítica ao MTG-PR não foi feita somente por ele, mas também por um dos entrevistados que participavam de uma festa no Rincão Sulino.

Até mesmo o patrão de lá não se mostrou muito entusiasmado com a atuação dessa entidade, o que demonstra uma falta de articulação entre essas duas esferas, onde o MTG detém o poder sobre os CTGs que a ele estão subordinados e que não procura contribuir com o seu funcionamento nem levar em consideração suas necessidades. Sobre as dificuldades enfrentadas para manter o CTG, o Sr. Souza desabafa:

É que todos os CTGs são sem fim lucrativo, então quando tem um CTG que não tem nada para oferecer, como trazer alguém para o CTG? Então essa é a dificuldade: a prefeitura não ajuda, nenhum órgão ajuda no Norte do Paraná, principalmente, Londrina. Nenhum órgão ajuda você a fazer nada. Então, eu mesmo tô fazendo

sozinho, do bolso. Porque a gente tem um pouquinho de dinheiro, tá fazendo. Porque se fosse depender de órgão público, você não faz nada.

Quando começamos a conversar sobre a existência de gaúchos em Londrina, Souza comenta: “[...] aqui (em Londrina) para você ter uma ideia, tem 560 mil habitantes. Deve ter por aí uns 4 mil tradicionalistas. Porque tem aqueles que são tradicionalistas e aqueles (nascidos no RS) que não participam de nada”. Para o patrão, o importante é cultuar o gauchismo. Ele, mesmo sendo paranaense, se considera um tradicionalista, pois, convive no seu cotidiano com a tradição gaúcha. Sobre a migração gaúcha, faz um relato interessante:

[...] não sei se em 90, mas em maior parte do Mato Grosso, é tudo gaúcho que foram para lá e fundaram lá [...]. Eu tava vendo uma reportagem ontem, que o governo incentivou o povo ir pra lá pra abrir a Amazônia. Aí, primeira coisa: você tem que derrubar, derrubar e derrubar. Se não derrubar, eles vão te tomar sua área (sic), era tudo terra doada, sem papel tá? Aí o INCRA, a SEMA, os órgãos do meio ambiente falou (sic) assim: você tem que desmatar toda beira do rio. Por que? Por causa da dengue. Porque o foco da dengue era na beira do rio. Hoje, o desmatamento que tem lá na beira do rio foi porque eles pediu (sic) pra desmatar, pra dengue, pra afastar o mato da via. Hoje, tá o contrário né? E hoje, esse pessoal não pega o título da terra porque hoje eles tão em cima deles, porque eles desmataram toda área, então, eles estão como invasor, sendo que eles são fundadores e são todos gaúchos. Gaúcho e catarinense.

[Pergunta: E aqui no Norte do Paraná? Como vieram esses gaúchos?]

[Souza] Aqui é a mesma coisa, é gaúcho e catarinense.

[Paulo] Veja bem, aqui no Norte, não (tem) muito (gaúcho), porque as propriedades eram menor (sic), então era mais agricultura. Agora ali onde você falou (no Sudoeste paranaense) tem bastante.

[Souza] Ali (no Sudoeste paranaense) já tem bastante. Aqui (no Norte do Paraná) é porque é só soja e café, soja e café, então ninguém plantava pasto. Então não tinha atividade campeira.

[Paulo] Só que aí os gaúchos veio(sic) e virou tudo plantador de soja.

[Souza] Lá no Mato Grosso tem soja, mas é tudo dos gaúchos que foram pra lá. Só pra você ter uma ideia, tem CTG espalhado por todo o Mato Grosso [...] No Japão tem CTG! Então, não tem nada a ver: imagina japonês! [...] no Japão tem CTG, nos EUA tem CTG, é tudo de família que foram (sic) pra lá e acharam um esporte pra eles.

Tendo em vista que nos informaram que são poucos os gaúchos que vieram para o Norte do Paraná, perguntamos sobre a importância de se construir um CTG nessa região. Para o Sr. Souza, a finalidade de um CTG é divulgar a cultura do Rio Grande em outros lugares. Não só as provas de laço, que são o forte do Novas Coxilhas, mas outros elementos da cultura que as pessoas ainda não conhecem, pois, a cultura gaúcha é muito diversificada.

Sobre o que é ser gaúcho, na visão do patrão, ele explica: “[...] tem que ser um participante. Porque hoje pra ser um participante, [...] não precisa ser gaúcho. Pode ser um paranaense, um nordestino, um japonês... qualquer raça pode entrar no meio. O importante é participar”. Assim, da mesma forma que o Rincão Sulino, a visão do Novas Coxilhas sobre o gaúcho não está vinculada ao local de nascimento dos sujeitos, mas à sua participação ativa nos espaços de divulgação da cultura gaúcha, principalmente, nos CTGs.

3.4.3 O CTG Rincão Verde de Maringá-PR

Quem nos recebeu em Maringá para fornecer informações sobre a fundação do CTG Rincão Verde foi o Sr. José Ernesto Tavares, Diretor Social e um dos fundadores do CTG (Foto 13). Nascido no RS, é um homem extremamente literato e um profundo conhecedor da cultura gaúcha. Embora não seja o patrão do CTG, ele está envolvido em todo o funcionamento da entidade. Fomos recebidos na Prefeitura, no gabinete de um vereador que trabalha com ele. Destacamos que mesmo que a entidade se manifeste como distante de ideologias religiosas ou partidárias, é nítida a atuação política nesse CTG na atualidade e que frequentemente, recebe sujeitos vinculados a esta atividade em suas festas, ao mesmo tempo em que tem um dos seus mais importantes representantes no próprio centro do poder político de Maringá.

De acordo com o Estatuto do CTG Rincão Verde (1983, p. 1), a escolha do seu nome deveria levar em consideração elementos que remetessem “[...] à terra, ao povo, aos atos, à tradição, ou ao espírito gaúcho. Por outro lado, como Maringá está fora do Rio Grande do Sul, o referido nome deveria conter, ou traduzir um valor também da terra, do povo maringaense”. Dessa forma, Rincão Verde foi o nome escolhido porque a palavra “rincão” evoca um sentimento de amor e saudade do Rio Grande do Sul, enquanto “verde” diz respeito ao próprio município de Maringá, que é conhecido pelas suas grandes áreas verdes.

Conforme o Sr. Tavares nos relata, o CTG foi fundado em 07 de dezembro de 1983, através de um grupo de amigos, inclusive ele próprio, pela iniciativa do Sr. Remo Longo que veio de Campo Mourão, onde já tinha fundado um CTG. O Rincão Verde tem uma infraestrutura mais completa do que o CTG Rincão Sulino de Londrina, embora não tenha os

elementos que nos remeta à vida campeira, como observado naquele, que ainda mantém o grande galpão aberto, feito todo em madeira. O CTG Rincão Verde é uma estrutura fechada em alvenaria, com piso cerâmico, o que nos lembra muito mais um salão de eventos do que um CTG.

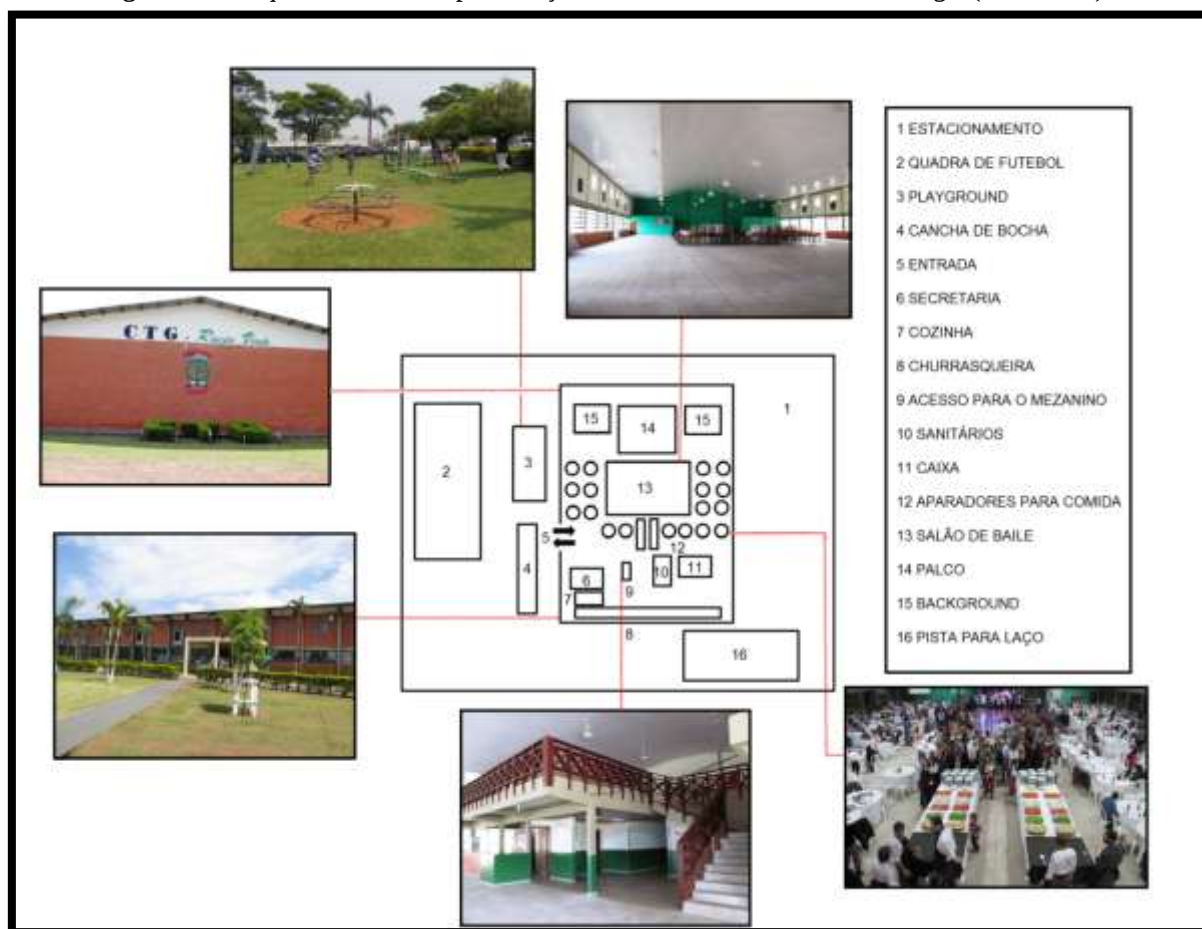
Foto 13. Fachada do CTG Rincão Verde de Maringá.



Fonte: Tatiana Colasante (2014).

A área externa conta com uma cancha para eventos campeiros, campo de futebol, cancha de bocha e a churrasqueira. Na área interna, estão: o salão de bailes, a biblioteca e a parte administrativa (Figura 19). Ao contrário do CTG de Londrina, o terreno do Rincão Verde foi comprado pelos fundadores e não cedido pela Prefeitura.

Figura 19. Croqui ilustrado de representação do CTG Rincão Verde de Maringá (sem escala).



Elaborado por: Tatiana Colasante (2015).

Ele nos conta que o CTG está em um processo de renovação dos frequentadores, principalmente, através do curso de dança de salão nos salões paroquiais das igrejas, já que outras formas de divulgação não deram o resultado esperado: “Nós formamos casais, que são os novos frequentadores, nós já estamos num processo aí de 600 casais e que através da dança [estamos] recuperando, renovando os simpatizantes”. Simpatizantes aos quais ele se refere, são justamente os sujeitos nascidos em Maringá ou na região, mas que são adeptos da cultura gaúcha.

Nesse sentido, as *práticas performativas* desempenham um papel essencial na captação de novos frequentadores, pois, além de serem uma forma de diversão, acabam contribuindo para que a cultura gaúcha seja divulgada. No entanto, o Sr. Tavares destaca que nem todos os casais que se formam, acabam frequentando o CTG. Mesmo assim, ele considera uma boa iniciativa: “Se 10% desse grupo ficar, você já em aí 60 novos associados pra formar nova diretoria”.

O Sr. Tavares destaca também as ações filantrópicas do CTG que seguem os ideais propostos na "Carta de Princípios" aprovada no VIII Congresso Tradicionalista, em 1961, uma referência para a fundação de todos os CTGs e que inclui uma atuação para o bem coletivo, a luta pelos direitos humanos e a fraternidade. Verificamos assim, que a territorialidade do CTG Rincão Verde acaba se estendendo a outras esferas sociais, ampliando ainda mais a sua rede de tradições gaúchas. Com isso, faz com o nome seja associado a ações beneficentes e continue a passar uma imagem de entidade com valores inquestionáveis.

Nós ajudamos muito as entidades filantrópica, assistencial. O CTG é grande parceiro em captar recursos, em fornecer apoio. Nós ajudamos muito a APAE e outras instituições. Porque ali não foram só gaúchos que fizeram [o CTG Rincão verde]. É um espaço que a sociedade ajudou. Então, se a sociedade ajudou, nós temos que ajudar essa sociedade, fazer a nossa parte, não deixar só para os governos, não só cobrar que a prefeitura não faz ou o estado não faz, o federal não faz. Nós vamos fazer nossa parte, sem reclamar, é somar! E no momento em que nós tiramos, através do apoio às entidades, as crianças que estariam nas ruas, onde estariam essas crianças?

Outra diferença do CTG de Maringá com o de Londrina é com relação à locação do CTG para eventos externos. No Rincão Sulino, as experiências com relação a isso foram negativas e na visão do patrão, acabam prejudicando a imagem do CTG, principalmente, quando as pessoas bebem demais e degradam o espaço. Já segundo o Sr. Tavares do Rincão Verde, embora a prática de locar o CTG para a comunidade externa não agrade a todos os associados, ele não vê outra alternativa frente aos altos custos de manutenção do espaço:

Tem associado que reclama quando você loca o espaço do CTG. Mas nós temos uma despesa de R\$ 18 mil por mês de manutenção, de funcionários, de IPTU. Nós temos 7 alqueires, então se a gente não locar pra terceiros, ficar naquele fanatismo, só de bombacha, já tinha morrido. O espaço do CTG é o maior espaço para eventos em Maringá, com estacionamento. O que é arrecadado é convertido em melhorias. Hoje nós temos um climatizador, trocamos o piso, colocamos forro. Daí nós precisamos também asfaltar na frente ali, ia ser R\$ 300 mil, daí conseguimos com o prefeito. É uma troca. Ninguém faz nada sozinho. Então, nós cedemos pra comunidade assim como eles nos ajudam com essa manutenção. Se fosse depender só das nossas festas, tava morto ou tinha que diminuir, vender toda aquele espaço e ficar num espacinho pequeno.

Essa reclamação dos associados em locar o CTG tem fundamento quando pensamos que a maioria dos CTGs tradicionais do RS realiza somente eventos relacionados à promoção da cultura gaúcha. Além disso, o próprio Rincão Verde, construído em um edifício de concreto e cheio de intervenções realizadas para esse tipo de demanda externa descaracteriza este importante referencial cultural que, originalmente, era construído no espaço rural. Podemos citar, inclusive, uma das entrevistadas de Londrina, quando indagamos

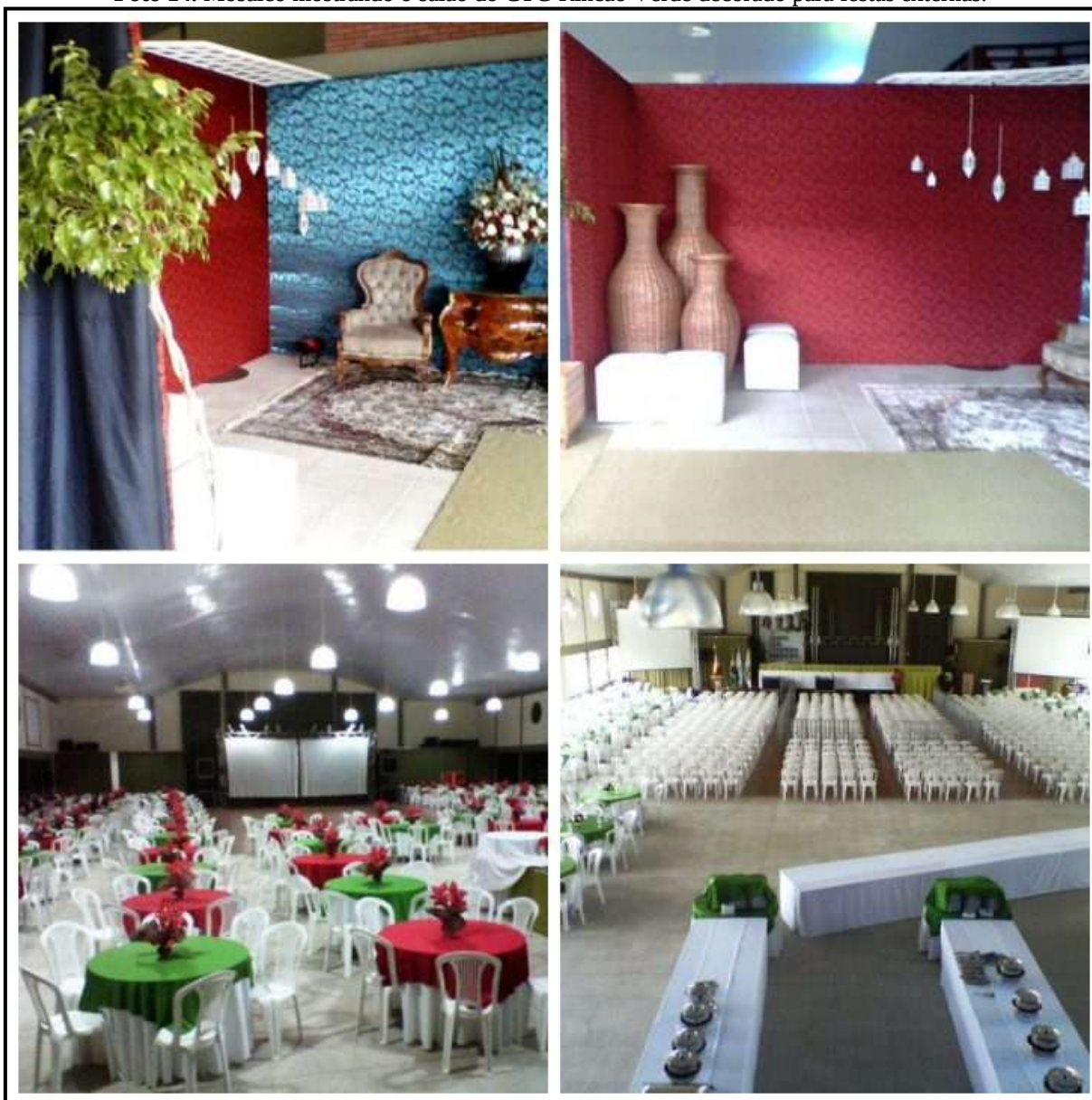
sobre as diferenças entre os CTGs do RS e do Paraná: “No Sul, a estrutura era mais rústica, como se fosse um galpão mesmo. Em Paranavaí, era um bloco de concreto, horrível” (Lígia, 42 anos, casada, arquiteta e urbanista).

Da mesma forma, podemos correlacionar com o de Maringá, que possui uma estrutura que comporta vários tipos de eventos, mas que visualmente não traduz a herança gaúcha. Temos, portanto, a conformação do CTG para fins mercadológicos. Com relação à locação do espaço, a maioria dos eventos que ocorrem lá são casamentos, aniversários e confraternização de empresas (Foto 14). A partir dessa constatação, nos vem algumas inquietações a respeito dessas diferenças entre o CTG Rincão Verde e do Rincão Sulino. Podemos afirmar que um segue mais a tradição do que o outro? Será que a descaracterização do Rincão Verde enquanto espaço da cultura gaúcha não é fator exclusivo mercadológico, mas reflexo de novos significados da territorialidade gaúcha no Norte do Paraná que vem se expandido através de novos associados e que, por isso, se faz necessário proporcionar certo conforto ao público?

Notamos que o CTG Rincão Sulino que busca se caracterizar como espaço campeiro e possui uma estrutura de madeira, encontra uma série de dificuldades, como a impossibilidade de realização de algumas festas durante determinadas épocas do ano por conta do frio. Em dias de chuva, também diminui o público porque a estrutura é aberta. Já no Rincão Verde, que possui uma estrutura mais moderna, conseguem dar condições ao público de frequentar o CTG em qualquer época do ano, independente de qualquer intempérie.

Em seus estudos sobre o *tradicionalismo* gaúcho, Oliven (1985) consegue, de certa forma, responder essas inquietações. De acordo com ele, os tradicionalistas propagaram uma identidade social para o gaúcho que se cristalizou no tempo e no espaço. Essa figura estaria imune às intervenções externas e deveria manter de forma íntegra seus valores antepassados. Dessa forma, os tradicionalistas acabam imputando juízos de valor sobre aquilo que é certo ou aquilo que é errado; o que é tradicional e autêntico, daquilo que é simulacro e assim por diante. O autor, no entanto tece uma crítica ferrenha a esse julgamento, pois, de acordo com ele, nem os tradicionalistas sabem diferenciar tradição, folclore, regionalismos, nativismo etc. Assim, não teriam propriedade o suficiente para conduzir e avaliar o andamento da cultura gaúcha. Novamente a identidade é imposta ideologicamente, já que os que ditam regras e estão no poder são pouco contestados.

Foto 14. Mosaico mostrando o salão do CTG Rincão Verde decorado para festas externas.



Fonte: CTG Rincão Verde (2015). Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctgrincao.maringa?fref=photo>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

Portanto, podemos considerar que, embora o CTG Rincão Verde em sua forma não lembre os CTGs originais do RS, que remetem a um passado que não existe mais, a sua função é igual aos demais CTGs, no que tange o cumprimento dos princípios regidos pelo MTG, como todo CTG que a ele é filiado. Inclusive, o Rincão Verde participa ativamente de convenções tradicionalistas e já sediou vários congressos. Outro aspecto interessante é que o Rincão Verde funciona como uma empresa, com todo o serviço terceirizado. De acordo com o Sr. Tavares:

Nós somos um dos poucos CTGs que trabalham profissionalmente. Nós temos funcionários. Enquanto Diretor Social, eu ligo lá [no CTG] pra eles, especialmente, nesses bailes. A gente tem uma parte altamente profissional. Nós paramos de ir pra cozinha, lavar louça, assar carne. Nós temos os assadores (...). Eu sempre defendo muito isso aqui, junto ao MTG que se crie uma consciência profissional. Senão, como eu vou sair daqui [do emprego], como o patrão vai sair do emprego dele pra cuidar das coisas? Como o outro vai sair da sua casa pra ir lá [no CTG]? Da minha casa até lá são 17 km. Minha filha sempre falava quando era pequena que era uma viagem. Você não pode estar todo dia lá, então você terceiriza, não terceiriza, você contrata e administra. É uma empresa. A administração, a execução dos nossos eventos, é tudo profissional. Por exemplo, agora no final do ano tem quarta, quinta, sexta, sábado e domingo evento. Já pensou a diretoria financeira que não ganha nada com isso ter que estar lá todo dia? Aí você perde o padrão de qualidade. É impossível manter uma estrutura como nós temos [...] se não for dessa maneira. Quando não era assim, era um caos.

Esta realidade administrativa é bem diferente do CTG Rincão Sulino, em Londrina, que só trabalha com eventos próprios e com voluntários. Logicamente, a partir do momento em que o Rincão Verde começou a locar eventos para a comunidade em geral, o trabalho aumentou e foi inevitável a necessidade de pensar e agir de forma profissional. Tal forma de administrar o CTG vem dando certo e o Sr. Tavares disse que não passam nenhuma dificuldade financeira para manter o espaço e pagar os funcionários regulares. Para ele, depender de patrocínio da prefeitura sempre envolve interesses em torno de favores e que não compensam.

Os favores ocorrem com algumas empresas, através de parcerias, como por exemplo, caso algum evento no CTG demande a instalação de tendas, buscam empresas que forneçam gratuitamente esse serviço e, em troca, fornecem alguns dias de locação gratuita para que estas empresas realizem suas confraternizações. Como forma de divulgação dos seus eventos, o Sr. Tavares explica que utilizam bastante a *internet (Facebook)* e a mala direta⁶¹:

[...] A maioria dos nossos eventos são (sic) o costelão. Nós temos 5 por ano. Aí o que a gente faz: se a gente divulgar, você não sabe quantas pessoas vão. Chega no dia, você acaba tendo um tumulto de gente ou um monte de comida que não tem ninguém pra comer. Um dia aconteceu um fato que aí agora a gente vende tudo antecipado, tem um grupo de associados, de parceiros. Um dia, a Rede Globo daqui tinha um espaço que divulgava as comunidades e me entrevistaram sobre um evento que nós tínhamos, um evento forte, que já tinha 2 mil convites vendidos. Inclusive, eu disse que não tinha mais, mas essa parte não entrou [na matéria]. Tive que colocar a polícia no dia, lá na frente para mandar as pessoas de volta. Deu mais de 3 mil pessoas que não tinham ingresso. Então, é muito desconfortável. O CTG é muito querido, é muito bem aceito, os pratos típicos aqui são muito bem aceitos, a sociedade gosta de ir lá. Você anuncia um evento, aí você perde o controle, você não sabe se vai vir muito. Então, vendemos tudo antecipado pra evitar esse tipo de

⁶¹A mala direta é uma forma de divulgação publicitária na qual se utiliza o cadastro de pessoas para enviar via correio ou e-mail folders de divulgação do evento/produto.

situação. Vende na hora também, mas aí temos um controle, pra gente manter o padrão.

Segundo informações da secretaria do CTG Rincão Verde, o espaço tem recebido um público de aproximadamente 500 pessoas em cada festa que organiza. Entretanto, assim como o Rincão Sulino de Londrina, não possui controle sobre informações dos seus associados, o que impede que saibamos exatamente o local de origem e a quantidade certa existente. Conforme uma das secretárias nos relatou, esse problema acarreta até em prejuízo para o CTG, pois, muitas pessoas vem buscar convites para festas e se dizem “dependentes” (já que os sócios possuem gratuidade nos eventos e têm direito de levar seus dependentes), mas, sem o controle, não conseguem saber se, de fato, a pessoa está falando a verdade. Inclusive, nem os funcionários da secretaria sabem onde estão as fichas cadastrais dos associados. Informaram-nos que providências estão sendo tomadas para melhorar o cadastro dos frequentadores.

Essa falta de organização dos CTGs é uma grande perda para o estudo da cultura gaúcha no Paraná, já que as informações ficam escassas e imprecisas. No caso do CTG Rincão Sulino, o caso é ainda mais grave, pois, não tem um acervo de memória do espaço, o que prejudica o entendimento da história da migração gaúcha. Já o Rincão Verde até possui uma biblioteca, mas as fotos antigas estão sem legendas e os funcionários não sabem informar quem são as pessoas ali retratadas, nem em que época foram tiradas as fotos.

Assim toda a riqueza patrimonial composta por essas imagens acaba sendo esquecida e perdida. Os mais jovens não vivenciaram aqueles tempos e não sabem contar a história do próprio CTG. Demos a sugestão ao CTG Rincão Verde de sistematizar as informações e até fazer do espaço da secretaria, um mini museu ou memorial devido ao seu grande acervo, que inclui fotos antigas e roupas usadas nas primeiras festas do CTG.

A respeito do “ser gaúcho” na visão do CTG Rincão Verde, o Sr. Tavares nos conta que “[...] o gauchismo [...] não é uma propriedade do Rio Grande, ele é muito mais um estado de alma, de sentimento, de pessoas [...]”. Ele lembra que, principalmente, nas aulas de dança gaúcha que o CTG propicia para a população da região, observa-se que em muitos municípios, como Sarandi (município limítrofe com Maringá), todos os alunos são paranaenses. Existe uma apropriação dessa cultura gaúcha de maneira muito forte e muitos

paranaenses acabam passando a cultura gaúcha (que não foi vivenciada *in loco*, mas apreendida) para os seus filhos através de grupos de dança mirim e juvenil.

Para o Sr. Tavares, o PR ainda não conseguiu uma identidade cultural, embora destaque que no Oeste, a influência gaúcha é muito grande devido à produção de soja que atraiu muitos migrantes. Destaca que até mesmo os mineiros que vieram pra o norte-paranaense acabaram incorporando a cultura paulista “[...] que é mais rápida, é mais dinâmica, mais comercial”, segundo ele. O Sr. Tavares complementa: [...] se você sair do PR, você não é identificado fora. Eu fui num festival de folclore no ES e a tristeza do capixaba é a mesma coisa, você não reconhece. O paranaense ainda vai levar um tempo pra ter a cultura própria”.

Nos perguntamos: em quanto tempo se constrói uma identidade? Já discutimos sobre a gênese de Maringá e Londrina e verificamos que estes dois municípios foram criados por uma companhia de capital inglês, mas em que medida podemos atribuir uma identidade inglesa a eles? O caráter multicultural que resultou em uma identidade plural para os municípios em questão implica em uma “carência” de identidade territorial e que contribui para que a cultura gaúcha seja vista como algo marcante e admirável para a população paranaense.

Trata-se de uma cultura extremamente tradicional e coesa, somada a um forte caráter expansionista que espraia sua territorialidade por diferentes escalas. Os *códigos culturais* característicos da cultura gaúcha somados à história de formação do Rio Grande do Sul acabaram ganhando forte apelo midiático por intermédio de livros, filmes, minisséries etc. e contribuíram para que a figura do gaúcho ganhasse projeção nacional do ponto de vista cultural, diferente do que ocorre com a cultura paranaense que não tem essa dimensão de divulgação.

Retomando os apontamentos sobre o funcionamento do CTG Rincão Verde, o Sr. Tavares nos conta que é um dos fundadores do MTG no PR. Atualmente, diz que é um órgão com pouca força. Segundo ele, a maior parte do êxito dos CTGs do Paraná se dá por iniciativa dos próprios associados ou pelo apoio de prefeituras e não em função da administração do MTG. Nesse sentido, podemos verificar que tanto o representante do CTG de Maringá quanto

o de Londrina não possuem uma boa impressão da atuação do MTG, conforme nos relataram nas entrevistas.

Aliás, já mencionamos a dificuldade de se obter material específico sobre o MTG na própria instituição, que não possui um departamento que auxilie nessas pesquisas e tampouco se mostra solícito em contribuir para esclarecimentos de dúvidas. Além disso, o *site* encontra-se desatualizado, o que dificulta que se tenham informações fidedignas a respeito do funcionamento de alguns CTGs, por exemplo. O oposto, portanto, do MTG-RS que possui um *site* extremamente elucidativo e com informações preciosas a respeito do Movimento no RS.

Sobre as eleições realizadas no Rincão Verde, o Sr. Tavares explica que são realizadas a cada dois anos e só podem votar os sócios contribuintes, os sócios remidos e os sócios patrimoniais⁶². Os novos sócios podem votar, mas devem ter um ano de associação caso desejem se candidatar para membro da diretoria. É uma estratégia para evitar que pessoas “aventureiras”, como ele diz, se candidatem e, caso ganhem, não tenham comprometimento após a eleição. Sobre as atividades realizadas no CTG, estas são escolhidas pela Diretoria Social juntamente com o Patrão e o tesoureiro. Em uma reunião, eles apresentam o calendário do ano. De acordo com o Sr. Tavares, para evitar desentendimentos, eles procuram já ter todo o cronograma:

A gente chega com o pacote pronto, com o grupo pré-definido, pré-aprovado, com argumentos prontos. E daí alguém argumenta, aí eu digo: bem, coloca em votação. Se o argumento contraditório venceu retira-se aquela data ou modifica-se alguma coisa, senão não passa. Se for muito democrático, ouvir de um por um, você não chega à data nenhuma: tal dia, é uma sexta-feira, tem amigos que não vão... sábado tem gente que tem casamento. Então você não pode olhar muito, tem que pegar o padrão que deu certo há 10 anos e ir. Sempre tem alguém que discorda.

[Sobre as festas]

Nós temos um calendário fixo de 6 jantares dançante, que é o arroz carreteiro e 2 bailes de datas fixas, que é o Baile das Mães e o Baile dos Pais. E agora, a partir do ano que vem [2015], já ta montado [...]. Depois que nós sentimos que estruturou, que o gauchismo, que os simpatizantes estão firmes, nós estamos trazendo um conjunto (musical) grande por ano. Porque antes quando você trazia um conjunto grande, como o próprio Rincão Sulino (de Londrina) levou lá Os Monarcas [famoso grupo musical gaúcho], então trabalhou 1 ano inteiro para aquele baile e deu enorme dificuldade porque acabou não tendo a correspondência financeira, porque é um

⁶² O sócio contribuinte se refere aquele que contribui com a entidade de forma mensal e/ou anual. O sócio remido contribui de uma só vez o valor que venha a ser determinado pela Patronagem Executiva depois de ouvido o Conselho de Vaqueanos ou por determinação da Assembleia Geral. Os sócios patrimoniais remidos são os fundadores do CTG (MTG-PR, 2015).

conjunto caro. Então nós temos aqui agora, começando a ter um baile por ano com uma banda dessas famosas, de peso.

A importância de ter um CTG no Norte do PR na visão do Sr. Tavares é justamente perpassar a cultura e atuar ativamente junto à sociedade. Segundo ele, os CTGs da região são extremamente solidários no que diz respeito à filantropia e os associados não ficam reclamando. Quando aparece alguma dificuldade, sempre procuram um jeito de resolver e não ficam esperando ajuda de terceiros. Ele diz que quando visita o RS sempre encontra os amigos reclamando, sobretudo, do governo e isso é algo retrógrado na sua visão, pois, parece ser um comodismo.

Sendo assim, destaca que no PR, os gaúchos que ele tem contato são mais ativos no sentido de buscar resolver os problemas sociais que estão ao seu alcance, ou seja, não ficam esperando ajuda do poder público. Nessa perspectiva, ele enfatiza que as parcerias que o Rincão Verde estabelece com instituições sociais, como o *Rotary Club* e o *Lions Club*, têm uma importância muito importante, já que contribuem para que os valores morais sejam levados adiante.

Os CTGs são espaços em que as vivências e experiências coexistem, na medida em que são frequentados por uma diversidade enorme de sujeitos, os quais podemos agrupar a partir da nossa pesquisa de campo na seguinte tipologia: a) os migrantes gaúchos nascidos no RS e que são extremamente tradicionalistas, frequentando assiduamente os CTGs estudados; b) os migrantes gaúchos nascidos no RS que frequentam esporadicamente o CTG, ou seja, quando tem alguma festa significativa; c) os migrantes gaúchos nascidos no RS e que não frequentam os CTGs por diversos motivos; d) os paranaenses que se consideram gaúchos, os quais denominamos de *paranaúcho*, para diferenciar dos sujeitos que nasceram no RS e que cultuam fortemente as tradições gaúchas; e) o público em geral, composto por sujeitos que vão ao CTG somente por curiosidade, sobretudo, quando existem festas típicas da culinária gaúcha que é muito apreciada pela população. Temos assim, a territorialidade gaúcha marcada por distintas práticas territoriais destes sujeitos ao frequentarem esses espaços. Ao mesmo tempo em que tais ações são singulares, elas fazem parte de uma interação coletiva nesse mesmo espaço, resultando em uma rede de significações da cultura gaúcha que possibilita uma coesão social que condiciona o funcionamento do CTG.

3.5 A dinâmica da desterritorialização dos gaúchos: a opção pelo Paraná

A respeito do processo migratório dos gaúchos para o Norte do Paraná, como as fontes bibliográficas são escassas, conseguimos, através de um dos nossos entrevistados, em Maringá, pioneiro na fundação de CTGs na região, alguns indicativos de que os gaúchos mais antigos vieram para aquela região em função da produção de café que disponibilizou uma grande quantidade de empregos, assim como mineiros e paulistas⁶³. Pelas nossas pesquisas, tanto teórica como empírica, pudemos verificar que não houve um fluxo migratório gaúcho propriamente dito, mas iniciativas basicamente individuais, resultantes de múltiplas motivações.

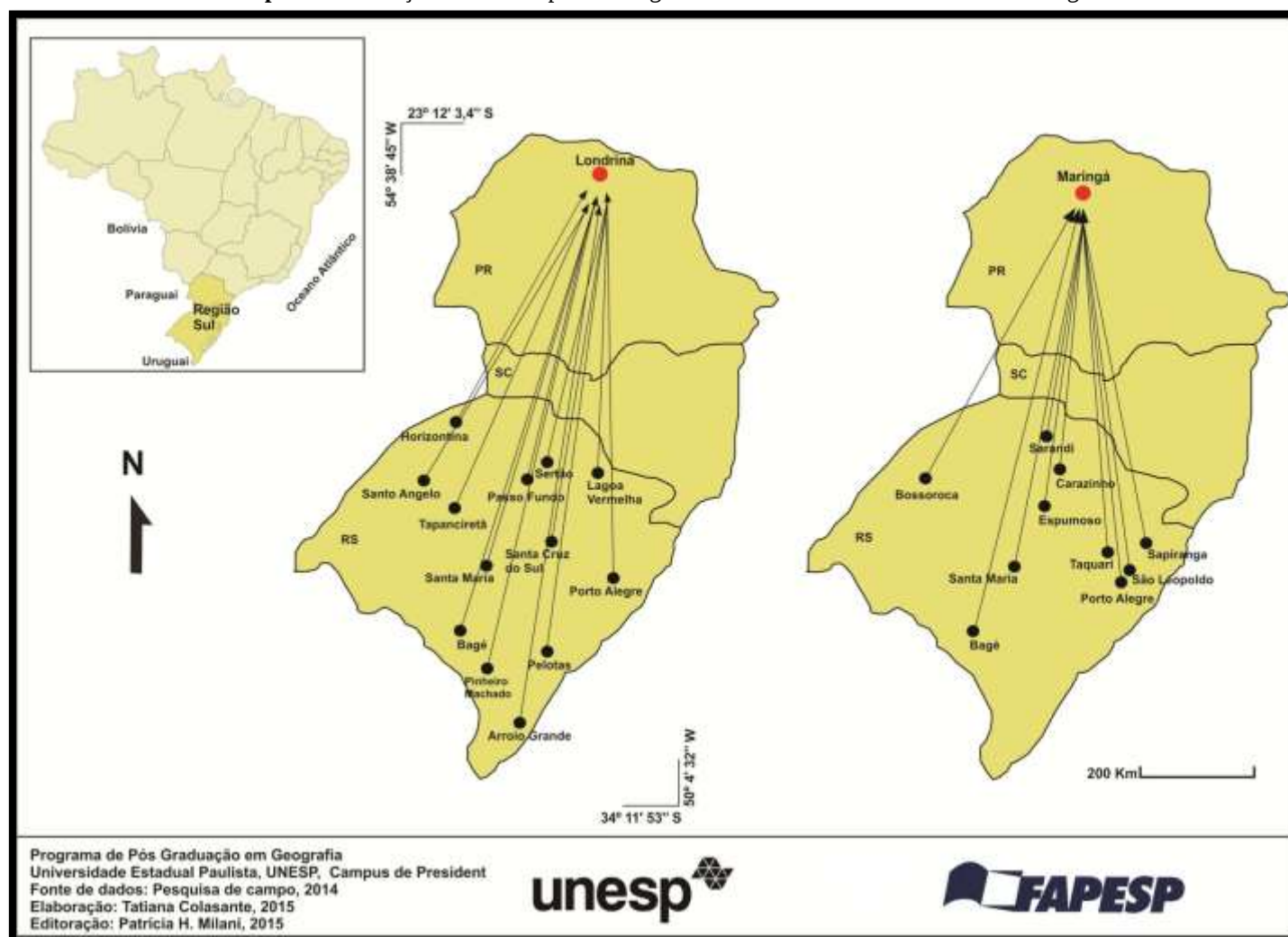
Para conhecer, portanto, quem são esses migrantes gaúchos de Londrina e Maringá, de onde vieram, as razões da escolha por esses municípios e como estão inseridos na rede gaúcha do Paraná, procuramos situá-los dentro de um contexto a partir da lógica desterritorialização-reterritorialização. Nesse momento, fizemos uma correlação entre o seu município de origem (Mapa 8) e a sua forma de sociabilidade no município de destino. Com isso, indagamos: será que os migrantes vindos de regiões mais tradicionalistas têm uma participação mais efetiva nos CTGs? Será que os migrantes que vieram de regiões de influência alemã ou italiana possuem outras formas de socialização?

Utilizando como base a proposta de regionalização feita por Brum Neto (2007) no Rio Grande do Sul, que agrupa os municípios a partir de suas principais influências culturais, verificamos que o estado pode ser dividido em quatro grandes regiões culturais e, em escala menor, quatro *ilhas culturais*⁶⁴.

⁶³ Informação verbal do Sr. Nestor, 63 anos, casado, músico e revendedor de acordeom, um dos nossos entrevistados em Maringá-PR.

⁶⁴ De acordo com Brum Neto (2007), as ilhas culturais se caracterizam pela presença de uma etnia predominante, mas que não chega a constituir uma região devido ao isolamento étnico do seu entorno, que é composto por outras culturas.

Mapa 8. Localização dos municípios de origem dos entrevistados de Londrina e Maringá.



Fonte: Pesquisa de campo (2014). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2015).

A primeira região cultural contém os municípios onde a predominância é pelos nativos do Pampa, descendentes de portugueses, espanhóis, africanos e açorianos. A segunda região cultural tem forte influência alemã. Entretanto, houve uma expansão da cultura germânica para o Norte, resultando em colônias mistas junto com italianos, poloneses e outras etnias, constituindo, assim, *ilhas culturais* na região cultural 4, de colonização mista e núcleos ao Sul, na região cultural 1, próxima à Pelotas.

A terceira região cultural tem traços fortes da cultura italiana e apresenta uma descontinuidade, já que é separada espacialmente pela segunda região cultural, de influência alemã. Por fim, a quarta região cultural engloba os municípios que possuem uma diversidade de etnias como alemães, italianos, poloneses e japoneses, não sendo possível identificar o predomínio de alguma delas em termos de influência cultural.

Inicialmente, vamos nos reportar aos entrevistados que vieram da região mais tradicional (Região Cultural 01⁶⁵) do Rio Grande do Sul, berço do Movimento Tradicionalista Gaúcho e dos primeiros CTGs do país, ou seja, onde estão amplamente arraigados os costumes antepassados. Por ser uma região que contempla grande parte do território sul-rio-grandense (Mapa 9), percebemos que a maioria dos nossos entrevistados veio de lá.

A respeito de sua participação no CTG de Londrina e se costumava participar do CTG no Rio Grande do Sul, conseguimos as seguintes respostas:

Meu pai foi um dos fundadores do CTG em Arroio Grande - RS. Frequentei até os 15 anos, mas depois parei de ir. **Quando mudei para Paranavaí - PR, comecei a frequentar o CTG, mas desisti porque vi que era descaracterizado.** Por isso, quando mudei para Londrina, não me interessei em participar (Lígia, natural de Arroio Grande-RS, grifo nosso).

Não frequentava o CTG da minha cidade por falta de hábito na família. Não frequento o CTG de Londrina por falta de interesse (Janaína, natural de Bagé-RS, grifo nosso).

Eu não frequento o CTG de Londrina por falta de interesse. Também não frequentava no RS por falta de tradição familiar (Ricardo, natural de Porto Alegre-RS, grifo nosso).

⁶⁵ Com relação aos municípios de Sertão e Santo Angelo-RS, onde nasceram dois entrevistados residentes em Londrina, Brum Neto (2007) os insere como pertencentes à Região 1 e à Região 2, respectivamente, na sua pesquisa. No entanto, na história dos municípios verificamos que estes possuem uma colonização mista e, por isso, fizemos uma modificação, inserindo-os na Região 4.

No meu município de origem **não costumava participar do CTG**, porque meus pais não tinham costume. Em Londrina, participo do CTG há 4 anos porque a tradição é ensinada “de berço” e assim deve ser preservada (Denis, natural de Tapanciretã-RS, grifo nosso).

Não costumo participar do CTG de Londrina porque é do PR e dizem que os fundadores não são gaúchos. No meu município de origem eu não participava do CTG porque minha família não tinha o costume (Flávio, natural de Pelotas-RS, grifo nosso).

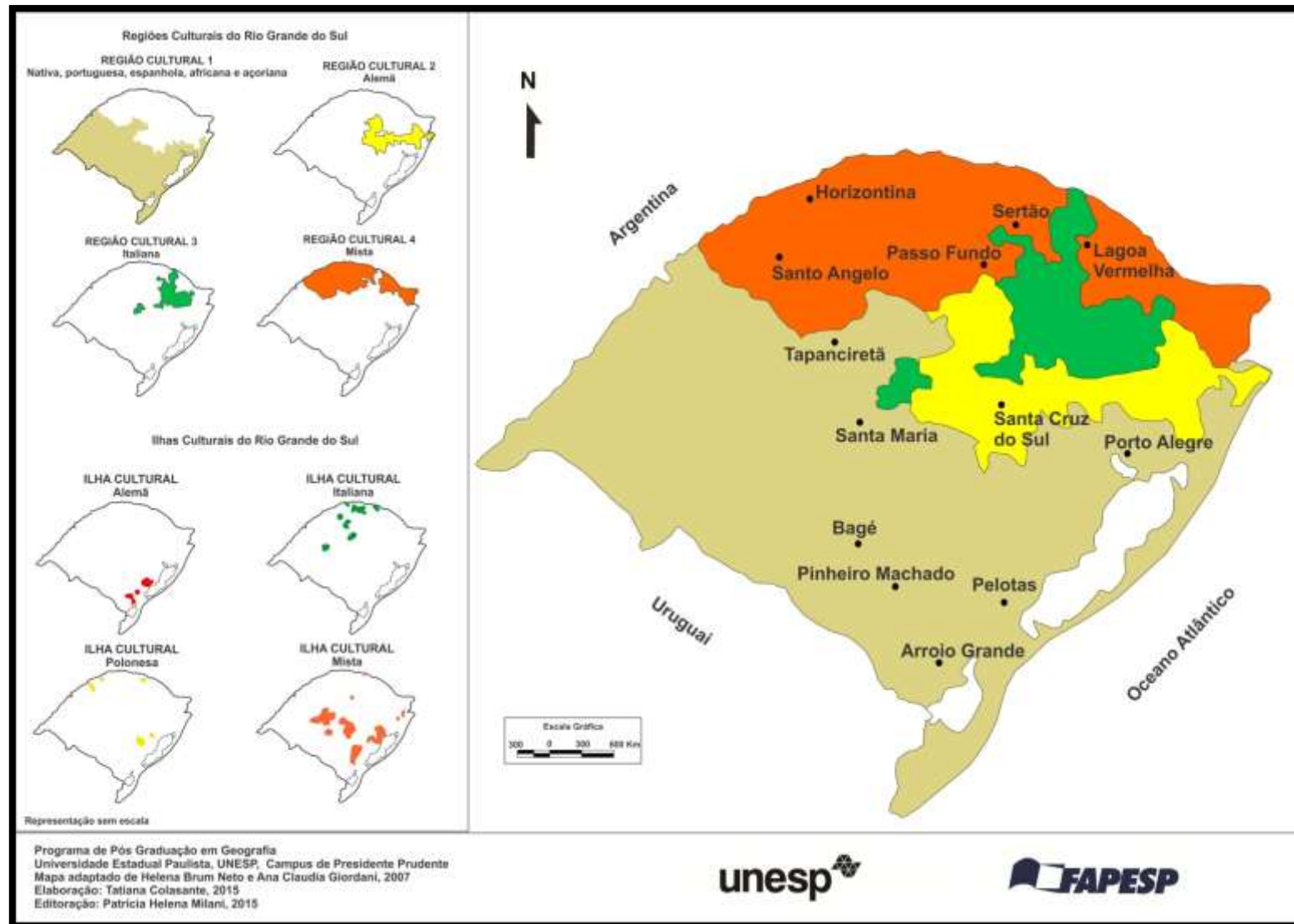
Quando eu mudei pra cá [Londrina], a primeira coisa que fiz foi procurar um CTG. Descobri que tinha um e fiquei muito animada. Fui lá e: meu Deus! **O almoço era meio country, tocava umas músicas que não tinham nada a ver, muito esquisito!** Aí me desencantei e não fui mais. Hoje eu sinto muito porque eu tenho um bebê e gostaria de levá-lo para frequentar, mas sei de muitas cidades paranaenses onde o movimento é muito forte, mas aqui não, é pífio viu? Vou te contar... em Bagé, costumava participar do CTG desde a infância, por tradição familiar (Celina, natural de Bagé-RS, grifo nosso).

Sempre frequentei o CTG. Tanto lá no Rio Grande como aqui no Paraná (Odair, natural de Pinheiro Machado, grifo nosso).

De acordo com as respostas, verificamos que o fato de vir de uma região tradicionalista nem sempre condiciona a participação dos migrantes no CTG. Isso se explica porque a cultura é subjetiva e, mesmo que esta seja transmitida através da *socialização primária*, dos primeiros contatos do sujeito com os laços afetivos e familiares, isso não quer dizer que o que foi apreendido será levado adiante como forma de identidade territorial dos sujeitos. A respeito dos migrantes vindos da região mais tradicionalista, observamos que alguns deles possuem certa reticência em frequentar o CTG em Londrina. Entretanto, podemos considerar que apesar das diferenças existentes entre um CTG do RS e um CTG paranaense, algumas informações que eles nos passaram são distorcidas.

No caso do Sr. Flávio, por exemplo, quando ele diz que os fundadores dos CTGs no Norte do Paraná não são gaúchos, é algo a ser contestado porque a fundação surgiu em um contexto de necessidade dos próprios migrantes gaúchos em construir um espaço no qual pudessem cultivar a tradição gaúcha, como nos relatou o padrão atual, que é nascido no RS.

Mapa 9. Localização dos municípios dos entrevistados de Londrina a partir da regionalização do Rio Grande do Sul em áreas culturais.



Fonte: Adaptado de Brum Neto (2007). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2015).

Sobre o relato da Sra. Celina de ter se queixado de uma possível “descaracterização” do CTG no PR, podemos dizer que, durante as festas que participamos, as músicas tocadas foram exclusivamente gaúchas. Logicamente, muitos grupos que tocam este tipo de música são daquela região, já que trazer um grupo do RS demanda grandes despesas. Em nosso registro fotográfico, no entanto, podemos constatar que o público, às vezes, confunde uma festa gaúcha com festa sertaneja (Foto 15), devido à própria região na qual o CTG está inserido, que tem um público jovem universitário apreciador desse gênero musical. Soma-se a isso o fato de que no CTG de Londrina, a estrutura remete a elementos do campo, o que acaba trazendo aproximações com um estilo de vida sertanejo e o fato de que não há exigência de roupa específica, o que possibilita que o público se vista da maneira como achar mais conveniente.

Foto 15. Jovens com diferentes estilos culturais no CTG Rincão Sulino.



Fonte: Tatiana Colasante (2014).

Destacamos que mesmo que os migrantes citados não frequentem o CTG de Londrina, a Sra. Lígia, a Sra. Janaína, o Sr. Ricardo, o Sr. Flávio e a Sra. Celina frequentam um CTG “caseiro”, como eles mesmos se referem. Trata-se, portanto, de outra forma de socialização que tem como objetivo que os amigos gaúchos possam se reunir e, de certa maneira, reavivar as tradições gaúchas (Foto 16). Quando algum gaúcho chega a Londrina e

tem contato com algumas dessas pessoas, elas já apresentam para os demais gaúchos e inserem essa pessoa no grupo, aumentando a rede social gaúcha.

Foto 166. Diferentes formas de socialização dos gaúchos que participam do “CTG” Cavalo Horse. Em sentido horário: pilchados em comemoração à Semana Farroupilha; churrasco e arroz de carreteiro, culinária típica do Rio Grande do Sul e em dia de jogo do Grêmio.



Fonte: CTG Cavalo Horse (2015). Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/389111901109998/?fref=ts>>. Acesso em 24 jun. 2015.

O Sr. Flávio, que foi um dos idealizadores desse “CTG” chamado *Cavalo Horse* (um trocadilho com o nome em português e inglês do animal muito utilizado pelos gaúchos campeiros) nos conta que a ideia da reunião se deu por volta de 2010, quando alguns amigos gaúchos se reuniram para assistir um jogo do Grêmio. A partir dali, começaram a marcar reuniões nas residências dos membros do grupo com mais frequência e convidar mais gaúchos, fazendo um churrasco ou outra comida típica como o arroz de carreteiro.

Atualmente, o “CTG” *Cavalo Horse* conta com aproximadamente 20 amigos, dentre estes estão os “agregados”, como denominam os cônjuges nascidos no Paraná e que acabam participando destes encontros. Com isso, também vão assimilando a cultura gaúcha. O “CTG” possui um logotipo com a bandeira do Rio Grande do Sul ao fundo e uma marca que lembra a figura de um cavalo. Logo acima do logotipo, encontramos três estrelas que representam os estados sulinos: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande dos Sul, demonstrando a importância da cultura gaúcha nestes estados. Todos os gaúchos que frequentam o Cavalo

Horse fizeram uma camiseta com essa bandeira e utilizam na maioria das vezes que vão a estas reuniões (Figura 20).

Figura 20. Mosaico demonstrando a bandeira do “CTG” Cavalo Horse, com vários símbolos que remetem a origem dos frequentadores (Esquerda); e migrantes gaúchos utilizando a camiseta do “CTG” Cavalo Horse.



Fonte: CTG Cavalo Horse (2015). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/groups/389111901109998/?fref=ts>>. Acesso em 24 jun. 2015.

O “CTG” Cavalo *Horse* não tem uma sede propriamente dita, pois, tem caráter itinerante, uma vez que as reuniões são marcadas de acordo com a disponibilidade do grupo e de alguém ceder um espaço na sua residência para a realização desses encontros. De acordo com o Sr. Flavio, não existe uma frequência de reunião, já que muitos viajam, têm compromissos de trabalho e familiares. Nesse aspecto, estamos compreendendo essa forma de territorialidade gaúcha como uma *microterritorialidade* em rede. Isso porque, como nos explica Heidrich (2009, p. 275): “A microterritorialidade [...] é aquela que frequentemente se expressa na efemeridade, em que o domínio depende do corpo, da presença e se confunde com a ocupação”.

Assim, a *microterritorialidade* só se faz a partir da presença destes sujeitos quando ocorrem as reuniões. Quando acaba a reunião, essas marcas territoriais que refletem a identidade gaúcha não aparecem mais e só reaparecem na próxima reunião, na casa de outro sujeito e assim por diante, dando um sentido de rede a essa relação.

As confraternizações neste “CTG” são bem variadas, podendo ser somente um churrasco até uma noite de músicas gaúchas tradicionais quando vem algum amigo do Rio

Grande do Sul. Além disso, eles possuem um grupo fechado⁶⁶ no *Facebook*, no qual disponibilizam informações entre eles sobre a cultura gaúcha e divulgam eventos do CTG Rincão Sulino. Segundo alguns integrantes, a única comemoração tradicional para eles e celebrada todo ano, é a Semana Farroupilha. Nessa ocasião, costumam tocar o hino do Rio Grande do Sul, além de ouvir músicas tradicionais e fazer a culinária típica do Rio Grande do Sul.

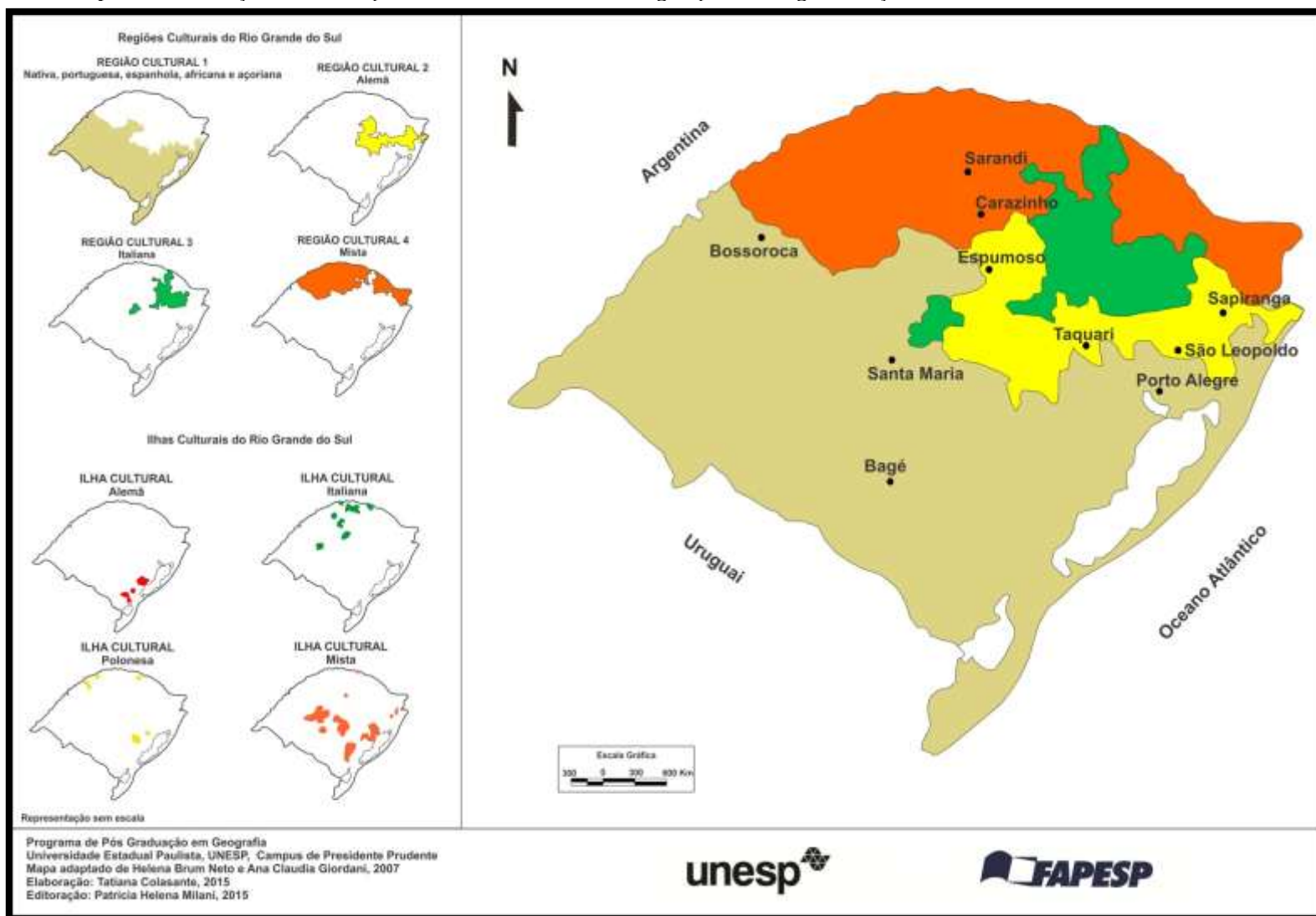
A respeito dos nossos entrevistados residentes em Maringá, três deles vieram de municípios ditos tradicionalistas : Porto Alegre, Bagé e Bossoroca (Mapa 10). O Sr. Cristiano, de Porto Alegre, nos conta que não costumava participar do CTG no RS: “Saí muito novo de lá [Porto Alegre], mas não costumava participar [do CTG]. Minha família não tinha tradição”. Já em Maringá, nos relata que sua participação é esporádica e se limita às festas Costeladas Fogo de Chão, quando o público é muito grande no CTG. Ele também conta que se reúne com outros gaúchos para jogar futebol: “A gente se reúne pra assistir jogo [...] e fazer um Grenal, os torcedores do Inter contra o Grêmio, jogamos uma bolinha”.

Já o Sr. Valter, natural de Bagé lembra que, no seu município de origem, costumava participar do CTG, mas não de forma assídua: “Não tinha o costume [...]. Meu pai é tradicionalista, já foi patrão de CTG, frequenta até hoje. Mas eu não tinha esse hábito, esse costume de ir sempre, era esporádico, em eventualidades”. Sobre não ser um frequentador assíduo, ele explica: “Minha primeira esposa não era gaúcha, era paulista, não gostava [do CTG] e minha segunda esposa é paranaense, não gosta também, então acabo indo esporádico [sic], sabe. Tem que ser na marra”.

O Sr. Edmilson, natural de Bossoroca, confirma que frequentava o CTG do RS. Entretanto, diz que atualmente anda sem tempo de frequentar o CTG de Maringá, mas já foi em algumas festas. Como é proprietário de um estabelecimento comercial que fica aberto todos os dias, ele conta que é difícil conciliar o trabalho com as festas do CTG, por isso, não frequenta mais. Mesmo assim, costuma receber amigos/clientes gaúchos no seu estabelecimento nos dias de jogos dos times tradicionais.

⁶⁶ Na rede social *Facebook*, podem ser criados grupos de diferentes temáticas, nos quais, geralmente, participam pessoas que tem interesse em comum. Para participar dos grupos fechados, é necessário enviar uma solicitação para que alguém do grupo autorize a sua participação, possibilitando assim, maior privacidade entre os membros.

Mapa 10. Localização dos municípios dos entrevistados de Maringá a partir da regionalização do Rio Grande do Sul em áreas culturais.



Fonte: Adaptado de Brum Neto (2007). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2015).

Com relação aos municípios de influência alemã (*Região Cultural 2*) e italiana (*Região Cultural 3*), identificamos duas entrevistadas residentes em Londrina que vieram destas regiões culturais. Uma delas veio de Santa Cruz do Sul, que está localizada na Região Cultural 2, de influência alemã e a outra veio de Santa Maria influência italiana. Santa Maria, embora esteja localizada em uma região de influência tradicionalista, acabou recebendo um grande fluxo de imigrantes italianos a partir de 1878.

Nesse sentido, a Sra. Mônica, originária de Santa Cruz do Sul nos relata que mesmo quando morava no RS, em uma região de muitos descendentes de alemães, a família do pai que veio de uma região próxima ao Uruguai, onde as pessoas são muito tradicionalistas, tinham o hábito de preservar a cultura gaúcha. Entretanto, ela mesma nunca frequentou o CTG do seu município, nem tampouco os do Paraná. A Sra. Ingrid, originária de Santa Maria nos conta que não participava do CTG do RS e nem participa do CTG de Londrina: “No meu município [...] a presença dos CTG começou se disseminar na década de 1980 [...]. Até então as festas tradicionais vinculavam-se a uma ascendência italiana e alemã”.

Sobre a disseminação da cultura gaúcha em municípios de colonização alemã ou italiana no Rio Grande do Sul, Oliven (2012) explica que o segundo CTG do Brasil surgiu no município de Taquara, em uma região de imigrantes alemães. Uma das explicações levantadas pelo autor é que, após a Segunda Guerra Mundial, alemães e italianos eram considerados cidadãos do Eixo e criar um CTG era uma maneira de se tornarem não somente brasileiros como também gaúchos. Outra possibilidade é que o gauchismo está vinculado fortemente à figura campestre, na qual o cavalo é um dos animais-símbolo dessa cultura. Na Europa, o cavalo era considerado uma montaria de nobre e não de camponês. Assim, para um camponês, possuir um cavalo em sua propriedade era uma possibilidade de ascensão social e simbólica.

Em Maringá, os gaúchos que vieram da região de influência alemã são de Espumoso, Taquari, São Leopoldo e Sapiranga e um de Santa Maria, da região de influência italiana. A gaúcha de Espumoso nos afirma que no seu município de origem costumava participar do CTG: “Quando criança, não participava, só quando eu fiquei moça, aos 15 anos, porque eu morava no interior [...]. Vim pra cidade pra estudar, fazer ginásio, naquele tempo [...], aí eu comecei a ir no CTG e conheci meu marido lá”.

O Sr. Adriano, de Taquari nos conta que no seu município de origem não costumava participar de CTG: “Só fiz curso de dança gaúcha lá. Nunca fui em CTG lá [em Taquari]. Na época, eu curtia Raul Seixas. Mas frequentei uns 5, 6 bailes por causa da dança gaúcha antes de vir pra cá”. Atualmente, ele é professor de danças gaúchas, embora quando indagado sobre sua profissão, ele se apresente como pintor. Ele nos relata que participa ativamente do CTG de Maringá, mas procura reavivar as tradições gaúchas além do CTG: “A gente tem um grupo de 12 casais que se reúne direto pra fazer churrasco, dança. Mas não são todos gaúchos, são paranaenses que gostam da cultura gaúcha. O gaúcho no meio é [sic] só eu”.

O Sr. Clodoaldo, natural de São Leopoldo, sempre frequentou o CTG do seu município de origem, principalmente, por influência familiar. Mesmo depois de ter se mudado para Maringá, continuou a cultivar esse costume. Ele é associado do CTG Rincão Verde e participa ao menos três vezes por mês de festas que ocorrem lá. Além do CTG, se reúne com outros gaúchos, “uns par deles” para fazer churrasco: “a melhor forma de reunião: churrasco e um bom chimarrão”.

A Sra. Regina, natural de Sapiranga, comenta que costuma participar do CTG de Maringá “por causa dos bailes, da gente, porque é gostoso. Vou em [sic] todas as festas que o CTG promove. Eu fiquei uns dois anos sem saber o que era o CTG aqui”. No entanto, no seu município de origem, não costumava participar do CTG: “A família não tinha hábito mesmo. Até quando eu estudava, nas escolas, às vezes, credenciada com o CTG, ia lá, fazia as *invernadas*, mas a família mesmo não ia”. Nessa última fala, nossa entrevistada mesmo sem ter o costume familiar de ir ao CTG, na fase adulta começou a frequentar no Paraná, diferente de outros entrevistados que percorreram um caminho inverso, ou seja, alguns migrantes que tinham a questão familiar como condicionante na participação do CTG no Rio Grande do Sul, principalmente, na infância, agora não frequentam mais no Paraná.

Por outro lado, o Sr. Rodrigo, de Santa Maria nos conta que não participava do CTG em sua cidade: “Era muito novo e não tinha muito interesse, mas a família toda é envolvida com a cultura gaúcha”. Mesmo não tendo frequentado o CTG, o pai já foi até patrão de CTG no RS e participa ativamente do CTG de Maringá, onde também reside. O Sr. Rodrigo é proprietário de um bar na cidade e costuma, na programação de seu estabelecimento, passar os jogos do Grêmio em um telão. Ou seja, mesmo que tenha migrado

ainda criança do RS e não tenha participado do CTG, de certa forma, ele atua como um difusor da cultura gaúcha, incentivando amigos e clientes a se reunirem em função da partida de futebol.

De acordo com Claval (2004), cada pessoa está exposta à cultura de uma maneira muito específica. Isso porque cada estrutura familiar é diferente, a percepção do indivíduo sobre aquela cultura é diferente (inclusive, em uma mesma família). Além disso, a cada fase da nossa vida, também mudamos. Dessa forma, se na infância, por exemplo, podemos achar entediante participar de um CTG e, muitas vezes, isso é percebido como obrigação, na fase adulta podemos dar valor às nossas lembranças, nos tornar mais saudosistas e compreender a importância de preservar aquela tradição.

Nessa transição das etapas da vida, é comum que passemos por diversos territórios. Essa vivência possibilita o contato com várias culturas que interferem na formação das identidades territoriais dos sujeitos. As relações de forças que provocam a mobilidade populacional, como aponta Raffestin (1993), podem ter origem coerciva ou não. De acordo com as entrevistas realizadas, podemos verificar que os sujeitos da nossa pesquisa migraram por razões espontâneas e vem ao encontro com as indicações de Singer (1980) quando este afirma que no caso das migrações internas, as motivações estão vinculadas, geralmente, à ordem econômica e/ou afetiva. Podemos acompanhar na fala dos entrevistados que todos os deslocamentos foram espontâneos e se enquadram nas razões econômicas e/ou afetivas.

Por fim, os entrevistados que vieram de municípios localizados na *Região Cultural 4*, de influência mista, em Londrina são de: Lagoa Vermelha, Arroio Grande, Horizontina, Santo Angelo e Sertão se mostraram tradicionalistas, na medida em que já frequentavam o CTG no RS e continuam fazendo isso em Londrina. O Sr. Alessandro, de Sertão comentou, em tom de brincadeira, que frequentava o CTG no RS, pois, ficava ao lado de sua casa: “então, ou eu ia ou ficava sem dormir devido ao barulho das festas”. Em Londrina, ele frequenta o CTG desde quando chegou ao município, cerca de 2 a 3 vezes por ano, para participar das costeladas, principalmente.

No caso de Maringá, identificamos três entrevistados que vieram de municípios da *Região Cultural* de influência mista: um de Sarandi e dois de Carazinho. Os dois carazinhenses são bastante tradicionalistas e frequentam ativamente o CTG de Maringá,

inclusive, são associados. Costumavam também participar de vários CTGs no RS. O entrevistado de Sarandi, diz que não frequentava o CTG de seu município de origem porque lá ainda não existe. Entretanto, costuma participar do CTG de Maringá: “Por eu ser gaúcho e gostar da tradição, eu sempre procuro um CTG onde vou morar. É uma forma de você encontrar pessoas da mesma cultura sua, de você relembrar as raízes”. Sobre as razões pelas quais participa do CTG, ele nos conta:

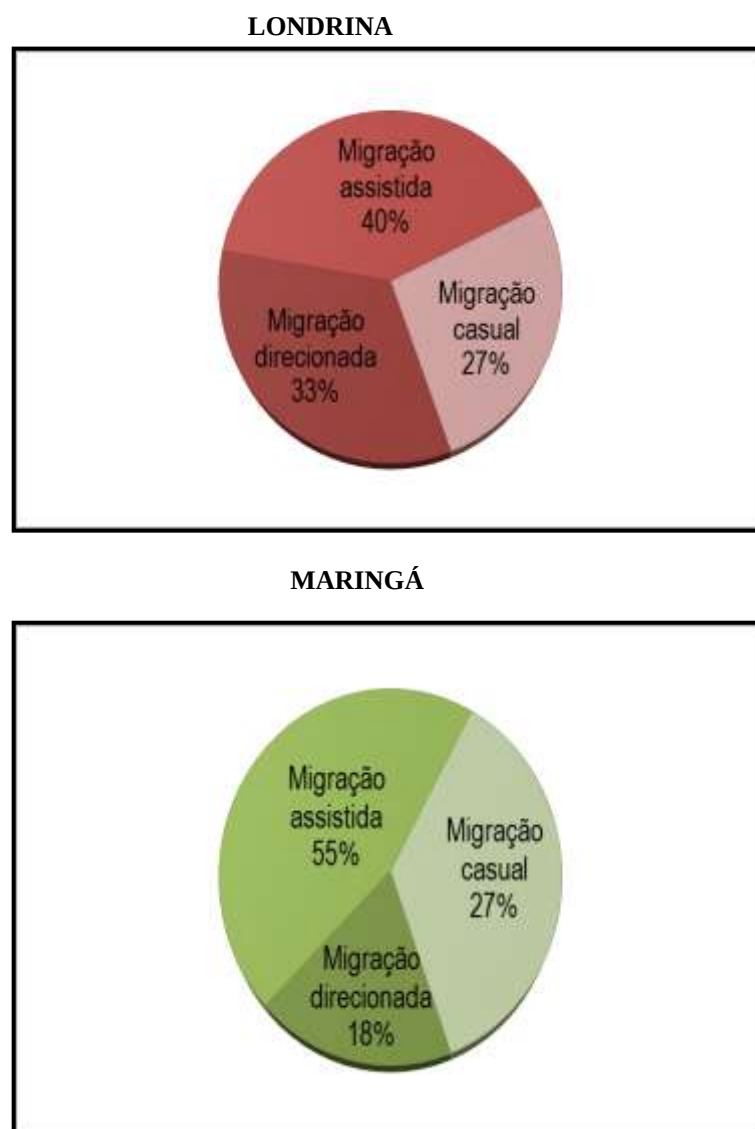
Depois de 6 meses morando em Maringá que eu comecei a frequentar o CTG, aí conheci algumas pessoas. Tem até uma história: [...] eu não conhecia o CTG, não sabia que tinha CTG ativo aqui. Nós fomos em um rodeio em Toledo, que eu tenho minha filha, que mora em Cascavel, participa do CTG em Cascavel, ela foi se apresentar em Toledo. Ela dança e toca gaita e eu fui pra prestigiar e lá encontramos pessoas de Maringá que trabalhavam com a minha esposa e aí se conheceram, mais ou menos assim: ‘o que você tá fazendo aqui? Por que de Maringá você veio pra cá?’. Bom, claro, eu vim ver minha filha, aí eles falaram: ‘ah, a gente participa do CTG de lá’. Aí nós começamos a conviver com o pessoal do CTG, convidaram a gente pra participar e aí foi. Até hoje a gente frequenta, foi totalmente por acaso (Felipe, 42 anos, natural de Sarandi-RS).

Na análise das entrevistas, as motivações guardam semelhanças, tanto em Londrina como em Maringá. Estas similaridades nos possibilitaram agrupá-las em três subtipos (Gráfico 5): **a) migração direcionada**, a qual estamos caracterizando a ação daqueles migrantes que vieram para os municípios de destino de forma focada, ou seja, a escolha foi planejada, em função de trabalho ou estudo; **b) migração assistida**⁶⁷, para caracterizar o deslocamento daqueles migrantes que já contavam no município de destino com a assistência de terceiros, seja amigos ou familiares, motivo principal que levou ao seu deslocamento até o Norte do Paraná; **c) migração casual**, que se refere àqueles migrantes que se reterritorializaram no Norte do Paraná por acaso, ou seja, não existia, *a priori*, nenhuma intenção de residirem em Maringá ou Londrina quando saíram do Rio Grande do Sul.

Sobre os motivos do deslocamento, em Londrina e Maringá se sobressalta a migração assistida, o que nos leva a perceber como são fortes os laços familiares e até que ponto estes proporcionam segurança para os sujeitos que migram para territórios tão distintos culturalmente. Apesar das dificuldades em se estabelecer em um município tão longe da sua querência, o fato de ter pessoas conhecidas os acompanhando ou aguardando por elas, minimiza esse estranhamento e a saudade.

⁶⁷ Estamos aqui fazendo uma adaptação do termo biológico, que caracteriza a migração de seres vivos para outro habitat através da intervenção humana a fim de preservar a espécie.

Gráfico 5. Tipos de migração gaúcha para Londrina e Maringá, de acordo com a motivação dos migrantes.



Fonte: Pesquisa de campo (2014). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2014).

Para Singer (1980, p. 240): “A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos”. Assim, muito além da motivação econômica, a migração estreita os laços sociais através de redes de parentes, amigos e/ou conhecidos que já se encontram no território de destino e, portanto, mais adaptados, constituindo um forte fator de atração para outros migrantes.

[Pergunta: Por que escolheu Londrina para morar?]

A **minha esposa**, que é de Presidente Prudente-SP, residia em Porto Alegre, onde estudava na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nos conhecemos lá e ela **recebeu uma proposta de trabalho** para morar em Londrina. Como eu tinha flexibilidade no emprego e podia trabalhar em casa, **resolvi acompanhá-la** (Ricardo, 37 anos, casado, publicitário, grifo nosso).

A escolha por Londrina foi devido ao trabalho. **Minha esposa recebeu uma proposta de trabalho aqui em Londrina** e viemos com a família (Alessandro, 34 anos, casado, professor universitário, grifo nosso).

Vim porque **o meu marido já trabalhava em Londrina** como professor e, por isso, **mudei para acompanhá-lo** (Celina, 33 anos, casada, dentista, grifo nosso).

[Pergunta: Por que escolheu Maringá para morar?]

Meu pai já morava aqui há muitos anos. Meu pai veio há uns 20 anos antes do que eu, aí ele conheceu a cidade... e a cidade é adorável né? (Clodoaldo, 41 anos, casado, vendedor, grifo nosso).

Meu pai veio pra cá pra assumir uma cadeira na Universidade Estadual, de professor. Aí **a família veio acompanhá-lo**. (Rodrigo, 33 anos, solteiro, empresário, grifo nosso).

Para acompanhar meu marido, que veio trabalhar pela região (Marli, 59 anos, casada, dona de casa, grifo nosso).

Com relação à segunda causa de migração para o Norte do Paraná, verificamos certa diferenciação nas respostas dos entrevistados de Londrina e Maringá. Enquanto em Londrina, a migração direcionada, ou seja, na qual o migrante vai para o município como uma atitude planejada, teve o segundo maior número de respostas no tocante às motivações, Maringá teve mais migrantes por casualidade, como motivações de deslocamento após a migração assistida. Pelo fato de Londrina ser considerada uma referência no ensino superior e com várias universidades instaladas, a busca por uma qualificação em cursos de pós-graduação foi citada pelos entrevistados.

Além disso, acabamos, por coincidência, entrevistando muitos gaúchos que são professores universitários ou que são parentes (esposo/esposa) de algum. Embora Maringá também seja referência no ensino superior, identificamos que a migração direcionada teve motivações mais vinculadas à questão de oportunidades de emprego em área distinta de ensino e por transferência da empresa na qual trabalhavam no RS para o Norte do Paraná.

[Pergunta: Por que escolheu Londrina para morar?]

Para cursar Mestrado na Universidade Estadual de Londrina (Gustavo, 34 anos, solteiro, professor universitário, grifo nosso).

Porque eu vim fazer Doutorado aqui. (Janaína, 33 anos, casada, pesquisadora, grifo nosso).

Fui aprovada em um concurso para lecionar na universidade (Ingrid, 45 anos, casada, professora universitária, grifo nosso).

Porque vim fazer Mestrado em Londrina, que tem um conceito muito bom na minha área, então eu vim atrás de formação (Carina, 37 anos, casada, professora, grifo nosso).

[Pergunta: Por que escolheu Maringá para morar?]

Eu vim pra Maringá **através de uma empresa**. Eu sou prestador de serviços pra eles há 17 anos. Então eu vim através deles pra Maringá sozinho e depois vim trazendo os parentes (Adriano, 39 anos, casado, pintor, grifo nosso).

Por conta de uma **oportunidade de emprego** (Felipe, 42 anos, casado, Analista de Recursos Humanos, grifo nosso).

Além destes aspectos condicionantes da migração, conseguimos identificar nas respostas dos entrevistados, alguns elementos singulares que traduzem iniciativas individuais de sujeitos que vieram para a região por acaso, ou seja, não foi uma migração direta no sentido de que morar em Londrina ou Maringá tenha sido uma escolha planejada, mas resultado de processos intersubjetivos que conduziram o entrevistado a se reterritorializar nestes municípios tempos após a sua saída do Rio Grande do Sul. Temos, portanto, uma migração por casualidade, que é definida por múltiplos fatores, sendo, assim, difícil mensurar em objetivos coletivos.

[Pergunta: Por que escolheu Londrina para morar?]

Minha família veio morar em Paranavaí-PR. Depois de um tempo trabalhando no RS, vim para Londrina em 2007 para trabalhar e acabei casando com um londrinense (Lígia, 42 anos, casada, arquiteta e urbanista, grifo nosso).

Fui pra SP em busca de um aperfeiçoamento profissional para me aprofundar na formação humana e intelectual que é a base do instituto em que trabalho. **Em SP, vi que tinha vaga disponível para trabalhar neste instituto em Londrina** e, como eu considero que tenho um ‘perfil cigano e desapegado’, decidi aceitar, pois, precisavam de uma recém-formada (Mônica, 27 anos, solteira, jornalista, grifo nosso).

Não sei se eu escolhi. Eu acabei vindo pra cá por causa do trabalho. Não foi uma escolha, eu acho. Foi mais em função do trabalho, fui pegando projetos na região (Flávio, 35 anos, solteiro, arquiteto, grifo nosso).

Eu trabalhava numa empresa de construção civil, na verdade, de engenharia civil, aí **eu vim fazer obras no PR** e casei na região (Osvaldo, 68 anos, casado, aposentado, grifo nosso).

[Pergunta: Por que escolheu Maringá para morar?]

Na realidade eu não escolhi Maringá, foi a empresa [...]. Eu trabalhava numa outra empresa em Pelotas-RS e quando eu saí, demitido, eu fiz a entrevista para uma empresa nesse segmento que eu trabalho com vendas, porém, a primeira vaga ia ser Londrina. Aí como o rapaz que era de Londrina acabou não vindo para Maringá, nesse meio tempo surgiu Maringá e aí foi por causalidade, porque eu tinha sido contratado para Londrina. Só que hoje eu trabalho em uma outra empresa (Valter, 45 anos, casado, vendedor/propagandista, grifo nosso)

Eu quando comecei no movimento gaúcho, eu queria conhecer o Brasil por ser de família muito pobre. Então através das danças, eu rodei o Brasil. Então, por isso, resolvi casar tarde sabe? Para poder andar, andar, andar, fazendo festa, conhecer. Então, quando eu casei em Campo Mourão, [...] tinha essa proposta comigo: a hora que eu casar, eu paro de viajar. E Campo Mourão não tinha condições de dar uma educação melhor sabe? E eu já tinha esse contato com o CTG daqui que eu ajudei a fundar, então daí a única cidade aqui do Brasil que eu escolhi para morar foi Maringá [...]. Quando eu vim para uma festa de peão de Barretos indo pra Toledo e almocei aqui no Parque de Exposição, me encantei pela cidade. Então, a influência maior foi pra dar condições dos filhos estudarem e a gente perto. Dar a oportunidade deles estudarem, e que graças a Deus, estudaram [...]. Então a minha vinda pra cá acabou dando certo, mas eu sempre digo: eu escolhi a cidade certa, mas também poderiam os filhos não ter esse [sentimento]. Aí vem o Movimento Gaúcho, que talvez [...] tenha influenciado bastante o ciclo de amizade sabe? Para que eles seguissem um caminho (Jorge, 72 anos, viúvo, aposentado, grifo nosso).

Pelo fato do Brasil possuir singularidades intra e inter-regionais, é comum que durante sua trajetória de vida, o migrante busque melhores oportunidades de vida em diversos municípios, até encontrar um no qual irá se estabelecer em definitivo e passar a ser seu novo lar. Neste processo de migração por casualidade, mesmo que em um primeiro momento Londrina e Maringá não estivessem nos planos dos sujeitos entrevistados, múltiplos fatores, sobretudo, vinculados à questão de trabalho, contribuíram para que viessem morar nestes dois municípios e que agora são vistos com afeição e familiaridade pela convivência com outros gaúchos que lá se encontravam ou pelas amizades feitas ou até famílias que são constituídas a partir dessa reterritorialização.

Trata-se, porém, de um processo com implicações geográficas no qual são criadas e recriadas identidades territoriais para este migrante por intermédio da articulação com outros territórios e com outros sujeitos. A existência de uma conformação *policêntrica* da territorialidade gaúcha no norte-paranaense, a partir de microterritorialidades, traz novos significados para o processo T-D-R como: migrantes que não participavam de CTGs no RS e passaram a frequentar no PR e reunião de migrantes gaúchos em espaços distintos do CTG.

Soma-se a isso, o fato de que, embora não tenha existido um fluxo de gaúchos para essa região, a ação desses sujeitos, mesmo de forma isolada, confere especificidades a esta dinâmica e, por esta razão, defendemos que não se pode simplesmente enfatizar as teorias *macro* da migração, levando em consideração somente as conjunturas econômicas, mas é necessário também agregar a teoria *micro*, que diz respeito às escolhas individuais dos sujeitos, possibilitando uma articulação que contemple esses dois aspectos já que existe uma dinâmica complexa envolvida e que não pode ser explicada apenas por um único fator específico.

4 A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS GAÚCHOS NO NORTE DO PARANÁ

No capítulo final, tentamos dar continuidade às vozes dos sujeitos da pesquisa. O primeiro enfoque recai a respeito das trajetórias migratórias para que possamos entender melhor o processo de des-reterritorialização, já que os sujeitos acabam passando por múltiplos territórios ao longo da vida e isso pode influenciar a constituição da sua identidade territorial já que são envolvidos em diferentes culturas. Posterior a isso, trabalhamos a questão das redes (sociais e migratórias) devido à sua importância nos processos migratórios que acabam atraindo sujeitos para o território e contribuindo para o direcionamento dos fluxos. Temos então, a importância de se pertencer a um grupo. As redes também têm um importante papel porque conectam paranaenses, gaúchos e *paranaúchos* a partir do CTG e outros espaços de socialização da cultura gaúcha. Demonstramos que as redes agregam sujeitos com distintas motivações e origens, mas que convergem um elemento comum: a cultura gaúcha. Com isso, apresentamos as diferenças entre o CTG Rincão Verde e o Rincão Sulino no que tange às múltiplas territorialidades entre os sujeitos que frequentam seus espaços.

Pensando na reterritorialização, é fundamental entender a relação do migrante com o território de destino. Por isso, levantamos a questão das dificuldades que estes sujeitos enfrentaram ao se mudarem para o Norte do Paraná. Este fator é um dos determinantes na permanência dos sujeitos no território, já que quando se encontram em dificuldade no seu território de origem, muitas vezes, optam por migrar. Por sua vez, quando encontram alguma dificuldade mais contundente no território de destino, podem retornar ao seu território de origem. A partir das entrevistas, foi possível verificar as diferentes percepções desses sujeitos a respeito das dificuldades, até mesmo quando se tratava de uma mesma família, ou seja, é um sentimento muito pessoal, assim como a saudade que abordamos em seguida e aparece de maneira muito subjetiva na visão de cada sujeito, mas que marca de forma incisiva as diferenças entre o território de origem e o de destino, como um jogo entre “o que eu tinha lá” e “o que não tenho aqui”.

Depois, trabalhamos a questão da tradição do ponto de vista desses migrantes, buscando entender qual a importância de se manter a tradição gaúcha no Norte do Paraná. Neste contexto de existência de CTGs no Norte do Paraná, ao mesmo tempo em que estes sujeitos são gaúchos e moram no Paraná, como fica a questão da identidade territorial? Temos, portanto, direcionamentos que possibilitam entender o paradoxo identitário destes

sujeitos na medida em que muitos regressam frequentemente para o Rio Grande do Sul e, com isso, não perdem o vínculo territorial. Nessa direção, expusemos as falas dos sujeitos para verificar os significados que atribuem ao “ser gaúcho”. Por fim, evidenciamos os paranaenses que se consideram gaúchos, refletindo uma apropriação da cultura sem ter a vivência que, em alguns casos, acaba gerando alguns conflitos entre estes dois grupos, principalmente, nos ambientes virtuais.

4.1 Trajetórias migratórias

Outras andanças tenho feito pelo pago levando a arte gauchesca sementeira no brado firme deste peito Rio Grandense e no teclado da cordeona companheira [...]. Nestas andanças eu levei sempre comigo dentro da alma o mais puro sentimento buscando, alegre a cumprir a minha sina fazer amigos e viver grandes momentos destes lugares onde eu cumpri contratos só dos bons tratos é que eu me lembro agora⁶⁸.

O percurso dos sujeitos que migram nem sempre é linear, compondo-se de um território de origem e um território de destino. Esta trajetória implica em um movimento de espaço e tempo, no qual existem intersecções com durações variadas e que agregam diferentes tipos de experiência aos migrantes, ou seja, esse processo é marcado pela passagem por territórios de transição. Entendemos que este estar-em-trânsito implica em múltiplas vivências, com experiências positivas e/ou negativas, re-construção de laços sociais, assimilação cultural etc. que podem condicionar o deslocamento do migrante para outras localidades ou ainda ser um fator de permanência por mais tempo ou definitivo neste interregno. Isso quer dizer que nem sempre o sujeito está em um território de transição de forma consciente, com objetivo de chegar a outro destino, mas pode fazer isso em função de experiências negativas ou surgimentos de novas oportunidades.

Compreender os diferentes contextos das migrações tanto do ponto de vista motivacional como da própria trajetória destes sujeitos possibilita uma amplitude de análise sobre diferentes fenômenos sociais, como surgimento de polos de atração e repulsão, expansão do capital, novas dinâmicas territoriais do trabalho, entre outros. Quando há existência de um fluxo contínuo, podemos analisar a partir de tendências e generalizações, o que não ocorre com iniciativas individuais com as quais nos deparamos com nossos entrevistados. No entanto, isso não diminui a importância de estudos voltados para estes deslocamentos.

Toda a trajetória do migrante, mesmo que individual implica em territorialidades e na relação de subjetividade/alteridade. Assim, até com uma perspectiva de microanálise, privilegiando as iniciativas individuais, podemos vislumbrar a existência de territorialidades em rede que se conectam com outras redes em variadas escalas gerando múltiplas (micro) territorialidades que irão se articular com o território-rede. Isso nos leva a afirmar que embora

⁶⁸ Trecho da música “Outras Andanças”, do grupo de música gaúcha Os Serranos.

as iniciativas individuais de migrar possam parecer um ato isolado, envolvem uma rede de relações que pode influenciar na vinda de outros sujeitos na mesma trajetória.

Para Ferreira (1996, 2001 e 2015), falar do migrante é remeter à alteridade e, conseqüentemente, à cultura. Esta última é um elemento determinante na produção de diferenças e referências internas e externas, nas quais o sujeito constrói sua identidade e a percepção de outros territórios. Quando se desloca, o migrante se projeta para outra realidade, na qual será visto como diferente e busca se situar no discurso do outro local para se adaptar e (re) construir suas referências. Nesse aspecto, existe um confronto com o território estranho e a estranheza dessa nova vida que se inicia. Esse novo percurso pode ser ameaçador e/ou fascinante para o migrante, experiências essas que podem culminar com extremos, como casos de psicose, devido às perdas emocionais/financeiras ocasionadas pelo deslocamento, como relata o autor.

O contato com o estranho pode provocar ainda a desarticulação do sujeito, ao passo que a experiência com o aquilo que lhe é familiar, reforça os aspectos que fazem referência ao “eu”. Na condição de sujeito ativo no processo migratório, quando deslocado, o migrante pode perder suas referências, gerando incertezas e temores. Enfatizamos que há outras formas de reagir diante de tais acontecimentos e o migrante pode ter uma experiência totalmente realizadora e fascinante enquanto desterritorializado.

Sobre os entrevistados de Londrina, é possível verificar que, em sua trajetória migratória, somente 27% deles tiveram uma migração direta, ou seja, saíram do seu município de origem e se reterritorializaram em Londrina sem passar por outros territórios nesse percurso (Figura 21). Outros 27% acabaram se limitando a se desterritorializar apenas do município de origem, permanecendo no Rio Grande do Sul (migração indireta com múltiplos territórios dentro do próprio RS) por um período, o que de certa forma, fez com que ainda mantivessem os laços identitários fortemente vinculados ao estado, para somente aí, se reterritorializarem em Londrina.

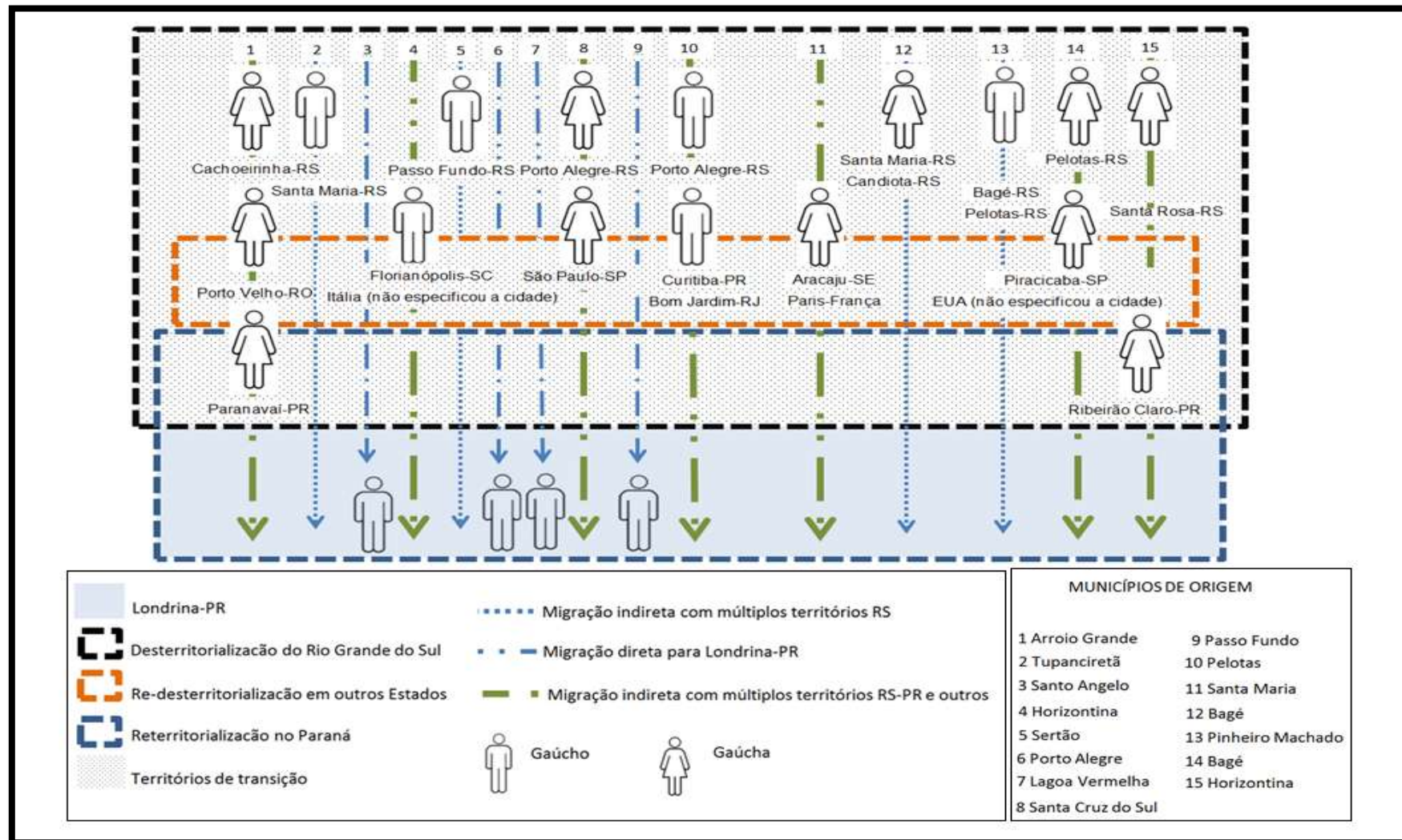
Por outro lado, 46% dos entrevistados passaram por vários estados e até países (migração indireta com múltiplos territórios, envolvendo RS, PR e outros estados) antes de se reterritorializarem em Londrina. Isso confere a esses sujeitos, uma gama ainda maior de referências culturais externas ao Rio Grande do Sul que poderiam resultar em algumas

consequências para a manutenção da identidade territorial gaúcha, já que o convívio com *códigos culturais* tão distintos poderia, de certa maneira, enfraquecer os laços com o Rio Grande do Sul.

Não obstante terem transitado por diferentes territórios, alguns entrevistados de Londrina como a Sra. Celina, a Sra. Lígia, a Sra. Janaína, o Sr. Francisco e o Sr. Flávio, ainda mantêm a tradição gaúcha, ou seja, a vivência com outras formas de cultura não acarretou no desligamento dos vínculos identitários com o estado de origem. Em contrapartida, a Sra. Mônica, natural de Santa Cruz do Sul, localizada no Centro-Oriental do Rio Grande do Sul e com uma população estimada em 126 mil habitantes (IBGE, 2015), em sua trajetória até Londrina, passou por duas metrópoles, Porto Alegre e São Paulo. Essa vivência em outros territórios tão distintos e multiculturais, fez com que ela se afastasse um pouco do tradicionalismo e se sinta “cosmopolita”, nas suas palavras.

Em Maringá, a trajetória de migração dos gaúchos se mostrou diferenciada de Londrina, se limitando ao eixo RS-PR. Nesse sentido, somente o Sr. Jorge, natural de Carazinho, transitou por múltiplos territórios, englobando municípios do Rio Grande do Sul: Passo Fundo, Sarandi, Ibirubá, Cruz Alta, Colorado, Soledade e do Paraná: Campo Mourão. Mesmo tendo passado por vários territórios de transição, ainda assim, é um dos gaúchos mais tradicionalistas que entrevistamos, que frequenta ativamente o CTG e defende os ideais do MTG (Figura 22). Percebemos assim, que a vivência por múltiplos territórios não influenciou na perda da identidade territorial para este sujeito. Dos demais entrevistados, 27% deles em seu processo de desterritorialização do Rio Grande do Sul migraram diretamente para Maringá (assim como observado em Londrina), enquanto 45% dos migrantes saíram do seu município de origem para o estado do Paraná, residindo em outros municípios paranaenses antes de se fixarem em Maringá o que, de certa maneira, demonstra a predileção por continuar no estado que oferecia, naquele momento após a desterritorialização, melhores condições de vida do que o retorno para o Rio Grande do Sul.

Figura 21. Esquema de des-reterritorialização dos gaúchos entrevistados em Londrina-PR.



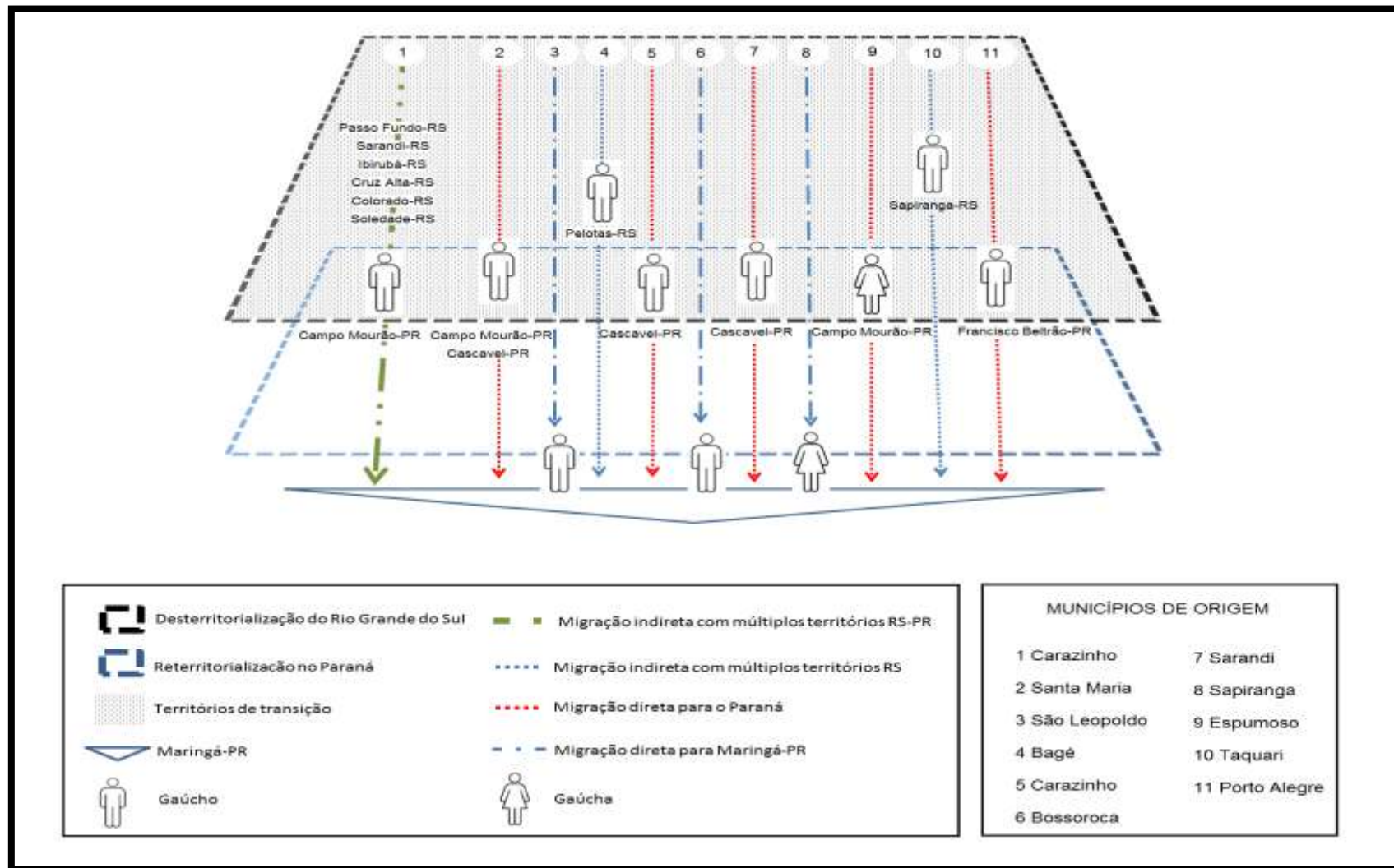
Fonte: Pesquisa de campo (2014). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

O restante dos entrevistados que representa 18% da amostra, passou por municípios do próprio Rio Grande do Sul antes de vir para Maringá. Neste município, identificamos que o fato de terem atravessado muito menos territórios do que os entrevistados londrinenses coincidiu com o fato de que a grande maioria deles frequenta o CTG e continuamente cultua a tradição gaúcha, ou seja, nos parece que os vínculos identitários estão muito mais coesos do que os gaúchos residentes em Londrina. Em contrapartida, é mister considerar que na quase totalidade das respostas, os entrevistados demonstraram que as reminiscências do Rio Grande do Sul despertam um reavivamento das tradições, um desejo de se reafirmar como gaúchos, mesmo que no seu estado de origem não eram adeptos do tradicionalismo e nem frequentavam os CTGs. É um jogo constante de identidade no qual o migrante se depara com constantes dualidades entre o pertencer aquele território e o estar naquele território, como uma negociação sociológica que implica no trânsito entre territórios totalmente distintos em diversas esferas e o migrante enquanto sujeito desse processo se percebe em uma fronteira inter-cultural.

O deslocamento do território de origem e o distanciamento dos seus laços identitários leva o sujeito a ter que enfrentar a alteridade, na qual o *eu* experimenta o desafio de circular no espaço do outro. A escolha de transferir a sua vida para outro território conecta o *eu* com o desenvolvimento de um outro, “[...] que vai se tecendo no fio estendido num tempo-espaço que se abre em perspectiva” (FERREIRA, 1996, p. 47). Sendo assim, o deslocamento físico é realizado a partir de um pilar de referência desse *eu* que caminha em direção a outro que virá a ser, em função dos contatos com o novo território e com outros sujeitos.

De acordo com Haesbaert (2014), essas dinâmicas territoriais convergem para o entendimento que os migrantes contemporâneos vivem *no limite* do ponto de vista do sujeito se encontrar em uma situação-limite, especialmente, ao experienciar outro território, mas também pelo fato de estar em uma condição em trânsito, perpassando diversos territórios. Nesse movimento de trânsito, a imagem construída pelo migrante no seu território de origem, sofre uma distorção e um confronto com a imagem do sujeito que se (re) constrói após a travessia por tantos territórios. Os sujeitos que surgem desse processo enfrentam constantemente perdas e redefinições de identidade, que podem contribuir para um sentimento de incertezas e inseguranças de não pertencer a nenhum grupo.

Figura 22. Esquema de des-reterritorialização dos gaúchos entrevistados em Maringá-PR.



Fonte: Pesquisa de campo (2014). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2016).

Embora o sentimento de pertencer possa ser interpretado/percebido de diferentes formas pelos sujeitos, verificamos que é no grupo que a tradição se perpetua com mais força e coesão. A lógica da hodierna migração, na qual o sujeito se encontra em trânsito e convive com múltiplos territórios ou territorialidades amplia a análise da formação das identidades territoriais já que o “trânsito” implica em ambiguidades, em múltiplas territorialidades que convergem para uma abordagem *transterritorial*, ou seja, para simultaneidades e liminaridades.

É importante destacar que a identidade territorial se processa de forma diferenciada em cada sujeito. Se, em alguns deles já identificamos traços que denotam uma certa “identidade paranaense”, com a perda do sotaque e também uma relação de grande afetividade com o município no qual estão residindo atualmente, alguns, por sua vez, permanecem muito presos ao Rio Grande do Sul, preservando o sotaque e pensando em retornar ao estado, nem que seja para passar o fim da vida. Nesse aspecto, vemos a força do tradicionalismo, de uma identidade vinculada fortemente ao território, mesmo na contemporaneidade quando temos tantas referências virtuais. Assim, o Rio Grande do Sul não perde a sua característica de ser um elo fundamental com o passado e território da *socialização primária* dos sujeitos que ainda possuem os vínculos familiares com o estado. Pelo fato de que a desterritorialização implica, imediatamente, em um processo de reterritorialização, podemos ter choques culturais que são minimizados pela rede de migrantes já instaurada em determinado município.

Em se tratando de migração, por envolver escolhas individuais e/ou coletivas, não podemos pensar em um processo que acaba com o sujeito chegando ao seu território de destino. Isso porque, devido a inúmeros fatores, esse território, posteriormente, pode se tornar também, um território de transição, caso o sujeito decida reimigrar para o Rio Grande do Sul ou para outros estados. É a dinâmica da própria vida que vai dar a tônica à mobilidade social. Nos entroncamentos territoriais, esses sujeitos se deparam com diferentes grupos sociais, colocando em discussão a identidade “eu” e a identidade “nós” porque a princípio, o sentido de grupo se perde para o sujeito em trânsito. São necessários novos processos de adaptação para que os sujeitos possam se perceber como pertencentes aquele território.

Estar em trânsito ou passar por diferentes territórios de transição faz com que surjam novas territorialidades e formas de socialização para o sujeito. Como explica Elias

(1994) quando os sujeitos migram eles são identificáveis não apenas pelos sujeitos que vivem naquele território, mas por si mesmos, enquanto pertencentes a determinado grupo. Segundo o autor, seu *habitus* social cria um tipo determinado de distanciamento entre esses sujeitos e aqueles que residem no território que os abriga. Entretanto, os sujeitos tendem, com o passar do tempo passar as barreiras dessas diferenças ao se aproximarem dos membros do seu próprio grupo que ali se encontram. Com isso, minimizam as dificuldades de coexistência originadas das diferenças no *habitus* social, criando em processos ulteriores, novos vínculos também com os sujeitos de outros territórios de modo com que as identidades acabem se sobrepondo e o “estar em trânsito” resulte em outra dimensão da territorialidade do migrante.

4.2 “A *network* dos gaúchos funciona muito bem”⁶⁹: a formação de uma rede de migração gaúcha no Norte do Paraná

Tua presença neste rancho, companheiro, faz corcovear de alegria o coração. Nossa amizade é crioula dos galpões e campereadas no potreiro desta vida. Tua presença neste rancho hoje é festa e minha família te agradece comovida. E essa visita de gaúcho que me fazes leva pra longe uma tropa de saudade.⁷⁰

Conforme mencionamos, a característica principal observada na reterritorialização dos migrantes gaúchos em Londrina e Maringá é o que estamos denominando de *migração assistida*, isto é, quando os gaúchos já encontram no território de destino uma rede de contatos pré-estabelecidos, seja de amigos e/ou parentes. A construção dos territórios, na migração, passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através dos vínculos e dos contatos estabelecidos. Compreendemos, portanto, que as migrações não implicam somente na desvinculação do território porque estão atreladas a diferentes experiências de vida processadas entre os territórios de origem e de destino. Assim, estamos diante de complexas relações que podem ser analisadas dentro de um processo de desterritorialização e reterritorialização.

As migrações se processam a partir de relações individuais e/ou coletivas que impõem uma dinâmica no processo de deslocamento conferindo uma formação reticular a esta mobilidade espacial. Entendemos, portanto, que os sujeitos vivem em constante interação uns

⁶⁹ Trecho extraído da fala de uma das entrevistadas em Londrina, a Sra. Carina, natural de Horizontina-RS.

⁷⁰ Trecho da música “Amizade de Gaitero”, do grupo de música gaúcha Os Serranos.

com os outros e com os elementos que fazem parte de seu cotidiano. Da mesma forma, quando se encontra em processo de desterritorialização-reterritorialização, os sujeitos geram novos contornos nas redes, conferindo outros elementos para o rearranjo territorial. Todas as relações podem ser compreendidas como uma rede social. Os sujeitos, através de suas histórias ocupam pontos nas redes. Embora suas práticas sejam distintas, de certa forma vão se vincular a elementos em comum com outros sujeitos, seja através de aspectos políticos, econômicos, culturais etc. atribuindo, dessa forma, um aspecto relacional às redes sociais que culmina em um aspecto organizacional que se estende a toda a sociedade.

[...] **cada pessoa** que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, **está ligada a outras por laços invisíveis**, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependente de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal. (ELIAS, 1994, p. 22, grifo nosso).

Um dos nossos entrevistados, o Sr. Gustavo, que veio de Passo Fundo-RS e reside em Londrina desde 2011, chegou ao município sozinho, sem contar com uma referência social. Ele nos conta que devido às dificuldades financeiras, não tinha condições de pagar um hotel durante alguns dias até encontrar um imóvel para alugar. Dessa forma, entrou em contato com o Corpo de Bombeiros do município a fim de ter um abrigo neste período. De acordo com ele, no Rio Grande do Sul essa situação não aconteceria devido à grande hospitalidade dos seus gentílicos.

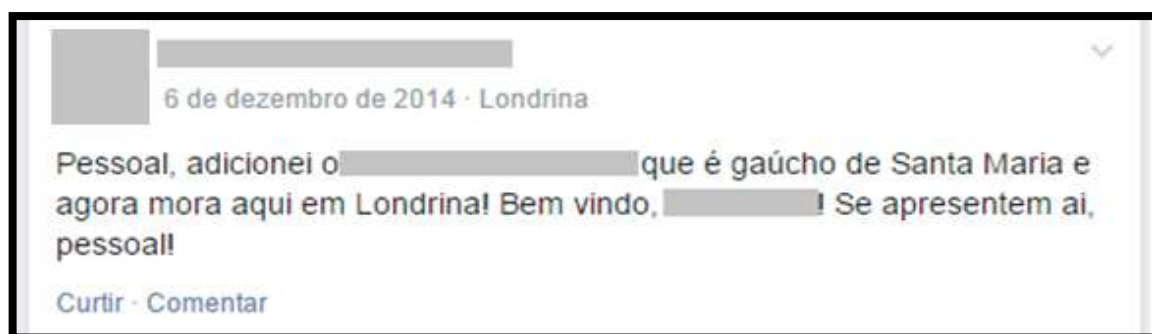
Já em Londrina, ele conta que enfrentou uma grande burocracia, pois, teve que comprovar ao Comandante da corporação que havia conseguido passar no mestrado e, por isso, estava precisando de um auxílio para buscar moradia. Com moradia fixa em Londrina, ele nos conta que até reencontrou amigos de infância que não tinha mais contato no Rio Grande do Sul e que, por coincidência, estavam residindo em Londrina.

A Sra. Carina, que veio de Horizontina-RS e reside em Londrina-PR desde 2002, nos relata a rede de contatos que tinha antes de chegar à Londrina: “[...] Tinha minha sobrinha que já estava aqui, aí eu dividia apartamento com ela e tinha um casal, irmão do meu cunhado que também me hospedaram em Londrina. A *network* dos gaúchos funciona muito bem”. De fato, nos relatos quando da realização das entrevistas, os migrantes gaúchos nos contam que

sempre acabam conhecendo outros gaúchos e, com isso, vão estreitando os vínculos de amizade, especialmente, resgatando parte da cultura gaúcha. Como observamos na Figura 23, que ilustra uma postagem veiculada no *Facebook* na página do “CTG” Cavalo Horse, assim que algum gaúcho conhecido por algum dos membros chega ao município, ele é apresentado a uma rede de contatos composta por gaúchos e, com isso, estreitam ainda mais os vínculos identitários, contribuindo para que este recém-chegado tenha um nível mínimo de familiaridade perante um território desconhecido.

Em Maringá-PR, destacamos a ação de dois sujeitos que contribuíram para a vinda de diversas famílias de migrantes gaúchos: o Sr. Nestor e o Sr. Jorge, ambos originários de Carazinho-RS, atuantes no MTG do PR e que ajudaram na constituição de outros CTGs pela região Centro-Oeste do Paraná, como o CTG Índio Bandeira, de Campo Mourão. Estes sujeitos, por viverem em meio artístico viajavam frequentemente e, com isso, acabaram convidando dezenas de gaúchos para residirem em Maringá, onde muitos começaram a trabalhar em atividades musicais voltadas à cultura gaúcha. Assim, começa a surgir uma rede social gaúcha, onde o CTG é um nó central dessa rede, pois, a sua existência é um dos elementos de atração dessas famílias que chegam para trabalhar difundindo a cultura gaúcha.

Figura 23. Postagem de uma gaúcha no “CTG” Cavalo Horse inserindo um gaúcho recém-chegado ao grupo.

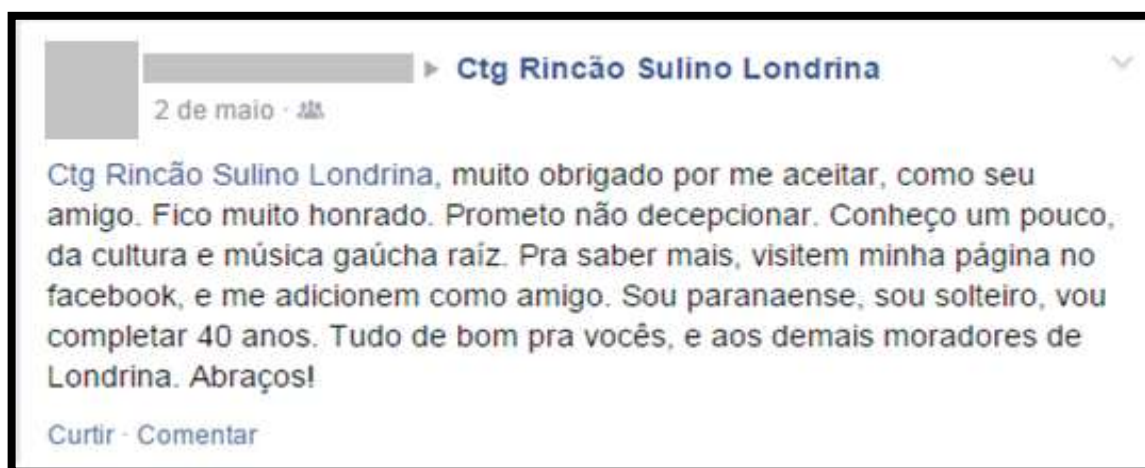


Fonte: CTG Cavalo Horse. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/389111901109998/?fref=ts>>. Acesso em 24 jun. 2015

Fazer parte dessa rede social gaúcha, além de trazer certo conforto aos migrantes para diminuir as dificuldades de adaptação, é também almejado pelos paranaenses que cultuam veemente a tradição gaúcha. Para eles, o CTG é a expressão máxima da materialização da cultura gaúcha, já que lá estão sendo difundidos os elementos típicos que tanto encantam os olhos de quem não está acostumado a ter isso no município onde nasceu. Os paranaenses, carentes de uma identidade territorial pautada em aspectos históricos e

tradicionais, acabam venerando o gauchismo e a necessidade de pertencer a este grupo social é o reflexo desse processo (Figura 24). Sendo assim, visualizamos um processo de marginalização daquele que não possui a identidade gaúcha, pois, precisa ser aceito no grupo por aqueles que detêm o poder que, no caso, é a tradição.

Figura 24. Postagem do dia 02 de maio de 2015, de um paranaense na página do CTG Rincão Sulino, no Facebook, ilustrando a importância dada a ser inserido no grupo.



Fonte: CTG Rincão Sulino (2015). Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctg.rincaosulino?fref=ts>>. Acesso em 23 jun. 2015.

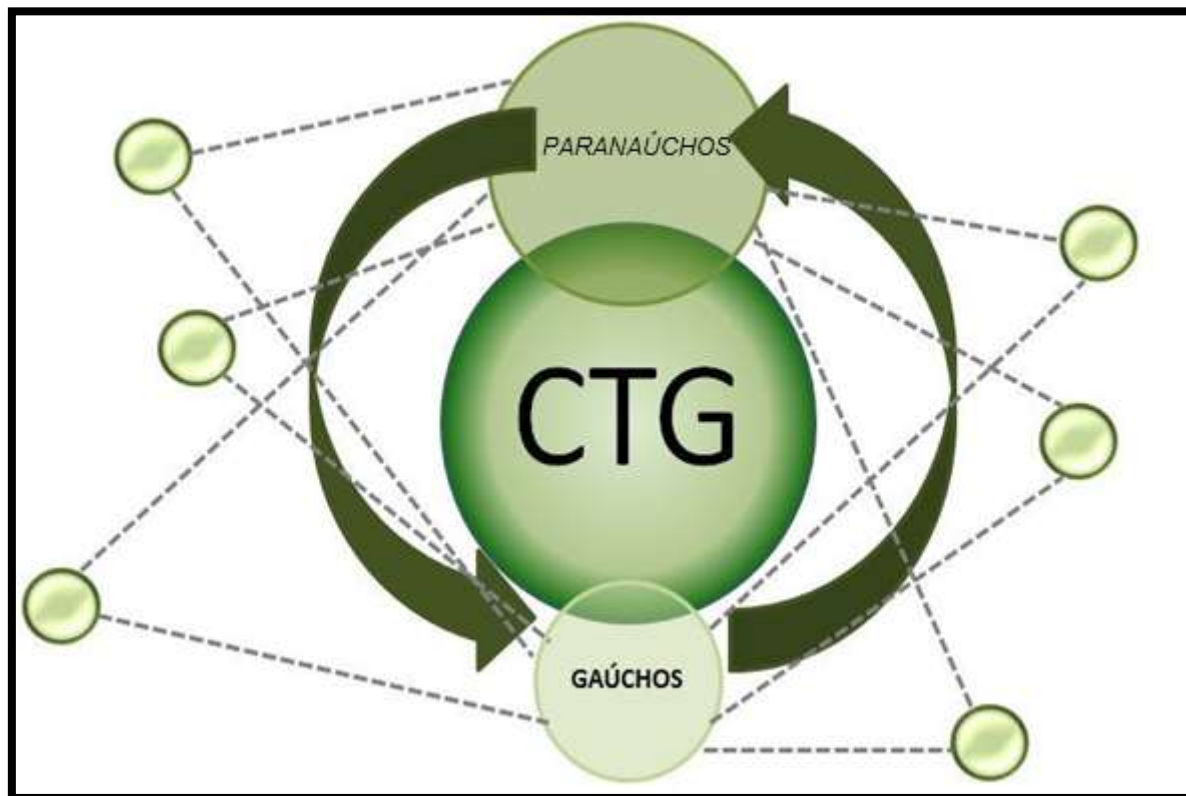
Ao realizarmos as entrevistas com os migrantes gaúchos em Londrina e Maringá, conseguimos vislumbrar formas distintas de territorialidade do ponto de vista da apropriação do tradicionalismo. Em Maringá, o CTG tem um papel de centro da cultura gaúcha porque converge as principais relações sociais produzidas pelos migrantes gaúchos, disponibilizando diversas atividades de preservação da cultura gaúcha, além de possuir uma Diretoria Artística atuante, que busca angariar novos associados. Sobre os sujeitos que frequentam, nos atentamos em estabelecer as relações entre *paranaúchos* e gaúchos⁷¹.

Os *paranaúchos* (em maior quantidade) e gaúchos (em menor quantidade) se relacionam dentro do CTG, enquanto alguns poucos representantes desses grupos se reúnem fora do ambiente do CTG, com a finalidade de expressar a cultura gaúcha, como churrascos e jogos de futebol, ou seja, acabam constituindo *microterritórios* que se formam a partir dessas relações, e que são pontos esparsos e descontínuos porque não possuem conexão entre eles,

⁷¹ Além de *paranaúchos* e gaúchos, temos os visitantes esporádicos que também fazem parte dessa rede de tradições, mas que por não serem o foco da pesquisa, não é possível fazer um esboço da relação dos grupos estudados com esse.

tendo, portanto, uma fraca intensidade do ponto de vista da centralidade cultural nessa rede de tradições gaúchas (Figura 25).

Figura 25. A territorialidade gaúcha em Maringá.

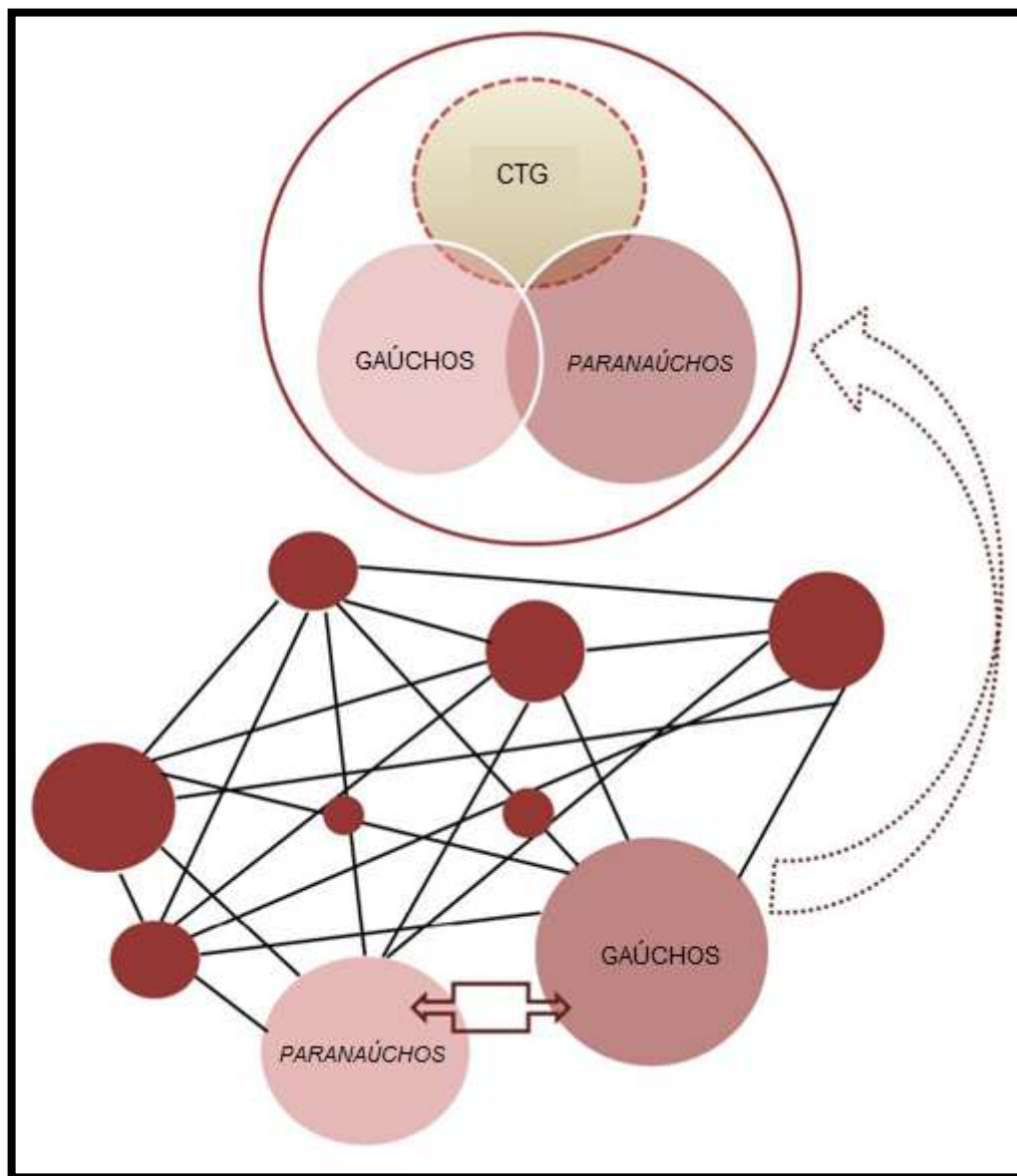


Elaborado por: Tatiana Colasante (2015).

Por outro lado, em Londrina, temos uma configuração distinta sobre a rede de tradições gaúchas. Naquele município, o CTG é ainda, uma estrutura simbólica importante, mas, nesse caso, não essencial para a difusão da cultura gaúcha. Logo, tem uma representatividade muito mais de centralidade simbólica, já que a presença do CTG não é um fator decisivo para que ocorram outras formas de sociabilização entre os migrantes gaúchos. No que diz respeito aos sujeitos que frequentam este espaço, assim como Maringá, temos *paranaúchos* (em maior quantidade) e *gaúchos* (em menor quantidade) que se relacionam. Portanto, há que se destacar a importância significativa de microterritórios (*policentralidade*) que se articulam em uma perspectiva reticular sem que haja a necessidade da existência do CTG, ou seja, a presença dele não é determinante para que ocorram as reuniões, já que os *gaúchos* e *paranaúchos* que se reúnem para celebrar, à sua maneira, a cultura gaúcha nesses microterritórios, não se conheceram no CTG e, neste círculo, os poucos sujeitos que frequentam o CTG são *gaúchos* e, por isso, demonstram uma relação mais efêmera com a

entidade (Figura 26), diferente do que ocorre com Maringá, onde o CTG tem um papel central nessa articulação já que os gaúchos e *paranaúchos* que se reúnem em espaços externos as CTG, se conheceram nessa entidade.

Figura 26. A territorialidade gaúcha em Londrina.



Elaborado por: Tatiana Colasante (2015).

No que se refere à formação da rede de tradições gaúchas temos, portanto, diferentes territorializações no Norte do Paraná: enquanto em Maringá, observamos a grande importância do CTG Rincão Verde, como centro da territorialidade gaúcha, em Londrina, encontramos microterritórios, refletidos em diversos nós dessa rede, onde não necessariamente o CTG Rincão Sulino precisa estar atuando. Vale ressaltar que como não está

em funcionamento, não foi possível realizar o mesmo esquema comparativo com o CTG Novas Coxilhas, de Londrina.

Nesse sentido, conforme Saquet e Mondardo (2008), na mobilidade, verificamos que as redes são portadoras de uma identidade construída entre territórios. Assim, a identidade pode ser compartilhada e modificada entre os demais membros de cada grupo social e da sociedade em geral, como observamos no caso de paranaenses ou *paranaúchos* que estão inseridos nessa rede social.

4.3 Desgarrados do pago: as dificuldades enfrentadas em outro território

O Rio Grande não esquece de todos os desgarrados que mesmo estando afastados não perdem a identidade. E o que mais tem importância do tamanho da distância? Sempre é menor que a saudade.⁷²

A partir da sua reterritorialização, quando o migrante acaba deixando para trás muitos elementos e *códigos culturais* e busca uma adaptação em outra realidade, distante muitas vezes, de sua unidade familiar, uma das marcas dessa transição é a dificuldade. Logicamente, este fator é extremamente subjetivo, pois, para alguns migrantes, a dificuldade é algo natural do processo, enquanto para outros, é tão complexa que acabam retornando para o município de origem. Certamente, este último aspecto foi extremamente comum nos primeiros migrantes gaúchos que saíram do RS, rumo à Barra do Garças–MT dentro do programa de colonização *Canarana*, de acordo com os estudos de Santos (1993). O confronto da perspectiva x realidade a partir da desterritorialização do migrante pode ser decepcionante, sobretudo, quando este deposita toda sua expectativa de vida no município de destino.

Na atualidade, as dificuldades originárias da falta familiar pode, muitas vezes, ser contornada em virtude do *meio técnico-científico-informacional*, como entende Santos (1996), já que há novas tecnologias que facilitam o contato frequente para minimizar o distanciamento espacial. Neste aspecto, os sujeitos que vieram pelo processo de *migração assistida* acabam levando certa vantagem, na medida em que já possuem uma rede social

⁷² Trecho da música “Aos Desgarrados do Pago”, do cantor gaúcho Leonardo, nome artístico do bageense Jader Moreci Teixeira.

formada, composta por amigos e/ou parentes no município de destino o que, seguramente, diminuiu a dificuldade de adaptação.

Sobre as dificuldades de adaptação, 12 dos 26 entrevistados nos relataram que tiveram algum tipo de problema em sua reterritorialização em Londrina ou Maringá, ou seja, menos da metade. Uma das dificuldades indicadas foi a questão da frieza por parte dos norte-paranaenses e até preconceito quando da sua chegada para estes dois municípios. Entretanto, em nenhum dos casos, estes migrantes tiveram a intenção de regressar ao Rio Grande do Sul por conta dessas dificuldades. Os que se sentiram rejeitados relatam que a situação mudou e eles já superaram estas barreiras.

Neste ponto, vamos enfatizar as falas dos entrevistados Sr. Gustavo, natural de Passo Fundo-RS, que reside em Londrina há apenas 3 anos e o Sr. Jair, de Santo Angelo-RS, residente há 34 anos no município e que apesar da diferença temporal, alguns resquícios de falta de receptividade ainda são notados quando nos relataram sobre as dificuldades. Em Maringá, situação semelhante é partilhada pela Sra. Marli, que reside no município há 31 anos e pelo Sr. Clodoaldo que reside há 18 anos. Entre os que chegaram mais recentemente ao município, as dificuldades apontadas foram relacionadas à adaptação no novo emprego.

[Pergunta: Quais as maiores dificuldades enfrentadas quando se mudou para Londrina?

Eu **sofri muito preconceito por ser gaúcho**. Aqui as pessoas não são solidárias como no RS. Não tem calor humano (Gustavo, 34 anos, solteiro, professor universitário, grifo nosso).

Foi com relação à própria população que tem **mentalidade diferente e uma frieza nos relacionamentos** (Jair, 57 anos, casado, advogado, grifo nosso).

[Pergunta: Quais as maiores dificuldades enfrentadas quando se mudou para Maringá?

O tratamento das pessoas. O tratamento seria, por exemplo, a receptividade das pessoas do Rio Grande do Sul. É totalmente diferente daqui, do norte do Paraná (Clodoaldo, 41 anos, casado, vendedor, grifo nosso).

Quando vim pra Maringá, eu tava grávida e recém-casada. Que dificuldade! **Você não tem ideia do que eu passei!** Porque você chega num lugar, você gostaria que viessem te recepcionar. Porque lá [no RS] é assim: você acabou de mudar, então seus vizinhos do lado já vem perguntar se você tá precisando de alguma coisa, se você quer ajuda, fica à vontade, não faz cerimônia com a gente, a gente ajuda no que for necessário. Aqui não, o povo não faz isso. Então você tira uma ideia: a gente pouco tinha de (anos) casado, o marido trabalhando na área de música, viajando. Ele não viu os filhos crescerem. Eles iam pra escola, iam pra festinha de coleguinha,

tudo comigo, porque ele passava 15, 20 dias fora de casa e sem família, sem ninguém aqui, imagina como eu tive que me virar nessa época, há 30 anos atrás, a dificuldade que eu enfrentei (Marli, 59 anos, casada, dona de casa, grifo nosso).

Destacamos que realizamos uma entrevista com um casal de gaúchos, que é a Sra. Marli, mencionada anteriormente, e o Sr. Nestor. Longe de ser uma pesquisa sobre gênero, não poderíamos deixar de mencionar as diferentes perspectivas de ambos a respeito das dificuldades enfrentadas quando resolveram residir em Maringá. Enquanto a Sra. Marli guarda consigo péssimas lembranças do início da chegada à Maringá na década de 1980, tendo em vista que precisou enfrentar vários problemas sozinha em função do marido, o Sr. Nelson, viajar constantemente, este não menciona nenhuma dificuldade na sua reterritorialização. Isso porque, como ele veio para Maringá junto com outros artistas gaúchos e, de certa maneira, estava “seguro” nesta rede social, composta de amigos e simpatizantes gaúchos, não sentiu as mesmas dificuldades da Sra. Marli que teve seu cotidiano alterado e foi forçada a construir uma nova rede social naquele município.

[Pergunta: Quais as maiores dificuldades enfrentadas quando se mudou para Maringá?

Já não tinha dificuldade porque nós entramos com o Grupo que eu montei, o Oiga Tchê, e quando nós chegamos aqui [em Maringá], nós tínhamos muito nome no Sul e chegamos aqui para tocar os grandes eventos do RS. E também abrimos fronteiras para o Mato Grosso, os bailes em Cuiabá, mas não tivemos dificuldades praticamente. A gente tinha um nome no meio gauchesco de música de baile por causa do Minuano, que eu fiquei cinco anos, então eles mesmos foram me indicando. Para Maringá, então **não tive dificuldade**. Inclusive, nós tocávamos em um restaurante famoso no meio da semana e os fins de semana, baile (Nestor, 63 anos, casado, músico e revendedor de acordeom, grifo nosso).

O processo de reterritorialização contribui para que os sujeitos fiquem carentes de seus referenciais identitários e de sua rede de sociabilidade. Por isso, é compreensível toda forma de dificuldades que se impõe nessa nova etapa da vida do migrante. O interessante é que em conversas informais com amigos norte-paranaenses, mesmo que não conheçam nenhum gaúcho, prevalece na visão deles o estigma de que os gaúchos é que são egoístas e fechados. Dessa forma, reiteremos que a percepção sobre as dificuldades é extremamente subjetiva e varia de acordo com a própria experiência de vida dos sujeitos. Para que sejam superadas as dificuldades, o migrante deve sentir parte daquele território, mesmo que não o tenha vivenciado *a priori*. A partir de suas práticas territoriais e do estreitamento das suas relações, aquele território passa a ter uma conotação afetiva e reflete outra situação de vida,

numa reconstrução identitária, possibilitando aos migrantes que se sintam parte da sua formação de modo com que não pensem em retornar para o RS.

Outro aspecto levantado como dificuldade pelos entrevistados recaiu sobre a diferença de costumes. Compreendemos que a cultura gaúcha é extremamente coesa e dotada de diversas especificidades e podemos apontar uma série de elementos culturais que marcam bastante esse tradicionalismo como o sotaque, característico do estado e a culinária amplamente difundida pelo país. A partir da mudança para o norte-paranaense, alguns entrevistados se sentiram deslocados ao se depararem com outros costumes e, com isso, tiveram que se adaptar ao território.

[Pergunta: Quais as maiores dificuldades enfrentadas quando se mudou para Londrina?

A língua. Na verdade, quando eu mudei para Apucarana que foi a minha primeira passagem e lá onde eu trabalhava, tinha gente eu dizia que não entendia o que eu dizia. Aí o pessoal daqui também falava gíria que eu não sabia o que era, palavras que eu não conhecia aquele uso. Por exemplo, minha chefe lá em Apucarana chegou um dia e falou: ‘eu comprei uma data’. E eu na minha cabeça pensava: ‘como uma pessoa compra uma data?’ Porque para mim uma data é um dia. E aqui, uma data é um terreno! Então levei um tempo na conversa pra descobrir o que era uma data. Mas a gente vai esquecendo [as gírias gaúchas]. Esses dias eu pedi emprestado pra minha colega de sala uma “borracheta”, é um elástico de dinheiro. E eu não conseguia lembrar o nome “borracheta” e eu passei minha vida inteira falando isso e não lembrava mais. Você se adapta ao novo para as pessoas te entenderem né? E daí às vezes você faz esse comentário: “lá de onde eu venho, se chama assim” ou “lá de onde eu venho come isso ou come aquilo”. Eu acredito que seja muito forte no gaúcho essas referências, de tradição, de cultura, de costumes e é uma coisa que faz a gente se sentir bem em qualquer lugar (Carina, 37 anos, casada, professora, grifo nosso).

Erva mate de boa qualidade e jogos do Grêmio na TV aberta (Denis, 34 anos, casado, administrador, grifo nosso).

[Pergunta: Quais as maiores dificuldades enfrentadas quando se mudou para Maringá?

Adaptação, questão de sotaque. A questão de falar era bem notado (sic) porque eu estava na escola ainda, então o pessoal tirava um pouquinho de sarro, falava diferente, um sotaque mais puxado, mais cantado do gaúcho. O calor também. Lá em Beltrão [município de Francisco Beltrão-PR onde morou anteriormente] não era tão quente como aqui, mas não são grandes dificuldades (Cristiano, 24 anos, solteiro, analista de PCP, grifo nosso).

A maior dificuldade foi no trabalho, por eu não conhecer aqui e porque na época, eu visitava consultórios médicos [...]. **O costume daqui e o costume do Rio Grande do Sul são bem diferentes.** Essa foi a minha maior dificuldade. Porque aqui o médico diz que vai te atender no final da manhã, ele te atende às 14hs. Aqui quando ele diz que é início da tarde, ele te atende às 16hs, então não respeitam horário, coisa

que no Rio Grande do Sul respeitam (Valter, 45 anos, casado, vendedor/propagandista, grifo nosso).

Sobre a resposta do entrevistado, Sr. Valter, pudemos comprovar que, de fato, muitos gaúchos têm uma preocupação grande com relação à pontualidade e compromisso. Em todas as entrevistas que realizamos, os gaúchos se mostraram pontuais nos encontros e, mesmo aqueles que, em função de algum imprevisto tinham que desmarcar a entrevista, se disponibilizavam em remarcar para outro dia, sempre mantendo o compromisso de nos fornecer as informações necessárias para a pesquisa.

Assim, verificamos que as diferenças culturais no tocante aos hábitos e costumes entre gaúchos e paranaenses possuem disparidades que acabam implicando em dificuldades para os migrantes gaúchos. Da mesma forma, para os norte-paranaenses, a convivência com os gaúchos proporciona dificuldades de entendimento quando do uso excessivo de gírias e expressões regionais e por desconhecimento de certos costumes, como nos relata uma gaúcha que reside em Maringá: “Até o nosso vínculo de amizades que a gente tem hoje, muitos nem sabiam, nem conheciam e hoje em dia já tomam o chimarrão” (Regina, 33 anos, casada, empresária).

A partir dessas constatações, é possível fazer algumas reflexões sobre o processo de reterritorialização. O primeiro aspecto que destacamos é que mesmo que alguns migrantes tenham mencionado as dificuldades, com o tempo conseguiram se integrar aos costumes do Paraná e, com isso, passam a ter no território de destino, uma afetividade e um vínculo com as pessoas que os acolheram. Em um segundo momento, quando constituem novas redes sociais em Londrina e Maringá, os migrantes acabam difundindo parte dos elementos da cultura gaúcha aos paranaenses. Demonstra-se assim, a importância das redes de sociabilidade, que reforçam a unidade social entre os sujeitos, com a convivência estreitando os laços, principalmente, quando partilham de elementos culturais em comum.

Reforçamos, dessa forma, o surgimento da importância da identidade territorial, que se mantém em determinados grupos de migrantes que tentam reproduzir um pouco da cultura do seu antigo território, a partir de costumes que remetam à sua história de vida, de maneira que o sentimento de estranhamento proporcionado em um território desconhecido seja amenizado.

4.4 A ausência da querência: lembranças e saudades do Rio Grande do Sul

“Deixei a minha terra, meu Rio Grande amado para morar em outro Estado do mesmo Brasil. Eu vivo muito bem aqui noutra cidade chorando de saudade do meu céu de anil”⁷³.

Abandonar um território implica em deixar para trás uma vida e se reconstruir em outro lugar. Neste processo, existe uma série de elementos emaranhados de caráter intersubjetivos e subjetivos nas redes da vida migrante. Os sujeitos portam uma duplicidade identitária, vivendo em um paradoxo que envolve o ir e vir, ou seja, um constante retorno para suas raízes mesmo que estas já estejam inseridas em outro contexto espaço-temporal e que também estes sujeitos tenham mudado a si mesmos, tendo em vista que a convivência em outro território provoca transformações no modo de se relacionar consigo mesmo e com os outros. A experiência singular de cada sujeito reterritorializado, resulta em diferentes perspectivas no que diz respeito à sua relação atual com o local de onde veio. Dessa forma, a saudade, o vazio, a falta, ou seja, a ausência do que se vivenciou é relativo, na medida em que nos deparamos com as múltiplas experiências que estes migrantes gaúchos tiveram ao longo das suas trajetórias de migração.

Ferreira (1996) explana que na trama relacional do migrante, elementos como esperança, saudade e nostalgia são um dado constante no qual passado e futuro se entrelaçam. A saudade migrante derivaria da obliteração produzida na memória dos sujeitos em função da ruptura com um espaço-tempo, acarretando um sentimento de perda da comunidade e um sentimento de desfalque de uma integridade anterior. A saudade do migrante tem ligação com a *carência semiótica* envolvendo uma falta de significados e identidade com o território e contribui para que os sujeitos se apeguem ao passado. Muitas vezes, o apego excessivo ao passado traz a tona um processo de idealização, no qual o sujeito busca resgatar um ideal de unidade imaginária, da qual ele acredita ter sido um dia tirado ou saído por inúmeras razões. Assim, torna-se comum, a exaltação dos aspectos positivos referentes ao seu território de origem ao se comparar com a realidade que vive em outro território.

Somente 15% dos nossos entrevistados afirmou não sentir falta do Rio Grande do Sul. Esta saudade que nos relata a quase totalidade dos entrevistados envolve uma infinita gama de elementos que vão desde os aspectos materiais a imateriais. Encontramos no futebol,

⁷³ Trecho da música “Saudades da minha terra”, de Teixeira.

a materialização dessa saudade na medida em que foi um dos elementos citados que fazem falta no Paraná já que no Rio Grande do Sul, esse esporte é bem tradicional e alvo de grande rivalidade entre dois times locais, o Grêmio *Foot-Ball* Porto Alegrense e o Sport Club Internacional. Este esporte direcionado ao entretenimento possui um caráter multidimensional, congregando em sua prática, valores tradicionais, cívicos, políticos e possibilitando a coesão social a partir do momento em que se torna um elemento coletivo de identidade.

[Pergunta: Do que mais sente falta do seu município de origem?]

Eu sou torcedor fanático do Grêmio e aqui em Londrina me sinto um torcedor solitário, por isso, o que mais **sinto falta é dessa reunião com os amigos em torno do futebol**. (Alessandro, natural de Sertão-RS e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

O que eu mais sinto falta de Porto Alegre é de **frequentar o estádio**. O que eu gostaria aqui [em Maringá] é de poder ir no estádio porque a gente acompanha aqui por TV, por rádio, por internet, mas eu gostaria de poder frequentar mais o estádio, de assistir aos jogos do Inter (Cristiano, natural de Porto Alegre-RS e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Dos amigos de infância [...]. **Em termos de futebol, a rivalidade**, o meu sotaque original. Mesmo que eu tente não perder, mesmo que eu carregue muita coisa ainda, principalmente, as nossas palavras, as nossas gírias, assim do dia a dia, a gente acaba perdendo né? Então eu sinto muita falta disso” (Valter, natural de Bagé-RS e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Dois entrevistados de Londrina, que frequentam assiduamente o CTG do município, nos contam que no Rio Grande do Sul tinham o hábito de preservar elementos da cultura campeira, como andar a cavalo e participar de provas vinculadas a esta atividade. Dessa forma, como vivem em um ambiente urbano e pelo fato do CTG não possuir uma parte campeira, acabam perdendo esse importante elemento da cultura gaúcha.

[Pergunta: Do que mais sente falta do seu município de origem?]

Das campereadas⁷⁴ e os cavalos (Francisco, natural de Horizontina-RS e residente em Londrina-PR).

Tem coisas que a gente fazia realmente quando morava lá e que aqui [no PR] tem um pouco mais de dificuldade. Sou muito ligado ao campo, gosto muito de cavalo, de laço, sou um homem do campo. Como a gente costuma dizer lá, sou “criado em galpão” (Odair, natural de Pinheiro Machado-RS e residente em Londrina-PR).

⁷⁴ Relativo às atividades campeiras, como rodeio e prova de laço.

De acordo com Claval (2014), as festas são elementos culturais que constituem momentos importantes do convívio familiar e têm significações diferenciadas em cada sociedade. Expressando diferentes sentidos, como religioso, cívico etc., as festas se realizam por diferentes tipos de manifestação e contribuem para reforçar um sentimento de pertencimento coletivo. Por esta razão, as festas enquanto representação cultural vinculada à sua origem evocam lembranças em alguns migrantes gaúchos, sobretudo, dos que vieram de municípios fortemente marcados por influências de culturas estrangeiras.

[Pergunta: Do que mais sente falta do seu município de origem?]

Eu vim de cidade de colonização alemã, então o que eu sinto mais falta é falar alemão com as pessoas, da família, da gastronomia e de alguns costumes da cultura alemã (Mônica, natural Santa Cruz do Sul- RS e residente em Londrina-PR).

Do contato familiar e da parte cultural, particularmente, das festas tradicionais (de origem italiana e alemã) (Ingrid, natural de Santa Maria-RS e residente em Londrina-PR) .

Além desses aspectos relacionados às práticas esportivas e festivas, alguns entrevistados de Londrina nos disseram que a temperatura mais elevada neste município em comparação aos municípios de onde vieram, gerou certo desconforto, embora já estejam acostumados hoje em dia. Inclusive, o Sr. Cristiano, natural de Porto Alegre e que reside em Maringá já havia nos relato anteriormente a dificuldade de adaptação no município devido às temperaturas elevadas. Assim, toda a lembrança do frio existente no RS e, com ele todas as outras lembranças relacionadas à sua história no estado, fazem com que estes migrantes sintam saudade de algo que não tem como reproduzir no Paraná.

[Pergunta: Do que mais sente falta do seu município de origem?]

Do vento, da Lagoa dos Patos, o sotaque, o jeito acolhedor, de ver os primos dançando em CTGs (Lígia, natural de Arroio Grande-RS e residente em Londrina-PR).

Sinto falta do frio. (Flávio, natural de Pelotas-RS, residente em Londrina-PR).

O clima, o custo de vida, que lá é bem menor e comida também. A proximidade das pessoas, o calor humano. Não sei até que ponto é do local ou do tipo de vida que eu levo aqui, que são épocas diferentes da vida (Celina, natural de Bagé-RS e residente em Londrina-PR).

A falta de relações sociais mais afetivas foi apontada por uma das entrevistas que tem a percepção de que no RS, as pessoas são mais gentis e prestativas. Embora este tipo de

opinião a respeito dos norte-paranaenses tenha sido expressa em outras duas ocasiões pelos entrevistados, ainda assim, representam a minoria dos entrevistados.

[Pergunta: Do que mais sente falta do seu município de origem?]

É a hospitalidade. Porque lá [no RS], o povo é muito hospitaleiro, muito aconchegante, muito carismático. Quando eu cheguei aqui [em Maringá], eu tive muita dificuldade em fazer amizade porque o povo parecia que deixava a gente de lado. A gente conseguiu fazer mais amizade através de outros gaúchos que foram vindo. O próprio paranaense parecia que queria deixar nós, gaúchos, de lado. Foi muito difícil, não foi fácil não. Até hoje eu sinto isso, porque são raras as pessoas, principalmente, com vizinhos que você consegue ter um círculo de amizades. Por exemplo, às vezes você quer tomar um café... o paranaense é muito do café né? Ou jogar uma conversa fora como a gente fala no Sul... então é difícil. Essas casas aqui da frente mesmo, são alugadas, então se muda gente, a gente nem sabe quem é, eles não querem fazer amizade. Isso é próprio do paranaense (Marli, natural de Espumoso-RS, residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Essa falta que os migrantes sentem de elementos particulares da cultura gaúcha só pode ser suprida estando novamente naquele território. Isso porque a saudade de amigos e da família pode ser atenuada pela vinda destes até onde o migrante está. Mas, as festas, o clima, o sotaque, o contato com as pessoas é algo intransferível, que não pode ser trazido na bagagem. Tornam-se, portanto, lembranças que não podem ser reproduzidas em território paranaense, pois, são especificidades da identidade territorial muito intrínsecas ao Rio Grande do Sul.

O CTG, na fala de um dos nossos entrevistados, minimiza a falta que sente do RS: “Eu diria pra ti que não sinto tanto falta porque o que me faltava aqui, eu completo com o CTG. Nós temos muitos eventos e eu vou bastante em eventos fora também, mas sempre tem aquela saudade” (Odair, natural de Pinheiro Machado – RS e residente em Londrina-PR).

Todos os nossos entrevistados, tanto em Londrina como em Maringá, informaram que costumam retornar ao RS, pelo menos uma vez ao ano, a fim de visitar parentes e/ou amigos que lá residem. Os mais tradicionalistas acabam viajando para o RS com mais frequência para participar de eventos, como a Semana Farroupilha ou alguma convenção tradicionalista. Nesse entendimento, é um vínculo que não se finda e, nesse constante retorno, o migrante consegue conviver com suas tradições e reavivar a sua cultura *in loco*, mesmo que esta possa ser interpretada de outra maneira a cada retorno, já que está sendo vivenciada a partir de um olhar de um migrante que agora está reterritorializado no Paraná.

4.5 Uma chama que nunca se apaga: a tradição

“O gaúcho é senhor das coxilhas, sentinela do pago sulino. Preservando seus ricos costumes, botou rédea em seu próprio destino. Tenho orgulho em ser um desses homens, índio guapo da alma buenacha, tradição que o Rio Grande pariu a cavalo, de bota e bombacha”.⁷⁵

A condição do migrante enquanto sujeito que vive em um paradoxo de ir e vir, acaba contribuindo para que os valores referentes à sua tradição não sejam esquecidos porque estão sempre sendo revividos: é uma chama, portanto, que nunca se apaga. Quando falamos da influência da cultura gaúcha no Paraná, já indicamos a intrínseca ligação entre o *Tropeirismo* e a difusão territorial da cultura gaúcha pelo estado, que acabou disseminando vários elementos culturais que foram apropriados pelos paranaenses.

Nessa perspectiva, indagamos aos nossos entrevistados a respeito dos hábitos da cultura gaúcha que trouxeram consigo para o Paraná. A totalidade dos nossos entrevistados nos indicou o consumo do chimarrão, com maior ou menor intensidade, de acordo com o gosto do sujeito (Foto 17). Em alguns locais onde fomos realizar as entrevistas, pudemos observar a cuia de chimarrão, seja na residência desses migrantes ou até mesmo em locais de trabalho, o que reforça a ideia de que, de fato, este é o hábito mais disseminado por estes migrantes.

Foto 17. Amigos no CTG Rincão Sulino de Londrina reunidos para tomar chimarrão no dia 15/03/2013.



Fonte: CTG Rincão Sulino (2015). Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctg.rincaosulino?fref=ts>>. Acesso em 23 jun. 2015.

⁷⁵ Trecho da música “Os de Bota e Bombacha”, do grupo de música gaúcha Os Monarcas.

Interessante destacar que esta prática também vem sendo repassada aos paranaenses que acabam incorporando o consumo do chimarrão no seu cotidiano, segundo nos relatou a Sra. Regina, residente em Maringá: “Até o nosso vínculo de amizade que a gente tem hoje, muitos nem sabiam, nem conheciam e hoje em dia já tomam [o chimarrão]”. Além do chimarrão, alguns migrantes também mencionaram a culinária, a dança e o sotaque como hábitos do Rio Grande do Sul que reproduzem no Norte do Paraná.

De outra maneira, manter as tradições também se estende aos locais de tradição gaúcha, os CTGs. Nesse entendimento, investigamos se os entrevistados costumam frequentar a entidade que, de certa maneira, é um dos símbolos mais representativos da cultura gaúcha no Paraná. Dos 15 entrevistados em Londrina, 7 não frequentam o CTG. Apenas 1 entrevistada se mostrou indiferente à importância de se ter um CTG no Norte do Paraná; os demais consideram importante. Já em Maringá, dos 11 entrevistados, apenas 2 não frequentam o CTG Rincão Verde. Mesmo assim, todos consideram importante um CTG na região.

[Pergunta: Você considera importante ter um CTG no Norte do Paraná? Por que?]

Sim. Eu acho porque tem muitos gaúchos na região [...]. **Os gaúchos são bairristas** e, por isso, têm a necessidade de participar dos CTGs. Quando chega o mês de setembro no RS, as cidades param, tem desfile, as pessoas se preparam para as festas da Semana Farroupilha (Gustavo natural de Passo Fundo-RS e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Sim. Eu acho que **o gaúcho é muito bairrista**. A gente tem essa necessidade de ter contato com as tradições e a gente sente muito falta de frequentar, de se reunir. Principalmente, agora que tenho filho, gostaria que ele aprendesse as danças etc. (Celina, natural de Bagé-RS e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Sim. Porque eu gosto da tradição, das danças típicas e no CTG eu posso conhecer outros gaúchos, **me sinto em casa** (Francisco, natural de Horizontina-RS e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Sim. Porque se mantém as tradições. **É uma maneira de se conviver e não perder a cultura**, não perder aquelas tradições que se tem lá [no RS]. (Flávio, natural de Pelotas-RS e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Sim. Porque **é um lugar de resgate da identidade gaúcha** pra mim. Um lugar que todo mundo leva chimarrão pra tomar antes do almoço, além do que a gente vê as apresentações de danças típicas e que aqui a gente não tem contato de outra forma (Carina, natural de Horizontina-RS e residente em Londrina-PR).

Sim. Você consegue **agrupar as pessoas de mesma tradição**, do mesmo local onde você veio e você consegue localizar a pessoa mais fácil porque aqui cada um tá num canto, cada um mora num bairro. Cidade grande você não consegue localizar essas

peessoas que tem essa afinidade, essa coisa em comum (Cristiano, natural de Porto Alegre-RS e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Sim. Para **matar a saudade**. (Jorge, natural de Carazinho-RS e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Eu acho que é **uma maneira do gaúcho se sentir mais em casa**, não tão distante. No momento em que a gente vai no CTG, frequente um baile, ou seja, um churrasco, tu resgata este costume gaúcho, da tradição né... que lá [no CTG] a gente acaba escutando as musicas tradicionalistas, acaba vendo a gauchada pilchada, então, por causa disso (Valter, natural de Bagé-RS e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

A presença de um CTG no Norte do Paraná, para muitos migrantes, evoca sentimentos de segurança e minimiza o estranhamento causado pelo processo de reterritorialização. Isso porque a desvinculação territorial, ou melhor dizendo, a desterritorialização a partir de uma perspectiva cultural, contribui para um quadro de estranhamento ao migrante recém-chegado. A nova realidade imposta para este sujeito pode causar espanto e até atordoamento, acentuados pela efemeridade das relações às quais estamos vivenciando. Isso obriga o migrante, no caso, a engendrar novos aprendizados e uma nova formulação para se adaptar a essa nova realidade. Destacamos o papel da tradição, alicerçado a partir de uma identidade coletiva que fornece um sentido de grupo para garantir a coesão social frente a essa agitação cultural da contemporaneidade.

O CTG, na visão dos entrevistados, atua como um nó de representações vinculadas não somente às tradições gaúchas, mas está inserido em um contexto maior de sociabilidade, traduzindo certo conforto aos migrantes, diminuindo a saudade, ao mesmo tempo em que possibilita que outras relações se estabeleçam a partir do convívio nessa entidade, estreitando laços de amizade e aumentando a rede de relações desses gaúchos no Norte do Paraná. Por outro lado, uma das nossas entrevistadas de Londrina, apresentou um ponto de vista interessante sobre a presença dos CTGs na região. Mesmo considerando importante esse fato, ela chama a atenção para o excesso de tradicionalismo e do “fechamento” para outras culturas.

[Pergunta: Você considera importante ter um CTG no Norte do Paraná? Por quê?]

Sim. O gaúcho é um povo tradicional, saudosista [...]. A cultura é importante, mas não podemos viver cegamente uma cultura sem perceber que carregamos outras culturas conosco. Por exemplo, vim do RS, mas morei em SP e agora estou em Londrina, ou seja, **não posso ficar trazendo um CTG nas costas a cada município**

que vou morar. A cultura precisa ser misturada com as demais, ou seja, não podemos ser radicais demais no sentido de só viver do passado e não aceitar a influência de outras culturas (Mônica, natural de Santa Cruz do Sul-RS e residente em Londrina-PR).

Essa mesma visão que condena o fanatismo pela cultura gaúcha a ponto de não se levar em consideração a importância da interação com outras culturas é compartilhada pelo Diretor Social do CTG Rincão Verde, o Sr. Ernesto Tavares quando defende a utilização do CTG para festas externas que fogem dos padrões dos CTGs mais tradicionalistas. Com tantas influências que sofremos na atualidade, certamente manter a cultura nos moldes tradicionalistas se torna uma tarefa complexa, pois, se pensarmos até mesmo na configuração territorial do Paraná e do Rio Grande do Sul, já nos mostra que é impossível recriar uma cultura extremamente fiel ao que se encontra no “berço” do tradicionalismo. Com isso, novas situações surgem e demandam uma quebra desse radicalismo para uma adaptação à nova realidade.

Segundo Claval (2014), o processo de criação e mudança é inerente às culturas. Nesse sentido, as culturas possuem certa *plasticidade*, incorporando elementos novos e contribuem para que as sociedades não sejam imóveis. Entretanto, ao mesmo tempo em que nos deparamos com a emergência de constantes reinvenções culturais, os resquícios dessa (i) *materialidade* continuam presente em manifestações culturais tradicionais que exprimem peculiaridades deste culto ao passado. Mesmo com opiniões díspares, as respostas dos entrevistados convergem para similaridades que possibilitam uma conclusão de que a presença de um CTG no Norte do Paraná é visto como importante, sobretudo, quando este espaço é concebido como o *locus* da difusão da cultura gaúcha.

Para 96% dos entrevistados, a preservação da cultura gaúcha é extremamente importante tanto com relação aos aspectos coletivos que remontam a aspectos históricos da Revolução Farroupilha como na afirmação de uma identidade individual que permite a perpetuação de valores aos seus descendentes. No quesito coletivo, identificamos que muitos gaúchos possuem orgulho da história do Rio Grande do Sul e da constituição da própria figura do gaúcho e da mistificação em torno da sua concepção que foi alvo de inúmeras obras literárias e fílmicas brasileiras. Esse sujeito, sempre atrelado a aspectos de bravura e heroísmo também aparece na fala dos nossos entrevistados que destacam os feitos dos seus

antepassados como algo importante não somente do ponto de vista da cultura local, mas perpassa fronteiras e se constitui como marco importante para a história do próprio país.

[Pergunta: Você considera importante preservar a cultura gaúcha?]

Sim. Porque é rica em história, tem aspectos únicos onde não se comemora a vitória dos gaúchos frente ao governo, mas a derrota, por isso, os gaúchos são, sobretudo, um povo guerreiro. (Gustavo, natural de Passo Fundo-RS e residente em Londrina-PR, grifo nosso)

A importância de preservação da cultura gaúcha está no fato de que **gaúcho não recua, é um povo que segue em frente**, que possui uma tradição extremamente rica [...]. A preservação da cultura é um elemento fundamental na preservação da memória [...]. O RS representa a diversidade que temos no Brasil, por isso, precisamos preservar esta cultura tão rica, cheia de personagens históricos importantes. Se não conhecemos nosso passado, se não sabemos de nossa história, como saberemos para onde ir? É o único estado que tem inverno de verdade, que tem um clima diferente, que tem uma importante indústria de carne, que tem singularidades que fazem com que seja completamente diferente do restante do Brasil. (Lígia, natural de Arroio Grande-RS e residente em Londrina-PR, grifo nosso)

Na visão de 15% dos entrevistados, a cultura gaúcha tem sua importância na medida em que congrega valores familiares, como respeito aos mais velhos e boas atitudes, sobretudo, em espaços de socialização como os CTGs. Lembramos novamente a questão dos *dispositivos de poder* que atuam de forma ideológica em muitos sujeitos que acabam incorporando o ideal mítico do gaúcho desbravador e cheio de qualidades imaculadas. Esse fato contribui para que seja disseminada a ideia de que a cultura gaúcha deve ser preservada, principalmente, para que as futuras gerações tenham conhecimento de onde vieram e de quem são. Esse sentimento de que a cultura é importante não somente para o coletivo, mas também para a sua própria estrutura familiar possibilita que os elementos gauchescos sejam preservados nos diversos territórios pelos quais estes sujeitos transitam ao longo de sua vida, contribuindo para a difusão da cultura gaúcha.

[Pergunta: Você considera importante preservar a cultura gaúcha?].

Sim. **Pela questão de família mesmo.** Como a gente é gaúcho, se deixar a tradição de lado, vai ta morrendo uma parte da gente que é gaúcho (Adriano, natural de Taquari-RS e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Sim, porque **é um ensinamento passado desde criança**, ter orgulho de sua origem e da sua terra. Foi me passado pelos meus pais como um dos valores e assim quero manter e preservar (Denis, natural de Tapanciretã-RS e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Sim, **principalmente, pelos filhos**. A mais velha é nascida lá [RS], os mais pequenos (sic) não são, mas eu cultivo, eu incentivo a cultura gaúcha mesmo dentro da minha casa - meu CTG particular - e fora dela, no nosso CTG aqui de Maringá (Clodoaldo, natural de São Leopoldo-RS e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Sim. **Pela cultura gaúcha ser muito forte na questão familiar**. Agora eu friso muito isso porque **o ambiente [CTG] é propício pra educação dos filhos**, pela questão de responsabilidade e respeito, principalmente, respeito, tanto para os pais quanto para os outros, então acho que, por isso, é muito importante (Felipe, natural de Sarandi-RS e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

A família possui um papel fundamental nesse processo. Na primeira infância, que envolve toda uma fase de descobertas, é a família que insere a criança nos ritmos cotidianos e nos *códigos culturais* iniciais. Identificamos na fala de uma das entrevistadas, a Sra. Celina, essa preocupação em repassar ao filho recém-nascido os valores culturais que acredita serem essenciais na formação do caráter: “[...] agora que eu sou mãe, parece que aflora ainda mais o desejo que ele venha a conhecer a música, as danças típicas e [...] os valores: a valorização da terra, da família, de onde a gente veio, de toda a genealogia do gaúcho”.

O padrão do CTG Rincão Sulino, Sr. Oliveira, também reitera a importância de incentivar as crianças a participar desde cedo na vida social do CTG (Foto 18) e, com isso, auxiliar na difusão da cultura gaúcha. Inclusive, ele reclama da dificuldade em se encontrar em Londrina, crianças e adolescentes interessados em participar dos grupos de dança no CTG.

O sentido da cultura enquanto patrimônio também foi verificado nas respostas dadas por alguns entrevistados sobre a motivação para a sua preservação. Quando concebemos a cultura como um patrimônio, nos remetemos à ideia de algo que nos foi herdado e que deve ser resguardado. Nessa visão, a cultura gaúcha passa a ser um bem (i) material coletivo que precisa ser preservado não somente para os interesses individuais, mas se estende aos interesses de todos, ou seja, implica em proteger as ligações identitárias entre os indivíduos.

Foto 18. Mosaico mostrando criança no CTG Rincão Verde, em Maringá participando da prova do laço (Esquerda); e Criança tocando acordeom em festa no CTG Rincão Sulino, em Londrina (Direita).



Fonte: Acervo do CTG Rincão Verde (esquerda), 2014. **Fonte:** Tatiana Colasante (direita), 2014.

Ao mesmo tempo em que este patrimônio reflete uma individualidade, já que foi apreendido pelo indivíduo, ele se torna um bem comum quando partilhado e faz parte do processo da coesão social. Assim, a cultura gaúcha possui uma memória individual, calcada no subjetivo, nas lembranças particulares da vida de cada um e uma memória coletiva, intersubjetiva, vinculada a uma memória partilhada, construída socialmente por um grupo.

[Pergunta: Você considera importante preservar a cultura gaúcha?]

Com certeza. Na própria concepção, o termo cultura vem de cuidar, cultivar. Então, a cultura é cultivar-se: **um povo que não tem história, não é um povo. Preservando a cultura, se preserva seu passado** (Mônica, natural de Santa Cruz do Sul e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Sim. Me vem à mente até saúde, saúde psíquica, saúde de uma forma global porque é parte da nossa história. Como gaúcha, eu não sei como uma pessoa de fora poderia ver isso, mas acho importante sim. **Minha mãe que falava que toda árvore sem raiz morre.** É algo que nos mantém forte, determinados (Carina, natural de Horizontina-RS e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Sim. **Para nossas tradições não morrerem perante as novas gerações que tão vindo.** Para eles terem conhecimento da nossa cultura. Porque é tanto importante uma cultura do Norte quanto do Sul, isso não interessa. **Um país sem cultura é um**

país pobre. A nossa cultura, a gente tem que preservar, seja ela qual for (Marli, natural de Espumoso-RS e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

Quando se trata de conceber a cultura gaúcha como um patrimônio nacional, estamos agregando valores multidimensionais a ela e elevamos a sua importância de modo com que perpassse a escala local e, com isso, vai se consolidando como elemento inerente da própria formação territorial brasileira. Como explica um dos nossos entrevistados, o Sr. Francisco, natural de Horizontina-RS a importância de ser preservar a cultura gaúcha “[...] não [é] pelo fato de ser gaúcho, mas porque é importante para todos os brasileiros, a cultura é de todos”. Conforme observamos na fala de alguns gaúchos entrevistados, a cultura é percebida como essencial na construção da cidadania e até mesmo como um elemento biopsicossocial, como nos conta a Sra. Celina, natural de Bagé-RS, quando indagada sobre a importância de preservar a cultura gaúcha: “Para mim é uma coisa tão importante quanto preservar o meu DNA. É como se a gente não quisesse que isso parasse de existir: o Estado e o que ele representa”.

Toda a construção deste imaginário social que faz com que os gaúchos se fixem à ideia do Rio Grande do Sul como uma divindade, não é um processo que possa ser explicado a partir da atualidade, mas é reflexo de um processo historicamente construído, alicerçado a partir de *formas simbólicas* que são apresentadas aos sujeitos desde a sua infância, arraigadas ao seu cotidiano, juntamente com práticas territoriais que estreitam ainda mais esse vínculo e dão sentido à coletividade. Por outro lado, os gaúchos que *a priori* não tiveram esses valores calcados a partir da *socialização primária*, vão despertar esse sentimento tradicionalista a partir da *socialização secundária*, com o papel das instituições e outros sujeitos que fazem parte dessa trama relacional agindo como um mecanismo de construção identitária no qual o sujeito fica preso a uma gama variada de interferências culturais e, com isso pode despertar um sentimento saudosista do seu estado de origem.

Dessa forma, a saudade se transforma em uma visão idílica da querência e, por estarem distantes de lá, os gaúchos podem visualizar os aspectos positivos que, às vezes, não conseguiam dimensionar quando territorializados naquele estado. Neste aspecto, a desreterritorialização dos migrantes contribui para que os sentimentos positivos aflorem sobre o Rio Grande do Sul.

4.6 Gaúchos no Paraná: os dilemas de uma identidade territorial

“Eu sou gaúcho, sim senhor. Ninguém mandou ou me obrigou. Eu deveria ser gaúcho, lenço atado, bombachas, de bota, bombachas. Deus aqui me botou, nesta querência abençoada, aqui nasci e me criei. Ser gaúcho é coisa seria, é o de melhor que herdei. Ser gaúcho é bom demais, por isso assim eu morrerei. Eu sou gaúcho em qualquer canto, posso até andar sem meus ‘pano’, pois, só meu jeito identifica onde passo. Onde chego sempre alguém grita: ‘Olha o gaúcho’, não tem engano”⁷⁶.

Quando falamos nas identidades territoriais, devemos considerar a dimensão território-cultura, a partir da perspectiva processual e relacional. Embora cada sujeito se encontre em uma trama intersubjetiva, compreendemos que as identidades também possuem apropriações subjetivas e inerentes a cada sujeito de forma individual. Assim, pertencer ou não a determinado grupo, às vezes, é algo extremamente importante para alguns, enquanto para outros é irrelevante. Retomando Castells (1999), os sujeitos estão envolvidos em um sistema simbólico que pode resultar em múltiplas identidades. Por ser uma construção social, elas se modificam historicamente e se remodelam a cada nova apropriação cultural.

Concordando com Massey (2000), entendemos que o processo identitário se constitui, portanto, de forma diferenciada entre os sujeitos, já que os mesmos possuem experiências distintas com os lugares. O que não podemos negar é que as pessoas necessitam de uma ligação, um vínculo com o lugar (e também com o território). Para a autora, os lugares possuem interações sociais, ou seja, são resultantes de processos e também não possuem fronteiras definidas.

Podemos relacionar esse aspecto com os migrantes gaúchos que se sentem ao mesmo tempo parte do Rio Grande do Sul e parte do Paraná, ou seja, não possuem definidas também a sua própria identidade que se constitui em uma amálgama de elementos culturais de ambos os estados. Sendo assim, destacamos que os lugares, assim como os territórios acarretam em múltiplas identidades aos sujeitos e que, com isso, possuem proporcionar conflitos internos em função da complexidade dos aspectos relacionais que os constituem.

Diante disso, conseguimos compreender a dimensão dos dilemas enfrentados pelos migrantes quando falamos da formação das identidades. Isso porque, estes sujeitos, ao mesmo tempo em que se reterritorializam em dado lugar, onde se deparam com outros

⁷⁶ Trecho da música “Eu sou gaúcho”, do grupo Tchê Barbaridade, precursores do Tchê Music, gênero musical que surgiu nos anos de 1990 que mescla elementos da música gaúcha tradicional com instrumentos utilizados em outros gêneros, como percussão, guitarra e bateria.

elementos culturais, também trazem consigo elementos de experiências com outros territórios. Além disso, muitos deles não se desterritorializam integralmente de seus territórios de origem e acabam deixando lá vínculos afetivos que contribuem para que estejam voltando com certa frequência para estes territórios. Estão localizados, portanto, em uma fronteira inter-cultural que resulta em sentimentos de duplicidade em relação ao passado-presente-futuro. Temos aí, a formação de uma identidade, na qual os sujeitos se sentem constantemente divididos entre a sua tradição e a sua condição atual de pertencer a um contexto diferente da sua formação inicial.

Uma das perguntas que provocaram momentos de reflexão e hesitação por parte dos sujeitos da nossa pesquisa envolveu justamente a questão da identidade territorial. Ao serem indagados se eles se consideravam mais gaúchos ou paranaenses na atualidade, presenciamos segundos de silêncio antes da resposta. Ou ainda, ouvíamos: “que pergunta difícil!”. Isso porque nem sempre conseguimos nos identificar em meio a um grupo, principalmente, quando estamos vivenciando múltiplos territórios, com tantas informações e mudanças. A identidade só existe na relação com outros sujeitos, no momento em que “eu” consigo me diferenciar de “outros” ou me assemelhar a um grupo.

Levando em consideração que muitos sujeitos desconhecem a cultura paranaense e mais ainda a cultura norte-paranaense, pode ser que estes sujeitos que não conseguiram ou tiveram dificuldade em responder ao questionamento não perceberam ainda os paranaenses como um grupo com identidade definida a ponto de se sentirem diferentes dos mesmos. Provavelmente, em um território com características mais claramente definidas do ponto de vista da cultura e identitário, a resposta seria outra.

Apesar da questão identitária, algumas vezes, implicar em segregação, percebemos que as identidades territoriais têm um papel de suma importância na preservação da tradição, o que, de certa forma nos traz um sentimento de guardar um pouco a nossa própria história. Alguns dos entrevistados, principalmente, aqueles que se encontravam há mais tempo em Londrina e Maringá se mostraram divididos no tocante à identidade, já que possuem uma estrutura familiar consolidada nos municípios envolvidos. Entretanto, muitos ainda se mostraram firmes em se auto afirmarem gaúchos, mesmo com muitos anos residindo fora do Rio Grande do Sul: é o orgulho de levar consigo os valores adquiridos com a família e com a sociedade do RS que perpassa fronteiras e se arraiga em outro rincão.

Um aspecto interessante que nos chamou a atenção foi a percepção temporal dos entrevistados. Muitos deles quando respondiam sobre o tempo em que estavam residindo em Londrina ou Maringá, ressaltavam, além do número de anos, os meses. Isso nos pareceu um reflexo de um processo muito marcante na vida desses sujeitos, já que ao incorporarem os meses à sua contagem, dá-se uma ideia de um tempo vagaroso, que passa com lentidão e nos remete a uma metáfora de encarceramento. Identificamos também que houve uma divisão de respostas dos entrevistados sobre a sua identidade territorial, com cerca da metade deles se considerando gaúcha e outra metade afirmando que se considera um meio termo, um misto de paranaense e gaúcho. Na contramão dessas respostas, dois entrevistados disseram que se consideram paranaenses.

[Pergunta: Atualmente você se considera mais gaúcho (a) ou mais paranaense?]

Me considero mais gaúcho do que paranaense, apesar de ter sido criado em Londrina (Dimas, natural de Lagoa Vermelha-RS e morador de Londrina-PR há 40 anos, grifo nosso)

Mais gaúcho, com certeza. Quem nasce gaúcho, morre gaúcho (Ricardo, natural de Porto Alegre-RS e morador de Londrina-PR há 3 anos, grifo nosso)

Mais gaúcha porque é uma coisa muito forte ainda, que tem quando a gente nasce, em tudo que a gente faz, escola, trabalho, em tudo que permeia nossa vida, é muito presente a cultura, então é isso. Eu acredito que quando estiver velhinha, vou estar tomando chimarrão, fazendo cuca. Eu amo fazer cuca! A gente até brinca que é uma coisa quase espiritual, é um rito, te remete ao cheirinho da cuca que a vó fazia, então tem toda uma série de lembranças, de onde a gente foi criado, que acompanham a gente... não é simplesmente cozinha alguma coisa. Tem toda uma memória afetiva que é despertada nesse momento (Carina, natural de Horizontina e moradora de Londrina-PR há 12 anos, grifo nosso).

Gaúcho, sempre (Francisco, natural de Horizontina-RS e morador de Londrina há 4 anos, grifo nosso).

Mesmo morando em Londrina há um certo tempo, ainda me considera gaúcho [...]. Conheço e respeito os hábitos paranaenses, mas minha cultura gaúcha é muito forte e se diferencia do restante do Brasil, é difícil mudar, mesmo porque não tenho vontade de mudar isso (Denis, natural de Tuperacitã-RS e morador de Londrina-PR há 9 anos, grifo nosso).

Me considero gaúcha. Os norte-paranaenses não possuem uma identidade construída, forte, como os gaúchos, provavelmente, por serem cidades novas (Lígia, natural de Arroio Grande-RS e moradora de Londrina-PR há 7 anos, grifo nosso)

Mais gaúcho porque eu ainda não perdi, vamos dizer assim, o vínculo 100%. Eu acho que [...] a pessoa só perde a alma gaúcha quando ela se torna ímpar, vamos dizer assim, não procura mais um CTG, não procura mais um baile, não procura mais cultivar a tradição lá de baixo, que a gente aprende quando criança (Clodoaldo, natural de São Leopoldo-RS e morador de Maringá-PR há 18 anos, grifo nosso).

Ah **sou mais gaúcho ainda. Meu sotaque não mudou nada**, tanto é que todo mundo que fala comigo pela primeira vez já sabe que sou de lá (Edmilson, natural de Bossoroca-RS e morador de Maringá-PR há 10 anos, grifo nosso).

Gaúcho, sempre, sempre, com toda certeza. Defendo meu Estado com todas as forças (Rodrigo, natural de Santa Maria-RS e morador de Maringá-PR há 29 anos, grifo nosso).

Gaúcho. Porque eu não considero gaúcho o nascido no Rio Grande do Sul, eu considero o gauchismo um estado de espírito (Jorge, natural de Carazinho-RS e morador de Maringá-PR há 20 anos, grifo nosso).

Sou gaúcho. Não sou paranaense. Nenhum pouco paranaense. Não tem percentual, é 100% gaúcho. Eu estou aqui, mas eu não sou daqui, sou de Bagé. Gosto muito daqui, me dou com muita gente daqui, se tiver que viver o resto da minha vida aqui, vou viver, mas eu vou ser sempre gaúcho (Valter, natural de Bagé-RS e morador de Maringá-PR há 13 anos, grifo nosso).

Mesmo alguns dos entrevistados que não frequentam o CTG, ao serem indagados sobre a sua identidade atual, reforçam com entusiasmo que se consideram gaúchos. Assim, mesmo que não cultuem na forma institucional a cultura gaúcha, se sentem parte dessa tradição. É significativo o fato de que a distância do seu território de origem desperte o sentimento de pertencimento aquele território. Como nos contou o Sr. Valter, de Bagé-RS e morador de Maringá: “[...] o gaúcho como é uma coisa que tem uma... a gente tem orgulho da nossa terra... é inconfundível. São raríssimos os gaúchos que vão dizer pra ti: ‘ah, ainda bem que eu sai de lá’”.

No entanto, mesmo com esse orgulho de ser gaúcho reiterado nas respostas de alguns entrevistados, 35% se mostraram em dúvida, sobretudo, quando levam em consideração a formação de uma estrutura familiar que já está consolidada no Paraná. Outros dois entrevistados acabaram se identificando como paranaenses: “Não tenho como pressuposto a necessidade do sentimento de pertencimento, mas considero que o lugar que me encontro seja o meu referencial” (Ingrid, natural de Santa Maria e moradora de Londrina-PR há 13 anos, grifo nosso).

Já o Sr. Cristiano, natural de Porto Alegre e morador de Maringá-PR há 10 anos, relata que se considera paranaense porque veio muito jovem para o Paraná e a maioria dos seus hábitos já são típicos do estado, como ele cita: “[...] tomar tereré, mais do que chimarrão; música sertaneja, antes eu não aturava, agora eu já escuto [...]. Antes eu gostava mais do frio, mas agora me adaptei ao calor”.

[Pergunta: Atualmente você se considera mais gaúcho (a) ou mais paranaense?]

Difícil. **Não sei te responder** porque estou bem adaptado à Londrina e gosto muito daqui (Alessandro, natural de Sertão-RS e morador de Londrina-PR há 8 anos, grifo nosso).

Não sei mais. Eu sei que perdi um pouco do tradicionalismo [...]. Mas eu acho que tenho um jeito gaúcho no trato com as pessoas. Os paranaenses são mais suaves. O gaúcho já vai atropelando, mas não no sentido de grosseria, mas de ser direto, não gostar de enrolação (Mônica, natural de Santa Cruz do Sul-RS e moradora de Londrina-PR há 1 ano, grifo nosso).

Olha, vou dizer para ti que eu sou **gaúcho de nascer e paranaense de coração**. Diria que eu sou um gaúcho misto. Amo meu Rio Grande, mas adoro o PR (Osvaldo, natural de Pinheiro Machado-RS e morador de Londrina-PR há 33 anos, grifo nosso).

Gaúcho de nascimento e paranaense de coração. Aqui é o clima é melhor e tenho tudo que preciso (Jair, natural de Santo Angelo-RS e morador de Londrina-PR há 34 anos, grifo nosso).

Me sinto metade gaúcho e metade paranaense (Adriano, natural de Taquari-RS e morador de Maringá há 17 anos, grifo nosso).

É meio a meio né? Porque já me adaptei aqui (Marli, natural de Espumoso-RS e moradora de Maringá há 31 anos, grifo nosso).

Ah, acho que **ficamos no meio termo** aí né? Aqui [no PR] que recebeu a gente né? Então, acho que fica no meio termo: tanto gaúcho como paranaense. Inclusive, eu morei mais anos no Paraná do que no RS (Nestor, natural de Carazinho-RS e morador de Maringá-PR há 31 anos, grifo nosso).

Difícil né? **Um pouquinho rio-grandense, outro pouquinho tá no PR** e a gente tá junto no CTG que também é do RS (Regina, natural de Carazinho-RS e moradora de Maringá-PR há 5 anos, grifo nosso).

Complicou. Eu me considerava mais paranaense, mas to tentando buscar, resgatar um pouco mais as minhas raízes, frequentando o CTG (Felipe, natural de Sarandi-RS e morador de Maringá-PR há 4 anos, grifo nosso).

Os gaúchos entrevistados nos dão uma amostra do dilema que os migrantes enfrentam em sua trajetória migratória. Quando se desterritorializam, estes sujeitos são portadores de significados, sentimentos e experiências que não ficam no território de origem, migram em conjunto com eles. Por esta razão, quando nos reportamos à formação das identidades territoriais devemos entender que muitos destes sujeitos estão localizados em um limiar intercultural, na qual não existe uma ruptura total da cultura gaúcha nem uma incorporação integral da cultura paranaense, o que resulta em sentimentos de duplicidade em relação ao passado-presente-futuro. Temos aí, a formação de uma cultura, na qual os sujeitos

se sentem constantemente divididos entre a sua tradição e a sua condição atual de pertencer a um contexto diferente da sua formação inicial.

Por apresentarem uma característica de pluralidade em sua formação identitária, pela influência de diversas culturas e, ao mesmo tempo, uma vivência no limite entre dois territórios, estamos pensando os migrantes gaúchos como sujeitos envolvidos em uma interterritorialidade, na qual existe uma clara liminaridade no processo T-D-R, sobretudo, quando retornam frequentemente ao Rio Grande do Sul, fazendo com que as suas marcas territoriais estejam presente ora em ou outro território. A interterritorialidade vai dar a tônica a esses deslocamentos porque mesmo que estes sujeitos se sintam mais gaúchos ou mais paranaenses, o elo com estes dois estados não é perdido.

Nessa vivência entre dois territórios, os responsáveis pelos CTGs de Londrina e Maringá foram categóricos em afirmar que o convívio entre paranaenses e gaúchos é harmônico, inclusive, alguns migrantes nos relataram que existem hoje, paranaenses, que são muito mais gaúchos do que eles próprios, no sentido de cultivar a tradição. No entanto, destacamos que existem relatos de alguns gaúchos que, ao se reterritorializarem no Norte do Paraná, sentiram-se discriminados por serem de outro estado e possuírem uma cultura diferente. Mesmo que não se tenha um conflito direto, a percepção dos migrantes perante essas situações de hostilidade pode, de certa maneira, causar um mal estar para estes sujeitos.

4.7 “[...] E que o mundo acabe no Rio Uruguai”⁷⁷: o significado de ser gaúcho

“Aqui no sul do meu país, a História se fez com bravura. É tanto amor pela querência e a tantos heróis reverência que há tempos pendura. Viva o Rio Grande! [...] Meu santo chão. Viva o meu Rio Grande! Orgulho dessa nação! O meu orgulho em ser gaúcho não é bairrismo arrogante, é demonstrar com liberdade todo afeto e lealdade ao nosso Rio Grande [...]. Gravou na alma do poeta, a ânsia de firmes ideais, cantando a memória em louvores aos nossos bravos peledores, os meus ancestrais”⁷⁸.

Outra questão feita aos sujeitos da nossa pesquisa e que envolveu certa dificuldade na resposta, foi a respeito do significado de ser gaúcho. Após o nosso incentivo

⁷⁷ Trecho extraído da fala do Sr. José Ernesto Tavares, Diretor Social do CTG Rincão Verde, quando comentava o fanatismo gaúcho, de se fechar em torno da cultura e “que o mundo acabe no Rio Uruguai”.

⁷⁸ Trecho da música “Viva o Rio Grande”, do cantor gaúcho Emerson Gottardo.

em estimular o entrevistado a falar aquilo que sentia e que vinha à mente, em todos eles parecia surgir um sentimento de orgulho e, ao mesmo tempo, um misto de saudade. O olhar, muitas vezes, ficava perdido, como se viessem à tona lembranças muito queridas e o relato era sempre seguido de um sorriso no rosto, como se algo adormecido despertasse naquele momento. O depoimento a seguir reflete essa questão, de valorizar a cultura e sentir saudade quando se está longe:

Acho que ser gaúcho é ser apaixonado pelo RS e, como toda paixão, ela não tem uma explicação racional. É a gente se emocionar quando ouve uma música, é a gente tomar chimarrão e lembrar das coisas de lá. Isso é muito legal. Mesmo nos EUA, eu tomava chimarrão. Quando eu estava deprimida, colocava umas músicas e tomava chimarrão, me dava força, é muito engraçado isso. Quando tu acha que tá perdendo a identidade, tu pensa “ah, mas eu sou de lá, é isso aqui que eu sou”. Eu estou aqui longe, sozinha, mas eu pertencço a alguma coisa, acho que tem essa sensação de pertencimento também. Eu conheço muitas pessoas que se tornaram mais gaúchas do que quando estavam lá [nos Estados Unidos]. Porque tem pessoas lá que nunca botaram o pé num CTG, colocaram uma pilcha, aí quando muda pra fora, já compra uma bombacha. Aqui no Norte do Paraná, não tem nada típico, tem uma identificação muito grande com São Paulo. Acredito que aqui se tivesse um folclore ou algo parecido, acho que eu migraria pra isso (Celina, natural de Bagé-RS e moradora de Londrina-PR).

É interessante que até aqueles entrevistados que se mostraram um tanto alheios ao tradicionalismo ou que não participam do CTG, acabaram enaltecendo aspectos peculiares da história do Rio Grande do Sul vinculados a própria constituição do sujeito gaúcho, sobretudo, aos aspectos de uma bravura indômita, de sujeitos que não se deixam vencer. O gaúcho é, portanto, visto com traços heroicos e de qualidades extraordinárias, que supera os obstáculos e não tem medo de enfrentar as adversidades da vida. Além disso, é percebido como um sujeito que contribui para a sociedade e que faz a sua parte para melhorar o seu entorno.

[Pergunta: O que significa ser gaúcho para você?]

Ser gaúcho é acreditar que possamos superar os limites, sabermos tirar força de vontade de onde não tem, **é ser desbravador,** é criar oportunidades (Gustavo, natural de Passo Fundo-RS e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

É ser um pouco desbravador[...], é ser persistente, atrás dos objetivos que se tem. Acho que um pouco de manter e valorizar a cultura e tradição [...], valorizar o ser gaúcho por essas características e por toda a história, por tudo que se conhece da história do gaúcho (Flávio, natural de Pelotas-RS e residente em Londrina-PR).

A palavra que mais define o gaúcho é a autenticidade. O povo gaúcho é aquele onde a palavra tem mais peso, ou seja, falou, está falado, não tem meias verdades. **O gaúcho não tem duas caras,** não tem aquele jeito malandro carioca ou paulista. O gaúcho tem iniciativa: é para fazer, vamos fazer, vamos até o fim. Como dizem, é faca na bota, é ter comprometimento (Mônica, natural de Santa Cruz e moradora de Londrina-PR, grifo nosso).

As mulheres gaúchas são, sobretudo, guerreiras. **Antes de ser brasileira, sou gaúcha. São pessoas muito fortes e batalhadoras** (Lígia, natural de Arroio Grande-RS e residente em Londrina-PR).

Tudo. Desde o nascimento, por exemplo, a força que tem o gaúcho. **Honesto, trabalhador, não se envolve**, vamos assim dizer, **com coisas erradas**. Logicamente que existe isso, mas pra nós, lá embaixo [no RS], quem usa uma bombacha, você nunca vai ver ele assaltando uma pessoa, nunca vai ver ele fazendo um crime, vamos dizer assim, assalto a mão armada, estupro ou qualquer outra coisa. Já não digo morte porque de vez em quando existe umas ‘peleias brabas’” (Clodoaldo, natural de São Leopoldo-SP e residente em Maringá-PR).

É cultivar valores, família, Deus, que está presente em tudo, valor de trabalho. **Não existe preguiça, não tem medo de desafios, sempre arregaça as mangas quando precisa e busca seu espaço** (Jair, natural de Santo Angelo-RS e morador de Londrina-PR há 34 anos, grifo nosso).

É, acima de tudo, **ter tradições e ser um idealista**. Eu vejo o Rio Grande do Sul como o precursor de grandes revoluções, principalmente, eu vejo um Estado que **se contrapõe à desonestidade**, à truculência estatal. **Eu vejo um povo muito idealista, muito culto, muito coeso, muito unido** (Rodrigo, natural de Santa Maria-RS e residente em Maringá-PR).

[...] **é ter orgulho de um povo que brigou muito**, batalhou muito, não só pra manter a sua tradição, mas brigou por coisas [...]. O descontentamento de algumas coisas faziam com que as pessoas brigassem [...]. Então isso é bem diferente de algumas regiões, não vou dizer que todo o Brasil não seja assim, cada um tem a sua cultura, mas **o gaúcho tem uma coisa de orgulho** (Valter, natural de Bagé-RS e residente em Maringá-PR).

É ter orgulho de ter nascido no Rio Grande do Sul. A cultura gaúcha é muito forte na história, da luta que eles tiveram pra defender seus ideais, na Revolução Farroupilha, defender seus valores [...], **é um povo aguerrido, um povo batalhador**. Ser gaúcho é o respeito pela família, é o respeito por aquela amizade sincera, orgulho mesmo, honrar a tradição (Felipe, natural de Sarandi-RS e residente em Maringá-PR, grifo nosso).

[...] É ser útil. Vamos ultrapassar os CTGs, **é ser útil para a sociedade**, é contribuir com o que você pode. É você viver do meio, mas não viver só no meio. **É ser um ser ativo dentro do meio que você vive**, [seja] social, [seja] político, [seja] cultural, aonde você possa contribuir. É o que eu considero uma das maiores heranças que a gente tem desse sangue nascido no Sul (Jorge, natural de Carazinho-RS e morador de Maringá-PR, grifo nosso).

Outro conjunto de respostas dos entrevistados nos remetem aos valores vinculados à tradição. É como se cada um desses sujeitos, embora não estejam mais territorialmente no Rio Grande do Sul, levasse um rol de valores históricos e culturais consigo, que refletem um orgulho muito grande do seu estado de origem. Assim, começamos a entender o porquê desse grupo social ser extremamente coeso e que busca disseminar seus valores por múltiplos territórios. Esta tradição apreendida pela família e que é repassada aos filhos e netos se reflete não somente na participação nos CTGs norte-paranaenses, mas procura fazer com que a

cultura gaúcha continue existindo como parte de sua vida, mesmo que os migrantes não morem mais no Rio Grande do Sul.

[Pergunta: O que significa ser gaúcho para você?]

Ser gaúcho está no sangue, não tem como fugir. **Ser gaúcho é ter orgulho por manter a tradição**, valores que se aprende desde pequeno [...] é levar para onde for (Francisco, natural de Horizontina e residente em Londrina-PR, grifo nosso).

Ser gaúcho é fazer parte do RS, eu sou nascido e criado lá. **Sou um pedacinho do Rio Grande e onde quer que eu vá, eu levo mais um pedacinho do meu Rio Grande**. Onde quer que eu vá, eu levo meu chimarrão, minha cultura, meu próprio linguajar, que a gente muda, mas não muda tanto. Hoje eu não puxo tanto o bah, o tchê, mas de vez em quando escapa, não tem jeito (Osvaldo, natural de Pinheiro Machado-RS e residente em Londrina-PR).

Significa manter uma tradição viva, não só a cultura, mas a parte familiar também, toda minha família e isso me lembra manter a tradição gaúcha, lembra manter minha família unida também. (Cristiano, natural de porto Alegre-RS e morador de Maringá-PR)

Ser gaúcho é ter tradição, costume. Pra gente, eu acho que é muito mais assim. Porque aqui [em Maringá], na realidade, no estado do Paraná não vejo tradição nenhuma. O povo não tem costumes igual nós temos lá (Edmilson, natural de Bossoroca-RS e residente em Maringá-PR).

Na concepção dos entrevistados, notamos que existe uma percepção de que o gaúcho é aquele nascido e criado no Rio Grande do Sul, já que a tradição a que se referem é algo que vem da família, algo que foi apreendido naquele território em específico. Além disso, ao enfatizar a cultura como forma de cultivar as tradições, reforçam as lembranças de vida do Rio Grande do Sul, exclui-se, portanto, os paranaenses que são simpatizantes da cultura gaúcha. Somente três entrevistados fizeram questão de reforçar que ser gaúcho é muito mais um modo de vida do que algo ligado ao lugar de nascimento do indivíduo.

Para o Sr. Dimas, natural de Lagoa Vermelha-RS e frequentador assíduo do CTG Rincão Sulino: “Gaúcho não tem naturalidade, é tradicionalismo, o respeito ao tradicionalismo. Porque nem todo rio-grandense é tradicionalista”. Outro frequentador assíduo de CTG, morador de Maringá-PR e natural de Taquari-RS, o Sr. Adriano, explica o que é ser gaúcho: “É quem cumpre a tradição. Sempre falo pros meus alunos em aula: gaúcho é aquele que ta cumprindo a tradição. Quem nasce no Rio Grande do Sul é rio-grandense”. Já a Sra. Ingrid, natural de Santa Maria-RS e moradora de Londrina apresenta uma visão mais contextualizada sobre a origem da denominação gaúcho:

[...] não me considero gaúcha, uma vez que ser gaúcho subentende assumir essa identidade, considero que a minha origem seja rio-grandense e não gaúcha, pois, se levar em conta literalmente quem é gaúcho seria os que nasceram no Pampa gaúcho e não a totalidade da população do RS, pois, existem diferenças culturais marcantes entre as regiões do RS, particularmente entre a Serra e a campanha (Pampa).

A concepção do que é gaúcho é extremamente subjetiva e está relacionada tanto a um sentimento tradicional cívico e moral; aos sujeitos nascidos no Rio Grande do Sul; aos habitantes de uma região específica do Rio Grande do Sul e; aos adeptos da cultura gaúcha. De qualquer forma, estes grupos de forma mais intensa e exacerbada ou de forma mais contida, buscam sempre levar consigo algum hábito do Rio Grande do Sul.

Todos os entrevistados retornam periodicamente ao Rio Grande do Sul, o que contribui para que estes sujeitos não percam seu referencial identitário, conferindo assim, um caráter de interterritorialidade a essa rede de tradições. A reterritorialização no Paraná agrega novos elementos culturais nesse processo, mas não ofusca um persistente resquício do gauchismo em suas vidas, especialmente, porque o Norte do Paraná não possui elementos tão expressivos históricos e culturais que estejam visíveis para o migrante.

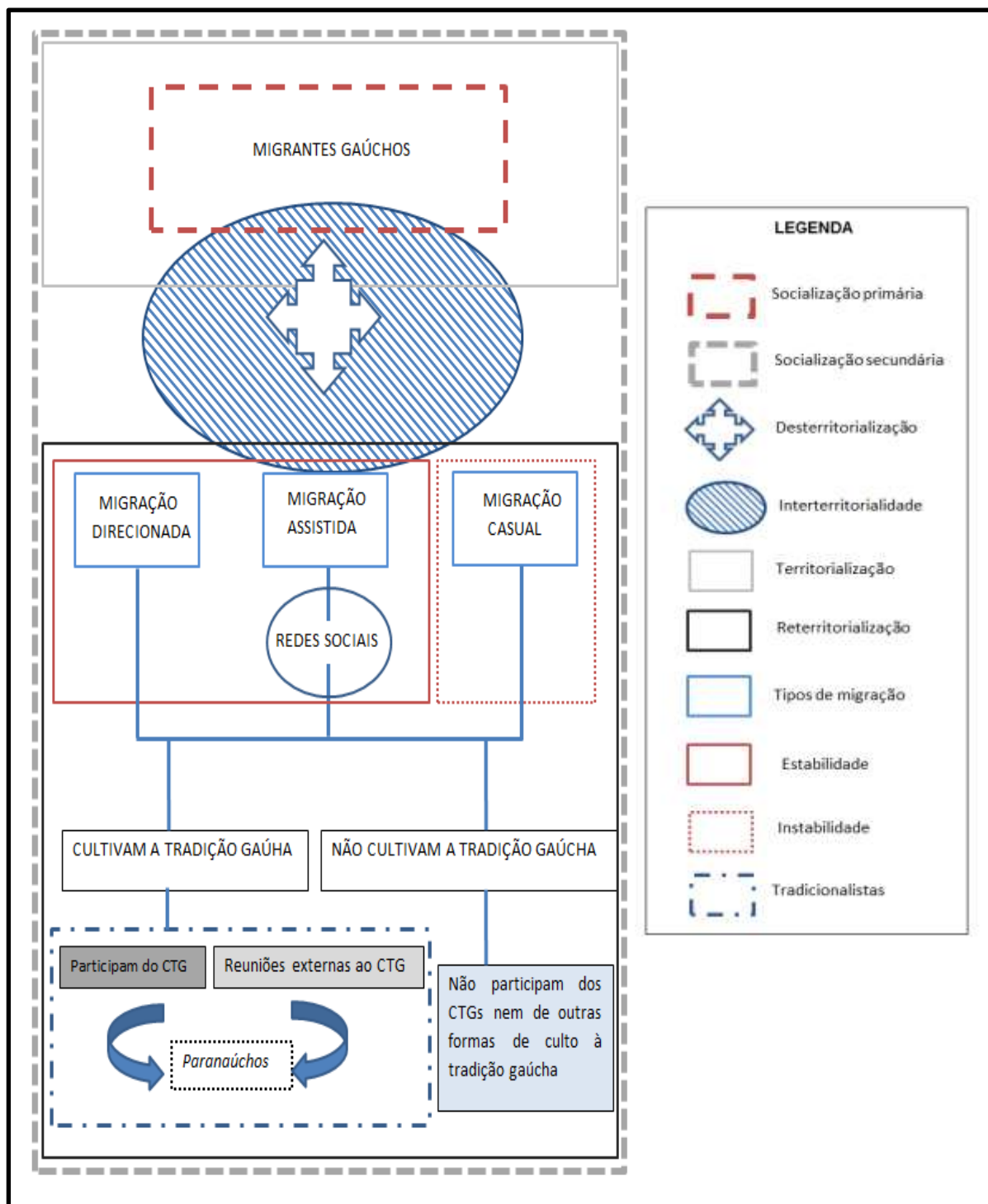
Com relação aos CTGs, identificamos que o modelo de gaúcho que buscam refletir é o gaúcho extremamente apegado à cultura tradicional, sempre remetendo ao amor pelo Rio Grande do Sul, apegado aos valores familiares e cheio de princípios éticos. Além disso, é fundamental o envolvimento com as atividades da entidade, ou seja, aquele sujeito que soma dentro do grupo social, não mais o sujeito que apenas nasce no Rio Grande do Sul, mas um grande conhecedor e simpatizante da cultura gaúcha.

De forma geral, o processo de reterritorialização dos gaúchos no Norte do Paraná pode ser compreendido a partir de um modelo explicativo (Figura 27) que leva em consideração os principais aspectos dessa dinâmica. De início, temos o migrante em seu território de origem, envolvido em um processo de interiorização social, refletido na *socialização primária* como denominam Berger e Luckmann (2003).

É onde os sujeitos se encontram territorializados, vinculados ainda ao seu estado, onde são passados os valores familiares e afetivos e o primeiro contato com a formação de uma identidade (algumas vezes, já vinculada ao tradicionalismo), o que não acontece com os *paranaúchos*, que nasceram no Paraná e que assimilam a cultura gaúcha a partir de outras formas. Já a *socialização secundária* está presente o tempo todo, já que os sujeitos migram

em diferentes etapas da vida. Logo, a inserção dos sujeitos socializados em variadas instituições como escola, trabalho, grupos de amigos, dentre outros, pode abarcar tanto a sua vivência no Rio Grande do Sul, nos territórios de transição ou no território de origem.

Figura 27. Modelo explicativo da migração gaúcha para o Norte do Paraná.



Elaborado por: Tatiana Colasante (2016).

Em um segundo momento, esses sujeitos decidem se desterritorializar do Rio Grande do Sul, cujas motivações podem ser agrupadas em três tipos de migração. Neste interim, muitos sujeitos acabam passando por distintos territórios até chegar ao Paraná. Os dois primeiros tipos de migração apontados fornecem aos sujeitos um caráter mais estável do ponto de vista emocional e financeiro porque ou são planejadas (direcionada) ou então, envolvem uma rede social já instalada a espera desse migrante (assistida).

Existem exceções e os sujeitos que chegam de forma casual ao Paraná podem ter uma estabilidade emocional e financeira até maior do que os outros migrantes. Mas, via de regra, estamos considerando um panorama geral da situação estudada. Mesmo após a desterritorialização, notamos que este vínculo com o Rio Grande do Sul, não é rompido e existe o retorno constante desses migrantes para o estado e, por isso, estão inseridos em uma interterritorialidade.

Quando se reterritorializam no norte-paranaense, no caso, Londrina e Maringá, nos indagamos se estes sujeitos preservam suas tradições. Assim, temos aqueles que consideramos tradicionalistas e os que não são tradicionalistas. O primeiro grupo apresenta algumas diferenças entre os sujeitos porque alguns seguem mais a tradição, participando efetivamente do CTG e, com isso, estão propensos a serem controlados pelos *dispositivos do poder* (FOUCAULT, 1979), na forma da ideologia e da normatização dessas entidades.

Por outro lado, existem outros sujeitos que, embora consideramos também como tradicionalistas, não frequentam o CTG, mas se reúnem em microterritórios, refletindo uma outra dimensão de culto à tradição. No entanto, o que esses dois grupos têm em comum é o fato de terem uma relação muito mais intensa no tocante ao convívio social com os *paranaúchos*. Com isso, em uma perspectiva simbólica, podemos considerar que possuem uma rede de sociabilidade mais articulada, já que trocam informações sobre a cultura gaúcha e também influenciam paranaenses a se envolverem com a tradição gaúcha.

Por fim, temos os sujeitos que não frequentam os CTGs tampouco se socializam em outros espaços para cultivar a tradição gaúcha. Mesmo assim, esses “não tradicionalistas”, acabam mantendo alguns traços típicos do Rio Grande do Sul consigo, como o hábito de tomar chimarrão e a utilização de algumas expressões regionais que também denota que a

questão da identidade, alicerçada a partir do território, se mantém coesa mesmo que distante fisicamente.

Como estes sujeitos não tem o convívio em espaços tradicionalistas, acabam não tendo uma relação intensa com os *paranaúchos*, já que estes, como cultuam a tradição, vivenciam intensamente estes espaços. Assim, não existe uma sobreposição de territorialidades entre estes dois grupos, diferente do que ocorre com os migrantes tradicionalistas.

4.8 “Me explica isso, esse sentimento de gostar tanto sem conhecer. Sinto saudades de uma coisa que não conheço”⁷⁹: a apropriação da cultura gaúcha pelos paranaenses

“Com muito orgulho, eu canto a terra onde nasci, pois, foi aqui, no Paraná, que fui criado; mãe nordestina e pai gaúcho se encontraram e encravaram suas raízes neste Estado, terra de povos caingangue e guarani, índios tupi e carijó, que aqui viviam, nos ensinaram tomar mate e chimarrão, a mais pura tradição que cultivamos hoje em dia. Eu sou gaúcho nascido no Paraná, venho de lá, de uma querência tão feliz. Eu sou gaúcho, de uma terra hospitaleira, nessa pampa sem fronteira que é o sul do meu País”⁸⁰.

Na nossa primeira visita ao CTG Rincão Sulino, em Londrina, estava sendo realizado o Baile de Aniversário. Logo na entrada, nos deparamos com um casal pilchado que conversava animadamente (Foto 19). Ao nos aproximarmos para tentar uma entrevista que seria realizada com migrantes gaúchos, eles nos informaram, meio hesitantes, que não eram gaúchos. Na realidade, não eram gaúchos da forma como estamos concebendo: os sujeitos nascidos no Rio Grande do Sul. Eram, portanto, *paranaúchos*, ou seja, os sujeitos nascidos no Paraná, mas que se sentem como gaúchos, que simpatizam com a cultura gaúcha e participam ativamente do CTG. O senhor, inclusive, era professor de dança gaúcha e tinha um vasto conhecimento da cultura gaúcha. Já no próprio salão de baile, onde havia uma grande concentração de pessoas dançando ou sentadas à mesa, foi difícil reconhecer um gaúcho, pois, dentre as várias pessoas que nos aproximávamos atraídos pela pilcha, que poderiam denotar

⁷⁹ Trecho da entrevista realizada com o Sr. José Ernesto Tavares, Diretor Social do CTG Rincão Verde, no qual ele nos conta sobre a apropriação da cultura gaúcha pelos paranaenses: “Tem uma médica em Campo Grande que é nascida em Minas Gerais e ela tem a caminhonete e na parte de trás um guarda roupa de vestido de prenda. Então, ela sempre me fala: ‘Tavares, me explica isso, esse sentimento de gostar tanto sem conhecer. Sinto saudades de uma coisa que não conheço’”.

⁸⁰ Trecho da música “Gaúcho do Paraná”, do cantor Júlio Cezar Leonardi, nascido em Francisco Beltrão-PR.

que se tratavam de gaúchos eram, na verdade, paranaenses. Muitos faziam uso do chimarrão e até deixavam escapar um *tchê*.

Durante um baile típico gaúcho no Paraná, as diferentes territorialidades coexistem e se agregam. No Rincão Sulino, verificamos que existem famílias, casais, curiosos, frequentadores assíduos, gaúchos tradicionalistas, gaúchos que aparecem esporadicamente, enfim, cada grupo com seu objetivo específico contribui para que o CTG congregue múltiplas territorialidades e que, ao mesmo tempo, segrega este espaço, evitando a realização de festas que não sejam do próprio CTG, o que não ocorre em Maringá. Lá, as territorialidades se mostram ainda mais múltiplas. O CTG acaba também sendo refuncionalizado para festas externas, nas quais a forma de apropriação do espaço é distinta do sentido do CTG, que é a preservação e difusão da cultura gaúcha.

Foto 19. Casal de paranaúchos no Baile de Aniversário do CTG Rincão Sulino.



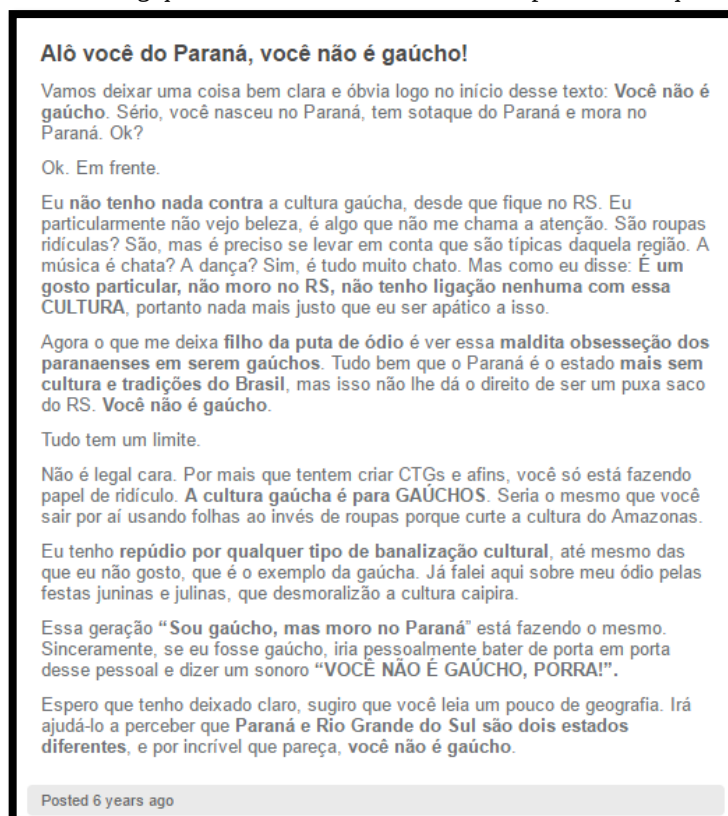
Fonte: Tatiana Colasante (2014).

Atualmente, os paranaenses compõem o maior número tanto de associados como nas grandes festividades dos CTGs de Londrina e Maringá. Ainda assim, existe uma grande

polêmica ao se falar em gaúchos paranaenses. Até mesmo alguns entrevistados se mostraram contraditórios em algumas ocasiões, ao admitir que é importante a incorporação desses valores pelos paranaenses, mas acabam considerando gaúcho quem nasce no Rio Grande do Sul. O Sr. Cristiano, morador de Maringá-PR comenta a situação em tom de brincadeira: “Tem uns aí, uns ‘xarope’ que são paranaense (sic), que nasceu aqui [em Maringá], que torce pelo Inter e são mais gaúcho que a gente. Vem com aquela: ‘o Sul é o meu país, vamos separar, república rio-grandense’... e são paranaense!”.

Na internet não é difícil encontramos exemplos dessa discussão intercultural, principalmente, no *Facebook*, onde a visibilidade e a rapidez na difusão das postagens permite o fácil acesso a essas postagens que, geralmente, resultam em grande troca de ofensas entre paranaenses e gaúchos (Figura 28). De acordo com Levy (1999), embora sejam criados grupos/comunidades virtuais com objetivos em comum, a diversidade e a complexidade do *real* acabam se propagando no *ciberspaço*, o que ocasiona conflitos de interesses.

Figura 28. Postagem de um blog que retrata a intolerância contra os paranaenses que se consideram gaúchos.



Fonte: Blog É Triste morar sozinho (2015). Disponível em:
<<http://etristemorarsozinho.tumblr.com/post/759477007/alo-voce-do-parana-voce-nao-e-gaucha>> Acesso em 24 jun. 2015.

Durante o trabalho de campo em Maringá, em busca de informantes para realizarmos as entrevistas, um gaúcho nos indicou um amigo, dizendo que este era um “típico gaúcho”, que participava ativamente do CTG e que ia todo ano para Rio Grande do Sul. Marcamos a entrevista com este senhor e quando começamos a fazer as indagações, tivemos uma surpresa: ele não era nascido no Rio Grande do Sul, mas sim em Santa Catarina. O interessante é que, ele mesmo, apresentava-se como sendo gaúcho e, somente quando esclarecemos que estávamos em busca de sujeitos nascidos naquele estado, é que ele percebeu que não se adequava na nossa pesquisa. Inclusive, nos mostrou várias fotos que havia tirado naquele ano, no Rio Grande do Sul quando participou da Semana Farroupilha. De acordo com ele, o interesse pela cultura gaúcha veio com a influência da mãe que participava do CTG e gostava das danças. Até mesmo quando relatamos o ocorrido ao informante gaúcho, ele se mostrou admirado em saber que o amigo não tinha nascido no Rio Grande do Sul, tamanha vivência da cultura gaúcha que ele tinha.

O migrante gaúcho que se reterritorializa, carrega consigo valores imensuráveis, que são moldados desde a formação territorial do Rio Grande do Sul. São valores históricos e culturais que perpassam as fronteiras e também fazem parte da história brasileira. Provavelmente, por isso, estes sujeitos se sentem tão orgulhosos de fazerem parte de um território com tamanha carga simbólica. Os migrantes gaúchos que se encontram no Norte do Paraná vivem em um eterno paradoxo porque não abandonaram em definitivo o seu território de origem, já que continuam a regressar ao Rio Grande do Sul periodicamente. Isso não deixa que os valores tradicionais se percam e deixa sempre viva a cultura gaúcha onde quer que eles estejam. O exemplo clássico é o chimarrão, que faz parte do cotidiano de todos os entrevistados e é facilmente encontrado até mesmo nos locais de trabalho destes migrantes.

A apropriação da cultura gaúcha pelos paranaenses, mesmo que seja um assunto que gere polêmica e pode dar margem a novos estudos, vem contribuindo para que essa tradição ainda esteja presente na região. Verificamos que muitos CTGs vêm encerrando as suas atividades, enquanto os que estão na ativa registram a presença minoritária dos gaúchos. Com isso, na rede de tradições gaúchas do estado, é o *paranaúcho* que acaba sendo o personagem principal, mesmo não tendo a vivência e as lembranças do Rio Grande do Sul. Muitos migrantes gaúchos não frequentam o CTG e, com isso, a tradição pode se perder no Norte do Paraná. Justamente, por isso, esse papel, acaba ficando a cargo desses sujeitos que,

desempenham, com orgulho, essa importante função e se constituem em *trunfos do poder* do CTG.

Mais do que isso, é importante notarmos que a atuação desses sujeitos nos últimos tempos, vem ganhando uma dimensão maior na rede e o poder vai possibilitando novas conformações, com o uso de estratégias cada vez mais articuladas, como é o caso do CTG Novas Coxilhas, fundado por um paranaense, que está organizando toda a estrutura dessa entidade e almeja superar o público do CTG Rincão Sulino, fundado e administrado por gaúchos. Futuramente, podemos até mesmo pensar na existência de possíveis conflitos entre estes dois grupos pelo domínio da rede de tradições gaúcha no norte-paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de elaboração de uma tese é intenso e demorado. Passa por um projeto inicial até ganhar contornos mais elaborados e finalizar com a conclusão de um tema inédito, que pode contribuir para futuros estudos sobre o tema apresentado. Ao longo destes quase quatro anos de elaboração, muitas dúvidas e questionamentos surgiram. As escolhas teóricas, algumas vezes, acabaram levando a outras direções; algumas indagações que pareciam cruciais, se tornaram secundárias, ao mesmo tempo em que outras que, a princípio, se demonstravam coadjuvantes na pesquisa, ganharam destaque maior.

Assim, temos um processo de construção que vai sendo moldado conforme a evolução do pensamento e o confronto com a realidade. No entanto, buscamos manter, de forma fiel, nossos objetivos propostos desde a concepção inicial da tese e, acreditamos que obtivemos êxito neste fim. A partir do nosso objetivo central, que buscou analisar a migração dos gaúchos para o Norte do Paraná a partir do processo D-T-R, destacando os aspectos que corroboram para a manutenção da identidade territorial gaúcha na região, apresentamos a tese de que, embora desterritorializados, os gaúchos buscam maneiras de preservação de sua identidade territorial com a participação nos CTGs e, com isso, constituem uma rede de tradições gaúchas no estado.

Com relação às hipóteses que orientaram os procedimentos metodológicos e teóricos da pesquisa, convém demonstrar de que forma foram confirmadas ou negadas, levando em conta nossas reflexões empreendidas até aqui e também com a possibilidade de abrir novos questionamentos que ainda ficaram para serem respondidos em outras oportunidades. Assim, descreveremos em seis etapas, nosso posicionamento sobre as hipóteses que foram elaboradas. Com base na relação entre teoria e empiria, iremos confrontar as hipóteses e, desse modo, ampliar a discussão sobre o nosso tema principal.

1ª: O CTG atua como um centro simbólico da cultura gaúcha para os migrantes gaúchos do Norte do Paraná: foi confirmada, em parte. Isso porque, averiguamos que o CTG se enquadra como centro simbólico em Maringá, mas possui uma (poli) centralidade em Londrina. Do ponto de vista da estrutura urbana, o centro pode ser compreendido pelo seu sentido locacional, de fixidez, onde há concentração de diversas atividades, enquanto a

centralidade implica em movimento e redefinições. Com isso, atribuímos ao CTG um sentido de centro já que ele possui uma materialidade fixa como ponto convergente da cultura gaúcha e disponibiliza diversas atividades referentes à cultura gaúcha, como entretenimento, culinária, competições, palestras, dentre outros.

No entanto, o sentido de (poli) centralidade, acabamos atribuindo às microterritorialidades formadas a partir da reunião de gaúchos que querem cultivar a tradição, mas não necessariamente frequentam também o CTG, como ocorre mais intensamente em Londrina. Assim, a cultura gaúcha se manifesta de forma descentralizada, resultando em múltiplas territorialidades (dentro e fora do CTG), o que confere um caráter de (poli) centralidade a estes diversos pontos espalhados na rede de tradições gaúchas.

2ª: A reterritorialização dos migrantes gaúchos no Norte do Paraná contribui para que estes sujeitos se reúnam nos CTGs para reavivar as tradições: esta hipótese foi confirmada a partir da empiria, onde buscamos, nas entrevistas com estes migrantes, as formas com que cultivam a tradição gaúcha. Constatamos que os fatores como a saudade do território de origem e o fato de se sentirem um pouco mais próximos dele a partir do CTG, faz com que alguns migrantes participem destes espaços como forma de reviver suas tradições, além de possibilitar a convivência com seus conterrâneos.

Mesmo assim, isso não quer dizer que todos os migrantes frequentem o CTG, pelo contrário. Por envolver aspectos subjetivos, nem todos eles se sentem saudosistas ou então apreciam o tradicionalismo. Se pensarmos nos municípios de origem dos entrevistados, verificamos que até os gaúchos oriundos de regiões consideradas mais tradicionalistas não, necessariamente, estão envolvidos com o tradicionalismo no Paraná, ao mesmo tempo, em que existem sujeitos de regiões de colonização europeia que cultivam a tradição gaúcha, reafirmando então, que a escolha de participar ou não do CTG é muito pessoal.

3ª: A presença de CTGs no Norte do Paraná indica a existência de um número significativo de migrantes gaúchos na região: foi refutada. Embora a falta de organização dessas entidades do ponto de vista administrativo, tenha nos impedido de ter acesso a dados oficiais que poderiam auxiliar em um conhecimento maior dos gaúchos que frequentam o CTG, durante as pesquisas de campo que realizamos nos CTGs de Londrina e Maringá, a informação verbal dos representantes destas entidades deixou claro que, nestes espaços, mais

da metade dos frequentadores é composta por paranaenses. Inicialmente, pensávamos que pelo fato de existirem os CTGs, que são espaços construídos para a preservação da cultura gaúcha, logicamente teríamos um grupo representativo destes sujeitos no Norte do Paraná, principalmente, que frequentasse os CTGs.

A realidade nos mostrou que, além dos gaúchos serem minoria, notamos que, até mesmo alguns patrões e ex-patrões dos CTGs, são paranaenses. Além disso, a presença de paranaenses que são considerados até mais tradicionalistas do que muitos sujeitos no Rio Grande do Sul nos chama a atenção para a ocorrência de novas formas de assimilação dessa cultura, que vem sendo reproduzida no Norte do Paraná.

4ª: Existe entre os CTGs no Norte do Paraná uma territorialidade em rede que possibilita sua articulação com outras regiões do país e do exterior: essa hipótese foi confirmada. A partir da pesquisa de campo, chegamos à conclusão de que os CTGs não são entidades independentes e, além de estarem constituídas a partir de uma hierarquia, também estabelecem relações com as diferentes RTs do seu estado e, posteriormente, com outros estados do país. Identificamos três formas de articulação: a partir das festas, campeonatos e de mutualismo (cooperação entre os CTGs).

Assim, temos interações inter e intra regionais. Ademais, o CTG está inserido dentro de uma regionalização própria e não segue padrões institucionalizados oficialmente pelo Estado, com regras específicas que devem ser obedecidas dentro do seu espaço. A rede de tradições gaúchas no norte-paranaense possui, portanto, articulação em diferentes escalas e, por estar associada a outras, estamos considerando como incompleta, já que tem um grau de dependência de outras redes.

5ª: Embora estejam distantes espacialmente do Rio Grande do Sul, existe um forte tradicionalismo por parte dos migrantes gaúchos no norte-paranaense: foi confirmada, em parte. Durante a pesquisa de campo, verificamos que muitos CTGs do Paraná, foram construídos como forma de reavivar as tradições gaúchas. Alguns deles, como em Ponta Grossa, Campo Mourão e Maringá, foram fundados por gaúchos que sentiram a necessidade de matar a saudade da querência. Esse fato colabora para que possamos entender a importância da tradição no processo T-D-R.

Assim, o CTG e as outras formas de preservação da cultura gaúcha são um forte indicativo de que parte dos gaúchos, mesmo distante do Rio Grande do Sul, se preocupa em manter sua identidade territorial vinculada ao estado de origem. No entanto, como a vivência de cada sujeito tem que ser levada em consideração, não podemos fazer generalizações. Diante disso, temos os migrantes tradicionalistas e não-tradicionalistas. Para alguns, é uma necessidade se auto afirmarem gaúchos, enquanto para outros, isso é irrelevante.

Contudo, podemos apontar uma tendência em se tratando dos nossos entrevistados: independente do grau de envolvimento com as tradições, todos eles pontuaram (mesmo os que não são tradicionalistas) que fazem uso de, pelo menos algum hábito do Rio Grande do Sul no seu cotidiano, o que demonstra que existem sim, valores tradicionais que são reterritorializados junto com estes sujeitos e que se perpetuam. Verificamos, desse modo, que a *desterritorialização relativa* desses migrantes gaúchos do ponto de vista cultural mesmo que implique na passagem por diferentes territórios até culminar com a reterritorialização no norte-paranaense, não impede que esses sujeitos percam suas referências tradicionais gaúchas, pois, estas continuam fazendo parte da sua vida.

6ª: Existem conflitos de territorialidades entre paranaenses e gaúchos que frequentam os CTGs: foi refutada. Apesar de frequentarem o CTG por motivos diversos e terem apreensões da cultura gaúcha muito distintas, quando indagamos aos representantes dos CTG sobre a existência de algum conflito, não apontaram a existência de nenhum tipo, pelo contrário, acabaram enfatizando o convívio harmônico e familiar que existe nestes espaços.

Nas pesquisas de campo, constatamos que os frequentadores se vestem sem se importar com todos os valores do tradicionalismo, com mulheres de saia curta, maquiagem pesada, etc. Os mais tradicionalistas, até mesmo em eventos menores do CTG, sempre estão pilchados. No entanto, observamos um conflito velado, com a proibição de festas organizadas por terceiros (que não são tradicionalistas) no CTG Rincão Verde para assegurar que o lugar não seja depreciado.

Para os paranaenses, pelo fato de ter comida farta e música de gênero, acabam indo nos CTGs como uma forma de entretenimento, muitas vezes, sem saber o significado e os simbolismos da cultura gaúcha. Alguns gaúchos entrevistados indicaram determinadas brincadeiras que os paranaenses fazem em função do seu sotaque ou algo similar e, a mesma

queixa é apontada pelos *paranaúchos*, mas não com relação aos gaúchos e sim, com paranaenses. Os conflitos maiores se processam em ambientes virtuais, onde os sujeitos são protegidos pelo anonimato e acabam proferindo ofensas, principalmente, com relação aos *paranaúchos*, já que muitos acabam recriminando os paranaenses que se sentem gaúchos, sem compreender que a cultura perpassa fronteiras e está ligada também a um processo de identificação.

A partir do primeiro capítulo da tese *Território, Migrações e Identidade*, procuramos direcionar os aportes teóricos para os temas que delimitamos como centrais para a compreensão do nosso objeto de estudos. Era preciso, neste primeiro contato teórico, que expuséssemos nossas compreensões e posicionamentos a respeito do território que é o conceito norteador da pesquisa. Assim, o território foi concebido a partir de uma perspectiva relacional e processual, na qual ocorre uma multiplicidade de relações de poder, incluindo aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, resultando em (i) materialidades. O território está relacionado com processos de territorialização e se articula em redes, alicerçadas pelo poder.

Embora a identidade territorial e o tradicionalismo gaúcho nos direcionem a uma abordagem cultural do território, não desconsideramos as demais dimensões de análise trabalhando também os fatores econômicos do território para dimensionar as causas dos fluxos migratórios; os fatores naturais para demonstrar a adaptação dos migrantes a um outro território e os políticos para demonstrar a criação de identidades pelo Estado, ou seja, buscamos uma abordagem múltipla deste conceito.

Sobre o nosso recorte espacial, identificamos uma similaridade com Londrina e Maringá que vivenciam intervenções por parte do poder público e acabam não tendo uma identidade territorial pautada na relação dos sujeitos com o território. Da mesma forma, o tradicionalismo gaúcho, que se mostra tão coeso, é criticado por alguns autores, pelo fato de refletir um processo de espetacularização da cultura, no sentido de exaltar, de forma artificializada, as suas tradições. Além disso, fica clara a influência ideológica das entidades oficiais como o MTG e os CTGs em difundir o tradicionalismo como algo legítimo e incontestável, pautado em valores considerados socialmente corretos.

No tocante à migração, que é um processo que vai possibilitar a vinda dos gaúchos para o Paraná, é importante destacar a existência de diferentes teorias que vão colaborar para a identificação das causas destes deslocamentos. Optamos novamente por aliar uma perspectiva múltipla na análise, já que não podemos pensar que as razões da vinda destes migrantes são somente por motivos individuais e sim inseridas em um contexto macro, que leva em consideração os fatores econômicos, como o surgimento de oportunidades em outro território. Aliados a isso, enfatizamos o papel das redes, tanto sociais quanto de migração que vão possibilitar uma articulação destes sujeitos, minimizando as dificuldades e contribuindo para o surgimento de novas relações.

O capítulo 2, denominado *Paranaenses, Gaúchos e Paranaúchos*, teve a intenção de inserir os sujeitos dos nossos estudos na análise. Desvendamos que o tradicionalismo foi resultado de uma multiplicidade de influências étnicas e que o termo gaúcho passou por diferentes reformulações ao longo do tempo, variando de uma conotação pejorativa até chegar a uma concepção heroica. Nesse sentido, o papel da mídia acabou sendo central e contribui para que essa visão mítica do gaúcho se propagasse e que se estende até hoje, quando nos deparamos com as falas de muitos migrantes gaúchos que sempre vinculam o gaúcho a aspectos positivos. Esse tradicionalismo não se restringe ao Rio Grande do Sul e, a partir de um resgate da história do tradicionalismo, foi possível acompanhar os desdobramentos territoriais desse movimento, que se espraia de forma multiescalar.

Diante disso, temos no CTG, um importante referencial da cultura gaúcha que se materializa por diferentes regiões do país e, com isso, amplia sua dimensão reticular. Este processo vem ganhando uma nova dimensão a partir da expansão da cultura gaúcha para os ambientes virtuais. O *Facebook* vem se constituindo em uma ferramenta significativa para a divulgação do gauchismo e que serve também de espaço para trocas de informações e socialização entre seus membros.

Ademais, temos a incursão do tradicionalismo pelo ciberespaço através de simuladores da realidade, como o *Second Life*, que contribui para que a cultura gaúcha ganhe dimensões ainda maiores, possibilitando também outra leitura sobre a disseminação da cultura aliando realidade x virtualidade. Por outro lado, são observados conflitos maiores entre paranaenses e gaúchos nesses ambientes do que na realidade, com troca de ofensas entre seguidores de algumas páginas quando defendem sua opção cultural.

Em nossas pesquisas de campo, foi possível verificar melhor o funcionamento dos CTGs e, a partir daí, pensamos em analisar esses espaços fazendo uma analogia ao modelo do *panótipo* em uma perspectiva foucaultiana, na qual a vigilância é necessária para que o tradicionalismo gaúcho seja seguido conforme uma série de normas impostas pelo MTG. Destarte, o poder se processa de forma ideológica e normativa, embora seja alcançado de forma desigual, já que existem diferentes grupos sociais que frequentam o espaço e se torna difícil que uma mesma estratégia consiga contemplar com êxito todos estes sujeitos.

Pelo fato de termos identificado muitos paranaenses que participam dos CTGs e gaúchos, em número mais reduzido, buscamos na história, alguns elementos que pudessem explicar a inserção dos CTGs no Norte do Paraná, já que a princípio sua existência só faria sentido caso houvesse muitos gaúchos na região. De acordo com o padrão do CTG Rincão Sulino de Londrina, os gaúchos possuem uma necessidade de se reunirem em grupos e, assim, mesmo que tenham um número mínimo de migrantes em determinado município, acabam fundando um CTG, o que de fato ocorre com Londrina e Maringá. O surgimento dos CTGs no Paraná acaba, de certa forma, coincidindo do ponto de vista da localização com alguns municípios importantes no movimento tropeiro, como Ponta Grossa, sede do primeiro CTG do estado. Assim, pontuamos que existe uma relação intrínseca do *Tropeirismo* com a inserção da cultura gaúcha em território paranaense.

Com isso, damos destaque à presença dos *paranaúchos*, que são sujeitos que emergem de um processo identitário vinculado ao um limiar entre a cultura paranaense e a cultura gaúcha. Com entrevistas realizadas com este grupo, identificamos que existe um desconhecimento muito grande por parte deles sobre a cultura do próprio estado. Dessa forma, a cultura gaúcha acaba ganhando força porque se mostra de forma mais efetiva, com festas, danças e eventos vinculados à sua tradição. Verificamos também, que muitos destes sujeitos sequer estiveram no Rio Grande do Sul. Assim, o vínculo territorial essencial na formação das identidades territoriais não é desenvolvido. A lembrança, a saudade e todos os elementos culturais que envolvem valores sentimentais que os gaúchos têm com relação ao Rio Grande do Sul não podem ser reproduzidos para os paranaenses, é algo a se vivenciar.

A dança é um dos elementos que mais atrai os sujeitos para dentro do CTG. Assim, os *paranaúchos* têm um papel fundamental na divulgação e preservação da cultura gaúcha. Ao mesmo tempo em que preservam a cultura, participando de campeonatos,

divulgam a cultura para outros sujeitos que acabam vindo participar do CTG. Dessa maneira, atraem novos frequentadores e movimentam as relações sociais da entidade, podendo ser considerados como um *trunfo do poder* para essas entidades. Embora tenhamos percebido que alguns sujeitos não tem uma preocupação com a história do Rio Grande do Sul, que é fundamental para o tradicionalismo e acabam tendo na dança apenas uma opção de lazer, outros *paranaúchos* se mostram empenhados e profundos conhecedores da tradição. De qualquer forma, são estes sujeitos no norte-paranaense que estão trabalhando intensamente para que a cultura gaúcha continue sendo preservada.

O terceiro capítulo, *Entre dois territórios: o “ser gaúcho” no Norte do Paraná* trouxe a discussão sobre o recorte espacial escolhido no sentido de verificar a inserção da cultura gaúcha em Londrina e Maringá. Começamos com um histórico dos municípios, demonstrando de que forma sua colonização, a partir da estratégia de uma companhia de capital inglês contribuiu para que chegassem a estes municípios, migrantes de várias regiões do país. Ambos não possuem uma identidade definida e sim, múltiplas influências culturais. Com isso, ambos estão inseridos no processo de *invenção das tradições*. Provavelmente, por isso, muitos sujeitos têm dificuldade em apontar elementos culturais do norte-paranaense.

O processo de colonização desta região teve uma frente de ocupação paulista, principalmente, em função da lavoura cafeeira. Assim, estes municípios possuem uma proximidade muito mais com o estado do São Paulo do que com as demais regiões do estado em se tratando de cultura. Com relação aos gaúchos no Norte do Paraná, temos indícios da vinda, na década de 1950, de colonos gaúchos e catarinenses para esta região para trabalharem com o café. Os CTGs de Maringá e Londrina, no entanto, são construídos somente nas décadas de 1980 e 1990, respectivamente, ou seja, não surgiram em função desses pioneiros.

Sobre os CTGs visitados, verificamos diferenças substanciais em Maringá e Londrina. Enquanto o primeiro atua como uma empresa e acaba, de certa forma, descaracterizando o tradicionalismo ao abrir seu espaço para eventos externos, o CTG de Londrina se mantém mais rígido com relação a isso ao realizar somente eventos próprios e outros que contam com parcerias. Até na forma, os espaços são bem diferentes. O CTG de Londrina acaba remetendo a aspectos mais rurais, com uma estrutura aberta em galpão de madeira, enquanto o CTG de Maringá é um espaço fechado de concreto com ar condicionado.

A forma de organização se mostra mais eficiente no CTG de Maringá já que, como uma empresa, tem funcionários que trabalham na secretaria e cuidam da organização do espaço que tem uma infraestrutura muito mais completa do que o Rincão Sulino. Mesmo assim, existe uma falta de organização sobre informações históricas da entidade.

Não se trata de julgar o que é certo e o que é errado. Do ponto de vista da cultura, não existem esses atributos. Logicamente se os CTGs estão alicerçados sob o tradicionalismo e possuem regras específicas, devem cumpri-las. O que mais se vem criticando é a questão do rigor excessivo, ou ainda, de manter uma cultura cristalizada no tempo e no espaço. É necessário possibilitar adaptações a novas realidades. Isso também é respeitar as diferenças que surgem porque se fechando, acaba se limitando a grupos específicos e a diversidade cultural, tão importante, acaba sendo negada. Nesse sentido se, em um primeiro momento, o CTG Rincão Verde se demonstra mais descaracterizado culturalmente, é ele que possui frequentadores mais ativos, que participam de campeonatos, o que leva muitos gaúchos e *paranaúchos* do CTG Rincão Sulino (pela falta de eventos e equipes), fazerem parte desse outro CTG.

Por fim, a reterritorialização dos gaúchos no Paraná nos demonstrou que nossos entrevistados vieram das mais diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Existem desde sujeitos originários de municípios de forte tradicionalismo como Bagé e Pelotas, como de colonização alemã, como Santa Cruz do Sul. Assim, temos uma grande heterogeneidade entre os entrevistados, já que os valores culturais adquiridos no Rio Grande do Sul se processam de forma diferenciada. Entretanto, este fato não minimiza o orgulho que os entrevistados sentem ao se referirem ao seu estado de origem, enfatizando sempre as qualidades dos seus conterrâneos.

Diferente da região Sudoeste do Paraná, onde podemos falar em um fluxo migratório de gaúchos e até mesmo periodizar, no Norte do Paraná isto não foi identificado porque os entrevistados se reterritorializaram em Londrina e Maringá em diferentes períodos e por diversos motivos como razões econômicas, quando há oportunidade de emprego, até razões familiares, para acompanhar esposa/marido. Esse processo de reterritorialização se torna mais complexo quando identificamos na fala da totalidade dos nossos entrevistados, um retorno periódico para o Rio Grande do Sul com a finalidade de rever amigos e/ou familiares. Com isso, o vínculo territorial não é perdido.

O capítulo final, *A reterritorialização dos gaúchos no Norte do Paraná*, discorreu sobre as entrevistas realizadas com os gaúchos. A trajetória desses sujeitos até o Paraná passou por diversos territórios para alguns e resultou na migração direta para outros. Esses chamados territórios de transição são extremamente importantes na medida em que podem influenciar na formação das identidades territoriais, já que possibilitam que os sujeitos tenham contato com outras culturas. Isso pode reforçar ou diminuir determinados *códigos culturais* da vivência desses migrantes. De um lado, temos migrantes que saem do Rio Grande do Sul e, imediatamente, se reterritorializam no Paraná e, por isso, podem ter um vínculo identitário mais intenso com o seu estado de origem, enquanto temos aqueles que passam por múltiplos territórios de transição antes de chegarem a Londrina ou Maringá e estão mais propensos a uma dissolução das referências gaúchas.

Identificamos também as diferentes territorialidades nos CTG Rincão Verde e no Rincão Sulino. Foi possível observar nestes espaços, a existência de microterritorialidades em rede, que resultam de reuniões de amigos gaúchos e *paranaúchos* com o objetivo de cultivar a cultura gaúcha fora do CTG, ou seja, o CTG não é o elemento condicionante na preservação e difusão da cultura gaúcha, mas um dos elementos que contribuem para este processo. Muitas vezes, é nesses espaços familiares que alguns paranaenses têm contato com a cultura gaúcha e passam a fazer uso de alguns hábitos, como tomar o chimarrão e ouvir música tradicionalista.

Em Londrina, esse processo é notado de forma mais contundente e a rede se mostra mais descentralizada, com a dispersão de pontos da cultura gaúcha que se articulam de forma externa ao CTG, enquanto em Maringá, o CTG atua como o condicionante da existência dessas microterritorialidades, uma vez que os sujeitos que participam desses espaços se conheceram no CTG.

Com relação à concepção do que é o gaúcho, os nossos entrevistados demonstraram certa contradição nas respostas. Ao mesmo tempo em que afirmam que o vínculo com o Rio Grande do Sul é fundamental, também apontam a importância do cultivo das tradições, ou seja, um paranaense poderia ser gaúcho, basta se apropriar da cultura gaúcha. Nesse aspecto, o sentido de ser gaúcho vincula-se a algo que perpassa territórios. Essa concepção de ser gaúcho pelo modo de vida, nos motiva a compreender a atuação desses sujeitos que surgem neste processo, os chamados *paranaúchos* e, por outro lado, nos converge para uma análise mais complexa da identidade territorial gaúcha no Norte do Paraná.

Notamos assim, que a cultura gaúcha é bem aceita e vivenciada por muitos paranaenses, fato observado pelo grande público que frequenta as festas nos CTGs de Londrina e Maringá. Em contrapartida, parte dos nossos entrevistados não costuma frequentar o CTG, seja por falta de costume ou até mesmo por acreditar que existe uma descaracterização da cultura gaúcha nestes espaços. Assim, as ressignificações da cultura em diferentes territórios nos conduzem a um olhar para a pluralidade, indicando que somos resultado de múltiplas identidades territoriais. Apesar disso, a maioria dos entrevistados se considera mais gaúcho do que paranaense, ou seja, o sentimento pelo Rio Grande do Sul acaba sendo mais forte do que o vínculo territorial atual.

Constatamos que os migrantes gaúchos buscam preservar um pouco da sua tradição através da construção dos CTGs, o que materializa sua territorialidade em várias regiões do país. Podemos afirmar, portanto, que os gaúchos trazem para outros territórios aspectos da identidade territorial do Rio Grande do Sul, ou seja, formada a partir do seu território de origem, possibilitando uma coesão social desses indivíduos em outros territórios. Estes sujeitos, certamente possuíam uma identidade territorial com seu estado de origem, resultante da sua relação com o território, com mais ou menos intensidade. Por sua vez, o estado do Rio Grande do Sul possui uma formação territorial distinta do estado do Paraná, o que acarreta diversas formas de apropriação simbólica do território e, conseqüentemente, de identidade.

A partir do momento em que estes sujeitos se reterritorializam no Norte do Paraná, deparam-se com outra forma de vida, um tempo e um espaço diferente que serão assimilados por eles de forma subjetiva e objetiva, resultando em novas identidades territoriais, nas quais alguns elementos sociais perduram e passam a coexistir com novos elementos dessa interterritorialidade. Sem encerrar totalmente a discussão, apresentamos novos contornos para a análise da identidade territorial gaúcho no Norte do Paraná, sobretudo, a partir de novas formas de socialização dos gaúchos, além dos CTGs, com a reunião em partidas de futebol ou até mesmo na Semana Farroupilha que tem extrema importância para a cultura gaúcha. Com isso, a territorialidade não se limita aos espaços ditos oficiais, instituídos através do Movimento Tradicionalista Gaúcho, mas se estende a microterritórios cotidianos nos quais os gaúchos estabelecem contato com outros sujeitos estreitando laços de identidade, adaptando seus costumes à realidade norte-paranaense.

REFERÊNCIAS

- 1ª REGIÃO MTG- PARANÁ. **Tradicionalismo:** Chama Crioula. 2015. Disponível em: <<http://www.1rt.com.br/index.php/tradicionalismo/130-chama-crioula>>. Acesso em: 25 ago de 2015.
- _____. **Carta de Princípios.** 2015. Disponível em: <<http://www.1rt.com.br/index.php/tradicionalismo/10-carta-de-principios>>. Acesso em 16 set. 2015.
- ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, 1987, n. 4, v. 2, p.1-11.
- ALMEIDA, Kamila. Jovens tradicionalistas questionam regras para manter viva a cultura gaúcha. Vida e Estilo. **Zero Hora.** 30 ago. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2014/08/jovens-tradicionalistas-questionam-regras-para-manter-viva-a-cultura-gaucha-4587389.html>>. Acesso em 19 set. 2015.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O homem como produtor e consumidor. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica.** São Paulo: Atlas, 1998, p. 41- 63.
- ANTONELLI, Diego. **Legado construído no lombo do cavalo.** Gazeta do Povo, Curitiba, 30 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1429494&tit=Legado-construido-no-lombo-do-cavalo>>. Acesso em: 30 ago. 2014.
- ASARI, Alice Yatiyo; TUMA, Magda Madalena. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina.** Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 1978.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Sociologia do mate no Rio Grande do Sul e Paraná de 1858.** Reproduzido na Revista Travessia, 1998, n. 36, p. 39-40.
- BAPTISTA, Emerson Augusto. Aspectos Teóricos sobre Migração de retorno no Brasil. **Geografias.** Belo Horizonte, 2013, vol. 9, n. 2, p. 8-20.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. **Os açorianos no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BELLOMO, Harry Rodrigues. Capas e regiões culturais do Rio Grande do Sul. In: FLORES, Hilda A. H. **Regionalismo sul-rio-grandense.** Porto Alegre: Círculo de Pesquisas Literárias/Nova Dimensão, 1996, p. 31-32.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 2003.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOBBIO, Norberto Bobbio. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política** vol. 1. Tradução Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 585-597.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, vol. 2 nº 1 (3), jan.-jul. 2005, p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008, p.693-713.

BRAGUETO, Claudio Roberto. O comportamento territorial do Norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007, p. 141-201.

BRUM, Ceres Karam. Sepé Tiaraju: **o índio que os gaúchos querem viver. Representações, identidades e educação**. In: SILVA, Gilberto Ferreira; PENNA, Rejane; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). RS Índio: **Cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 15-28.

BRUM NETO, Helena. **Regiões Culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2007. 328 f. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

_____. **Os territórios da imigração alemã e italiana do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). 2012. 318 f. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CADERNO PIÁ 21. Revolução Farroupilha: 1835-1845 – decênio heroico. **MTG**, Rio Grande do Sul, set. 2013. Disponível em: <http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/CADERNO_PIA/pia_092013.pdf>. Acesso em 22 set. 2015.

CARINI, João Joel. **Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CIRNE, Paulo Roberto de Fraga. O começo do tradicionalismo gaúcho. In: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Orgs.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011, p. 265-282.

CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa; SEABRA; Odette. **Território e sociedade** – entrevista com Milton Santos. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

CASTELNOU, Antonio. **Arquitetura londrinense: expressões de intenção pioneira**. Londrina: A. Castelnou, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – volume I: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**. Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires, ano 1, n. 1, 2008, p. 53-76.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

_____. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, 1999, v.1, n.2., p. 7-26.

COLASANTE, Tatiana. **A influência dos fluxos migratórios na formação das identidades territoriais londrinenses**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2012. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

CONFERAÇÃO BRASILEIRA DA TRADIÇÃO GAÚCHA. **CTGs no exterior**. 2014. Disponível em: <http://www.cbtg.com.br/_site/ctgs/exterior.php>. Acesso em 08 set. 2014.

_____. **CTG Estância Celeste Brasil desembarca na Polônia**. 2011. Disponível em: <<http://cbtg.com.br/blog/?p=127>>. Acesso em 19 set. 2015.

CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE TRADIÇÕES GAÚCHAS. **XI Congresso Internacional da Tradição Gaúcha**. 2012. Disponível em: <<http://www.cbtg.com.br/citg/>>. Acesso em 08 set. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CTG CAVALO HORSE. **Facebook** [grupo fechado]. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/389111901109998/?fref=ts>>. Acesso em 24 jun. 2015.

CTG NOVAS COXILHAS. **Facebook**. [perfil]. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctgnovascoxilhas.londrina>>. Acesso em 19 out. 2015.

CTG PAMPA GAÚCHO. **Facebook**. [perfil]. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/CTG-Pampa-Gaúcho-384307831727261/>>. Acesso em 05 ago. 2015.

CTG RINCÃO SULINO. **Facebook**. [perfil]. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctg.rincaosulino?fref=ts>>. Acesso em 23 jun. 2015.

_____. **Facebook**. 2013. Disponível em <<https://www.facebook.com/ctg.rincaosulino?fref=ts>>. Acesso em 23 jun. 2015.

CTG RINCÃO VERDE. **Facebook**. [perfil]. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctgrincao.maringa?fref=photo>>. Acesso em: 23 jul. 2015

CTG SAUDADES DA MINHA TERRA. **Facebook**. [perfil]. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ctg.saudadedaminhaterra?fref=ts>>. Acesso em 20 jun. 2015

CTG SAUDADES DA QUERÊNCIA. **Invernada**. São José dos Campos – SP. 2014. Disponível em: <<http://www.ctgsaudadesdaquerencia.com.br/>>. Acesso em: 14 set. 2014.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura em Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia: vol.5** Rio de Janeiro: 34, 1997.

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia: vol.3**. Rio de Janeiro: 34, 1996.

_____. Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia: vol.1. Rio de Janeiro: 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. **O Abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista. 1988. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

_____. ¿Que és un dispositivo? In: BALBIER, E. **Michel Foucault, filósofo**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1999.

_____. **Desejo e prazer**. Cadernos de Subjetividade. São Paulo: PUC-SP, v.1, n.1, p.13-25, 1993.

DENEZ, Cleiton Costa. Os conceitos de macro & microterritorialidades: uma análise dos processos relacionais no Assentamento 8 de Abril - Jardim Alegre/PR. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n. 14, ago., 2012, p. 1-22.

DEPARTAMENTO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS NOEL GUARANY – UFSM. **Invernadas**. 2015. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/dtg/?page_id=14>. Acesso em 20 ago. 2015.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESTATUTO CTG RINCÃO VERDE. **Maringá, PR**. 1983.

FAWCETT, J. T. **Networks, Linkages, and Migration Systems**. International Migration Review. 1989, v. 23, n. 3, p. 671-680.

FERREIRA, Ademir Pacelli. Migração, rupturas psíquicas e espaços terapêuticos. **Psicologia USP**, 2015, v. 26, p. 193-198.

_____. O migrante no espaço urbano: Impasses, estranhamento e psicose. **Scripta Nueva**, Barcelona, v. 2, 2001.

_____. A migração e suas vicissitudes: análise de uma certa diversidade. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica, 1996, Rio de Janeiro, PUC, 1996.

FORTUNA, Carlos. (Micro) territorialidades: metáfora dissidente do social. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, jul/dez. 2012, p. 199-214.

FRASSON, Antonio Carlos; GOMES, Silvestre Alves. **Tropeirismo**: processo civilizatório da região sul do Brasil. Secretaria da Educação. Estado do Paraná. 2013.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GAÚCHO PARANAENSE. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Ga%C3%BAcho-Paranaense/154352554746129?fref=ts>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

GARCIA, Carlos. Porto Alegre e seu Partenon Literário. **Culturalíssima**. Porto Alegre, 18 jun 2015. Disponível em: <<http://culturissima.com.br/especial/porto-alegre-e-seu-partenon-literario/>>. Acesso em 19 out. 2015.

GAÚCHO. In: Francisco S. Borba e colaboradores (orgs.) **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 670.

GAÚCHO PARANAENSE. **Facebook**. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Ga%C3%BAcho-Paranaense/154352554746129?fref=ts>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOLIN, Tau. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012, p. 523-545.

_____. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press Virginia, 1973.

GUATTARI, Felix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografia do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração "gaúcha" no Brasil. **Revista TERRITÓRIO**, ano 111, nº 4, jan./jun. 1998, p. 55-71.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, jul./dez., v. 22, nº2, p. 15-46, 1997.

HAURESKO, Cecilia; MOTEKA, Gabriela. Pequena propriedade agrária no Paraná Tradicional: origem, localização e caracterização. In: SIMPGEO, 1, 2008, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: Unesp, 2008, 1076 – 1093. CD-ROM.

HEIDRICH, Álvaro. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 271-290.

HIERA, Mitchel Druz; VERCEZI, Jaqueline Telma. **A questão ambiental no processo de colonização do norte central paranaense**. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 16, 2010, Porto Alegre. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças Espaço de Diálogos e Práticas. São Paulo: AGB, 2010.

HOBBSAWM, Eric, Terence RANGER (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, São Paulo, vol. 10, n. 17, 2013, p. 18-29.

IBGE. **Nupcialidade, Fecundidade e Migração**. 2010a. IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf>. Acesso em 22 de out. 2015.

_____. **Cidades**. População estimada em 2014. Londrina-PR. 2010b. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411370&search=parana|londrina>>. Acesso em 25 jan. 2015.

_____. **Cidades**. População estimada 2014. Maringá-PR. 2010c. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411520&search=parana|maringa>>. Acesso em 25 jan. 2015.

INCARNAÇÃO, Iuri Duque da. Sociologia das Migrações: correntes teóricas e perspectivas. In: Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos, 2015, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2015, p. 1-11.

KONZEN, Otto Guilherme; ZAPAROLLI, Irene Domenes. Estrutura agrária e capitalização da agricultura no Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, n. 28, v.4, out./dez. 1990, p. 155-173.

LAYTANO, Dante de. Colonização açoriana no Rio Grande do Sul: Separata dos IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. **Anais...** São Paulo: 1969.

LEE, Everett. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio Augusto de. (coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 89-114.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo: como surgiu o Rio Grande**. Porto Alegre: Age, 1984.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LINJARDI, Fabio. Cidade Verde ou Cidade Canção? **Odiario.com**. 03 maio 2011. Disponível em: <<http://blogs.odiario.com/linjardi/2011/05/03/cidade-verde-ou-cidade-cancao/>>. Acesso em 02 abril 2015.

LOPES, Cícero Galeano. Contornos do imaginário: imagens do índio do Rio Grande do Sul na literatura brasileira. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; PENNA, Rejane; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (orgs). **RS Índio: Cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 29-38.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MACIEL, Maria Eunice. Patrimônio, tradição e tradicionalismo: o caso do gauchismo no Rio Grande do Sul. **Mneme**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. v. 07.n. 18, out./nov. de 2005, p. 439-460.

MAIS AO SUL. **O que é o gaúcho**. 2014. Disponível em: <<http://maisaosul.wordpress.com/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

MAGALHÃES, Josiane. Processos de construção sociais, movimentos autogestionários e consciência crítica. **Revista ORG & DEMO**, Marília, v.5, n.2, 2004, p.229-246.

MARRE, Jaques. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Porto Alegre: UFRGS (mimeo), 1991.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente: ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.

MASSEY, Douglas; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUICI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MASSEY, Douglas S. **Economic development and international migration in comparative perspective**. Population and Development Review. 1990, p. 383-413.

MARCON, Fernanda. Música Nativista e Imaginários Gauchescos: sobre cantar opinando. **Revista Querubim**, ano 05 n. 08, v. 1, 2009, p. 56-54.

MATHIAS, Haroldo J. Andrade. Vozes do Verbo. **Tradicionalismo gaúcho no Paraná**. 2013. Disponível em: <<http://vozesdoverbo.blogspot.com.br/2013/09/tradicionalismo-gaucha-no-parana.html#.VCC5GpRdW-1>>. Acesso em: 05 set. 2014.

MATOS, Cristina. **Migrações: decisões individuais e estruturas sociais**. Socius Working Papers, n. ° 5/93. Lisboa: Universidade Técnica, 1993.

MELLO, Jessica. **Centros de Tradições Gaúchas mantêm cultura do RS pelo mundo**. G1. 05 set. 2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/semana-farroupilha/2012/noticia/2012/09/centros-de-tradicoes-gauchas-mantem-cultura-do-rs-pelo-mundo.html>>. Acesso em: 12 set. 2014.

MILAN, Pollianna; SANTOS, Leandro dos. **O início de uma tradição**. Gazeta do Povo, Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-erva-mate/>>. Acesso em 10 ago. 2014.

MONDARDO, Marcos Leandro. Da migração sulista ao novo arranjo territorial no oeste baiano: “territorialização” do capital no campo e paradoxos na configuração da cidade do agronegócio. **Campo-Território**, v.5, n.10, 2010, p. 259-287.

_____. **O período das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

MONSMA, Karl. **Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: estratégias de dominação e resistência**. In: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, Porto Alegre, 2011. p. 1-10.

MORAES, Antonio Carlos Robert. (org.); FERNANDES, Florestan. (coord). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc, espaço, tempo e crítica**. Rio de Janeiro, 2007, n. 1 (3), vol. 1, p. 55-70.

MOSER, Sandro. **Após 20 anos, movimento “O Sul é o Meu País” volta a se organizar**. Gazeta do Povo, Curitiba, 19 fev. 2012.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO RIO GRANDE DO SUL. **Tradicionalismo ou Nativismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/EDITORIAIS/Tradicionalismo%20ou%20Nativismo.pdf>>. Acesso em 09 de set. 2015.

_____. **O surgimento do Nativismo**. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/EDITORIAIS/O%20surgimento%20do%20Nativismo.pdf>>. Acesso em 13 set. 2015.

_____. **Tese O Sentido e o Valor do Tradicionalismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/historico/240>> Acesso em 15 set. 2015.

_____. **O Tradicionalismo gaúcho no século XXI**. 2015. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/EDITORIAIS/O%20TRADICIONALISMO%20GAÚCHO%20NO%20SÉCULO%20XXI.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2015.

_____. **Chama Crioula: Dicas e curiosidades**. 2014. Disponível em: <<http://mtg-rs.blogspot.com.br/2014/08/chama-crioula-dicas-e-curiosidades.html>>. Acesso em 12 out. 2015.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DE SANTA CATARINA. **Patrono do Tradicionalismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.mtgsc.com.br/patrono.php>>. Acesso em 24 ago. 2015.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ. **Modelo de Ata e Estatuto**. 2015. Disponível em: <<http://www.mtgparana.org.br/web/arquivo/download/modeloataestatutoctg.pdf>>. Acesso em 10 out. 2015.

_____. **Regulamentos**. 2014. Disponível em: <<http://www.mtgparana.org.br>> Acesso em 20 ago. 2015.

_____. **Estatuto Social**. 2008. Ribeirão Claro, PR. Disponível em: <http://mtgparana.org.br/web/index.php?cont=menu&id_menu=72>. Acesso em 26 jun 2015.

MULLER, Nice Leccoq. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

NAKAGAWARA, Yoshiya. **Jardim do Sol**: uma vila periférica de Londrina. Londrina: [s.n.], 1972.

NO PARANÁ É ASSIM. **Facebook**. [perfil]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/noparanaeassim?fref=photo>>. Acesso em 24 jun. 2015.

NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira; MIGÓWSKI, Vinicius; GIACOMOLLI, Ezequiel; DIAS, Marcos Smith; RODRIGUES, Diego; PINTO, Maurício Silveira. Elementos da Escravidão do Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o seguro contra a fuga na fronteira com o Uruguai. In: Encontro Nacional de Economia, 35, Recife - PE. XXXV Encontro Nacional de Economia, **Anais...**2007.

NUNES, Vanessa. Um baile marcará a inauguração, sábado à noite, do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Estância Celeste Brasil, o primeiro desta realidade simulada na Internet. **Zero Hora**. Caderno de Informática. Porto Alegre, 28 mar. 2007.

OLIVEIRA, Alberto Juvenal. **Dicionário Gaúcho**. Porto Alegre: AGE, 2005.

OLIVEN, Ruben George. **Visões do Rio Grande**. Zero Hora, Porto Alegre, 14 dez. 2012.

_____. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. A fabricação do gaúcho. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 1, 1985, p. 79-91.

ORTOLAN, A. A. Aspectos da construção histórica do sudoeste do Paraná e da cidade de Francisco Beltrão. **Revista Faz Ciência**, Unioeste, v. 9, n. 9, 2007, p. 11-33.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. Curitiba: HUCITEC, 1981.

PARANÁ. **Lei nº 15407 de 15 de janeiro de 2007**. Reconhece o Rodeio Crioulo como evento esportivo cultural oficial no Estado do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná nº 7400 de 30/01/2007.

PIMENTEL, João Paulo. Os Pampas no *Second Life*. **Gazeta do Povo**. Mundo Virtual. Curitiba, 02 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/tecnologia/os-pampas-no-second-life-afe318s51wqy8qdu7wlvcbk9a>>. Acesso em 18 set. 2015.

PINÓS DA COSTA, Benhur. As microterritorialidades nas cidades: reflexões sobre as convivências homoafetivas e/ou homoeróticas. **Terra Plural**, Ponta Grossa, UEPG, Mestrado em Geografia, v.6, n.2, p.257-271, jul/dez. 2012.

_____. Microterritorialidades: uma relação entre objetividade do espaço, cultura e ação intuitiva do sujeito. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PINÓS DA COSTA, Benhur; PIRES, Cláudia Luisa Zeferino Pires (orgs.). **Maneiras de ler**: geografia e cultura. Porto Alegre: Imprensa Livre Compasso Lugar Cultura, 2013, p. 62-74.

PIQUETE DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CHINA VEIA. **Facebook**. 2014. Disponível em <<https://www.facebook.com/PiqueteDeTradicoesGauchasChinaVeia?fref=ts>>. Acesso em 20 jun. 2015.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**. Ano 2, no 3, julho a dezembro de 2013, p. 61-71.

PORTAL AMIGOS DA TRADIÇÃO. **Estrutura de um CTG**. 2014. Disponível em: <<http://www.portalgaucho.com.br/?pg=1&act=17>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

PORTAL DO GAÚCHO. **Estrutura de um C.T.G.** 2015. Disponível em: <<http://www.portalgaucho.com.br/?pg=1&act=17>>. Acesso em 20 ago. 2015.

PORTAL MEMÓRIAS. **Liga da Defesa Nacional**. 2015. Disponível em: <<http://portalmemorias.com.br/paginas/pagina.html>>. Acesso em 14 set. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Territorializzazione, deterritorializzazione, ritteritorializzazione e informazione. In: TURCO, A. (org.). **Regione e regionalizzazione**. Milano: Angeli, 1984, p. 69-82.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 12.567 de 13 de julho de 2006**. Fica instituído oficialmente o rodeio crioulo como um dos componentes da cultura sul-rio-grandense. Diário Oficial do Rio Grande do Sul nº 10226 de 27 de março de 2012.

_____. Lei nº 9.405 de 25 de outubro de 1991. **Lei do dia do Gaúcho**. Palácio Piratini, 25 de Outubro de 1991.

ROCA, Zoran, MOURÃO, Jorge Carvalho. Identidade e desenvolvimento territorial entre a retórica e a prática. **Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias**, América do Norte, 1, dez. 2003. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/1295/1052>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão sempre gaúcho”**: a multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.

RODRIGUES, Ana Lucia. A ocupação urbana da região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.108, p.61-86, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/108/ana_lucia.pdf>. Acesso em 13 fev. 2015.

ROTA MISSÕES. **A história da terra missioneira**. 2014. Disponível em: <http://www.rotamissoes.com.br/_portugues/Historia.php>. Acesso em: 22 set. 2014.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana**: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem a Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999.

SANTI, Álvaro. Prosa. **Canto Livre?** Nativismo e Poesia na Califórnia. Prosa. 2001. Disponível em: <<http://alvarosanti.com.br/?apid=2565&tipo=9&dt=0>>. Acesso em 07 ago. 2015.

_____. **Canto Livre?** O Nativismo gaúcho e os poemas da Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura). 1999. 110 p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos**: exclusão e luta. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Mauro Augusto; BARBIERI, Alisson Flávio; CARVALHO, José Alberto Magno de; MACHADO, Carla Jorge. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. Hucitec: São Paulo, 1996.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAQUET, Marcos Aurélio. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In: FRAGA, N. C. (org.). **Territórios e Fronteiras: (re) arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011a, p. 33-50.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011b.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v.22, n.43, 2007b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: Eliseu Savério Sposito. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais**: a construção de uma temática. Presidente Prudente/SP: UNESP/FCT/GAsPERR, v., p. 35-51, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, n. 13, jul.-dez, 2008, p. 118-127.

SILVA, Anita Isabel de Mello da. **As posses da terra e os lugares de memória**: Francisco Beltrão - 1969-2007. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010a.

SILVA, Edinéia Pereira da. **A construção de uma memória gaúcha em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010b.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, William Ribeiro da. **Para além das cidades** - Centralidade e Estruturação Urbana: Londrina e Maringá. Tese (Doutorado em Geografia). 2006. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

SIMON, Pedro. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SINGER, Paul. O Caráter histórico das migrações internas. In: SINGER, Paul (org.). **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOJA, Edward. **The political organization of space**. Washington: D.C., Association of American Geographers, paper n. 8, 1971.

SOPELSA, Renata. Vários espaços, uma sociabilidade: o primeiro Centro de Tradições Gaúchas do Paraná. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, 2003, p. 139-161.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas. Três Lagoas - MS, v. 1, n. 6, ano 4, nov. 2007 p. 126-148.

SOUZA, Itamar de. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a.

_____. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: da “revolução molecular” à política de escalas. In: MENDONÇA, F. et al. (orgs). **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ANPEGE/Ademadan, 2009, p. 459-478.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et. al. (orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Ricardo Luiz. **Identidades Regionais**: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Londrina: Eduel, 2013b.

SOUZA FILHO, Alípio de. Cultura, ideologia e representações. In: Seminário de Pesquisa do CCSA, 9, 2003, Natal. **Anais...**Natal: UFRN, 2003. Palestra na Mesa Redonda “Cultura, ideologia e representações sociais”.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurélio, RIBAS, A. D. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

_____. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana. In: **Textos e Contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.]. 2001.

STRAFORINI, Rafael. **No Caminho das Tropas**. Sorocaba, SP: Editora TCM, 2001.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná**: fantasmas e alegorias. Curitiba: Aos Quatro ventos, 2000.

TORRES, Luiz Henrique. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). **Biblos**, Rio Grande, n. 16, 2004, p. 177-189.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo social**. Revista de Sociologia da Universidade Estadual de São Paulo, vol. 20, n. 1, jun. 2008, p. 199-218.

UNIVERSO CAMPEIRO. **Lei Estadual da pilcha gaúcha**. 17 ago. 2009. Disponível em: <<http://universocampeiro.spaceblog.com.br/484927/Lei-Estadual-da-Pilcha-Gaucha/>> Acesso em: 20 set. 2014.

VITAL JUNIOR, Raul Rebello. **Caminhos da colonização alemã no Rio Grande do Sul**: políticas de estado, etnicidade e transição. Porto Alegre: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.

WEBER, Eliane. **Políticas públicas de fortalecimento cultural do tradicionalismo gaúcho frente à fragmentação do sujeito na globalização**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, SC, 2010.

ZATTI, Carlos. **O Paraná de Bombachas**. Curitiba: IHGPR, 2013.

ZORZETTO, Ricardo. O DNA dos pampas. **Pesquisa Fapesp**. Ed. 134 - Abril de 2007. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2007/04/01/o-dna-dos-pampas/>>. Acesso em 23 ago. 2014.

ANEXO 1 - ELEMENTOS DA PILCHA TRADICIONAL



Fonte: Universo Campeiro (2009, s.p.). Disponível em: <<http://universocampeiro.spaceblog.com.br/484927/Lei-Estadual-da-Pilcha-Gaucha/>>. Acesso em 23 set. 2014

ANEXO 2 – PILCHA UTILIZADA PARA COMEMORAÇÕES DE HONRA.



Fonte: Adaptado de Mais ao Sul (2014, s. p.). Disponível em: <<http://maisaosul.wordpress.com/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

ANEXO 3 - A CHAMA CRIOLA E SEUS ACENDIMENTOS.

2015	•Colônia de Sacramento, no Uruguai, pelos laços históricos e com o objetivo de fortalecer o tradicionalismo no país
2014	•Cruz Alta-RS, cidade sede de alguns acontecimentos importantes da Revolução Farroupilha
2013	•General Câmara-RS, no distrito de Santo Amaro do Sul, de colonização açoriana
2012	•Venancio Aires-RS, considerada Capital Nacional do Chimarrão
2011	•Taquara-RS, cinquentenário da Carta de Princípios
2010	•Itaqui-RS, onde o acendimento volta para a região de fronteira
2009	•São Lourenço-RS, no casarão de Ana, irmã de Bento Gonçalves
2008	•São Leopoldo-RS, Cidade de Colonização Alemã
2007	•São Nicolau-RS, 1ª redução e um dos 7 povos das missões
2006	•São Gabriel-RS, no monumento Sanga da Bica, onde morreu Sepé Tiarayú, líder da resistência dos Sete Povos das Missões
2005	•Viamão-RS, cidade fundamental na história do RS
2004	•Erechim-RS, no Recanto dos Tauras
2003	•Camaquã-RS, na Chácara das Aguas Belas, de Barbosa Lessa
2002	•Santa Maria-RS, no centro do Estado
2001	•Guaíba-RS, na fazenda de Gomes Jardim

Fonte: Elaborado pela autora (2015). Adaptado de: MTG – RS (2014). Disponível em: <<http://mtg-rs.blogspot.com.br/2014/08/chama-criola-dicas-e-curiosidades.htm>>. Acesso em 08 set. 2015.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MIGRANTES GAÚCHOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisadora: Tatiana Colasante

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Título da tese: “O processo de reterritorialização dos gaúchos no norte do Paraná: a construção de uma identidade territorial”.

1 ASPECTOS SOCIAIS

1.1 Sexo: () feminino () masculino

1.2 Idade:

1.3 Estado civil:

1.4 Profissão:

1.5 Natural de:

1.6 Município onde reside atualmente:

2 ASPECTOS MIGRATÓRIOS

2.1 Há quanto tempo está no município em que reside atualmente?

2.2 Existem membros da sua família que também vieram do Rio Grande do Sul para este município?

() SIM () NÃO

Em caso AFIRMATIVO, detalhar.

2.3 Por que escolheu este município para residir?

2.4 Já tinha parentes/amigos residentes neste município?

() SIM () NÃO

2.5 Antes de mudar para este município, tinha morado em outros municípios sem ser o seu de origem?

☐ SIM ☐ NÃO

Em caso AFIRMATIVO, quais?

2.6 Quando se estabeleceu neste município, convidou parentes/amigos para se mudarem para cá?

☐ SIM ☐ NÃO

2.7 Ainda possui contato com parentes/amigos que moram no seu município de origem?

☐ SIM ☐ NÃO

2.8 Costuma visitar seu município de origem?

☐ SIM ☐ NÃO

Em caso AFIRMATIVO, responda:

a) Por quais razões?

b) Com que frequência?

2.9 Do que mais sente falta do seu município de origem?

2.10 Quais as maiores dificuldades enfrentadas quando se mudou para cá?

2.11 Pensa em voltar para o município de origem?

☐ SIM ☐ NÃO

Por que?

3 ASPECTOS CULTURAIS

3.1 Você costuma participar do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) do município que reside atualmente?

☐ SIM ☐ NÃO

Por que?

Em caso AFIRMATIVO, responda:

a) Com que frequência?

b) Desde quando participa?

3.2 Você considera importante ter um CTG no norte do Paraná?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ INDIFERENTE

Por que?

3.3 Você costuma se reunir de alguma outra forma com os migrantes gaúchos daqui (excetuando o CTG)?

☐ SIM ☐ NÃO

Em caso AFIRMATIVO, responda:

a) Em quais ocasiões?

b) Por que?

3.4 No seu município de origem costumava participar de algum CTG?

☐ SIM ☐ NÃO

Por que?

Em caso AFIRMATIVO:

a) Quais as diferenças observadas entre o CTG de um município gaúcho e um CTG paranaense?

3.5 Você trouxe algum hábito da cultura gaúcha para cá?

☐ SIM ☐ NÃO

Em caso AFIRMATIVO:

Qual?

3.6 Você considera importante preservar a cultura gaúcha?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ INDIFERENTE

Por que?

3.7 No seu círculo de amizades do município que reside atualmente, mantém contato com muitos gaúchos?

3.8 Atualmente você se considera mais gaúcho (a) ou mais paranaense?

Por que?

3.9 O que significa ser gaúcho (a) para você?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS RESPONSÁVEIS PELOS CTGS

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisadora: Tatiana Colasante

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Título da tese: “O processo de reterritorialização dos gaúchos no norte do Paraná: a construção de uma identidade territorial”.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Nome do CTG:

1.2 Data de fundação:

1.3 Breve histórico de fundação:

1.4 Região a qual pertence:

1.5 Fundador (es):

1.6 Patrão atual:

1.7 Endereço do CTG:

2 INFRA-ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

2.1 O CTG tem sede própria ou alugada?

() Própria () Alugada () Não possui sede

2.2 O CTG possui cancha?

() Sim () Não

2.3 O CTG possui salão de baile?

() Sim () Não

2.4 O CTG possui biblioteca?

2.5 Quantos associados possui?

2.6 A maioria dos associados é de origem gaúcha? Explique.

2.7 O CTG está filiado ao MTG-PR?

Em caso afirmativo, quais as sugestões para que houvesse melhorias por parte do MTG-PR para ajudar os CTGs?

2.8 O CTG realiza eleições para a diretoria?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo:

A) Com que frequência?

B) Quem pode votar?

2.9 Quais as principais atividades que o CTG realiza durante o ano?

☐ Rodeio ☐ Bailes ☐ Torneios ☐ Festas Campeiras ☐ Jantares ☐ Encontros ☐ Outros

2.10 Quantas vezes por ano seu CTG realiza atividades sociais como as citadas acima?

☐ 1 vez ☐ De 2 a 5 vezes ☐ De 6 a 10 vezes ☐ Mais de 11 vezes

2.11 Existe um calendário fixo de eventos?

☐ Sim ☐ Não

2.12 Como é feita a escolha das atividades do CTG?

2.13 Quais são as atividades realizadas no CTG que são exclusivas dos associados?

2.14 De que forma o CTG obtém renda para seu funcionamento e manutenção?

2.15 Quais as dificuldades que o CTG enfrenta para se manter?

☐ financeira ☐ falta de patrocinadores ☐ falta de integração com a região ☐ falta de filiados
☐ desinteresse dos filiados ☐ desinteresse da patronagem ☐ Outras Qual?

2.16 O CTG participa ou já participou de congressos e convenções tradicionalistas?

☐ Sim ☐ Não ☐ Nunca participou

Em caso negativo, por qual motivo?

☐ Não ficou sabendo dos eventos ☐ Não tem interesse em participar ☐ Achou que não tinha direito de participar ☐ A viagem era muito longa ☐ Outro Qual?

2.17 Quais são as formas de divulgação das atividades do CTG? Assinalar mais de um, caso necessário.

☐ televisão

☐ internet

☐ outdoors

☐ jornal

☐ panfletos

☐ outros

☐ rádio

3 ASSOCIATIVISMO

3.1 De que forma as pessoas podem se associar ao CTG?

3.2 Qual o valor das mensalidades?

3.3 Com relação à associação, a comunidade em geral pode solicitar a associação ou somente os gaúchos e familiares?

3.4 Há atividades específicas para os associados? Quais?

3.5 O seu CTG realiza atividades em parceria com outros CTGs da região norte do Paraná?

☐ sim

☐ não

Em caso afirmativo, quais são estas atividades?

3.6 O CTG se empenha para conseguir mais associados?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, detalhar.

4 IDENTIDADE E CULTURA

4.1 Embora localizado no norte do Paraná, o CTG consegue reproduzir a cultura gaúcha ou existe uma influência da cultura paranaense no desenvolvimento das atividades? Detalhar.

4.2 A maioria das pessoas que frequenta o CTG atualmente é gaúcha ou paranaense?

4.3 Existem conflitos entre gaúchos e paranaenses que frequentam o CTG?Explicar.

4.4 Existem atividades específicas desenvolvidas apenas por gaúchos?Explicar.

4.5 Qual a importância principal de se construir um CTG no norte do Paraná?

4.6 Na visão do CTG, o que é ser gaúcho?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS *PARANAÚCHOS*

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – *PARANAÚCHOS*

Este questionário tem por objetivo coletar informações a respeito de sujeitos que residem em Londrina e Maringá e que não nasceram no Rio Grande do Sul, mas que frequentam os CTGs dessas duas cidades. Os dados serão utilizados para pesquisas e irão contribuir para a elaboração da Tese de Doutorado em Geografia da Unesp “O processo de reterritorialização dos gaúchos no norte do Paraná: a construção de uma identidade territorial”. Não é necessária a sua identificação.

Responsável: Tatiana Colasante, doutoranda da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. E-mail: tati.colasante@gmail.com

1. Gênero: () masculino () feminino
2. Idade:
3. Profissão:
4. Município onde nasceu:
5. Município onde reside atualmente:
6. Em quais municípios você já residiu?
7. Você possui parentes que moram ou são nascidos no Rio Grande do Sul?
8. Em seu convívio social, possui muitas amizades com pessoas nascidas no Rio Grande do Sul? () sim () não
9. Você já visitou o Rio Grande do Sul? () sim () não
10. Como começou o seu interesse pela cultura gaúcha? Houve influência de gaúchos? Como?
11. Há quanto tempo frequenta o CTG?
12. Você já frequentou CTGs em outros municípios? () sim () não

Em caso afirmativo, quais?

13. Sentiu algum preconceito ou resistência por parte dos gaúchos para participar do CTG?

14. Excetuando o CTG, você costuma frequentar outros locais com o objetivo de vivenciar a cultura gaúcha? () sim () não

Em caso afirmativo, explique.

15. Com que frequência você costuma frequentar o CTG?

16. De quais atividades você participa no CTG? Por quê?

17. Você já convidou membros da sua família ou amigos para participarem do CTG?

() sim () não

18. No seu cotidiano, pratica algum hábito gaúcho? () sim () não

Em caso afirmativo. Qual?

19. Para você, qual a importância de ser ter um CTG no Norte do Paraná?

20. Em sua opinião, qual a diferença da cultura gaúcha para a cultura do Norte do Paraná?

21. Mesmo não tendo nascido no Rio Grande do Sul, você se considera gaúcho?

() sim () não

Por que?